



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 742

Quinta-feira - 19 de Maio de 2011

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos .....	1
Arroio Trinta.....	4
Braço do Trombudo .....	5
Caçador.....	5
Campo Alegre .....	15
Campos Novos .....	16
Canoinhas.....	16
Capinzal .....	17
Catanduvas.....	42
Chapadão do Lageado .....	45
Concórdia .....	45
Cordilheira Alta .....	47
Coronel Martins.....	48
Corupá .....	49
Curitibanos .....	77
Ermo .....	78
Forquilha .....	78
Fraiburgo.....	80
Garopaba.....	109
Gaspar .....	110
Guaramirim.....	110
Herval do Oeste .....	111
Imbituba .....	112
Irineópolis .....	116
Itapoa .....	118
Joaçaba.....	119
José Boiteux .....	132
Lages .....	140
Macieira.....	140
Massaranduba.....	154
Meleiro .....	170
Monte Carlo .....	170
Nova Trento .....	170
Pinheiro Preto .....	171
Porto Belo.....	171
Porto União.....	172
Rio do Sul.....	174
Salto Veloso.....	180
São Lourenço do Oeste.....	181
Schroeder.....	182
Siderópolis.....	195
Timbó .....	195
Três Barras .....	195
Tunápolis.....	198
Vargeão.....	210
Videira.....	210

### Consórcios

AGIR.....	213
ARIS .....	214
CINCO.....	216

## Água Doce

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Extrato do Contrato N° 45/2011

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 45/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Miranda & Miranda Com. Peças e Serv. Máq. Pesadas Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 33/2011 - Pregão Presencial n°. 20/2011

OBJETO : Contratação de serviços hora máquina.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a conclusão dos serviços.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2011.

DATA : 25.04.2011

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Raul de Miranda pela contratada.

## Antônio Carlos

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### decreto N° 049/2011

DECRETO N° 049/2011.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal n° 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal n° 1.287/2010 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 26.520,00 (vinte e seis mil e quinhentos e vinte reais), e por consequência, limitado a emissão de

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

empenho da despesa nas dotações abaixo de forma a preservar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais estabelecidas, conforme Demonstrativo do Cumprimento das Metas de Arrecadação até o segundo bimestre de 2011 em anexo a este Decreto:

#### UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.01.000000 - Recursos de Impostos para Educação - R\$ 16.290,00

#### CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

0401.12.361.0002.2008 Recursos de Impostos para Educação 16.290,00  
3.1.91.00 Operações Intra-Orçamentárias 16.290,00

FONTE 0.1.54.000000 - Melhoria do Trânsito - Polícia Militar - R\$ 1.520,00

#### CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

0601.06.181.0007.2031 Melhoria do Trânsito - Polícia Militar 1.520,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 1.520,00

FONTE 0.1.55.000000 - Melhoria do Trânsito - Polícia Civil - R\$ 1.640,00

#### CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

0601.06.181.0007.2031 Melhoria do Trânsito - Polícia Civil 1.640,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 1.640,00

FONTE 0.1.56.000000 - Melhoria do Trânsito - Prefeitura - R\$ 1.590,00

#### CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

0601.06.181.0007.2031 Melhoria do Trânsito - Prefeitura 1.590,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 1.590,00

FONTE 0.1.62.000000 - Outras Transferências do FNDE - R\$ 80,00

#### CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

0401.12.366.0002.2013 Outras Transferências do FNDE 80,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 80,00

#### UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.2.64.000032 - ASPS/PAB - R\$ 1.340,00

#### CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

1101.10.301.0005.2020 ASPS/PAB 1.340,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 1.340,00

FONTE 0.2.64.000037 - ASPS/PSF- R\$ 3.500,00

#### CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

1101.10.301.0005.2022 ASPS/PSF 3.500,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 3.500,00

FONTE 0.2.66.000033 - ASPS/Vigilância Sanitária - R\$ 560,00

#### CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO VALOR

1101.10.304.0005.2026 ASPS/Vigilância Sanitária 560,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 560,00

Art. 2º As fontes de recursos da Unidade Gestora IPREANCARLOS que não alcançaram as metas de arrecadação não serão objeto de limitação de empenho, sendo que o déficit apurado até o bimestre de referência está coberto pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurado no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 18 de Maio de 2011.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

#### MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO  
REFERÊNCIA 2º BIMESTRE DE 2011  
Código DESTINAÇÃO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA

PREVISTA REALIZADA DIFERENÇA PREVISTA REALIZADA DIFERENÇA PREVISTA REALIZADA DIFERENÇA

#### UNIDADE GESTORA PREFEITURA

#### RECEITAS PRIMÁRIAS

0.1.00.000000 Recursos Ordinários	1343,00	1420,79	77,79
1514,00	1485,35	-28,65	2857,00 2906,14 49,14
0.1.01.000000 Recursos de Impostos p/MDEB - Mínimo de 25%			
182,20	184,22	2,02	209,80 191,49 -18,31 392,00 375,71 -16,29
0.1.02.000000 Recursos de Impostos p/ASPS - Mínimo de 15%			
424,30	445,31	21,01	464,50 445,03 -19,47 888,80 890,34 1,54
0.1.17.000000 Iluminação Pública	31,60	33,27	1,67 31,60 40,85 9,25 63,20 74,12 10,92
0.1.16.000000 Infra-Estrutura em Transporte	6,60	6,70	0,10 6,60 6,58 -0,02 13,20 13,28 0,08
0.1.58.000000 MDEB	20,00	31,60	11,60 20,00 23,85 3,85 40,00 55,45 15,45
0.1.59.000000 Manutenção de Escolas	0,00	0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
0.1.60.000000 Merenda Escolar - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00 0,00 4,00 8,84 4,84 4,00 8,84 4,84
0.1.61.000000 Manutenção do Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00 0,00 14,58 14,58 0,00 14,58 14,58
0.1.62.000000 Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
0.1.18.000000 Remuneração Profis. Magistério - Mínimo 60%	141,90	165,40	23,50 159,10 168,87 9,77 301,00 334,27 33,27
0.1.19.000000 Manut. Desenv. Ensino Básico - Máximo 40%	60,80	110,26	49,46 68,20 112,58 44,38 129,00 222,84 93,84
0.1.54.000000 Melhoria do Trânsito - Parte Polícia Civil	2,70	1,66	-1,04 2,70 2,18 -0,52 5,40 3,84 -1,56
0.1.55.000000 Melhoria do Trânsito - Parte Polícia Militar	2,70	1,66	-1,04 2,70 2,18 -0,52 5,40 3,84 -1,56
0.1.56.000000 Melhoria do Trânsito - Parte PMAC	2,90	1,78	-1,12 2,90 2,35 -0,55 5,80 4,13 -1,67
0.1.63.000000 Manutenção do FMAS	0,00	0,62	0,62 1,00 2,06 1,06 1,00 2,68 1,68
0.1.47.000000 Atendimento à Pessoa Idosa	0,00	2,00	2,00 2,00 2,40 2,00 -0,40 2,40 4,00 1,60
0.1.24.000015 Implantação do Sistema de Esgoto	0,00	0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
0.1.24.000016 Pavimentação de Ruas	0,00	0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
0.1.24.000020 Sinalização Turística	0,00	0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
0.1.22.000005 Manut. Transp. Escolar - Ensino Fundamental	0,00	0,00	16,00 32,50 16,50 16,00 32,50 16,50
0.1.22.000072 Aquisição de Veículo Escolar	0,00	0,00	0,00 0,00 0,00 0,00

331,65 331,65 0,00 331,65 331,65  
 0.1.22.000071 Ampliação da Rede Ensino Infantil 0,00 306,40 306,40 0,00 0,00 0,00 0,00 306,40 306,40  
 0.1.22.000021 Ampliação da Rede Física Ensino Fundamental 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  
 0.1.24.000006 Manutenção Transporte Escolar - Segundo Grau 0,00 0,00 0,00 10,00 26,05 16,05 10,00 26,05 16,05  
 0.1.24.000023 Pavimentação de Ruas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  
 Código DESTINAÇÃO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR  
 NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA

PREVISTA REALIZADA DIFERENÇA PREVISTA REALIZADA DIFERENÇA PREVISTA REALIZADA DIFERENÇA  
 0.1.24.000073 Construção Centro de Reciclagem 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  
 0.1.24.000069 Construção de Rede Pluvial 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  
 0.1.24.000025 Construção de Pontes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  
 0.1.24.000027 Reforma e Revitalização do Centro Cultural 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  
 0.1.24.000009 Manutenção dos Serviços de Abast. De Água 0,00 35,00 35,00 30,00 10,00 -20,00 30,00 45,00 15,00  
 0.1.81.000000 Operação de Crédito - Aquis. Veículo Escolar 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  
 0.1.83.000011 BADESC - Pavimentação de Ruas 0,00 82,11 82,11 0,00 0,00 0,00 0,00 82,11 82,11  
 0.1.89.000000 Alienação de Veículos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  
 RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS 0,00  
 0.1.00.000000 Receitas Ordinárias 16,60 23,95 7,35 16,60 24,85 8,25 33,20 48,80 15,60  
 0.1.18.000000 Remuneração Profis. Magistério 1,00 0,65 -0,35 1,00 1,19 0,19 2,00 1,84 -0,16  
 0.1.58.000000 MDEB 0,50 0,10 -0,40 0,50 0,32 -0,18 1,00 0,42 -0,58  
 0.1.63.000000 Bolsa Família 0,05 0,20 0,15 0,05 0,22 0,17 0,10 0,42 0,32  
 0.1.59.000000 PDDE 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  
 0.1.16.000000 Infra Estrutura em Transporte 0,05 0,94 0,89 0,05 1,06 1,01 0,10 2,00 1,90  
 0.1.47.000000 FNAS - API 0,05 0,03 -0,02 0,05 0,05 0,00 0,10 0,08 -0,02  
 0.1.62.000000 Outras Transferências do FNDE 0,05 0,01 -0,04 0,05 0,01 -0,04 0,05 0,01 -0,04  
 0.1.22.000005 Transporte Escolar Estadual 0,16 0,22 0,06 0,16 0,19 0,03 0,32 0,41 0,09  
 0.1.60.000000 PNAE 0,00 0,11 0,11 0,00 0,13 0,13 0,00 0,24 0,24  
 0.1.61.000000 PNATE 0,05 0,14 0,09 0,05 0,07 0,02 0,10 0,21 0,11  
 0.1.54.000000 Polícia Militar 0,05 0,07 0,02 0,05 0,07 0,02 0,10 0,14 0,04  
 0.1.55.000000 Polícia Civil 0,05 0,01 -0,04 0,05 0,01 -0,04 0,10 0,02 -0,08  
 0.1.56.000000 Trânsito/Município 0,05 0,08 0,03 0,05 0,10 0,05 0,10 0,18 0,08  
 0.1.17.000000 Iluminação Pública 0,00 0,27 0,27 0,00 0,35 0,35 0,00 0,62 0,62  
 0.1.89.000000 Alienação de Veículos 0,00 0,04 0,04 0,00 0,04 0,04 0,00 0,08 0,08  
 0.1.22.000000 Rendimentos - Diversas Receitas de Capital 0,00 3,31 3,31 0,00 7,95 7,95 0,00 11,26 11,26  
 0.1.24.000000 Rendimentos - Diversas Receitas de Capital 0,00 18,03 18,03 0,00 15,36 15,36 0,00 33,39 33,39  
 SOMA 2237,36 2876,94 639,58 2564,16 2960,96 396,80 4801,52 5837,90 1036,38  
 Código DESTINAÇÃO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR

NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA

PREVISTA REALIZADA DIFERENÇA PREVISTA REALIZADA DIFERENÇA PREVISTA REALIZADA DIFERENÇA  
 UNIDADE GESTORA FUNDO DA SAÚDE  
 RECEITAS PRIMÁRIAS  
 0.2.12.000000 Manutenção da Vigilância Sanitária 1,00 1,71 0,71 1,00 2,78 1,78 2,00 4,49 2,49  
 0.2.64.000032 ASPS/PAB 23,20 22,81 -0,39 23,20 22,40 -0,80 46,40 45,21 -1,19  
 0.2.66.000033 ASPS/Vigilância Sanitária 0,00 0,00 0,00 0,40 0,00 -0,40 0,40 0,00 -0,40  
 0.2.67.000034 ASPS/Farmácia Básica 6,00 9,52 3,52 6,00 6,35 0,35 12,00 15,87 3,87  
 0.2.66.000035 Epidemiologia e Controle de Doenças 2,40 1,21 -1,19 2,40 4,84 2,44 4,80 6,05 1,25  
 0.2.64.000036 ASPS/PACS 23,20 39,63 16,43 23,20 24,27 1,07 46,40 63,90 17,50  
 0.2.64.000037 ASPS/PSF 40,00 38,40 -1,60 40,00 38,40 -1,60 80,00 76,80 -3,20  
 0.2.64.000038 ASPS/Saúde Bucal 4,00 6,00 2,00 4,00 4,00 0,00 8,00 10,00 2,00  
 0.2.64.000039 ASPS/PSF - Estadual 0,00 0,00 0,00 4,00 10,50 6,50 4,00 10,50 6,50  
 0.2.67.000040 ASPS/Farmácia Básica 5,00 3,11 -1,89 5,00 8,07 3,07 10,00 11,18 1,18  
 0.2.23.000043 Ampliação Unidade Saúde 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  
 0.2.23.000044 Aquisição de Equipamentos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  
 0.2.023.000068 Aquisição de Veículo p/ Saúde 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  
 RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS 0,00  
 0.2.12.000000 Manutenção da Vigilância Sanitária 0,30 0,72 0,42 0,30 0,77 0,47 0,60 1,49 0,89  
 0.2.02.000000 Recursos Próprios 0,80 1,50 0,70 0,80 1,37 0,57 1,60 2,87 1,27  
 0.2.64.000032 ASPS/PAB 0,16 0,09 -0,07 0,16 0,08 -0,08 0,32 0,17 -0,15  
 0.2.66.000033 ASPS/Vigilância Sanitária 0,08 0,00 -0,08 0,08 0,00 -0,08 0,16 0,00 -0,16  
 0.2.67.000034 ASPS/Farmácia Básica 0,08 0,07 -0,01 0,08 0,04 -0,04 0,16 0,11 -0,05  
 0.2.66.000035 Epidemiologia e Controle de Doenças 0,08 0,00 -0,08 0,08 0,00 -0,08 0,16 0,00 -0,16  
 0.2.64.000036 ASPS/PACS 0,16 0,07 -0,09 0,16 0,19 0,03 0,32 0,26 -0,06  
 0.2.64.000037 ASPS/PSF 0,16 0,01 -0,15 0,16 0,01 -0,15 0,32 0,02 -0,30  
 0.2.64.000038 ASPS/Saúde Bucal 0,08 0,08 0,00 0,08 0,16 0,08 0,16 0,24 0,08  
 0.2.64.000039 ASPS/PSF - Estadual 0,08 0,82 0,74 0,08 0,87 0,79 0,16 1,69 1,53  
 0.2.67.000040 ASPS/Farmácia Básica 0,08 0,18 0,10 0,08 0,04 -0,04 0,16 0,22 0,06  
 SOMA 106,86 125,93 19,07 111,26 125,14 13,88 218,12 251,07 32,95  
 Código DESTINAÇÃO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR  
 NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA  
 PREVISTA REALIZADA DIFERENÇA PREVISTA REALIZADA DIFERENÇA PREVISTA REALIZADA DIFERENÇA  
 UNIDADE GESTORA IPREANCARLOS  
 RECEITAS PRIMÁRIAS  
 0.2.03.000000 Pagamento de Inativos e Pensionistas 87,00 92,46 5,46 165,80 149,03 -16,77 252,80 241,49 -11,31  
 RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS 0,00  
 0.2.03.000000 Pagamento de Inativos e Pensionistas 132,00 99,30

-32,70 135,00 144,40 9,40 267,00 243,70 -23,30  
SOMA 219,00 191,76 -27,24 300,80 293,43 -7,37 519,80 485,19  
-34,61  
TOTAL GERAL 2563,22 3194,63 631,41 2976,22 3379,53 403,31  
5539,44 6574,16 1034,72  
Antônio Carlos, 17 de Maio de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

MAURO CEZAR SILVEIRA  
Secretário Adm. e Finanças

CARLICE B. SCHMITZ  
Contadora

### Portaria Nº 248/2011

PORTARIA Nº 248/2011  
Concede Licença Premio a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 621/1993,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, convertida em pecúnia, a servidor efetivo JANICE IVONETE MULLER, ocupante do Cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, no mês de Maio, relativo ao período aquisitivo de Janeiro/2006 a Janeiro/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de Maio de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 18 de Maio de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

### Extrato de decisão - Pregão Presencial Nº 028/2011

#### EXTRATO DE DECISÃO

Pregão Presencial: nº 028/2011; Processo nº: 049/2011; Objeto: Aquisição de equipamentos esportivos para academia ao ar livre na Rua São Francisco, do Município de Antonio Carlos. Decisão: ( ) "Pelo exposto, ante a tempestividade daquela impugnação e pela necessidade de segurança as pessoas e legalidade aos equipamentos adquiridos, DECIDO pela alteração editalícia, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Assinatura do Contrato - Item 12 .1 do Edital: a empresa vencedora do certame no ato convocatório para assinar o contrato com esta municipalidade, terá que apresentar comprovantes de que possui legitimidade sobre a propriedade intelectual de tal produto, seja via certificado de registro junto ao INPI, ou via apresentação de cessão de direitos de empresa que detenha tais certificados, pois do contrário a municipalidade não realizara a assinatura do mesmo e a empresa declarada vencedora do processo será desclassificada automaticamente e atuada de acordo com as penalidades previstas no respectivo edital.

Desta feita, tendo em vista a alteração no texto do edital, designo nova data de entrega dos envelopes e abertura 01/06/2011, às 09:00 horas."

Antônio Carlos, 18 de Maio de 2011.  
RUDINEI GOEDERT  
Pregoeiro

### Extrato do 3º Termo aditivo da ata de Registro de Preços Nº 120/2010

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo da Ata de Registro de Preço Nº: 120/2010; Origem: Licitação nº 62/2010 - Pregão Presencial - RP; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Posto Antonio Carlos Ltda ME; Objeto: Aquisição parcelada de Combustíveis (óleo diesel, álcool e gasolina comum) para abastecimento de veículos e máquinas da frota da Prefeitura municipal de Antônio Carlos; Aditivo de Valor: Fica alterado o valor do preço do litro da GASOLINA COMUM, passando para o valor de R\$ 2,75.

Antônio Carlos, 18 de Maio de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## Arroio Trinta

### PREFEITURA MUNICIPAL

### decreto Nº 1393, de 17 de maio de 2011.

DECRETO Nº 1393, de 17 de maio de 2011.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.502 de 08/10/2010,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SEC. DA EDUCAÇÃO

02.04.12 EDUCAÇÃO

02.04.12.361 ENSINO FUNDAMENTAL

02.04.12.361.1201 ENSINO PARA TODOS

02.04.12.361.1201.2033 MANUT. TRANSP. ESC. ENS. FUNDAMENTAL

33900000-0301-000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 10.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo único. R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do exercício de 2010, da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, na Fonte 00000 - Recursos Ordinários, Destinação dos Recursos 000 - Sem detalhamento de destinação de recursos, conforme demonstrativo do anexo 14 de Lei nº. 4320/64 - Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 17 de maio de 2011.  
CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal



Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 17 de maio de 2011.

Nelson Campagnin  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Portaria 094/2011 PORTARIA 094/2011

Vilberto Müller Schovinder, Prefeito Municipal, do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.1999, etc

#### RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os efeitos da portaria 042/2011, que designou servidores para comporem a Comissão de Inquérito Administrativo, destinada a apurar os fatos que envolvem a servidora Márcia Salete Ronsoni, bem como prorrogar os efeitos da determinação do afastamento preventivo, nos termos do art. 101 e parágrafo único do art. 94, ambos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, por um prazo de mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 24.04.2011.

Braço do Trombudo, em 17 de maio de 2011.  
VILBERTO MÜLLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

## Caçador

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### decreto Nº 4.835

DECRETO nº 4.835, de 13 de maio de 2011.  
Revoga o Pregão Presencial nº 12/2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Pregão Presencial nº 12/2011, processo de licitação nº 21/2011, para registro de preços de lavagem de veículos para a Polícia Militar, em razão de os valores cotados estarem acima do valor de mercado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de maio de 2011.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

#### decreto Nº 4.836

DECRETO nº 4.836, de 13 de maio de 2011.  
Revoga Carta Convite nº 08/2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica revogado a Carta Convite nº 08/2011, processo de licitação nº 41/2011, para aquisição de Cancelas para o Parque Central, Postes de Vigilância, Postes de Iluminação, por não obtido de 03 (três) propostas válidas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de maio de 2011.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

#### decreto Nº 4.837

DECRETO nº 4.837, de 13 de maio de 2011.  
Anula Pregão Presencial nº 04/2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Pregão Presencial nº 04/2011, processo de licitação nº 09/2011, para contratação de empresa que detém autorização para prestação de serviços de telefonia móvel na qualidade de pós pago em ligações locais para telefones fixos e celulares de qualquer operadora, por ilegalidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de maio de 2011.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

#### decreto Nº 4.838

DECRETO nº 4.838, de 13 de maio de 2011.  
Revoga Carta Convite nº 07/2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica revogado a Carta Convite nº 07/2011, processo de licitação nº 40/2011, para aquisição de materiais de pintura destinados a Secretaria de Infra Estrutura, para escolha de modalidade mais adequada para a aquisição dos materiais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de maio de

2011.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

**decreto Nº 4.839**

DECRETO nº 4.839, de 13 de maio de 2011.  
Revoga Pregão Presencial nº 03/2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o Pregão Presencial nº 03/2011, processo de licitação nº 04/2011, do Fundo Municipal de Saúde, para contratação de Serviços Médicos especializados em Homeopatia, por não ter comparecido nenhum proponente interessado, caracterizando licitação deserta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de maio de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

**decreto Nº 4.840**

DECRETO nº 4.840, de 13 de maio de 2011.  
Revoga Pregão Presencial nº 05/2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o Pregão Presencial nº 05/2011, processo de licitação nº 09/2011, do Fundo Municipal de Saúde, para contratação de Serviços Médicos especializados em Homeopatia, por não ter comparecido nenhum proponente interessado, caracterizando licitação deserta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de maio de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

**Portaria n 20.407**

PORTARIA Nº 20.407, de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 60 da Lei Complementar 056 de 20/12/2004 - Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

**RESOLVE:**

REMOVER POR PERMUTA, a Servidora Pública Municipal SANDRA MARA MOSCHETTA DA SILVA, ocupante do cargo de Professora de 1ª a 4ª, lotada na EMEB Esperança com 20 (vinte) horas semanais, para a EMEB Walsin Nunes Garcia e desta para aquela INÊS

APARECIDA CORREIA LEMOS, ocupante do cargo de Professora de 1ª a 4ª, com 20 (vinte) horas semanais, a contar de 1º de abril de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária de Educação.

**Portaria n. 20.408**

PORTARIA Nº 20.408, de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 60 da Lei Complementar 056 de 20/12/2004 - Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

**RESOLVE:**

REMOVER POR PERMUTA, a Servidora Pública Municipal INDIANARA DE CASTRO VALENTINI, ocupante do cargo de Professora de 1ª a 4ª, lotada na EMEB Maria Luiza Barbosa com 20 (vinte) horas semanais, para a EMEB Esperança e desta para aquela IVO-NE DELLAI, ocupante do cargo de Professora de 1ª a 4ª, com 20 (vinte) horas semanais, a contar de 1º de abril de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária de Educação.

**Portaria n. 20.410**

PORTARIA Nº 20.410, de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador, mais o art. 120, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

PRORROGAR por mais 02 (dois) anos, a Portaria nº 18.719, de 31/03/2009, no que se refere a licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares concedida à Servidora Pública Municipal ROSELY APARECIDA SANTANA DE MORAIS, ocupante do cargo de Servente, lotada na E.M.E.B. Hilda Granemann de Sousa, com efeitos retroativos a contar de 03 de março de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária de Educação.

**Portaria n. 20.411**

PORTARIA Nº 20.411, de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

COLOCAR a disposição da Secretaria de Educação, para compor o quadro de formadores do Núcleo de Tecnologia Municipal - NMT, a Servidora Pública Municipal ADRIANA VALERIA CECILIATO AZAMBUJA, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, Referência 4.3A8, com carga horária de 39 (trinta e nove) horas semanais, lotado na E.M.E.B Alto Bonito, com efeitos a contar de 04 de abril de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária de Educação.

**Portaria n. 20.413**

PORTARIA Nº 20.413, de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e arts. 68 e 69, da lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

EFETUAR o desconto em folha de pagamento em razão de faltas justificadas no mês de abril, dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, especificando: código, nome, escola e número de faltas, conforme segue:

Cód.	Nome	Escola	Nº faltas
4082	Adriana Antunes de Oliveira	EMEB Maria Luisa Barbosa	08
2180	Almira Pires	EMEB Maria Luisa Barbosa	30
10534	Alzira Salete Padilha	EMEB Ulysses Guimarães	01
10545	Ana Carla Casagrande	EMEB Castelhanos	04
10606	Ana Maria Proença	EMEB Morada do Sol	08
10026	Angeli S. Marques	EMEB Ulysses Guimarães	05
10865	Beatriz T. Zmijewski	EMEB Hilda G. de Souza	04
6833	Cassia Regina Maciel	EMEB Berger	01
10643	Clarice Muniz de Mura	EMEB Ulysses Guimarães	04
8953	Claudia A. de Souza	EMEB Maria Luisa Barbosa	1,5
8953	Claudia Aparecida de Souza	EMEB Alto Bonito	01
129	Claudia Maria Bischoff	EMEB Walsin Nunes Garcia	02
280	Claudio Granja	Semec	02
1230	Cleide Fátima Dariz	EMEB Tabajara	01
3380	Cleonice A. Mokfa	EMEB Irmão Venâncio	0,5
3380	Cleonice Ap. Mokfa	EMEB Irmão Venâncio	0,5
449	Cremilda Hude	EMEB Morada do Sol	0,5
10789	Cristiane A. Trindade da Silva	EMEB Hilda G. de Souza	03
5021	Cristiane dos Santos Lima	EMEB Maria Luisa Barbosa	02
266	Dirce A. Pelliciolli	EMEB Morada do Sol	08

858	Edilene Kutcher da Silva	Interior	30
10448	Edite da Silva Bigas	CMEI Sonho Encantado	02
10069	Eliane Scotti Alvarenga	CMEI Sonho Encantado	02
799	Elisandra Aparecida Giacomel	Semec	08
10695	Elisangela Cristina Kvia-tkowski	EMEB Ulysses Guimarães	01
10767	Flaviane Quaresma	EMEB Henrique Júlio Berger	04
1800	Gaucir das Graças Fernandes	EMEB Henrique Júlio Berger	03
1063	Gloria Ribeiro dos Santos	EMEB Henrique Júlio Berger	10
1063	Gloria Ribeiro dos Santos	EMEB Morada do Sol	11
2445	Hildegart Dal Pizzol	EMEB Hilda G. de Souza	03
3328	Iliane Pagotto	EMEB Ulysses Guimarães	01
1190	Ivanir A. Gonçalves	EMEB Hilda G. de Souza	01
1246	Ivanise Aparecida de Mello	EMEB Maria Luisa Barbosa	23
1467	Ivone Pagotto	EMEB Esperança	03
871	Ivonete F. Arruda Pierdoná	EMEB Alcides Tombini	02
6954	Janaina Demin	EMEB Alto Bonito	02
815	Jane Maristela dos Santos	CMEI Santa Clara	01
1845	Janete A. Tarniowicz	EMEB Nossa Senhora Salete	01
4270	Jaqueline S. de Campos	EMEB Alto Bonito	02
2408	Jaqueline S. de Campos	EMEB Hilda G. de Souza	02
3364	Jeferson Witte	EMEB Alto Bonito	01
1477	Jociane R. S. Zardo	EMEB Henrique Júlio Berger	01
1302	José Osni Guaripuna	EMEB Hilda G. de Souza	01
8429	Juliana Cordeiro	EMEB Ulysses Guimarães	18
10682	Juliana Velasques Ferreira	EMEB Nossa Senhora Salete	03
10637	Juliana Vogues	EMEB Ulysses Guimarães	01
9011	Leila A. Smidt	Semec	02
10645	Leonires Constantini Gonçalves	EMEB Maria Luisa Barbosa	0,5
7771	Lucia de Fatima Padilha	EMEB Henrique Júlio Berger	01
707	Lucia Spegiorin	EMEB Morada do Sol	0,5
5059	Marcia A. O. Hahn	EMEB Morada do Sol	0,5
3310	Marcia Alves Ribeiro	EMEB Hilda G. de Souza	01
843	Márcia I. G. R. Mello	EMEB Alcides Tombini	04
4282	Marcos Ronaldo Stein	EMEB Walsin Nunes Garcia	02
1318	Maria Geni Huçulak	EMEB Morada do Sol	01
10185	Maria Helena Pereira	EMEB Morada do Sol	30
1252	Maria Julieta dos Santos	EMEB Tabajara	16
178	Maria Lidia V. Medeiros	EMEB Irmão Venâncio	08
178	Maria Lidia V. Medeiros	EMEB Irmão Venancio	08
8308	Maria Luciana M.S. Barbosa	EMEB Hilda G. de Souza	01
676	Mariluci L Stanke	EMEB Maria Luisa Barbosa	22
2577	Marines S. de Mello	EMEB Maria Luisa Barbosa	01
250	Mauro Rogério dos Reis	CMEI Santa Clara	01
6532	Nelci Noll	EMEB Morada do Sol	0,5
1165	Nilce Baseggio Frizon	EMEB Tabajara	90
3357	Nilza de Souza Carvalho	EMEB Hilda G. de Souza	02
424	Raquel T. Morona	EMEB Henrique Júlio Berger	0,5
10584	Romy C. Franceshetto	CMEI Educar é Tudo	01
7777	Rosana Korman Oliveira	EMEB Ulysses Guimarães	03
10599	Salomé A. Fontana	EMEB Tabajara	01
918	Samuel Flores Alves	Semec	30
10575	Sandra Regina S. Leal	EMEB Morada do Sol	01
6955	Scheilla Balbinotto	EMEB Maria Luisa Barbosa	01

10576	Silvia Cristina Eichel	CMEI Educar é Tudo	10
917	Simone Reis	EMEB Morada do Sol	10
10555	Solange Santos Danzberg	CMEI Educar é Tudo	03
3125	Suzana B. S. dos Reis	EMEB Tabajara	03
10711	Tathiana dos Santos	EMEB Hilda G. de Souza	03
10711	Tathiana dos Santos	EMEB Maria Luisa Barbosa	0,5
3359	Valmor Arl	EMEB Morada do Sol	02
923	Vanessa Coelho de Souza	EMEB Tabajara	03
4264	Vera Lucia de Moura	EMEB Nossa Senhora Salete	01
3631	Vilma de Oliveira	EMEB Ulysses Guimarães	02
10659	Vilma Regiane da Luz	EMEB Hilda G. de Souza	01
2571	Zenita Granemann	EMEB Hilda G. de Souza	01

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária de Educação.

### Portaria n. 20.414

PORTARIA Nº 20.414, de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e arts. 68 e 69, da lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

#### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento em razão de faltas injustificadas no mês de abril, dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, especificando: código, nome, escola e número de faltas, conforme segue:

Cód.	Nome	Escola	Nº faltas
10573	Deisy Biasoli Marghotti	EMEB Ulysses Guimarães	3,5
10695	Elisangela Kviatkovski	EMEB Ulysses Guimarães	01
1063	Gloria Ribeiro dos Santos	EMEB Morada do Sol	01
1246	Ivanise Mello	EMEB Maria Luisa Barbosa	03
10650	Rodrigo Bender	EMEB Morada do Sol	0,5
10746	Sueli Terezinha Gonçalves	EMEB Irmão Venâncio José	01

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária de Educação.

### Portaria n. 20.415

PORTARIA Nº 20.415, de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais, a seguir relacionadas, licença prêmio, a que fazem jus, especificando código, nome,

cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec	Período Aquisição	Período Gozo
451	Inês Aparecida Correia Lemos	Professor 1 a 4	016	29/01/03 a 29/01/08	01/04/11 a 30/06/11
6532	Nelci Terezinha Noll	Servente Educação	005	01/02/06 a 01/02/11	01/04/11 a 30/06/11
6734	Taísa Beatriz Basso	Secretária Escolar	005	01/03/06 a 01/03/11	01/04/11 a 30/06/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária de Educação.

### Portaria n. 20.416

PORTARIA Nº 20.416, de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar nº 7, de 27/12/1999,

#### RESOLVE:

REDUZIR a carga horária das Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas especificando código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual, a contar de 1º de abril de 2011:

Cód.	nome	cargo	c.h. antiga	c.h. atual
10743	Vanderleia Formagini	Professora 5 a 8	40h	24h
10817	Patricia Cristina Lemos	Professora Ed. Infantil	40h	20h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária de Educação.

### Portaria n. 20.417

PORTARIA nº 20.417, de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### R E S O L V E :

RETIFICAR a Portaria nº 20.245, de 28/02/2011, que colocou Servidores Públicos Municipais à disposição das salas de Atendimento Educacional Especializado - AEE, Reforço Escolar e de Informática, conforme Edital SEMEC nº 02/2010, no que se refere ao local de atuação da Servidora ROZANGELA PRETO VIVIAN, que passa a ser EMEB Esperança, a contar de 1º de abril de 2011.

Registre-se e Publique-se.



Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária de Educação.

### Portaria n. 20.418

PORTARIA nº 20.418, de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 20.207, de 21/02/2011, que contratou em caráter temporário Servidores Públicos Municipais, no que se refere ao local de atuação das Servidoras abaixo relacionadas com os referidos cargos, referências, horas semanais, atuação, data início e fim:

10719	Maria Cristina Mafessoni	Supervisor Educacional	1.3 A	40	EMEB Irmão Venâncio José	V.V. á Salete Liszkievich / SEMEC	01/02/2011 a 20/12/2011
10570	Shirley Ap. Wurges Massaroli	Professor de Ed. Infantil	1.3 A	20	EEEB Irmão Venâncio José	Vaga Transição	01/02/2011 a 20/12/2011

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária de Educação

### Portaria n. 20.420

PORTARIA nº 20.420, de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 35, inciso I, da Lei Complementar Nº 07 de 27 de dezembro de 1999.

#### RESOLVE:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE a carga horária da servidora ANGELITA APARECIDA MAZZAROBBA DE SOUZA, Professora de 5ª a 8ª, lotada na Secretaria de Educação, para mais 10 horas face desdobramento de turmas junto a EMEB Hilda Granemann de Sousa, durante o período de 01/04/11 a 20/12/11.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária de Educação.

### Portaria n. 20.421

PORTARIA Nº 20.421, de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010,

#### RESOLVE:

PRORROGAR o contrato por tempo determinado de ROSA ALICE GONÇALVES, no cargo de Servente, da Secretaria de Educação, com carga horária de 44h semanais, em substituição a Servidora Nelci Noll que se encontra em licença prêmio, pelo período de 24/04/11 a 30/06/11.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária de Educação.

### Portaria n. 20.422

PORTARIA Nº 20.422, de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010,

#### RESOLVE:

PRORROGAR, os contratos por tempo determinado, dos(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, servidor substituído, secretaria de lotação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Servidor Substituído	Sec	Período
Claudia A. S. da Silva	Professora 1ª a 4	Maria Lidia Vieira de Medeiros (licença médica)	016	24/04/11 a 13/05/11
Sídia Basso	Professora Ed. Infantil	Maria de Jesus Groth (licença sem vencimentos)	016	14/04/11 a 20/12/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária da Educação.

### Portaria n. 20.423

PORTARIA nº 20.423 , de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 18.376, de 30/09/2008, que concedeu

conversão de licença prêmio a Servidora Pública Municipal MICHELE DE SOUZA SANTOS, no que se refere ao período de aquisição, que passa a ser de 02/02/98 a 02/02/03.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária da Educação.

### Portaria n. 20.424

PORTARIA Nº 20.424, de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/10,

#### RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados especificando: código, nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, razão e período da contratação, conforme segue:

COD	Nome	Cargo	Ref.	CH	Atuação	Razão	Período
10884	Ana Claudia Viero	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	20	EMEB Alcides Tombini	Vaga Excedente	04/04/2011 a 22/07/2011
10865	Beatriz Terezinha Zmijewski	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Transitória	04/04/2011 a 20/12/2011
10867	Beatriz Terezinha Zmijewski	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	20	EMEB Karine Lia Castelha-no	V.V. à Karine Lia Basso / Licença Maternidade	04/04/2011 a 06/09/2011
10868	Claudia Adriana Silva da Silva	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	40	EMEB Ir. Venâncio José		
EMEB Morada do Sol	V.V. à Maria Lídia Medeiros / Licença Prêmio	04/04/2011 a 23/04/2011					
10869	Claudia Gislaïne Capelletti	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	40	EMEB Castelha-no	Sala de Reforço Escolar	04/04/2011 a 20/12/2011
10888	Daianny Ferreira	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	20	EMEB Walsin Nunes Garcia	V.V. à Inês Lemos / Licença Prêmio	01/04/2011 a 30/06/2011

10885	Daianny Ferreira	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	20	EMEB Ulysses Guimaraes	Vaga Transitória	04/04/2011 a 20/12/2011
10882	Dayane Bechert	Servente da Educação	1.5 A	44	EMEB Henrique Júlio Berger	V.V. à Jane Granemann / Licença Prêmio	01/04/2011 a 31/05/2011
10876	Deisiane Ap. de Paulo	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	20	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Transitória	04/04/2011 a 20/12/2011
10886	Diolanda Terezinha Lenardt	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	20	EMEB Vreda dos Trevos	Vaga Excedente	04/04/2011 a 22/07/2011
10883	Elisa Priscila Ruschel Fritsch	Secretário Escolar	3.4 A	40	EMEB Hilda Granemann de Sousa	V.V. à Franciele Perego / Gabinete	06/04/2011 a 20/12/2011
10901	Evelyn Priscila Schulze	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	20	EMEB Esperança	V.V. à Jane Regina Dallagnol / Licença Maternidade	11/04/2011 a 30/06/2011
10903	Iolanda Aparecida Charello de Souza	Professor de 5ª a 8ª Série	1.3 A	10	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Excedente	11/04/2011 a 22/07/2011
10872	Jailson de Oliveira	Professor Não Habilitado	1.1 A	20	CEM Maria Luíza Barbosa	Vaga Excedente	05/04/2011 a 22/07/2011
10880	Janaína Carneiro	Orientador Educacional	1.3 A	20	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Excedente	11/04/2011 a 22/07/2011
10911	Janete Kuczer Mandelli	Professor Não Habilitado	1.1 A	20	CEM Maria Luíza Barbosa	Vaga Excedente	06/04/2011 a 22/07/2011
10875	Laureci Terezinha de Paulo	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	V.V. à Maria Luíza Fonseca / licença Prêmio	04/04/2011 a 28/10/2011
10894	Layde Sebastiana de Souza	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	20	EMEB Maria Luíza Barbosa	Vaga Excedente	04/04/2011 a 22/07/2011
10892	Lisete Granemann	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	40	EMEB Morada do Sol		
EMEB Alto Bonito	Sala de Reforço Escolar	04/04/2011 a 20/12/2011					
10914	Luana Cristina Ramos	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	20	EMEB Ulysses Guimaraes	V.V. à Claudete Dambrósia / Licença Prêmio	12/04/2011 a 30/06/2011

10893	Márcia Aparecida Munhães	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	20	EMEB Maria Luíza Barbosa	Vaga Excedente	04/04/2011 a 22/07/2011
10899	Maria Célia Nava	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	20	EMEB Esperança	Sala de Reforço Escolar	04/04/2011 a 20/12/2011
10879	Marilene Coradin Roso	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	20	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Excedente	04/04/2011 a 22/07/2011
10881	Mario Luiz Cachinski Júnior	Professor de Educação Física	1.3 A	39	EMEB Alto Bonito	V.V. à Adriana Azambuja / Núcleo de Tecnologia Municipal	04/04/2011 a 20/12/2011
10874	Renata Padilha de Andrade	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	20	EMEB Alcides Tombini	Vaga Excedente	05/04/2011 a 22/07/2011
10902	Rômulo Ramos	Professor de Educação Física	1.3 A	40	EMEB Morada do Sol	V.V. à Simone Reis / Licença Tratamento de Saúde e V.V. a Miguel Reibnitz / FME	11/04/2011 a 20/04/2011
10907	Simone Eger	Orientador Educacional	1.3 A	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Excedente	12/04/2011 a 22/07/2011
10878	Simone Fogaça Vieira Balzan	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	20	EMEB Walsin Nunes Garcia	V.V. a Rita Fávero / Direção Escolar	05/04/2011 a 20/12/2011
10910	Sirlei Terezinha Tofolli	Secretário Escolar	3.4 A	40	EMEB Ir. Venâncio José	V.V. à Eunice Godoy / Direção Escolar	18/04/2011 a 20/12/2011
10915	Solange Aparecida Pivotto	Professor de 1ª a 4ª Série	1.3 A	20	EMEB Pierina Santin Perret	V.V. à Vera Bertotto / Licença Tratamento de Saúde	05/04/2011 a 20/12/2011
10870	Tânia Márcia dos Santos Alves	Servente da Educação	1.5 A	44	EMEB Hilda Granemann de Sousa	V.V. à Daniela Monteiro / Licença Tratamento de Saúde	04/04/2011 a 05/09/2011

10891	Vanessa Zotto Costa	Professora de Educação Infantil	1.3 A	20	EMEB Irmão Thomás	Vaga Excedente	01/04/2011 a 22/07/2011
10890	Zenildes Corrêa de Lima	Servente da Educação	1.5 A	44	EMEB Nossa Senhora Salete	V.V. à Maristela Bechert / Licença Prêmio	05/04/2011 a 20/06/2011

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária de Educação.

### Portaria n. 20.426

PORTARIA Nº 20.426, de 28 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e conforme o art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO, as Servidoras Públicas abaixo relacionados, em virtude de classificação em processo seletivo para atuar em Laboratório de Informática da Secretaria de Educação, conforme Edital nº 01/2011, especificando: nome, cargo, escola de exercício, carga horária, e data do exercício, conforme segue:

Nome	Cargo	Escola	C.H.	Data do exercício
Jociane Regina Scapinelli Zardo	Professora 1ª a 4ª	EMEB Pe. José Chamot	40h	01/04/2011
Íracy Ap. Berti da Cruz	Professora 1ª a 4ª	EMEB Maria Luíza Martins Barbosa	40h	01/04/2011
Ivone Fátima Arruda Pierdoná	Professora 1ª a 4ª	EMEB Alcides Tombini	40h	01/04/2011
Maria Antonia Fabiani Padilha	Professora 1ª a 4ª	EMEB Vereda dos Trevos	40h	01/04/2011

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária de Educação.

### Portaria n. 20.430

O Prefeito Municipal, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e os arts. 57 e 58, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004-Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER readaptação na Creche de Educação Infantil Sonho Encantado, da Secretaria de Educação, à Servidora Pública Municipal MARINICE APARECIDA CHAVES, ocupante do cargo de Servente, lotada na EMEB Pierina Santin Perret, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, durante o período de 90 (noventa) dias, a contar de 11 de abril de 2011, conforme laudo

médico.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de abril de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária da Educação.

### Portaria n. 20.476

PORTARIA nº 20.476, de 06 de maio de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 90, da Lei Complementar nº 056/2004-Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores públicos Municipais a seguir relacionados, férias regulamentares no mês de maio de 2011, acrescido do adicional de férias, especificando: código, nome, cargo e secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód	Funcionário	Sec	Período de Aquisição	Período de Gozo
504	Antonio Carlos Castilho	002	01/01/08 a 01/01/09	03/05/11 a 03/06/11
8550	Edson Ferreira Lopes	002	16/06/09 a 15/06/10	16/05/11 a 14/06/11
7989	Johny Marcos Tibes de Souza	003	14/01/09 a 14/01/10	09/05/11 a 09/06/11
9937	Marilene de Cássia Fávero	006	03/02/10 a 02/02/11	02/05/11 a 21/05/11
9493	Salete Aparecida Adamio	003	11/11/09 a 11/11/10	03/05/11 a 23/05/11
9932	Sandra Aparecida Arantes	036	03/02/10 a 02/02/11	02/05/11 a 21/05/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de maio de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 20.480

PORTARIA Nº 20.480, de 09 de maio de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER mais 02 (dois) meses de licença prêmio, que faz jus, ao Servidor Público Municipal JOSÉ VANDIR MROZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Fundação do Meio Ambiente - FUNDEMA, a contar de 02 de maio de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de maio de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário de Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 20.481

PORTARIA Nº 20.481, de 09 de maio de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010,

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato por tempo determinado de IGNÊS BALATKA WEBER, ocupante do cargo de Enfermeira - PACS, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, da Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos retroativos a 30 de abril de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de maio de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 20.482

PORTARIA Nº 20.482, de 09 de maio de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 73, III, alínea "b" e IV, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença nojo, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, assento do óbito e data do início da licença, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afast.	Assento do Óbito	Data
863	Adriana Carneiro Schmitz	Técnico em programação de computador	002	08	Pai	04/05/11
8949	Janaina Carneiro	Professora Ed. Infantil	037	08	Pai	04/05/11
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributaria	002	08	Pai	04/05/11
1044	Natalina Geja dos Santos	Auxiliar Serviços Gerais	002	08	Cônjuge	01/05/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de maio de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.



CELSON LUIZ THOMÉ  
Secretário da Administração e Fazenda.

### **Dispensa de Licitação 07-2011 Prefeitura**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2011

O Município de Caçador/SC torna público a Dispensa de Licitação nº 07/2011 para

Locação de sala comercial com 180 m2 situada na Rua Conselheiro Mafra, nº 91 centro, destinada ao funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura, junto a Mitra Diocesana de Caçador/CNPJ nº 83.059.758/0001-22, com sede neste Município, pelo valor mensal de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) pelo prazo de 12 meses, nos termos do artigo 25, Inciso X, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 16 de maio de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal

### **Contrato 09-2011 Assistência Social**

Contrato nº 09/11 - FMAS - Contratação de empresa especializada em transporte de pessoas, para prestação de serviços de transporte de usuários do CRAS, dentro do perímetro urbano de Caçador. Referente ao processo licitatório nº 05/2011 PR nº 04/2011. Contratada: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA. Valor: R\$ 40.300,00. Prazo: 16/05/2012.

### **Contrato 65-2011 Prefeitura**

Contrato nº 65/2011 - Contrato de Adesão ao Programa, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO. Referente ao processo licitatório nº 49/2011 DL nº 06/2011. Contratado: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO. Prazo: 12 meses.

### **Contrato 66-2011 Prefeitura**

Contrato nº 66/2011 - Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO. Rateio Fixo das Despesas Administrativas. Manutenção do CINCO. Referente ao processo licitatório nº 49/2011 DL nº 06/2011. Contratado: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO. Valor: R\$ 6.120,00. Prazo: 12 meses.

### **Contrato 67-2011 Prefeitura**

Contrato nº 67/2011 - Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO. Rateio Fixo e Variável das Despesas com a Manutenção da Iluminação Pública - MIP. Desenvolvimento dos Serviços Urbanos. Referente ao processo licitatório nº 49/2011 DL nº 06/2011. Contratado: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO. Valor: R\$ 116.840,00. Prazo: 12 meses.

---

## **CÂMARA DE VEREADORES**

---

### **Resolução Nº 054, de 17 de abril de 2011.**

RESOLUÇÃO Nº 054, de 17 de abril de 2011.

Substitui membro da comissão sindicante designada pela Resolução nº 36, de 12 de maio de 2011, que instaurou sindicância para

apurar a responsabilidade sobre o envio da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF-2010, da Câmara Municipal de Caçador em data posterior ao prazo estabelecido em lei.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais constantes no art. 269, II da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 e com fundamento nos arts. 185 e ss. do referido Diploma Legal e no Requerimento formulado pela Presidente da Comissão Sindicante,

#### **R E S O L V E**

Art. 1º Substituir a servidora pública municipal NILSE DE FATIMA DO NASCIMENTO, designada para secretariar os trabalhos da comissão sindicante nomeada pela Resolução nº 36, de 12 de maio de 2011, que instaurou sindicância para apurar a responsabilidade sobre o envio da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF - 2010, da Câmara Municipal de Caçador.

Art. 2º Nomear a servidora pública municipal MARILUCY WIERSBICKY para compor e secretariar os trabalhos da comissão sindicante de que trata esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra vigor em 17 de maio de 2011.

Gabinete da Presidência, 17 de maio de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES DO NASCIMENTO,  
Presidente

ITACIR JOÃO FIORESE,  
Vice-Presidente

CARLOS EVANDRO LUZ,  
1º Secretário

WILSON LUIZ BINOTTO,  
2º Secretário

### **Resolução Nº 048, de 12 de maio de 2011.**

RESOLUÇÃO Nº 048, de 12 de maio de 2011.

Prorroga prazo da Sindicância instaurada pela Resolução nº 36, de 12 de abril de 2011, para apurar a responsabilidade sobre o envio da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF-2010, da Câmara Municipal de Caçador em data posterior ao prazo estabelecido em lei.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais e com fundamento nos arts. 185 e ss. e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 e no art. 2º da Resolução nº 36, de 12 de abril de 2011,

#### **R E S O L V E**

Art. 1º Prorrogar por 30(trinta) dias o prazo da Comissão Sindicante designada pela Resolução nº 36, de 12 de abril de 2011, para apurar a responsabilidade sobre o envio da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF-2010, da Câmara Municipal de Caçador em data posterior ao prazo estabelecido em lei.

Art. 2º Esta Resolução entra vigor em 12 de maio de 2011.

Gabinete da Presidência, 12 de maio de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,  
Presidente

CARLOS EVANDRO LUZ,  
1º Secretário

WILSON LUIZ BINOTTO,  
2º Secretário

**Resolução Nº 049, de 12 de maio de 2011.**

RESOLUÇÃO nº 049, de 12 de maio de 2011.

Designa Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 129, do Regimento Interno e com fundamento na Lei nº 8.666/1993 e alterações subsequentes,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Designar os Servidores abaixo relacionados para, sob a Presidência do primeiro, compor, durante o Exercício de 2011, a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Caçador:

**Membros Efetivos:**

JOSÉ ARI LINS - CPF nº 550.811.859-49

MARILUCY WIERSBICKY - CPF nº 560.488.829-04

ALMIR PAULO DIAS - CPF nº 808.294.739-04

**Membros Suplentes:**

ROSANE APARECIDA CASSOL PIROLI - CPF nº 949.993.339-53

ANGELA MARIA CARAMORI - CPF nº 071.539.339-13

Art. 2º - A Comissão Permanente de Licitações reunir-se-á sempre que houver licitações para serem analisadas e julgadas e, desde que não tenha sido nomeada Comissão Especial para análise de propostas.

Art. 3º Esta Resolução entra vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 12 de maio de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,  
PresidenteCARLOS EVANDRO LUZ,  
1º SecretárioWILSON LUIZ BINOTTO,  
2º Secretário**Resolução Nº 050, de 12 de maio de 2011.**

RESOLUÇÃO nº 050, de 12 de maio de 2011.

Nomeia Pregoeira e Equipe de Apoio, para procedimentos referentes à realização de licitação na modalidade de pregão, para as contratações na Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais, nos termos do art. 43, II da Lei Orgânica do Município de Caçador e com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear a servidora pública municipal VANIA REGINA MARAFFON, para realização dos processos licitatórios na modalidade de pregão, para aquisição de bens e serviços comuns pela Câmara Municipal de Caçador.

Art. 2º Ficam também nomeados, para Equipe de Apoio da Pregoeira, os servidores públicos municipais ALMIR PAULO DIAS e ANGELA MARIA CARAMORI.

Parágrafo Único. Na ausência da pregoeira, qualquer membro da Equipe de Apoio assumirá a função temporariamente.

Art. 3º A pregoeira solicitará aos órgãos responsáveis avaliações e pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos

licitatórios na modalidade de pregão, sempre que se fizerem necessários.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência, em 12 de maio de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,  
PresidenteCARLOS EVANDRO LUZ,  
1º SecretárioWILSON LUIZ BINOTTO,  
2º Secretário**Resolução Nº 51, de 16 de maio de 2011.**

RESOLUÇÃO nº 51, de 16 de maio de 2011.

Nomeia Assessora de Expediente da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Nomear PATRÍCIA FONSECA POTRICKUS, para o cargo em comissão de Assessora de Expediente da Câmara Municipal de Caçador, Classe: Assessoramento, Nível CPCA 3010, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º - Esta Resolução entra vigor em 16 de maio de 2011.

Gabinete da Presidência, 16 de maio de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,  
Presidente.ITACIR JOÃO FIORESE,  
Vice-Presidente.CARLOS EVANDRO LUZ,  
1º Secretário.WILSON LUIZ BINOTTO,  
2º Secretário.**Resolução Nº 52, de 16 de maio de 2011.**

RESOLUÇÃO nº 52, de 16 de maio de 2011.

Nomeia Assessora de Expediente da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Nomear PATRÍCIA FONSECA POTRICKUS, para o cargo em comissão de Assessora de Expediente da Câmara Municipal de Caçador, Classe: Assessoramento, Nível CPCA 3010, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º - Esta Resolução entra vigor em 16 de maio de 2011.

Gabinete da Presidência, 16 de maio de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,  
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,  
Vice-Presidente.

CARLOS EVANDRO LUZ,  
1º Secretário.

WILSON LUIZ BINOTTO,  
2º Secretário.

### **Resolução Nº 53, de 16 de maio de 2011.**

RESOLUÇÃO nº 53, de 16 de maio de 2011.

Autoriza conversão em pecúnia de licença prêmio a servidor da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, arts. 124 a 131 da Lei Complementar nº 56/2004 e considerando a necessidade da permanência do servidor no exercício das funções de seu cargo, por se tratar do único cargo de Analista Legislativo da Câmara Municipal de Caçador, preenchido, sendo as atividades do mesmo imprescindíveis ao bom andamento dos serviços do Poder Legislativo,

#### **R E S O L V E:**

Art. 1º Autorizar a conversão em pecúnia e o pagamento de 1/3(um terço) da licença prêmio a que faz jus o servidor JOSÉ ARI LINS, ocupante do cargo de Analista Legislativo da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPES 1020, conforme Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, pelo efetivo exercício de seu cargo no período de 30 de novembro de 2004 a 29 de novembro de 2009.

Art.2º Os 30(dias) de licença prêmio remanescentes, serão gozados pelo servidor em período a combinar com a Mesa Diretora.

Art. 3º Esta Resolução entra vigor nesta data.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,  
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,  
Vice-Presidente

CARLOS EVANDRO LUZ,  
1º Secretário.

WILSON LUIZ BINOTTO,  
2º Secretário.

## **Campo Alegre**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Portaria Nº 8.228 de 13 de Maio de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.228 DE 13 DE MAIO DE 2011

CONCEDE PROGRESSÕES HORIZONTAIS POR CAPACITAÇÃO E DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Capacitação ao

Servidor Público Municipal - Engenheiro Civil - LAÉRCIO TELLES, Matrícula Funcional nº 000413, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único A Progressão que trata o caput deste Artigo dá-se em razão da Progressão obtida pela avaliação de Desempenho e apresentação de Cursos de Capacitação de no mínimo de 150 horas, passando do Nível 6 Sub-Nível 61, Referência B para Nível 6 Sub-Nível 61 Referência C no valor de R\$ 2.076,48 (dois mil, setenta e seis reais, setenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de julho de 2008.

Art.2º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho ao Servidor Público Municipal já mencionado no Artigo 1º desta Portaria.

Parágrafo único A Progressão que trata o caput deste Artigo dá-se em razão da Progressão obtida pela avaliação de Desempenho, passando do Nível 6 Sub-Nível 61, Referência C para Nível 6 Sub-Nível 61 Referência D no valor de R\$ 2.592,61 (dois mil, quinhentos e noventa e dois reais, sessenta e um centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 05 de julho de 2010.

Art.3º) A diferença de vencimentos de que tratam as Progressões concedidas nos Artigos 1º; 2º e seus respectivos Parágrafos únicos, desta Portaria, conforme Processo Administrativo nº 513/2011, importam o valor de R\$ 3.803,01 (três mil, oitocentos e três reais, um centavo), já devidamente corrigido pelo INPC, o qual será descontado o valor de R\$ 418,33 (quatrocentos e dezoito reais, trinta e três centavos) referente a Contribuição do Servidor ao IPRECAL, o valor Patronal de R\$ 836,66 (oitocentos e trinta e seis reais, sessenta e seis centavos).

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de julho de 2008 e 05 de julho de 2010, respectivamente.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 13 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 8.229 de 13 de Maio de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.229 DE 13 DE MAIO DE 2011

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I - MARCIANE LOPES DOS SANTOS PASDA, Matrícula Funcional nº 000392, Registro no

Sistema Sob nº 887730, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência C para Nível 1 Sub-Nível 11 Referência D no valor de R\$ 628,32 (seiscentos e vinte e oito reais, trinta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 05 de abril de 2011.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de maio de 2011, será pago o valor de R\$ 16,30 (dezesseis reais, trinta centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2011, já descontado o valor de R\$ 2,02 (dois reais, dois centavos), referente a contribuição da servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 4,04 (quatro reais, quatro centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 05 de abril de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## Campos Novos

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Aviso TP 01\_11 Fundecampos

AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2011

O Município de Campos Novos através do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário de Campos Novos-Fundecampos, torna público que fará realizar no dia 06/06/2011 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preço do Tipo Menor Preço global, tendo como objeto EMPREITADA GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS-PROGRAMA PRONAT-MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA-CONVÊNIO:334.989-03/2010. CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, no horário das 13:30 min às 18:00 horas diariamente.

Campos Novos, 19 de maio de 2011.  
JAIRO LUFT  
Prefeito Em Exercício

## Canoinhas

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Anulação do processo licitatório n.º FMS 12/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 12/2011.  
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 03/2011  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas/Presidente do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Processo Licitatório n.º FMS 12/2011, na Modalidade de Pregão Presencial n.º FMS 03/2011, tendo em vista que o objeto foi incluído no processo licitatório n.º FMS 13/2011. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito a Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, Canoinhas/SC, de Segunda a Sexta-feira, no período das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito/Presidente do Fundo

#### Edital de Pregão Presencial n.º 35/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 77/2011  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 35/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/06/2011, às 14h05min, a abertura das propostas para aquisição de diversas peças destinadas à Motoniveladora Caterpillar 120 B, n.º 54. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

#### Edital de Tomada de Preços n.º 21/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 76/2011  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 21/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08 de junho de 2011, às 14h15min, a abertura de propostas para contratação de empresa especializada para execução de obra relativa a pavimentação asfáltica da Rua André Pangratz. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

#### Edital Nº 030/2011 Convoca Candidatos aprovados no Processo Seletivo Previsto no Edital Nº 04/SMS/2011.

EDITAL Nº 030/2011



**CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 04/SMS/2011.**

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 04/SMS/2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 85/2011;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

**RESOLVE:**

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº 04/SMS/2011, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas, SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- f) Cédula de Identidade (RG);
- g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual;
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem

designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do processo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os aprovados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 16 de maio de 2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 030/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: MEDICO GENERALISTA - ESF

SAULO JOSÉ RUTHES

CARGO - ENFERMEIRO - ESF

EDILAINE VIEIRA

CARGO - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

PATRICIA CAROLINA TEODOROVICZ

CARGO - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF (PIEDADE)

ALINE FERNANDA SILVA

CARGO - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF (RIO DO TIGRE OU ENCRUZILHADA)

ALESSANDRA VIEIRA PADILHA

## Capinzal

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Lei 2.962/2011**

LEI Nº 2.962, DE 18 DE MAIO DE 2011.

Concede revisão geral anual aos servidores públicos municipais e agentes políticos do Município de Capinzal.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Concede revisão geral anual, previsto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, pela aplicação do índice de 6,30% (seis



vírgula trinta por cento) sobre os vencimentos dos cargos, contratos temporários e empregos públicos do Poder Executivo da Administração Direta e Indireta e do Poder Legislativo do Município de Capinzal, bem como aos servidores inativos e pensionistas, cujos benefícios tenham sido concedidos com fundamento no direito à paridade entre vencimentos e proventos.

Parágrafo único. A revisão geral anual estabelecida por esta Lei corresponde ao período de maio de 2010 a abril de 2011.

Art. 2º A revisão geral anual prevista no art. 1º aplica-se também ao subsídio do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários municipais e dos vereadores.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta de dotações previstas no orçamento vigente no Município de Capinzal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, surtindo seus efeitos a contar de 1º de maio de 2011.

Capinzal, SC, 18 de maio de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

### **Lei 2.963/2011**

LEI Nº 2.963, DE 18 DE MAIO DE 2011.

Altera dispositivo da Lei nº 2.287, de 04 de julho de 2001, na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 2.287, de 04 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Vale Alimentação será no valor unitário de R\$ 11,65 (onze reais e sessenta e cinco centavos), reajustado anualmente, no mês de maio, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).” (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta de dotações previstas no orçamento vigente no Município de Capinzal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, surtindo seus efeitos a contar de 1º de maio de 2011.

Art. 4º Revoga a Lei nº 2.535 de 1º de abril de 2004.

Capinzal, SC, 18 de maio de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

### **Termo de Homologação - Resolução 001/2011**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 001/2011

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Leonir Boaretto, homologa a Resolução nº 001, aprovada em 27 de abril de 2011 pelo Conselho Municipal de Educação - COMED, que dispõe sobre a “Matriz Curricular da Educação Básica Nível Educação Infantil e Ensino Fundamental 9 anos”, publicada na íntegra na edição nº 738, página 15 a 18, em 13 de maio de 2011, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal - SC, em 18 de maio de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado a presente Homologação na data supra

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário de Administração e Finanças

### **Edital 007/2011**

EDITAL Nº 007, DE 2 DE MAIO DE 2011.

Dispõe sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Carmelo Zócolli, 155, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Leonir Boaretto, em consonância com a Lei Complementar nº 134, de 22 de dezembro de 2009, comunica aos contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) que os carnês do referido imposto deverão ser retirados, a partir desta data, na central de distribuição junto a antiga Biblioteca Pública Municipal, na Rua Vereador Rolindo Casagrande, nº 50, Centro, nesta cidade, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30m às 17h30m.

O pagamento em cota única, com 10% (dez por cento) de desconto, pode ser realizado até o dia 16 de maio de 2011 e para os contribuintes que optarem pelo parcelamento, os vencimentos são os seguintes:

1ª Parcela com vencimento em 16 de maio de 2011;

2ª Parcela com vencimento em 15 de junho de 2011;

3ª Parcela com vencimento em 15 de julho de 2011;

4ª Parcela com vencimento em 15 de agosto de 2011.

O recolhimento do IPTU poderá ser feito nas Agências da Caixa Econômica Federal, Rede de Lotéricas e Correspondentes “Caixa Aqui”.

Capinzal, SC, em 2 de maio de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

### **Edital 008/2011**

EDITAL Nº 008, DE 17 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre a audiência pública do Projeto de Lei Complementar do Código de Parcelamento do Solo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA às entidades civis organizadas e à população em geral que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA no dia 20 de maio de 2011, às 18:00h, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei Complementar nº 01, de 9 de maio de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento do Solo do Município de Capinzal.

Capinzal, em 17 de maio de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o teor do presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

## anexos - RReO - 2º Bimestre 2011

+{ CPL }-----{ 001 }+	
Município de CAPINZAL	
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Balanço Orçamentário	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO-ABRIL	
-----	
LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I	

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.529.492,22	47.529.492,22	6.559.085,18	13,800	12.956.963,38	27,260	34.572.528,84
RECEITAS CORRENTES	44.238.295,76	44.238.295,76	6.559.085,18	14,830	12.926.963,38	29,220	31.311.332,38
RECEITA TRIBUTARIA	2.875.865,61	2.875.865,61	425.403,12	14,790	672.002,44	23,370	2.203.863,17
IMPOSTOS	2.280.051,72	2.280.051,72	336.347,22	14,750	544.420,20	23,880	1.735.631,52
TAXAS	98.731,05	98.731,05	89.055,90	90,200	127.582,24	129,220	-28.851,19
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	497.082,84	497.082,84	0,00	0,000	0,00	0,000	497.082,84
RECEITA DE CONTRIBUICOES	651.089,50	651.089,50	113.205,91	17,390	223.726,61	34,360	427.362,89
CONTRIBUICOES SOCIAIS	14.332,50	14.332,50	0,00	0,000	0,00	0,000	14.332,50
CONTRIBUICOES ECONOMICAS	636.757,00	636.757,00	113.205,91	17,780	223.726,61	35,140	413.030,39
RECEITA PATRIMONIAL	288.165,15	288.165,15	86.630,75	30,060	160.577,54	55,720	127.587,61
RECEITAS IMOBILIARIAS	35.388,00	35.388,00	4.435,46	12,530	9.827,71	27,770	25.560,29
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	251.486,91	251.486,91	82.195,29	32,680	150.749,83	59,940	100.737,08
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	557,39	557,39	0,00	0,000	0,00	0,000	557,39
Outras Receitas Patrimoniais	732,85	732,85	0,00	0,000	0,00	0,000	732,85
RECEITA AGROPECUARIA	47.552,09	47.552,09	6.535,59	13,740	8.956,74	18,840	38.595,35
Receita da Producao Vegetal	668,87	668,87	0,00	0,000	0,00	0,000	668,87
Receita da Producao Animal e derivados	61,91	61,91	0,00	0,000	0,00	0,000	61,91
Outras Receitas Agropecuarias	46.821,31	46.821,31	6.535,59	13,960	8.956,74	19,130	37.864,57
RECEITA INDUSTRIAL	619,33	619,33	0,00	0,000	0,00	0,000	619,33
RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	619,33	619,33	0,00	0,000	0,00	0,000	619,33
RECEITA DE SERVICOS	3.870.117,65	3.870.117,65	738.558,77	19,080	1.330.012,46	34,370	2.540.105,19
TRANSFERENCIAS CORRENTES	35.168.333,81	35.168.333,81	5.023.861,13	14,290	10.004.667,93	28,450	25.163.665,88
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	28.119.311,11	28.119.311,11	4.948.329,03	17,600	9.826.610,83	34,950	18.292.700,28
Transferencias de Instituicoes Privadas	19.370,04	19.370,04	0,00	0,000	0,00	0,000	19.370,04
Transferencias de Pessoas	4.020,29	4.020,29	0,00	0,000	0,00	0,000	4.020,29
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	7.025.632,37	7.025.632,37	75.532,10	1,080	178.057,10	2,530	6.847.575,27
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.336.552,62	1.336.552,62	164.889,91	12,340	527.019,66	39,430	809.532,96
MULTAS E JUROS DE MORA	355.107,25	355.107,25	42.605,58	12,000	82.658,80	23,280	272.448,45
INDENIZACOES E RESTITUICOES	63.901,63	63.901,63	5.609,21	8,780	88.922,67	139,160	-25.021,04
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	345.672,78	345.672,78	63.509,28	18,370	275.789,70	79,780	69.883,08
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	571.870,96	571.870,96	53.165,84	9,300	79.648,49	13,930	492.222,47
RECEITAS DE CAPITAL	3.291.196,46	3.291.196,46	0,00	0,000	30.000,00	0,910	3.261.196,46
OPERACOES DE CREDITO	3.200.000,00	3.200.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	3.200.000,00
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	3.200.000,00	3.200.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	3.200.000,00
ALIENACAO DE BENS	91.196,46	91.196,46	0,00	0,000	0,00	0,000	91.196,46
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	66.102,75	66.102,75	0,00	0,000	0,00	0,000	66.102,75
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	25.093,71	25.093,71	0,00	0,000	0,00	0,000	25.093,71
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,000	30.000,00	0,000	-30.000,00
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,000	30.000,00	0,000	-30.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	47.529.492,22	47.529.492,22	6.559.085,18	100,000	12.956.963,38	100,000	34.572.528,84
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	47.529.492,22	47.529.492,22	6.559.085,18	100,000	12.956.963,38	100,000	34.572.528,84
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	47.529.492,22	47.529.492,22	6.559.085,18		12.956.963,38		
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	604.548,02	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	604.548,02	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	604.548,02	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-



							INSCRITAS EM			
	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		RESTOS A PAGAR		
DESPESAS								NÃO	%	Saldo a
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	PROCESSADOS	((g+h)	Liquidar
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	(/e)	(f-(g+h))
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	47.529.492,22	702.048,02	48.231.540,24	5.669.634,25	10.632.517,96	5.605.458,83	9.504.956,38	0,00	19,71	38.726.583,86
DESPESAS CORRENTES	33.648.927,35	-4.200,03	33.644.727,32	5.447.476,87	10.382.987,81	5.392.869,61	9.269.933,39	0,00	27,55	24.374.793,93
Pessoal e Encargos Sociais	16.511.246,51	-104.827,07	16.406.419,44	2.492.003,46	4.892.189,76	2.490.223,84	4.840.209,67	0,00	29,50	11.566.209,77
Juros/Encargos da Dívida	120.000,00	0,00	120.000,00	33.136,74	48.446,34	33.136,74	48.446,34	0,00	40,37	71.553,66
Outras despesas Correntes	17.017.680,84	100.627,04	17.118.307,88	2.922.336,67	5.442.351,71	2.869.509,03	4.381.277,38	0,00	25,59	12.737.030,50
DESPESAS DE CAPITAL	13.855.564,87	706.248,05	14.561.812,92	222.157,38	249.530,15	212.589,22	235.022,99	0,00	1,61	14.326.789,93
Investimentos	13.445.564,87	706.248,05	14.151.812,92	132.840,43	149.106,32	123.272,27	134.599,16	0,00	0,95	14.017.213,76
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	410.000,00	0,00	410.000,00	89.316,95	100.423,83	89.316,95	100.423,83	0,00	24,49	309.576,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	47.529.492,22	702.048,02	48.231.540,24	5.669.634,25	10.632.517,96	5.605.458,83	9.504.956,38	0,00	19,71	38.726.583,86
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	47.529.492,22	702.048,02	48.231.540,24	5.669.634,25	10.632.517,96	5.605.458,83	9.504.956,38	0,00	19,71	38.726.583,86
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	3.452.007,00	3.452.007,00	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	47.529.492,22	702.048,02	48.231.540,24	5.669.634,25	10.632.517,96	6.559.085,18	12.956.963,38	0,00	19,71	38.726.583,86

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

									INSCRITAS EM			
									RESTOS A PAGAR			
									NÃO		%	
									PROCESSADOS		(g+h)	
									(h)		/f	
									(g)		(- (g+h))	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	DOTAÇÃO Cred.Adicion.	Atualizada (f)=(d+e)	EMPENHADA		LIQUIDADADA						
	(d)	(e)		Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício					
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

|

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

+-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESAPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)	SALDO
	<b>DESAPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>47.529.492,22</b>	<b>48.231.540,24</b>	<b>5.669.634,25</b>	<b>10.632.517,96</b>	<b>5.605.458,83</b>	<b>9.504.956,38</b>	<b>100,00</b>	<b>19,71</b>	<b>38.726.583,86</b>
01	LEGISLATIVA	1.197.600,00	1.197.600,00	153.131,42	278.063,33	153.131,42	278.063,33	2,93	23,22	919.536,67
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.197.600,00	1.197.600,00	153.131,42	278.063,33	153.131,42	278.063,33	2,93	23,22	919.536,67
	<b>Subtotal</b>	<b>1.197.600,00</b>	<b>1.197.600,00</b>	<b>153.131,42</b>	<b>278.063,33</b>	<b>153.131,42</b>	<b>278.063,33</b>	<b>2,93</b>	<b>23,22</b>	<b>919.536,67</b>
04	ADMINISTRAÇÃO	6.207.221,61	6.207.221,61	891.112,20	1.736.055,72	865.570,11	1.544.950,22	16,25	24,89	4.662.271,39
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.207.221,61	6.207.221,61	891.112,20	1.736.055,72	865.570,11	1.544.950,22	16,25	24,89	4.662.271,39
	<b>Subtotal</b>	<b>7.404.821,61</b>	<b>7.404.821,61</b>	<b>1.044.243,62</b>	<b>2.014.119,05</b>	<b>1.018.701,53</b>	<b>1.823.013,55</b>	<b>19,18</b>	<b>24,62</b>	<b>5.581.808,06</b>
06	SEGURANÇA PÚBLICA	549.658,00	549.658,00	44.783,94	89.259,96	40.107,49	83.855,31	0,88	15,26	465.802,69
06.181	POLICIAMENTO	214.408,00	214.408,00	13.277,62	25.373,30	8.601,17	19.968,65	0,21	9,31	194.439,35
06.182	DEFESA CIVIL	335.250,00	335.250,00	31.506,32	63.886,66	31.506,32	63.886,66	0,67	19,06	271.363,34
	<b>Subtotal</b>	<b>7.954.479,61</b>	<b>7.954.479,61</b>	<b>1.089.027,56</b>	<b>2.103.379,01</b>	<b>1.058.809,02</b>	<b>1.906.868,86</b>	<b>20,06</b>	<b>23,97</b>	<b>6.047.610,75</b>
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	777.000,00	777.000,00	95.231,10	131.708,54	91.862,25	125.337,20	1,32	16,13	651.662,80
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	67.480,00	67.480,00	10.392,21	12.493,12	10.392,21	12.493,12	0,13	18,51	54.986,88
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	485.000,00	485.000,00	65.918,37	90.812,18	65.887,61	90.567,93	0,95	18,67	394.432,07
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	224.520,00	224.520,00	18.920,52	28.403,24	15.582,43	22.276,15	0,23	9,92	202.243,85
	<b>Subtotal</b>	<b>8.731.479,61</b>	<b>8.731.479,61</b>	<b>1.184.258,66</b>	<b>2.235.087,55</b>	<b>1.150.671,27</b>	<b>2.032.206,06</b>	<b>21,38</b>	<b>23,27</b>	<b>6.699.273,55</b>
10	SAÚDE	6.156.442,66	6.156.442,66	983.974,05	1.670.267,80	999.968,04	1.643.046,34	17,29	26,69	4.513.396,32
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	5.174.710,66	5.174.710,66	934.674,51	1.615.912,85	951.063,50	1.589.086,39	16,72	30,71	3.585.624,27
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	37.500,00	37.500,00	1.597,00	2.308,73	1.597,00	2.308,73	0,02	6,16	35.191,27
10.303	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	505.501,90	505.501,90	9.123,80	9.457,55	9.123,80	9.457,55	0,10	1,87	496.044,35
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	53.983,84	53.983,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.983,84
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	63.000,00	63.000,00	395,00	395,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.000,00
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	321.746,26	321.746,26	38.183,74	42.193,67	38.183,74	42.193,67	0,44	13,11	279.552,59
	<b>Subtotal</b>	<b>14.887.922,27</b>	<b>14.887.922,27</b>	<b>2.168.232,71</b>	<b>3.905.355,35</b>	<b>2.150.639,31</b>	<b>3.675.252,40</b>	<b>38,67</b>	<b>24,69</b>	<b>11.212.669,87</b>
12	EDUCAÇÃO	9.196.491,95	9.219.353,97	1.427.466,17	2.562.628,90	1.458.233,16	2.528.978,35	26,61	27,43	6.690.375,62
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	7.647.433,69	7.670.295,71	1.198.864,51	2.121.258,51	1.221.646,16	2.090.025,70	21,99	27,25	5.580.270,01
12.362	ENSINO MÉDIO	15.000,00	15.000,00	3.764,26	3.764,26	3.764,26	3.764,26	0,04	25,10	11.235,74
12.364	ENSINO SUPERIOR	18.000,00	18.000,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	0,02	8,33	16.500,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	1.402.058,26	1.402.058,26	217.337,40	417.714,13	219.322,74	415.296,39	4,37	29,62	986.761,87
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	30.000,00	30.000,00	0,00	392,00	0,00	392,00	0,00	1,31	29.608,00
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	84.000,00	84.000,00	6.000,00	18.000,00	12.000,00	18.000,00	0,19	21,43	66.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>24.084.414,22</b>	<b>24.107.276,24</b>	<b>3.595.698,88</b>	<b>6.467.984,25</b>	<b>3.608.872,47</b>	<b>6.204.230,75</b>	<b>65,27</b>	<b>25,74</b>	<b>17.903.045,49</b>
13	CULTURA	439.729,45	439.729,45	39.723,17	78.196,76	39.069,37	76.863,01	0,81	17,48	362.866,44
13.391	PATROMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E AR	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	429.729,45	429.729,45	39.723,17	78.196,76	39.069,37	76.863,01	0,81	17,89	352.866,44
	<b>Subtotal</b>	<b>24.524.143,67</b>	<b>24.547.005,69</b>	<b>3.635.422,05</b>	<b>6.546.181,01</b>	<b>3.647.941,84</b>	<b>6.281.093,76</b>	<b>66,08</b>	<b>25,59</b>	<b>18.265.911,93</b>
15	URBANISMO	8.378.639,46	8.571.025,46	785.075,12	1.410.030,68	788.874,07	1.378.358,65	14,50	16,08	7.192.666,81
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	470.000,00	470.000,00	7.765,25	8.328,83	6.597,68	6.693,48	0,07	1,42	463.306,52
15.452	SERVIÇOS URBANOS	7.387.610,96	7.579.996,96	691.079,34	1.237.322,92	685.990,34	1.211.949,14	12,75	15,99	6.368.047,82
15.453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	521.028,50	521.028,50	86.230,53	164.378,93	96.286,05	159.716,03	1,68	30,65	361.312,47
	<b>Subtotal</b>	<b>32.902.783,13</b>	<b>33.118.031,15</b>	<b>4.420.497,17</b>	<b>7.956.211,69</b>	<b>4.436.815,91</b>	<b>7.659.452,41</b>	<b>80,58</b>	<b>23,13</b>	<b>25.458.578,74</b>
16	HABITAÇÃO	630.000,00	630.000,00	51.279,15	51.279,15	51.279,15	51.279,15	0,54	8,14	578.720,85
16.482	HABITAÇÃO URBANA	630.000,00	630.000,00	51.279,15	51.279,15	51.279,15	51.279,15	0,54	8,14	578.720,85
	<b>Subtotal</b>	<b>33.532.783,13</b>	<b>33.748.031,15</b>	<b>4.471.776,32</b>	<b>8.007.490,84</b>	<b>4.488.095,06</b>	<b>7.710.731,56</b>	<b>81,12</b>	<b>22,85</b>	<b>26.037.299,59</b>
17	SANEAMENTO	8.398.303,74	8.398.303,74	349.502,22	1.187.971,75	234.963,53	442.878,43	4,66	5,27	7.955.425,31
17.511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	8.367.303,74	8.367.303,74	349.502,22	1.187.971,75	234.963,53	442.878,43	4,66	5,29	7.924.425,31
	<b>Subtotal</b>	<b>41.931.086,87</b>	<b>42.146.334,89</b>	<b>4.821.278,54</b>	<b>9.195.462,59</b>	<b>4.723.058,59</b>	<b>8.153.609,99</b>	<b>85,78</b>	<b>19,35</b>	<b>33.992.724,90</b>
18	GESTÃO AMBIENTAL	51.800,00	51.800,00	2.296,20	2.454,20	2.296,20	2.454,20	0,03	4,74	49.345,80

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	14.800,00	14.800,00	270,00	428,00	270,00	428,00	0,00	2,89	14.372,00
18.543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	30.000,00	30.000,00	2.026,20	2.026,20	2.026,20	2.026,20	0,02	6,75	27.973,80
18.544	RECURSOS HÍDRICOS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>41.982.886,87</b>	<b>42.198.134,89</b>	<b>4.823.574,74</b>	<b>9.197.916,79</b>	<b>4.725.354,79</b>	<b>8.156.064,19</b>	<b>85,81</b>	<b>19,33</b>	<b>34.042.070,70</b>
20	AGRICULTURA	750.300,00	847.800,00	87.636,75	147.608,22	101.318,20	134.929,84	1,42	15,92	712.870,16
20.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
20.601	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	612.800,00	710.300,00	73.124,56	124.773,94	83.526,64	113.268,61	1,19	15,95	597.031,39
20.602	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	19.500,00	19.500,00	875,00	1.001,36	0,00	126,36	0,00	0,65	19.373,64
20.604	DEPESA SANITÁRIA ANIMAL	44.000,00	44.000,00	2.758,57	10.184,30	6.142,94	9.886,25	0,10	22,47	34.113,75
20.606	EXTENÇÃO RURAL	44.000,00	44.000,00	10.878,62	11.648,62	11.648,62	11.648,62	0,12	26,47	32.351,38
	<b>Subtotal</b>	<b>42.733.186,87</b>	<b>43.045.934,89</b>	<b>4.911.211,49</b>	<b>9.345.525,01</b>	<b>4.826.672,99</b>	<b>8.290.994,03</b>	<b>87,23</b>	<b>19,26</b>	<b>34.754.940,86</b>
22	INDÚSTRIA	20.000,00	20.000,00	3.657,00	3.657,00	3.657,00	3.657,00	0,04	18,29	16.343,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	20.000,00	20.000,00	3.657,00	3.657,00	3.657,00	3.657,00	0,04	18,29	16.343,00
	<b>Subtotal</b>	<b>42.753.186,87</b>	<b>43.065.934,89</b>	<b>4.914.868,49</b>	<b>9.349.182,01</b>	<b>4.830.329,99</b>	<b>8.294.651,03</b>	<b>87,27</b>	<b>19,26</b>	<b>34.771.283,86</b>
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	588.000,00	618.000,00	113.906,50	178.313,77	135.904,75	176.473,52	1,86	28,56	441.526,48
23.691	PROMOÇÃO COMERCIAL	228.000,00	258.000,00	56.268,85	71.446,74	63.160,35	70.996,74	0,75	27,52	187.003,26
23.695	TURISMO	360.000,00	360.000,00	57.637,65	106.867,03	72.744,40	105.476,78	1,11	29,30	254.523,22
	<b>Subtotal</b>	<b>43.341.186,87</b>	<b>43.683.934,89</b>	<b>5.028.774,99</b>	<b>9.527.495,78</b>	<b>4.966.234,74</b>	<b>8.471.124,55</b>	<b>89,12</b>	<b>19,39</b>	<b>35.212.810,34</b>
24	COMUNICAÇÕES	22.000,00	22.000,00	4.073,82	7.273,82	3.972,22	5.572,22	0,06	25,33	16.427,78
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	22.000,00	22.000,00	4.073,82	7.273,82	3.972,22	5.572,22	0,06	25,33	16.427,78
	<b>Subtotal</b>	<b>43.363.186,87</b>	<b>43.705.934,89</b>	<b>5.032.848,81</b>	<b>9.534.769,60</b>	<b>4.970.206,96</b>	<b>8.476.696,77</b>	<b>89,18</b>	<b>19,39</b>	<b>35.229.238,12</b>
26	TRANSPORTE	1.865.700,00	2.225.000,00	306.141,60	421.741,46	300.984,87	385.892,84	4,06	17,34	1.839.107,16
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.865.700,00	2.225.000,00	306.141,60	421.741,46	300.984,87	385.892,84	4,06	17,34	1.839.107,16
	<b>Subtotal</b>	<b>45.228.886,87</b>	<b>45.930.934,89</b>	<b>5.338.990,41</b>	<b>9.956.511,06</b>	<b>5.271.191,83</b>	<b>8.862.589,61</b>	<b>93,24</b>	<b>19,30</b>	<b>37.068.345,28</b>
27	DESPORTO E LAZER	565.530,14	565.530,14	73.990,71	111.163,43	70.805,62	104.722,44	1,10	18,52	460.807,70
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	565.530,14	565.530,14	73.990,71	111.163,43	70.805,62	104.722,44	1,10	18,52	460.807,70
	<b>Subtotal</b>	<b>45.794.417,01</b>	<b>46.496.465,03</b>	<b>5.412.981,12</b>	<b>10.067.674,49</b>	<b>5.341.997,45</b>	<b>8.967.312,05</b>	<b>94,34</b>	<b>19,29</b>	<b>37.529.152,98</b>
28	ENCARGOS ESPECIAIS	1.710.075,21	1.710.075,21	256.653,13	564.843,47	263.461,38	537.644,33	5,66	31,44	1.172.430,88
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.710.075,21	1.710.075,21	256.653,13	564.843,47	263.461,38	537.644,33	5,66	31,44	1.172.430,88
	<b>Subtotal</b>	<b>47.504.492,22</b>	<b>48.206.540,24</b>	<b>5.669.634,25</b>	<b>10.632.517,96</b>	<b>5.605.458,83</b>	<b>9.504.956,38</b>	<b>100,00</b>	<b>19,72</b>	<b>38.701.583,86</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>47.529.492,22</b>	<b>48.231.540,24</b>	<b>5.669.634,25</b>	<b>10.632.517,96</b>	<b>5.605.458,83</b>	<b>9.504.956,38</b>	<b>100,00</b>	<b>19,71</b>	<b>38.726.583,86</b>
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>47.529.492,22</b>	<b>48.231.540,24</b>	<b>5.669.634,25</b>	<b>10.632.517,96</b>	<b>5.605.458,83</b>	<b>9.504.956,38</b>	<b>100,00</b>	<b>19,71</b>	<b>38.726.583,86</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

|

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| MAIO/2010 A ABRIL/2011 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	05/2010	06/2010	07/2010	08/2010	09/2010	10/2010	11/2010
RECEITAS CORRENTES (I)	3.879.606,83	3.729.287,67	3.355.706,32	3.545.036,09	3.329.412,71	3.524.493,28	3.594.373,53
Receita Tributária	538.478,37	362.438,06	249.618,64	230.617,75	185.503,60	161.724,47	235.173,39
IPTU	467.230,20	130.952,16	63.100,13	63.003,50	8.258,08	4.118,79	8.670,31
ISS	35.745,40	143.377,25	94.105,27	95.065,72	97.572,86	96.124,64	98.405,52
ITBI	4.552,62	41.373,42	51.229,57	34.405,74	38.266,95	11.162,85	69.053,78
IRRF	22.907,14	23.695,61	23.019,17	23.848,27	22.631,29	23.784,22	24.267,91
Outras	8.043,01	23.039,62	18.164,50	14.294,52	18.774,42	26.533,97	34.775,87
Receita de Contribuições	52.881,24	49.978,20	49.720,61	47.984,92	51.001,25	51.393,54	53.107,90
Receita Patrimonial	16.379,65	34.077,92	25.545,33	33.409,75	28.343,12	43.536,47	19.403,31
Receita Agropecuária	2.358,76	8.476,18	7.507,10	5.229,64	6.541,73	7.584,36	6.600,92
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	343.640,00	324.286,41	325.023,37	322.784,87	314.675,90	333.627,48	345.053,33
Transferências Correntes	2.865.312,51	2.792.286,81	2.601.613,01	2.792.569,88	2.631.782,72	2.853.901,67	2.799.632,73
Cota-Parte do FPM	779.470,39	676.481,14	497.442,61	666.672,44	556.516,10	599.083,08	718.159,51
Cota-Parte do ICMS	1.069.935,18	1.111.152,55	1.115.530,14	1.145.560,32	1.204.945,64	1.295.839,03	1.258.348,41
Cota-Parte do IPVA	126.576,08	123.105,36	131.055,50	109.805,94	121.083,87	103.738,99	79.928,25
Cota-Parte do ITR	99,70	768,60	14,83	0,00	606,87	12.264,68	376,96
Transf.da LC 87/1996	7.423,44	7.423,44	7.423,44	14.846,88	7.423,44	7.423,44	7.423,44
Transferência do FUNDEB	372.337,12	369.343,23	355.460,99	377.568,09	380.012,64	402.258,10	405.024,03
Outras Transferências	509.470,60	504.012,49	494.685,50	478.116,21	361.194,16	433.294,35	330.372,13
Demais Receitas Correntes	60.556,30	157.744,09	96.678,26	112.439,28	111.564,39	72.725,29	135.401,95
II-DEDUÇÕES	400.928,56	388.725,91	355.552,50	390.980,84	383.187,59	408.949,44	418.470,32
Contrib.EMPREGADORES e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	400.928,56	388.725,91	355.552,50	390.980,84	383.187,59	408.949,44	418.470,32
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	3.478.678,27	3.340.561,76	3.000.153,82	3.154.055,25	2.946.225,12	3.115.543,84	3.175.903,21



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | MAIO/2010 A ABRIL/2011 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	12/2010	01/2011	02/2011	03/2011	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	4.318.170,75	3.651.089,51	3.604.767,36	3.633.154,60	3.785.652,98	43.950.751,63	49.303.689,50	
Receita Tributária	269.785,66	86.577,06	160.022,26	160.400,71	265.002,41	2.905.342,38	2.875.865,61	
IPTU	19.156,50	547,77	0,00	0,00	54.952,37	819.989,81	916.314,33	
ISS	135.318,37	33.250,87	80.629,95	84.298,30	85.964,37	1.079.858,52	848.646,72	
ITBI	35.071,36	11.222,87	23.021,42	28.634,64	33.744,77	381.739,99	206.144,93	
IRRF	45.234,89	33.586,30	25.813,80	22.867,97	25.884,80	317.541,37	308.945,74	
Outras	35.004,54	7.969,25	30.557,09	24.599,80	64.456,10	306.212,69	595.813,89	
Receita de Contribuições	55.317,38	55.572,39	54.948,31	52.910,14	60.295,77	635.111,65	651.089,50	
Receita Patrimonial	45.287,26	17.734,50	56.212,29	36.873,58	49.757,17	406.560,35	288.165,15	
Receita Agropecuária	12.987,81	321,91	2.099,24	2.460,45	4.075,14	66.243,24	47.552,09	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	619,33	
Receita de Serviços	344.954,38	255.867,59	335.586,10	387.148,03	351.410,74	3.984.058,20	3.870.117,65	
Transferências Correntes	3.464.383,89	3.045.504,13	2.823.281,34	2.895.963,96	2.987.619,57	34.553.852,22	40.233.727,55	
Cota-Parte do FPM	1.255.247,03	867.995,86	935.138,29	610.477,26	809.185,68	8.971.869,39	8.905.053,67	
Cota-Parte do ICMS	1.348.030,59	1.268.209,56	1.125.959,96	1.286.546,81	1.278.733,77	14.508.791,96	14.758.784,72	
Cota-Parte do IPVA	44.633,51	78.273,17	95.393,01	128.076,47	125.681,14	1.267.351,29	1.208.025,00	
Cota-Parte do ITR	372,92	127,92	182,47	10,00	112,94	14.937,89	52.493,94	
Transf.da LC 87/1996	7.423,44	7.233,90	7.233,90	7.233,90	7.233,90	95.746,56	102.337,87	
Transferência do FUNDEB	442.362,28	454.990,73	421.515,66	435.898,51	458.872,64	4.875.644,02	4.530.800,00	
Outras Transferências	366.314,12	368.672,99	237.858,05	427.721,01	307.799,50	4.819.511,11	10.676.232,35	
Demais Receitas Correntes	125.454,37	189.511,93	172.617,82	97.397,73	67.492,18	1.399.583,59	1.336.552,62	
II-DEDUÇÕES	467.744,35	449.948,05	438.030,62	410.324,48	449.397,92	4.962.240,58	5.079.726,24	
Contrib.EMPREGADORES e TRAB.p/SEG.SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.SOCIAL Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.332,50	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	467.744,35	449.948,05	438.030,62	410.324,48	449.397,92	4.962.240,58	5.065.393,74	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	3.850.426,40	3.201.141,46	3.166.736,74	3.222.830,12	3.336.255,06	38.988.511,05	44.223.963,26	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A ABRIL 2011 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2010				Em 31 de Dez. de 2010				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL										
	19.850,00	0,00	0,00	19.850,00	0,00	1.151.443,08	0,00	707.056,11	444.386,97	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00		0,00
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN.DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE - CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	563.904,90	54.631,78	505.200,48		4.072,64
LEGISLATIVO										
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	19.850,00	0,00	0,00	19.850,00	0,00	1.727.347,98	54.631,78	1.224.256,59		448.459,61

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2010				Em 31 de Dez. de 2010				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIN ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

+-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--	------	------	------	------	------

<b>RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS</b>	Previsão Orçamentária	
Valor	0,00	

	Período de Referencia		
	Mês Anterior(03/2011)	Exercício Anterior(2010)	Exercício Atual(2011)
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>			

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>					
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS</b>					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo do Resultado Nominal |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (I)	1.847.388,92	1.836.282,04	1.746.965,09
DEDUÇÕES (II)	5.119.113,01	6.963.925,56	7.382.562,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.138.963,01	6.963.925,56	7.382.562,38
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-19.850,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-3.271.724,09	-5.127.643,52	-5.635.597,29
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-3.271.724,09	-5.127.643,52	-5.635.597,29

	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-507.953,77	-2.363.873,20

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-39.803,43

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor





+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Primário |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão Atualizada	RECEITAS REALIZADAS		Período de
		No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primárias Correntes (I)	43.986.620,97	6.476.889,89	12.776.213,55	11.117.802,71
Receita Tributária	2.875.865,61	425.403,12	672.002,44	618.652,26
IPTU	916.314,33	54.952,37	55.500,14	101.833,47
ISS	848.646,72	170.262,67	284.143,49	301.019,27
IRRF	308.945,74	48.752,77	108.152,87	108.445,97
ITBI	206.144,93	62.379,41	96.623,70	70.060,79
Outras	595.813,89	89.055,90	127.582,24	37.292,76
Receita de Contribuição	651.089,50	113.205,91	223.726,61	199.800,03
Outras Contribuições	651.089,50	113.205,91	223.726,61	199.800,03
Receita Patrimonial Líquida	36.490,36	4.435,46	9.827,71	10.969,18
Receita Patrimonial	288.165,15	86.630,75	160.577,54	85.608,56
(-) Aplicações Financeiras	251.674,79	82.195,29	150.749,83	74.639,38
Transferências Correntes	35.168.333,81	5.023.861,13	10.004.667,93	8.591.687,19
FPM	7.124.042,94	1.135.730,39	2.578.237,76	1.964.306,99
ICMS	11.807.027,78	2.052.224,58	3.967.560,34	3.497.361,41
Outras Transferências	16.237.263,09	1.835.906,16	3.458.869,83	3.130.018,79
Demais Receitas Correntes	5.254.841,69	909.984,27	1.865.988,86	1.696.694,05
Dívida Ativa	345.672,78	63.509,28	275.789,70	260.616,48
Diversas Receitas Correntes	4.909.168,91	846.474,99	1.590.199,16	1.436.077,57
Receitas de Capital (II)	3.291.196,46	0,00	30.000,00	0,00
(-) Operações de Crédito (III)	3.200.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	91.196,46	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	0,00	0,00	30.000,00	0,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	43.986.620,97	6.476.889,89	12.806.213,55	11.117.802,71

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação Atualizada	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
		No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	33.644.727,32	5.392.869,61	9.269.933,39	8.561.113,90
Pessoal e Encargos Sociais	16.377.415,25	2.477.631,99	4.827.617,82	4.457.073,59
Outras Despesas Correntes	17.147.312,07	2.882.100,88	4.393.869,23	4.065.771,58
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	120.000,00	33.136,74	48.446,34	38.268,73
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	33.524.727,32	5.359.732,87	9.221.487,05	8.522.845,17
Despesas de Capital (XI)	14.561.812,92	212.589,22	235.022,99	475.295,99
Investimentos	14.151.812,92	123.272,27	134.599,16	171.748,11
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	410.000,00	89.316,95	100.423,83	303.547,88
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	14.151.812,92	123.272,27	134.599,16	171.748,11
Reserva de Conting. (XVI)	25.000,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	47.701.540,24	5.483.005,14	9.356.086,21	8.694.593,28
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-3.714.919,27	993.884,75	3.450.127,34	2.423.209,43
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			604.548,02	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-2.761.196,46



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
|  
| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
| Demonstrativo do Resultado Primario |  
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
| JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |  
+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |  
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bim. (b)	Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	3.200.000,00	0,00	0,00	3.200.000,00
Operacoes de Credito	3.200.000,00	0,00	0,00	3.200.000,00
Operacoes de Credito Internas	3.200.000,00	0,00	0,00	3.200.000,00
Operacoes de Credito Internas Contratuais	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
Oper. de Cred. Int. P/prog. de Moder. da Administracao Pub.	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
Outras Operacoes de Credito Internas	2.500.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada (c)	No Bimestre	Até o Bim. (d)	Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	14.561.812,92	212.589,22	235.022,99	14.326.789,93
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	14.561.812,92	212.589,22	235.022,99	14.326.789,93
--------------------------------	---------------	------------	------------	---------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-11.361.812,92	-212.589,22	-235.022,99	-11.126.789,93
---------------------	----------------	-------------	-------------	----------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	91.196,46	0,00	91.196,46
Alienacao de Outros Bens Moveis	66.102,75	0,00	66.102,75
Alienacao de Outros Bens Imoveis	25.093,71	0,00	25.093,71
Total	91.196,46	0,00	91.196,46

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	89.196,46	795,00	88.401,46
Despesas de Capital	89.196,46	795,00	88.401,46
Investimentos	89.196,46	795,00	88.401,46
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	89.196,46	795,00	88.401,46

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	267.792,15	-795,00	266.997,15

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



[ www.cplinformatica.com.br ]

001

## Município de CAPINZAL

## Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	47.529.492,22
Previsão Atualizada da Receita	0,00	47.529.492,22
Receitas Realizadas	6.559.085,18	12.956.963,38
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	604.548,02
Déficit Orçamentário	0,00	702.048,02

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	47.529.492,22
Dotação Atualizada	0,00	48.231.540,24
Despesas Empenhadas	5.669.634,25	10.632.517,96
Despesas Liquidadas	5.605.458,83	9.504.956,38
Superávit Orçamentário	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	5.669.634,25	10.632.517,96
Despesas Liquidadas	5.605.458,83	9.504.956,38

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	38.988.511,05

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Res.Apur.até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	-39.803,43	-2.363.873,20	5938,8681
Resultado Primário	-2.761.196,46	3.450.127,34	-124,9504

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	19.850,00	-19.850,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	1.727.347,98	54.631,78	1.224.256,59	448.459,61
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[ www.cplinformatica.com.br ]

002

## Município de CAPINZAL

## Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Limites Constitucionais Anuais			
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Valor Apurado %Min.a Aplicar		%Aplicado
	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	3.200.000,00
Despesa de Capital Líquida	235.022,99	14.326.789,93

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	0,00	91.196,46
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	795,00	88.401,46

Limites Constitucionais Anuais			
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Valor Apurado %Min.a Aplicar		%Aplicado
	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde			

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



**anexos LRF- RGF 2º Bimestre 2011**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de CAPINZAL - PODER EXECUTIVO CONSOLIDADO |

| Relatório de Gestão Fiscal |

| Demonstrativo da Despesa Com Pessoal |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| MAIO/2010 A ABRIL/2011 |

+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

DESPESAS EXECUTADAS		
Últimos 12 Meses		
Despesa com Pessoal	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
DESPEZA BRUTA COM PESSOAL(I)	15.086.068,85	0,00
Pessoal Ativo	13.973.310,32	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	569.516,24	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	543.242,29	0,00
DESPEZA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF) (II)	6.408,66	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	6.408,66	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
DESPEZA BRUTA COM PESSOAL-LEGISLATIVO(I)	559.416,85	0,00
Pessoal Ativo	559.416,85	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	0,00	0,00
DESPEZA NAO COMPUTADAS-LEGISLATIVO (art.19,§1º da LRF) (I	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
<b>TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP (IV) = (I-II+III)</b>	<b>15.639.077,04</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>		<b>38.988.511,05</b>
<b>% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100</b>		<b>40,11%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>60,00%</b>	<b>23.393.106,63</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>57,00%</b>	<b>22.223.451,30</b>

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório de Gestão Fiscal |  
 | Demonstrativo da Dívida Consolidada |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A ABRIL 2011/1º Quadrimestre |  
 +-----

LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II

Especificação	PREFEITURA / FUNDOS			
	Saldo do Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Dívida Consolidada (I)	1.847.388,92	1.746.965,09	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.847.388,92	1.746.965,09	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Financeiro (II)	5.119.113,01	7.499.507,89	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	5.138.963,01	7.282.059,71	0,00	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	100.502,67	0,00	0,00
Demais Ativos Financeiros	0,00	116.945,51	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	-19.850,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (III=I-II)	-3.271.724,09	-5.752.542,80	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	37.253.989,76	38.988.511,05	0,00	0,00
Relação DC/RCL (I/RCL)	4,96	4,48	0,00	0,00
Relação DCL/RCL (III/RCL)	-8,78	-14,75	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal 120%	44.704.787,71	46.786.213,26	0,00	0,00

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001 3º Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
	DCL	Exced.	Redutor	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório de Gestão Fiscal |  
 | Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A ABRIL 2011/1º Quadrimestre |  
 +-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'c' e art.40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
	ANTERIOR	1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre
INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
EXTERNAS (II)				
Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	37.253.989,76	38.988.511,05	0,00	
% TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	8.195.877,75	8.577.472,43	0,00	

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005		
	ANTERIOR	1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre
GARANTIAS INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

```

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+
|                                     Município de CAPINZAL                      CONSOLIDADO |
|                                     Relatório de Gestão Fiscal                  |
|                                     Demonstrativo das Operações de Crédito      |
|                                     Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social      |
|                                     JANEIRO A ABRIL 2011/2º Bimestre             |
+-----+

```

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		Operações Realizadas Até o 2º Bimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		
Internas		0,00
Oper. de Cred. Int. P/prog. de Moder. da Adminis		0,00
Outras Operacoes de Credito Internas		0,00
Externas		0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)		0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)		0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		38.988.511,05
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL		0,00
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL		0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%		6.238.161,77
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%		2.729.195,77

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

CONSOLIDADO

Município de CAPINZAL  
Relatório de Gestão Fiscal  
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
JANEIRO A ABRIL 2011/2º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	7.382.562,38	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	114.963,14
Disponibilidade Financeira	7.382.562,38	Depósitos de Diversas Origens	114.963,14
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	7.382.562,38	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	7.282.059,71	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	100.502,67	Outras Obrigações Financeiras	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>7.382.562,38</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>114.963,14</b>
<b>INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>		<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>	
<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)</b>	<b>7.267.599,24</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.382.562,38</b>	<b>TOTAL</b>	<b>7.382.562,38</b>
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)</b>			<b>1.119.830,82</b>
<b>SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)</b>			<b>6.147.768,42</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
		Outras Obrigações Financeiras	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>		<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>	
<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)</b>			<b>0,00</b>
<b>SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)</b>			<b>0,00</b>
<b>DEFICIT</b>	<b>0,00</b>	<b>SUPERAVIT</b>	<b>6.147.768,42</b>

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório de Gestão Fiscal |  
 | Demonstrativo dos Restos a Pagar |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A ABRIL 2011/2º Bimestre |  
 +-----

LRF, art.55, inciso III, alínea 'b' - Anexo VI

PODER/ÓRGÃO	R E S T O S A P A G A R I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
LEGISLATIVO						
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.136,67
EXECUTIVO						
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	0,00	0,00	1.151.443,08	210.407,58	0,00	4.235.416,40
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	26.946,46	0,00	767.776,17
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	134.702,97
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAPINZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.901,47
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187.937,82
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	3.309,69	0,00	134.336,75
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	463.720,28
FUNDO MUN.DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	314.476,14
SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - S	0,00	0,00	563.904,90	879.167,09	0,00	1.991.387,74
Subtotal	0,00	0,00	1.727.347,98	1.119.830,82	0,00	8.351.655,74
TOTAL	0,00	0,00	1.727.347,98	1.119.830,82	0,00	8.472.792,41

F O N T E D E R E C U R S O S	R E S T O S A P A G A R I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO	0,00	215.574,42	0,00	107.062,63	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	875,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	4.107,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	3.309,69	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	9.796,58	0,00	27.199,14	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	442.845,43	0,00	745.093,32	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	2.259,80	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	2.410,35	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	1.894,20	0,00	0,00
TOTAL	0,00	668.216,43	0,00	894.211,13	0,00	0,00

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de CAPINZAL

CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Até o 4º Mes (Abr) de 2011

LRF, art.48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Tot.da Desp.Líquida com Pessoal nos 12 Ult.Meses	15.639.077,04	40,11
Limite Maximo	23.393.106,63	60,00
Limite Prudencial	22.223.451,30	57,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Liquida	-5.752.542,80	-14,75
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	46.786.213,26	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	8.577.472,43	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Créditos Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Creditos por Antecipacao de Receita	0,00	0,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito Internas e Externas	6.238.161,77	16,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito por Antec. de Receita	2.729.195,77	7,00

RESTOS A PAGAR	SUF.ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	1.119.830,82	7.382.562,38

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



**SIMAE****Portaria Nº 023/2011/SIMAE-CAO**

PORTARIA Nº 023/2011/SIMAE-CAO, de 17 de maio de 2011.  
Designa Servidor Responsável.

SIDNEI PENSO, Diretor do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica designado o servidor Edilson dos Santos Vilarino, brasileiro, casado, nascido em 13 de outubro de 1977, portador do CPF/MF nº 017.459.929-36, ocupante do cargo de Escriturário nesta Autarquia, para fazer licenciamentos, alterações de dados, primeiro emplacamento, transferências e requerimentos de segundas vias de documentos de veículos, de propriedade do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, junto à 11ª CIRETRAN, a contar de 17 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições da Portaria nº CAO/015/2006/SIMAE-CAO, de 03 de maio de 2006.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENSO  
Diretor

**Catanduvas****PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria P/ 5085/11, de 03.01.2011.**

PORTARIA P/ 5085/11, de 03.01.2011.  
"Demite, FELIPE SOLDI BORTOLON"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

**R E S O L V E,**

DEMITIR, Felipe Soldi Bortolon, ocupante do Cargo Odontólogo, com 40 horas semanais, contratado (a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato tem seus efeitos a partir da presente data, quando o (a) nominado (a) Servidor (a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/ 4739/09.

Catanduvas, 03 de janeiro de 2011.  
GISA APARECIDA GIACOMINI  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4739/09.

**Portaria P/ 5086/11, de 10.01.2011,**

PORTARIA P/ 5086/11, de 10.01.2011,  
"Nomeia para Cargo em Comissão, SCHEILA MARA CORSO GIOR-DANI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar

16/01, de 17 de dezembro de 2001,

**RESOLVE:**

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, Scheila Mara Corso Giordani, para as funções do Cargo em Comissão de Assessor (a) Jurídico (a), Nível CC-02, no Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito (a) e Vice Prefeito (a) com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos de 10 de janeiro a 31 de janeiro de 2011, em substituição ao Servidor Claudemir Tchói Bucco, que se encontra de férias, quando o (a) nominado (a) Servidor (a) passa a exercer essa função.

Catanduvas, 10 de janeiro de 2011.  
GISA APARECIDA GIACOMINI  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

**Portaria P/ 5087/11 , de 14.01.2011.**

PORTARIA P/ 5087/11 , de 14.01.2011.  
"Exonera a pedido, CELSO RIBEIRO DE FREITAS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02,

**RESOLVE:**

EXONERAR, mediante pedido do (a) interessado (a), Celso Ribeiro de Freitas, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível CE - 36A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Na forma permitida pela Lei Complementar Municipal, nº 19/02, conceda-se a Indenização - ITS ao Servidor (a) exonerado (a), observando-se criteriosamente os seus direitos.

Este ato atende pedido do (a) Servidor (a), que desempenhou suas funções até a data de 14 de janeiro de 2011.

Catanduvas, 14 de janeiro de 2011.  
OPrefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4024/06.

**Portaria P/ 5088/11, 14.01.2011,**

PORTARIA P/ 5088/11, 14.01.2011,  
"Reconduz a Cargo anterior"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

**RESOLVE:**

RECONDUZIR, ao cargo anteriormente ocupado por Alice Paganini, atualmente ocupante do Cargo de Tesoureiro (a), no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com alteração em seus vencimentos.

Este ato atende interesse da Administração Pública Municipal e visa adequar a situação do (a) Servidor (a) às normas da Lei Complementar nº 19/02, cessando a partir de 14/01/2011 os efeitos da Portaria P/ 4807/09.

Recondução ao Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de

Administração e Finanças.

Catanduvas, 14 de janeiro de 2011.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4807/09.

**Portaria P/ 5089/11, de 14.01.2011.**

PORTARIA P/ 5089/11, de 14.01.2011.  
"Prorroga por prazo determinado, JANETE COUTO DE OLIVEIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255/10, de 28 de abril de 2010,

RESOLVE:

PRORROGAR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a admissão de Janete Couto de Oliveira, ocupante do Cargo de Assistente Social, Nível CE - 81A, em caráter excepcional e por prazo determinado, com 40 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Pessoal.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/ 5072/10, elevando-o até 15 de fevereiro de 2011.

Catanduvas, 14 de janeiro de 2011.  
OPrefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 5072/10.

**Portaria P/ 5090/11, de 17.01.2011.**

PORTARIA P/ 5090/11, de 17.01.2011.  
"Nomeia por concurso, CELSO RIBEIRO DE FREITAS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, e Lei Complementar Municipal 66/2010, de 21 de junho de 2010,

RESOLVE:

NOMEAR, por concurso CELSO RIBEIRO DE FREITAS, para o Cargo de Operador de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias, Nível CE - 56A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 013/2010 e Decreto D/ 1.731/2010, com efeitos a partir de 17 de janeiro de 2011, quando o (a) nomeado (a) funcionário (a) passou a exercer essas funções.

Catanduvas, 17 de janeiro de 2011.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 5087/11.

**Portaria P/ 5091/11, de 17.01.2011.**

PORTARIA P/ 5091/11, de 17.01.2011.  
"Nomeia por concurso, JOÃO DEMARTINI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo

37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, e Lei Complementar Municipal 66/2010, de 21 de junho de 2010,

RESOLVE:

NOMEAR, por concurso JOÃO DEMARTINI, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE - 06A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 013/2010 e Decreto D/ 1.731/2010, com efeitos a partir de 17 de janeiro de 2011, quando o (a) nomeado (a) funcionário (a) passou a exercer essas funções.

Catanduvas, 17 de janeiro de 2011.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

**Portaria P/ 5092/10, de 17.01.2011.**

PORTARIA P/ 5092/10, de 17.01.2011.  
"Nomeia por concurso, MICHELE KEDINA CARDOSO BANDEIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, e Lei Complementar Municipal 66/2010, de 21 de junho de 2010,

RESOLVE:

NOMEAR, por concurso MICHELE KEDINA CARDOSO BANDEIRA, para o Cargo de Tesoureiro (a), Nível CE - 66A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 013/2010 e Decreto D/ 1.731/2010, com efeitos a partir de 17 de janeiro de 2011, quando o (a) nomeado (a) funcionário (a) passou a exercer essas funções.

Catanduvas, 17 de janeiro de 2011.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

**Portaria P/ 5093/11, de 17.01.2011,**

PORTARIA P/ 5093/11, de 17.01.2011,  
"Demite,

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, os contratados (as) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, abaixo seguem nome e a Portaria, respectivas, de cada Servidor (a):

NOME	CARGO	PORTARIA ANTERIOR	DATA SAÍDA
ARTHUR LEOPOLDO HOFFMANN	MÉDICO	P/ 4884/10	23/12/2010
FELIPE SOLDI BORTOLON	ODONTÓLOGO	P/ 4739/09	03/01/2011

ARIOLODO PAZ PADILHA	MÉDICO	P/ 4739/09	17/01/2011
EDUARDO FLECK ULMÍ	MÉDICO	P/ 4874/10	17/01/2011
ADRIANA CORREIA DE MELO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	P/ 4737/09	21/01/2011
DANIELE TISSIANE DEMARTINI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	P/ 4885/10	21/01/2011
DIRCEMA MATIAS GIUMBELI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	P/ 4737/09	21/01/2011
GILVANA MAKOWSKI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	P/ 4737/09	21/01/2011
INES MENEGHINI DE LIMA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	P/ 4737/09	21/01/2011
JULIANA DO CARMO E. RODRIGUES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	P/ 4737/09	21/01/2011
MARGARETE APARECIDA CHINATO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	P/ 4737/09	21/01/2011
MARINEI SANTOS DE BAIRROS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	P/ 4737/09	21/01/2011
NILZA LAVORATTI BITTENCOURT	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	P/ 4737/09	21/01/2011
ROSEMERI F. DALA C. HETKOWSKI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	P/ 4883/10	21/01/2011
SILMARA DE FÁTIMA B. MEDEIROS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	P/ 4737/09	21/01/2011
SIMONE PAVIANI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	P/ 4737/09	21/01/2011
VALMIR JOSÉ GERVÁSIO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	P/ 4858/09	21/01/2011
GEONARA PAULA SECCO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	P/ 4739/09	21/01/2011
SONIA MARA PARI-SOTTO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	P/ 4739/09	21/01/2011

Catanduvás, 17 de janeiro de 2011.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

**Portaria P/ 5094/11, de 17.01.2011.**

PORTARIA P/ 5094/11, de 17.01.2011.  
"Nomeia por concurso, NEVERSON CLEBER DE OLIVEIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvás, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, e Lei Complementar Municipal 66/2010, de 21 de junho de 2010,

**RESOLVE:**

NOMEAR, por concurso NEVERSON CLEBER DE OLIVEIRA, para o Cargo de Agente de Serviços e Manutenção, Nível CE - 06A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 013/2010 e Decreto D/ 1.731/2010, com efeitos a partir de 17 de janeiro de 2011, quando o (a) nomeado (a) funcionário (a) passou a exercer essas funções.

Catanduvás, 17 de janeiro de 2011.  
GISA APARECIDA GIACOMINI  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 4964/10.

**Portaria P/ 5095/11, de 17.01.2011.**

PORTARIA P/ 5095/11, de 17.01.2011.  
"Nomeia por concurso, JULIANO DE DEUS E SILVA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvás, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, e Lei Complementar Municipal 66/2010, de 21 de junho de 2010,

**RESOLVE:**

NOMEAR, por concurso JULIANO DE DEUS E SILVA, para o Cargo de Operador de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias, Nível CE - 56A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 013/2010 e Decreto D/ 1.731/2010, com efeitos a partir de 17 de janeiro de 2011, quando o (a) nomeado (a) funcionário (a) passou a exercer essas funções.

Catanduvás, 17 de janeiro de 2011.  
GISA APARECIDA GIACOMINI  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

**Portaria P/ 5096/11, de 17.01.2011.**

PORTARIA P/ 5096/11, de 17.01.2011.  
"Nomeia por concurso, JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvás, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, e Lei Complementar Municipal 66/2010, de 21 de junho de 2010,

**RESOLVE:**

NOMEAR, por concurso JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA, para o Cargo de Agente de Construção e Manutenção, Nível CE - 46A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 013/2010 e Decreto D/ 1.731/2010, com efeitos a partir de 17 de janeiro de 2011, quando o (a) nomeado (a) funcionário (a) passou a exercer essas funções.

Catanduvás, 17 de janeiro de 2011.  
GISA APARECIDA GIACOMINI  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 5010/10.

**Portaria P/ 5097/11, de 17.01.2011.**

PORTARIA P/ 5097/11, de 17.01.2011.  
"Nomeia por concurso, DEBORA DE ANDRADE"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvás, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, e Lei Complementar Municipal 66/2010, de 21 de junho de 2010,

**RESOLVE:**

NOMEAR, por concurso DEBORA DE ANDRADE, para o Cargo de

Agente Administrativo, 40 horas semanais, Nível CE-51A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 013/2010 e Decreto D/ 1.731/2010, com efeitos a partir de 17 de janeiro de 2011, quando o (a) nominado (a) funcionário (a) passou a exercer essas funções.

Catanduvas, 17 de janeiro de 2011.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

### **Portaria P/ 5098/11, de 17.01.2011.**

PORTARIA P/ 5098/11, de 17.01.2011.

"Nomeia por concurso, DOUGLAS ANTONIOLLI MICHOT"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, e Lei Complementar Municipal 66/2010, de 21 de junho de 2010,

#### **RESOLVE:**

NOMEAR, por concurso DOUGLAS ANTONIOLLI MICHOT, para o Cargo de Agente Administrativo, Nível CE - 51A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 013/2010 e Decreto D/ 1.731/2010, com efeitos a partir de 17 de janeiro de 2011, quando o (a) nominado (a) funcionário (a) passou a exercer essas funções.

Catanduvas, 17 de janeiro de 2011.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

### **Primeiro Termo aditivo ao Contrato Nº 0050/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0050/2011

Carta Convite nº 0012/2011 (Processo Licitatório nº 0019/2011).  
Objeto: Aquisição de pedras regulares e irregulares para execução de calçamento nas vias públicas do município, visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.  
Contratado (a): CCT - SERVICOS DE PAISAGISMO E JARDINAGEM LTDA - ME.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, o disposto na Cláusula 6.5 do contrato originário combinado com o artigo 65, § 1º da Lei 8666/93 (com alterações); e

CONSIDERANDO, a necessidade de aquisição de maiores quantidades de pedras regulares para a manutenção e construção de calçamentos,

#### **RESOLVE**

CLÁUSULA PRIMEIRA - Em face da necessidade de suprir a demanda de atendimento e continuidade das atividades da Secretaria, aditiva-se o valor do presente contrato em R\$ 5.736,00 (cinco

mil, setecentos e trinta e seis reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor global do presente contrato que antes era de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), após o acréscimo, passa a ser de R\$ 29.736,00 (vinte e nove mil, setecentos e trinta e seis reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 28 de abril de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

## Chapadão do Lageado

### CÂMARA DE VEREADORES

#### **Eleição para Presidente de Comissão**

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA QUARTA LEGISLATURA.

Aos 18 dias do mês de maio do ano de 2011, às 09:00h, na sala das sessões da câmara municipal, realizou-se a escolha do Presidente da comissão, que por aclamação, restou eleito o vereador Orlando Paul. Na seqüência, o presidente eleito para a Terceira Sessão Legislativa da Quarta Legislatura (2011) não havendo mais assuntos a ser tratado com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

## Concórdia

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 3/2011 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2011

A Secretária Municipal de Saúde torna público que ratificou o ato do Senhor Vilson Anivo Haefliger, Diretor Administrativo, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso I do Artigo 24, da Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações, para a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra de melhorias nas unidades de saúde dos Bairros Cristal, Petrópolis e Nossa Senhora da Salette, a favor da empresa KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, no valor total de R\$ 5.690,00 (Cinco mil, seiscentos e noventa reais).

Concórdia, SC, 17 de maio de 2011.  
MARIA LUIZA MARCON  
Secretária Municipal de Saúde



**Extrato do Resultado da Habilitação - Tomada de Preços Nº 4/2011 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2011 - PMC

OBJETO: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de obra de pavimentação em CAUQ e drenagem pluvial das Ruas Pedro Balbinot, no Distrito de Tamanduá, Fernandes Lima e Ramos da Cruz no Bairro Nova Brasília, e Ruas Madre Justina Inês e Leonildo José Moretto, no Bairro Frei Lency neste município, de acordo com o Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital.

**EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foram julgadas habilitadas as licitantes SETEP CONSTRUÇÕES S.A, DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA e BRITTER LTDA. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório as proponentes participantes, para se tiver interesse, interpor recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seus Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 27 (vinte e sete) de maio de 2011, às 10h (dez horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 18 de maio de 2011.  
INÊS SALETE KLEIN  
Presidente, em exercício

**Pregão eletrônico Nº 1/2011 FIA**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 1/2011 - FIA

Objeto: Aquisição de alimentos hortifrutigranjeiros para crianças e adolescentes dos Centros de Referência e Assistência Social, Centros de Referência Especializada e Assistência Social, Centros de Educacionais de Bem-Estar Social e Abrigo Lar Anjo Gabriel, conforme especificações constantes nos Anexos "A" e "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 01/06/2011.  
Início da Sessão: dia 01/06/2011, às 08:30, no endereço eletrônico <https://cidadecompras.cnm.org.br/>, horário de Brasília - DF.  
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 17 de maio de 2011.  
MAURO KICHEL  
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

**Pregão Presencial Nº 30/2011 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2011- PMC

Objeto: Aquisição e instalação de motor novo, para utilização em motoniveladora FIAT Allis, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "C", do Edital

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 16h do dia 01/06/2011.

Abertura: dia 02/06/2011, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 18 de maio de 2011.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Pregão Presencial Nº 32/2011 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2011- PMC

Objeto: aquisição de vacina contra influenza, (temporada 2011), e material para transporte, para os servidores da Prefeitura Municipal de Concórdia, em atendimento à Cláusula 11ª, Inciso XIII da Pauta de Negociação Salarial, e em conformidade com as especificações constantes do Anexo "C" do Edital

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 10:00h do dia 01/06/2011.

Abertura: dia 01/06/2011, às 14:00h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 18 de maio de 2011  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

---

**CÂMARA DE VEREADORES**

---

**Extrato de Contrato Nº 015/2011**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO: Nº 015/2011

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: LAVANDERIA CONÓRDIA LTDA

OBJETO: Serviços de copa e de limpeza em todas as dependências internas e nos acessos ao edifício da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

VALOR TOTAL: R\$ 30.331,20 (trinta mil e trezentos e trinta e um reais e vinte centavos)



CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903978.

DATA ASSINATURA: 23.03.2011

DATA VIGÊNCIA: 01.04.2011 a 31.03.2013

FORO: Comarca de Concórdia - SC

### **Extrato de Contrato Nº 016/2011-CVC**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 016/2011-CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: DYS EDITORA LTDA

OBJETO: Publicação dos Atos do Poder Legislativo em uma edição mensal no jornal O Imparcial.

VALOR TOTAL: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903990

DATA ASSINATURA: 05.05.2011

DATA VENCIMENTO: 31.12.2011

FORO: Comarca de Concórdia - SC

### **Primeiro Termo aditivo ao Contrato: Nº 014/2010**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº 014/2010

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: SÉRGIO BOCCA ME

OBJETO: a locação de duas vagas de garagem, para os veículos de uso do Poder Legislativo de Concórdia, Fiesta Sedan placas MCW 7485 e Vectra Sedan Elegance placas MHN 1423.

ALTERAÇÕES: Fica alterado o valor contratual e a vigência do contrato original.

VALOR TOTAL: R\$ 2.662,80 (Dois mil, seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903910

DATA ASSINATURA: 01.05.2011

DATA VENCIMENTO: 02.05.2012

FORO: Comarca de Concórdia - SC

## **Cordilheira Alta**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **decreto Nº 043/2011**

DECRETO 043/2011

"EXONERA E DECLARA A VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO DO SERVIDOR QUE MENCIONA, POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar nos termos do Art. 32, da Lei Complementar Municipal nº 018/2001, de 04 de julho de 2001, a Exoneração e a Vacância do cargo de Motorista, do quadro de cargos de provimento efetivo da administração direta do Município de Cordilheira Alta,

em virtude da concessão do benefício previdenciário de aposentadoria voluntária, concedida ao servidor VILSON FAVERO, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 17 de maio de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **Portaria 228/2011**

PORTARIA Nº 228/2011

" CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 7º - CF/88, Lei Municipal n. 912/2010 e demais legislações aplicáveis a espécie

RESOLVE:

Art. 1º Conceder LICENÇA MATERNIDADE, por 120 (cento e vinte) dias, a Sra. ANDREIA BREMBILLA TRESSOLDI, ocupante do cargo honorífico de Conselheira Tutelar, com fulcro no atestado médico anexo.

Art. 2º A licença será pelo período de 01/05/2011 à 29/08/2011.

Art. 3º O valor da remuneração correspondente ao pagamento dos dias entre o nascimento da criança (15/04/2011) e a concessão da Licença Maternidade, integrará o salário referente ao mês de maio/2011, cujo lançamento deverá ser efetuado na respectiva Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/05/2011.

Cordilheira Alta SC, 16 de maio de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **Portaria 229/2011**

PORTARIA Nº 229 DE 17 DE MAIO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidos 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde a Servidora, Sra. IZABEL COLOMBELLI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de

Educação, sendo do dia 17 de maio ao dia 14 de agosto do corrente ano, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 17 de maio de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### Portaria 230/2011

PORTARIA Nº 230 DE 17 DE MAIO DE 2011

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS Á SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. GELCI FILLIPIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2010 a 01/03/2011, que serão gozadas no período de 23/05/2011 a 21/06/2011.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de maio do corrente ano.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 17 de maio de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

GELCI FILLIPIN Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

**Coronel Martins**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

### Lei Complementar Nº 027 de 17 de Maio de 2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 027 DE 17 DE MAIO DE 2011

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder Transporte Coletivo ou Auxílio Financeiro às pessoas que cursam Ensino Superior, trata do Serviço Voluntário e Gratuito e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município,

que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder transporte coletivo ou auxílio financeiro a acadêmicos que residem e trabalham no município de Coronel Martins quando do deslocamento a instituições de ensino superior ou curso Técnico com sede em outros municípios.

§1º. Em se tratando do Auxílio Financeiro de que também trata este artigo, o mesmo equivale a 50%(cinquenta por cento) do custo mensal de deslocamento (passagens) dos acadêmicos que cursam os respectivos cursos de ensino superior.

§2º Para os acadêmicos que são beneficiados com o transporte coletivo escolar do Município, não haverá direito ao auxílio financeiro de que trata o parágrafo anterior.

Art. 2º Terão direito ao benefício previsto no Art. 1º os acadêmicos que cumprirem os seguintes requisitos:

- a) Comprovar residência no município de Coronel Martins e que se deslocam a outros municípios para cursar ensino superior;
- b) Cursar o Ensino Superior ou Técnico comprovando-o com apresentação de atestado de frequência mensal;
- c) Obter renda máxima mensal de até 03(três) salários mínimos, atestando-a com apresentação de comprovante de renda mensal.

Art. 3º As pessoas que terão direito ao auxílio financeiro deverão ter contas correntes abertas em instituições financeiras, para o devido depósito do valor correspondente ao percentual do custo de deslocamento.

Parágrafo único. Para prestar contas do recurso recebido, os alunos deverão apresentar mensalmente até o 5º dia útil, relatório de frequência escolar no respectivo curso e documento fiscal de empresa prestadora do serviço de transporte de passageiros.

Art. 4º O Pagamento do referido auxílio financeiro pelo Município se dará após a entrega dos documentos citados no artigo anterior, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da utilização dos serviços.

Art. 5º Como forma de contrapartida, os alunos e ou acadêmicos beneficiados com o auxílio financeiro e transporte coletivo municipal, deverão prestar serviço voluntário sempre que o poder público solicitar e for de interesse da coletividade, especialmente aqueles de natureza cívica, cultural, educacional, científica, recreativa, de saúde ou de assistência social, podendo estas atividades ser sugeridas pelos acadêmicos, desde que aprovada pelo poder público.

Art. 6º O serviço voluntário de que trata o artigo 5º não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 7º O serviço voluntário será exercido mediante celebração de termo de adesão entre o Município e o estudante prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições do seu exercício.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento municipal.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de Maio de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

### **Lei Municipal Nº 551 de 17 de Maio de 2011**

LEI MUNICIPAL Nº 551 DE 17 DE MAIO DE 2011.  
ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL N. 497/2009, DE 07 DE ABRIL DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I, do artigo 3º, da Lei Municipal n. 497/2009, de 07 de abril de 2009, passa a vigora com a seguinte redação:

“Art. 3º :

I - dotações do Orçamento Geral do Município de Coronel Martins, classificadas na função de habitação;

II - . ;  
III - . ;  
IV - . ;  
V - . ;  
VI - .

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, em 17 de Maio de 2011  
DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

### **Lei Municipal Nº. 552, de 17 de Maio de 2011.**

LEI MUNICIPAL Nº. 552, DE 17 DE MAIO DE 2011.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Especial pelo Superávit Financeiro do Exercício anterior no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na fonte 03.64.00.00.00 no orçamento de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Coronel Martins nas seguintes programações de despesas:

10.01 FUNDO DE SAUDE  
10.301.1001.2.016 MANUT. DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL  
Classificação Descrição Fonte Valor R\$  
4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas 03.64.00.00.00 30.000,00  
Total do Crédito Suplementar 30.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Especial pelo

Superávit Financeiro do Exercício anterior de que trata o artigo anterior, será utilizado parte dos recursos do Superávit Financeiro da fonte 03.64.00.00.00 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) da Unidade do Fundo Municipal de Saúde - FUNSAU.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 17 de Maio de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

## **Corupá**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **decreto Nº 236/10 - Dispõe sobre Rotinas a Serem Observadas pelos Condutores de Veículo do Município e Dá Outras Providências.**

DECRETO Nº 236/10

DISPÕE SOBRE ROTINAS A SEREM OBSERVADAS PELOS CONDUTORES DE VEÍCULO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no Artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica de Corupá;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar as rotinas a serem observadas pelos servidores condutores de veículos referente a manutenção, conservação, procedimentos de agendamento, registro de movimentação e conduta dos motoristas no âmbito da Administração Municipal de Corupá.

CONSIDERANDO que o Sistema de Controle interno, no uso de suas atribuições legais será o fiscalizador do cumprimento da presente norma.

CONSIDERANDO a necessidade administrativa e o interesse público.

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica aprovado o Regulamento que disciplinará as rotinas a serem observadas pelos servidores condutores de veículos referente a manutenção, conservação, procedimentos de agendamento, registro de movimentação e conduta dos motoristas no âmbito da Administração Municipal de Corupá. que reger-se-á por esta normas complementares expedidas pelo Chefe do Poder Executivo

#### **SEÇÃO I DOS PROCEDIMENTOS**

Art. 2º - A condução dos veículos e equipamentos somente poderá ser realizada por motorista profissional ou servidor, devidamente habilitado e autorizado.

Art. 3º - Os servidores públicos municipais, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de motorista, poderão dirigir veículos oficiais, desde que possuidores da Carteira

Nacional de Habilitação e devidamente autorizados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade a que pertençam, através de Portaria publicada no Diário Oficial dos Municípios.

## SEÇÃO II DEVER DOS CONDUTORES

Art. 4º - Proceder à inspeção periódica dos veículos e equipamentos, verificando seu estado de conservação, informar os reparos que se fizerem necessários ao Chefe da Oficina Mecânica do Município para que este tome as devidas providências;

Art. 5º - Conferir a existência dos acessórios e ferramentas de porte obrigatório no veículo (macaco, chave de roda, triângulo, extintor), antes de movimentar o veículo, notificando a chefia responsável sobre qualquer ausência dos mesmos, vencimento ou sobre quaisquer problemas que possam causar multas de trânsito;

Art. 6º - Verificar níveis de água, óleo, pressão dos pneus, faróis, lanternas e luz de freio, antes de movimentar o veículo;

Art. 7º - Preencher corretamente os dados do agendamento, autorização de saída ou qualquer outro documento de controle do veículo;

Art. 8º - Levar o veículo para serviços mecânicos terceirizados, programados ou imprevistos, somente mediante autorização ao Chefe da Oficina Mecânica do Município, anotando a hora de entrada na oficina e a quilometragem registrada no hodômetro ou velocímetro.

Art. 9º - Respeitar as leis de trânsito.

Art. 10º - Conduzir os veículos com segurança, ser prudente e conhecedor das normas do CONTRAN brasileiro;

Art. 11 - Comparecer, atuando ética e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço predeterminada.

Art. 12 - Cumprir as normas estabelecidas pela legislação vigente em todos os âmbitos e as normas estabelecidas pela administração;

Art. 13 - Cuidar do veículo como se fosse de sua propriedade, mantendo-o como novo, mas não fazer uso dele como se fosse veículo particular;

Art. 14 - Usar sempre o cinto de segurança, exigindo que todos os demais passageiros também o utilizem;

Art. 15 - Tratar os colegas e usuários do veículo sempre com respeito e cordialidade;

Art. 16 - Encerrado o expediente, o veículo destinado ao uso em serviço deverá ser recolhido à garagem correspondente, e o condutor do veículo deve entregá-lo devidamente limpo e pronto para ser utilizado a qualquer momento;

## SEÇÃO III DAS MULTAS DE TRÂNSITO

Art. 17 - O pagamento de multas advindas de infrações de trânsito cometidas por servidores quando da condução de veículos de propriedade do Município será realizada pela Prefeitura, a qual compete adotar as medidas necessárias visando ao ressarcimento da despesa ao erário por parte do responsável pela infração.

Art. 18 - O Controle Interno tem a responsabilidade de comunicar a Secretaria responsável sobre os Autos de Infrações existentes. Nos casos em que os autos de infração forem entregues nas secretarias correspondentes pelo correio, informar imediatamente ao controle interno. A secretaria responsável deve identificar o condutor infrator para que este se apresente ao Controle Interno. 1º - O condutor infrator deve se apresentar ao controle interno, em tempo hábil, para que este possa fazer devidamente a identificação do condutor junto ao DETRAN. Em casos de infrações que permitam recurso, o motorista deve procurar provas que eximam sua culpa na ocorrência de multa, e estas provas devem ser encaminhadas ao DETRAN ou então ao JARI caso ocorra a imposição de multa.

2º - Para todo auto de infração recebido, deve-se fazer a identificação do condutor junto ao Controle Interno, isso fica sob a responsabilidade de cada Secretaria, que deve ter o controle no uso de seus veículos para evitar danos ao erário.

Art. 19 - O condutor que dispensar a Defesa Prévia e assumir diretamente a responsabilidade da infração e o ônus da mesma, efetuará o ressarcimento da multa através de pagamento em parcela única ou parcelado, mediante instrumento legal cabível.

Art. 20 - O pagamento parcelado poderá ser efetuado de acordo com os seguintes procedimentos:

I - O condutor infrator de qualquer norma de trânsito fica responsável pelo pagamento da constante multa da Notificação de Autuação, podendo, se quiser autorizar o desconto mensal do parcelamento em sua folha de pagamento, respeitando o valor limite para desconto de acordo com a legislação municipal, bem como, salário percebido pelo mesmo. caso assim decida, o condutor infrator se compromete pelo pagamento da Notificação.

II - O condutor que se recusar a pagar o Auto de Infração, após ter se utilizado de todas as garantias dos princípios do contraditório e da ampla defesa, que lhe são cabíveis, será encaminhado a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, e está tomará as providências devidas.

## SEÇÃO IV DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 21 - O conteúdo da presente Decreto visa garantir o uso correto e consciente do bem público, evitando gastos ao erário com multas e manutenção excessiva por falta de cuidados constantes.

Art. 22 - Este Decreto entrará em vigor a partir de 04 de Outubro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, em 23 de julho de 2010.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito de Corupá

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LUIZ ALBERTO WIESE  
Controlador Interno

## **decreto Nº 237/10 - Dispõe sobre o Controle dos Bens Patrimoniais do Município e Dá Outras Providências.**

DECRETO Nº 237/10

DISPÕE SOBRE O CONTROLE DOS BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no Artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica de Corupá; CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos dados relativos



ao patrimônio, a fim de facilitar a sua localização, quantidade, valor e indicativos de obsolescência e depreciação.

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os procedimentos internos relativos a movimentação dos bens patrimoniais existente e a serem adquiridos pela Administração Pública.

CONSIDERANDO a necessidade administrativa e o interesse público.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Regulamento do controle dos bens patrimoniais do município de Corupá, que reger-se-á por esta normas complementares expedidas pelo Chefe do Poder Executivo

#### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º - Ao Setor de Patrimônio compete o planejamento, a execução e o controle das atividades referentes à administração dos bens patrimoniais móveis e imóveis de propriedade do Município, devendo exercer, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - promover o cadastro dos bens municipais, realizando inventários periódicos verificando a existência e o real estado de conservação, mantendo-o sempre atualizado;

II - providenciar o competente registro legal do tombamento de objetos móveis e imóveis considerados de interesse artístico, cultural ou de valor histórico para o Município;

III - elaborar plano de manutenção preventiva dos bens móveis e imóveis;

IV - promover, mediante avaliação prévia, a alienação dos bens obsoletos e inservíveis, na forma prevista na legislação pertinente;

V - providenciar a documentação legal das doações ativas e passivas;

VI - promover o recebimento, cadastro, etiquetamento e incorporação dos bens patrimoniais adquiridos;

VII - organizar e manter sob guarda, mediante arquivo próprio, a documentação geral dos bens patrimoniais, incluindo-se as cópias de nota de empenho, nota fiscal, e demais documentos pertinentes ao bem adquirido, inclusive quanto ao licenciamento de veículos, seguro obrigatório anual, documentos relativos a garantias de fabricação e registro de transferências;

VIII - elaborar os termos de responsabilidade sobre os bens vinculados às Secretarias, Departamentos e Setores, nos moldes do Sistema de Informática utilizado, atualizando-os sempre que houver exoneração, transferências ou substituição dos servidores responsáveis.

IX - realizar o acompanhamento e elaborar os competentes termos de transferências dos bens por ventura remanejados entre as Secretarias, Departamentos e Setores.

X - manter rígido controle sobre as apólices de seguro dos bens principalmente quanto ao valor e prazo de vigência.

XI - solicitar aos setores a documentação e informações necessárias ao desempenho de sua função, bem como fornecer documentos e informações com os setores que se relaciona;

XII - comunicar a Controladoria qualquer desvio, irregularidade ou falta de bens.

§ 1º - A movimentação da conta contábil "Bens Imóveis" se dará pelos atos administrativos de aquisição, recebimento por doação, desapropriação, usucapião, construção de obras, ampliação, reavaliação, perda por sinistro e alienação.

§ 2º - Os Bens Móveis serão objeto de registro analítico individualizado com a indicação de suas características e dos responsáveis pela sua guarda e administração (art. 94 da Lei 4.320/64).

§ 3º - O registro contábil dos bens móveis poderá ser de forma sintética (art. 95 da lei 4.320/64).

#### SEÇÃO II DOS PROCEDIMENTOS PARA AQUISIÇÃO

Art. 2º - O processo de aquisição de bens deverá obedecer as exigências dispostas na Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo único - Todo bem patrimonial comprado deverá ser procedido de uma Nota de Autorização de Compra.

Art. 3º - Na aquisição de todo e qualquer bem permanente o Setor de Contabilidade deverá encaminhar ao Setor de Patrimônio cópia da nota fiscal, respectiva nota de empenho e demais documentos comprobatórios da aquisição, para a necessária incorporação, através do cadastramento, controle e etiquetamento dos bens adquiridos, bem como o registro da responsabilidade pelo uso.

Parágrafo único - Os bens imóveis serão cadastrados pelo Setor de Patrimônio após recebimento da cópia do Termo de Recebimento Definitivo de Obra e/ou da Escritura Pública.

Art. 4º - As ações que envolvem a aquisição de bens deverão obedecer ao fluxograma constituído pelo Anexo I da presente regulamentação.

#### SEÇÃO III DOS PROCEDIMENTOS PARA RECEBIMENTO DO BEM

Art. 5º - O servidor responsável pelo recebimento do bem deverá atestar no verso da Nota Fiscal e identificar o local em que se encontra o bem e, encaminhar para liquidação;

Art. 6º - No final do mês o Departamento de Contabilidade ou o responsável encaminhará relatório dos bens adquiridos para a Divisão de Patrimônio, acompanhada da cópia da Nota de Liquidação de Empenho e cópia da frente e verso da Nota Fiscal do bem;

Art. 7º - A Divisão de Patrimônio de posse dos documentos citados no artigo anterior, procederá o tombamento e registro do bem.

#### SEÇÃO IV DOS PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO E TOMBAMENTO

Art. 8º - Para fins de registro e controle como patrimônio permanente, bens móveis, no âmbito da Administração Municipal, ficam estabelecidos, além do critério da estimativa de duração superior a dois anos, previsto no art. 15, §2º da Lei nº 4.320/64, que o valor da aquisição, construção ou avaliação seja igual ou superior a R\$ 100,00 (Cem Reais), salvo exceções admitidas pela Comissão de Inventário Patrimonial.

Art. 9º - Após o devido lançamento no Sistema de Patrimônio e gerado a etiqueta de numeração, a Divisão de Patrimônio deverá colar a etiqueta no bem.

Art. 10 - A Divisão de Patrimônio deverá certificar-se de que a identificação (etiqueta de numeração patrimonial) ficou bem colada e de fácil visualização.

Parágrafo único - No caso de carteiras e mesas escolares além da etiqueta deverá ser escrito com pincel atômico a numeração patrimonial na parte inferior do acento e na parte inferior da mesa, respectivamente.

Art. 11 - Após a identificação dos bens deverá ser emitido um novo Termo de Responsabilidade e colher a assinatura do responsável pela guarda dos bens.

#### SEÇÃO IV DOS PROCEDIMENTOS PARA TRANSFERÊNCIA

Art. 12 - Todas as transferências de bens móveis permanentes de um setor para outro deverão ser antecipadamente requisitadas ao Setor de Patrimônio que, se for o caso, autorizará a operação

mediante a elaboração do competente termo de transferência e emissão de novo termo de responsabilidade.

Art. 13 - Fica instituído o Termo de Transferência Patrimonial previsto no Anexo II, que deverá ser preenchido em 03(três) vias, as quais terão as seguintes destinações:

- I - Secreta/departamento/divisão de origem;
- II - Secreta/departamento/divisão de Destino;
- III - Divisão de Patrimônio.

Parágrafo Único - O modelo do Termo de Transferência Patrimonial deverá ser solicitado a Divisão de Patrimônio, caso a Secreta/departamento/divisão não disponha deste.

Art. 14 - As cedências de bens móveis pertencentes ao Município para terceiros somente ocorrerão quando autorizados pelo Prefeito, após cumpridas as exigências legais e celebrado Termo de Cedência previsto no Anexo III.

Art. 15 - A Divisão de Patrimônio remeterá o processo que autoriza a cedência a Departamento de Contabilidade, para a escrituração contábil no Sistema Compensado da responsabilidade da guarda dos bens pela entidade beneficiada.

Art. 16 - A entidade beneficiada com a cedência terá tratamento de Unidade Administrativa recebedora, ficando na pasta do movimento do mês que ocorreu a transferência ou cedência.

Art. 17 - Através do Termo de Transferência Patrimonial, a Divisão de Patrimônio deverá alterar no Sistema de Patrimônio a responsabilidade pela guarda do bem.

Parágrafo Único - Quando ocorrer substituições de Chefes, Assessores, Diretores, Diretores de Escolas e Secretários Municipais responsáveis pela guarda dos bens móveis, deverá ser comunicado por memorando e relação dos bens com códigos e descrição ao(a) Secretário(a) da pasta e a Divisão de Patrimônio sobre a conferência dos bens móveis devidamente assinada pelo sucessor, secretário(a) da pasta ou a quem for designado para a emissão do novo Termo de Responsabilidade.

#### SEÇÃO V DA PUBLICIDADE DOS BENS

Art. 18 - Serão determinados por ato normativo expedido pelo Chefe do Poder Executivo os servidores responsáveis pelo controle patrimonial em cada repartição pública municipal.

Art. 19 - Cada sala ocupada pelo setores da Administração Municipal, deverão obrigatoriamente ter afixado no verso da porta uma relação de bens prevista no Anexo IV, que encontra-se na sala ocupada.

Parágrafo Único - Quando não sendo possível deverá ser afixado em outro local de fácil acessibilidade para o Departamento de Patrimônio nas diligências a ser efetuadas.

#### SEÇÃO VI DA BAIXA DE BENS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS

Art. 20 - Os bens móveis considerados inservíveis, em desuso, obsoletos, ou outra razão, serão recolhidos a Divisão de Patrimônio.

Art. 21 - A Divisão de Patrimônio deverá propor em Processo Administrativo ao Secretário da Administração e Fazenda o destino a ser dado nos bens, relacionando-os com os devidos códigos de identificação numeral e o estado em que se encontram.

Art. 22 - O Secretário da Administração e Fazenda solicitará à Comissão de Patrimônio, nomeada através de Portaria, pelo Prefeito, parecer sobre as condições dos bens relacionados e o destino sugerido.

Art. 23 - Sendo o parecer da Comissão de Patrimônio favorável e homologado pelo Prefeito, será dado aos bens o destino proposto, procedendo a Divisão de Patrimônio seus registros de baixa.

Art. 24 - A Divisão de Patrimônio adotará os seguintes procedimentos:

- I - Retirá dos bens o código de identificação numeral inutilizando-os;
- II - Registrará no Sistema de Patrimônio, no Campo "Baixa", o motivo, número do processo e data;
- III - Extrairá do processo cópia da autorização do Prefeito e a relação de bens baixados e arquivará na pasta "Responsáveis pela Guarda de Bens Patrimoniais", na pasta do movimento do mês que ocorreu a baixa;
- IV - Colocará no processo o carimbo "Tombado" e o enviará para a Departamento de Contabilidade para fins de escrituração contábil da desincorporação dos bens.

#### SEÇÃO VII DO PARECER DA COMISSÃO DE PATRIMÔNIO

Art. 25 - O parecer da Comissão de Patrimônio poderá ser:

- I - De doação de alguns bens;
- II - De recuperação de outros;
- III - De alienação através de Leilão Oficial;
- IV - De inutilização.

Art. 26 - Em qualquer um dos casos sugeridos pela Comissão de Patrimônio, o parecer deverá ser homologado pelo Prefeito, e deverão ser seguidos os procedimentos adequados a cada sugestão aprovada.

#### SEÇÃO VIII DA REAVALIAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS

Art. 27 - A determinação de reavaliar os bens será solicitada pela Divisão de Patrimônio através de Processo Administrativo e será efetuada pela Comissão de Reavaliação de Bens Patrimoniais, nomeada através de Portaria, pelo Prefeito.

Art. 28 - A Divisão de Patrimônio relacionará por Unidade Administrativa, no formulário "Relação de Bens Patrimoniais", os bens sob a responsabilidade de cada uma delas, de acordo com o relatório emitido pelo Sistema de Patrimônio.

Art. 29 - A Comissão de Reavaliação de Bens Patrimoniais, a vista de cada um dos bens patrimoniais e de acordo com os critérios estabelecidos, determinará o valor de reavaliação.

Art. 30 - Para os bens móveis o critério será o seguinte:

- I - Para os bens em bom estado de conservação, 80% do valor de mercado;
- II - Para os bens em estado regular, 50% do valor de mercado;
- III - Para os bens em mau estado, 20% do valor de mercado;

Art. 31 - Depois de efetuado o levantamento de reavaliação, será o processo encaminhado a Divisão de Patrimônio que adotará as seguintes providências:

- I - Extrairá cópia das relações de avaliação;
- II - Colocará no processo o carimbo de "Tombado" e o enviará para a Departamento de Contabilidade para atualizar os registros.
- III - Pelas relações de reavaliação atualizará os registros no Sistema de Patrimônio;
- IV - Arquivará as relações de reavaliação na pasta de "Responsáveis pela Guarda de Bens Patrimoniais" da respectiva Unidade Administrativa, na pasta do movimento do mês que ocorreu a reavaliação dos bens.

#### SEÇÃO IX



**DO EXTRAÍO E FURTO DE BENS**

Art. 32 - O responsável pelo departamento que ocorreu o furto ou extravio dos bens deverá comunicar automaticamente ao departamento de patrimônio, bem como o Secretário pela pasta sobre a ocorrência do fato, para as respectivas providências cabíveis;

Art. 33 - Deverá ser lavrado o boletim de ocorrência, pelo responsável pelo departamento, que deverá encaminhar cópia juntamente com o termo de transferência para patrimônio para procedimento da baixa;

Art. 34 - Deverá ser realizado um parecer conclusivo da Comissão de Sindicância Interna.

**SEÇÃO X  
BENS PARTICULARES**

Art. 35 - Todo equipamento ou material permanente de propriedade particular do funcionalismo público que ingressar eventualmente nas repartições de trabalho, deverá preencher o Anexo V deste Decreto, pelo seu proprietário e ser comunicado formalmente ao Setor de Patrimônio.

**SEÇÃO XI  
DAS VISTORIAS**

Art. 36 - O Setor de Patrimônio deverá realizar vistorias periódicas em todos os bens, a fim de certificar-se de sua existência e conservação, comunicando a Secretaria de Administração e Fazenda, bem como a Controladoria, as anomalias encontradas.

Art. 37 - Anualmente deverá ser procedido o levantamento geral dos bens móveis e imóveis que terá por base o inventário físico-analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética da contabilidade, em conformidade com a legislação específica.

§1º - O levantamento ficará ao encargo de comissão de servidores, especialmente designados para tal fim.

§2º - Realizado, o inventário, este será objeto de análise e submetido aos ajustamentos necessários para a apresentação do balanço, dentro do prazo estabelecido.

§3º - Os ajustamentos ou conciliações serão feitos, verificando-se os assentamentos contábeis em confronto com o inventário. As divergências que porventura surgirem de diferença de preços, ou de avaliação, então serão ajustadas.

**SEÇÃO XII  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 38 - Em nenhuma hipótese os bens móveis podem ser transferidos, cedidos ou recolhidos sem a emissão do Termo de Transferência Patrimonial.

Art. 39 - Todo e qualquer recebimento de bem móvel deverá ser identificado e registrado pela Divisão de Patrimônio nos termos dos artigos 6º e 7º deste Decreto.

Art. 40 - A guarda e o zelo pelos bens móveis será sempre de responsabilidade da Secretaria/Departamento/Divisão que o bem estiver alocado.

Art. 41 - As relações de guarda e responsabilidade do bem será emitido pelo Sistema de Patrimônio deverão estar sempre atualizadas.

Art. 42 - A conservação dos bens públicos municipais é de responsabilidade de todos os servidores mediante uso adequado e cuidados de manutenção preventiva e corretiva.

Art. 43 - O Chefe do Poder Executivo expedirá portaria nomeando comissão especial para levantamento físico e financeiro dos bens patrimoniais da Administração Pública Municipal e Fundação, determinando os devidos responsáveis por Secretaria Municipal, divisão ou repartição Pública.

Art. 44 - A inobservância das normas estabelecidas neste Decreto pelos agentes públicos acarretará na sua responsabilização nos termos da Lei.

Art. 45 - Este Decreto entra em vigor a partir de 04 de Agosto de 2010, revogadas as disposições em contrário e condicionado a sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, em 23 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito de Corupá

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LUIZ ALBERTO WIESE  
Controlador Interno

**decreto 237/11 - anexo I - descrição dos fluxos de lançamento, registro e controle patrimonial****ANEXO I****Descrição dos fluxos de lançamento, registro e controle patrimonial****AQUISIÇÃO****EMPENHO****LIQUIDAÇÃO****NOTA FISCAL**CONTABILIDADE ENVIA COPIA DE EMPENHO  
E N/F AO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIOTOMBAMENTO DO BEM  
(Colocar a Plaqueta)IDENTIFICA A UNIDADE  
RESPONSÁVELLANÇAMENTO NO SISTEMA DE  
PATRIMÔNIOEMIÇÃO E ASSINATURA DOS TERMOS DE  
RESPONSABILIDADE**TRANSFERÊNCIA**SOLICITAÇÃO AO DEPARTAMENTO DE  
PATRIMÔNIOEMIÇÃO DO TERMO DE  
TRANSFERÊNCIAEMIÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE  
RESPONSABILIDADE DAS UNIDADES ENVOLVIDAS

**decreto 237/11 - anexo II - Termo de Transferencia Patrimonial****ANEXO II**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**  
**DIVISÃO DE PATRIMÔNIO**  
**TERMO DE TRANSFERÊNCIA PATRIMONIAL**

**ORIGEM:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_  
DEPARTAMENTO \_\_\_\_\_  
DIVISÃO DE \_\_\_\_\_

**DESTINO:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_  
DEPARTAMENTO \_\_\_\_\_  
DIVISÃO DE \_\_\_\_\_

**DOS BENS:**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO BEM

**OBS.:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

REMETI EM: ____ / ____ / ____	RECEBI EM: ____ / ____ / ____	RECEBI EM: ____ / ____ / ____
Remetente	Recebedor	Dep. Patrimônio

## decreto 237/11 - anexo III - Termo de Cedencia

## ANEXO III



**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**  
**DIVISÃO DE PATRIMÔNIO**  
**TERMO DE CEDÊNCIA**

**ORIGEM:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_  
DEPARTAMENTO \_\_\_\_\_  
DIVISÃO DE \_\_\_\_\_

**DESTINO:**

NOME: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

TELEFONE: (    )    -

**DOS BENS:**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO BEM

**OBS.:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

REMETI EM: ____ / ____ / ____	RECEBI EM: ____ / ____ / ____	RECEBI EM: ____ / ____ / ____
Remetente	Recebedor	Dep. Patrimônio

**decreto 237/11 - anexo IV - declaração de Bens neste Sala****ANEXO IV**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**  
**DIVISÃO DE PATRIMÔNIO**  
**DECLARAÇÃO DE BENS NESTE SALA**

**SALA:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_  
DEPARTAMENTO \_\_\_\_\_  
DIVISÃO DE \_\_\_\_\_  
SALA Nº \_\_\_\_\_

Encontram-se nas dependências do imóvel acima descrito os seguintes bens abaixo descritos:

**DOS BENS:**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO BEM

Na ausência ou transferência deverá obrigatoriamente ser observado o que preceitua os dispositivos previstos no Decreto nº. 237/09 de 23 de Julho de 2010.

**CERTIFICANTES:**

CONFERIDO EM: ____ / ____ / ____	CONFERIDO EM: ____ / ____ / ____
Responsável	Responsável

**decreto 237/11 - anexo V - declaração de Bens de Terceiros****ANEXO V**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**  
**DIVISÃO DE PATRIMÔNIO**  
**DECLARAÇÃO DE BENS DE TERCEIROS**

**LOCAL:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_  
DEPARTAMENTO \_\_\_\_\_  
DIVISÃO DE \_\_\_\_\_

**DO PROPRIETÁRIO:**

NOME: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

TELEFONE: (    )    -

**DOS BENS:**

QUANT.	DESCRIÇÃO DO BEM

EM: ____ / ____ / ____	CIENTE EM: ____ / ____ / ____	CIENTE EM: ____ / ____ / ____
Proprietário	Responsável do Setor	Dep. Patrimônio



**decreto Nº 241/10 - Autoriza a Interdição Parcial da Rua Vicente Brugnetti, para a Realização do "4º Congresso de Missões".**

DECRETO Nº 241/10

AUTORIZA A INTERDIÇÃO PARCIAL DA RUA VICENTE BRUGNETTI, PARA A REALIZAÇÃO DO "4º CONGRESSO DE MISSÕES".

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

CONSIDERANDO que, no dia 14 e 15 de agosto de 2010, das 18 às 22 horas, a Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Corupá, realizará o 4º Congresso de Missões,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a interdição, parcial do trânsito de veículos, em frente ao imóvel nº 141, localizado na Rua Vicente Brugnetti, no dia 14 e 15 de agosto de 2010, das 18:00 às 22 horas para a realização do 4º Congresso de Missões.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 13 de agosto de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**decreto Nº 242/10 - Dispõe sobre a Criação e o Regulamento da Comissão especial de Licitação para a Realização de Licitação Objetivando a Seleção**

DECRETO Nº 242/10

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E O REGULAMENTO DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO OBJETIVANDO A SELEÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS PARA DELEGACÃO DE PERMISSÃO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO EM VEÍCULO DE ALUGUEL A TAXÍMETRO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal

CONSIDERANDO que o transporte por táxi é serviço público sujeito a normas e regulamentos;

CONSIDERANDO a necessidade de ordenar e normatizar a prestação de serviços de táxi no Município;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a segurança dos usuários e condutores;

D E C R E T A :

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES

Art. 1º - Fica criada a Comissão Especial de Licitação, à qual compete:

I - realizar a licitação na modalidade Concorrência do tipo Melhor Técnica, destinada à seleção de 100 (cem) pessoas físicas para delegação de permissão para execução do serviço de transporte

de passageiro em veículo de aluguel a taxímetro, de acordo com a Lei nº 1.953, de 15 de dezembro de 2009, e suas regulamentações;

II - promover a licitação em todas as suas fases, elaborar e fazer publicar edital na imprensa oficial e no "site" deste Município;

III - fornecer aos interessados todos os elementos necessários à participação na licitação, prestando os esclarecimentos sempre de acordo com a legislação pertinente;

IV - proceder ao julgamento das propostas atendendo sempre aos critérios pré-estabelecidos nos atos convocatórios e seus anexos, inabilitando ou desclassificando as que não satisfizerem às exigências, no todo ou em parte;

V - elaborar minutas de contrato.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º - A Comissão Especial de Licitação será composta por seis membros, sendo três servidores da Secretaria de Administração e Fazenda, um Assessor Jurídico, todos designados por Portaria.

Parágrafo único - Esta Comissão Especial de Licitação fica vinculada à Secretaria de Administração e Fazenda.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º - Compete ao Presidente:

I - promover as reuniões para recebimento e julgamento de propostas, na forma da legislação vigente, observado inciso I do Art. 1º deste Decreto;

II - encaminhar e receber expedientes dos órgãos envolvidos nos trabalhos da Comissão Especial de Licitação;

III - encaminhar, para publicação na imprensa oficial, os avisos de edital, bem como todas as matérias de interesse da Comissão Especial de Licitação, em atendimento à legislação;

IV - promover as medidas necessárias ao perfeito funcionamento da Comissão Especial de Licitação;

V - solicitar a substituição de componentes da Comissão Especial de Licitação, quando necessário.

Art. 4º - Compete aos membros da Comissão Especial de Licitação:

I - atender à convocação do Presidente e participar de todas as reuniões da Comissão Especial de Licitação;

II - auxiliar o Presidente na elaboração de editais, minutas de contrato, atas e relatórios e demais atividades inerentes à Comissão Especial de Licitação;

III - auxiliar o Presidente em todas as fases dos procedimentos licitatórios;

IV - concorrer para que os serviços da Comissão Especial de Licitação sejam realizados a contento, na forma da Lei, dentro dos prazos pré-fixados;

V - responsabilizar-se pelos serviços de digitação e encaminhamento de ofícios, processos e comunicações aos interessados dos órgãos envolvidos;

VI - secretariar as reuniões e elaborar as atas;

VII - organizar e zelar pelos arquivos da Comissão Especial de Licitação;

VIII - executar demais tarefas designadas pelo Presidente.

Art. 5º - Compete ao Assessor Jurídico:

I - estar presente, sempre que convocado pelo Presidente, às reuniões da Comissão Especial de Licitação;

II - auxiliar a Comissão Especial de Licitação em todas as fases do procedimento licitatório;

III - pronunciar-se quanto ao aspecto legal das impugnações e recursos interpostos junto à Comissão Especial de Licitação.

Art. 6º - Compete ao Secretário de Administração a homologação,

a revogação ou a anulação do procedimento licitatório.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º - A comissão Especial de Licitação manterá organizada, em arquivo próprio, toda a documentação recebida ou gerada no desenvolvimento dos seus serviços.

Art. 8º - Os trabalhos da Comissão Especial de Licitação serão findados após a homologação do processo licitatório a que se destina.

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pelos membros da Comissão Especial de Licitação, ouvido o Secretário de Administração.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 13 de Agosto de 2010.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
Secretário Mun. Administração EFazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **decreto Nº. 235/10 - Dispõe sobre Prorrogação Prevista no artigo 2º da Lei 1936/09**

DECRETO Nº. 235/10  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA LEI 1936/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII, do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, e combinado com o artigo 4º da Lei Municipal, nº 1.936/2009 de 29 de setembro de 2009,

CONSIDERANDO que, o Município dentro do que prevê a legislação, através de dois Processos de Alienação de Bens Imóveis, não logrou êxito;

CONSIDERANDO que, até o dia 30 de Junho de 2010 não houve a venda do imóvel previsto no lote 4 do artigo 1º da Lei 1936/09, o qual se encontra localizado a Secretaria Municipal de Infra-estrutura.

#### DECRETA:

Art. 1º - O Prazo previsto no artigo 2º da Lei 1936/09 fica prorrogado até 30 de Março de 2011

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 23 de Julho de 2010.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
Secretário Mun. Administração e Fazendo

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **decreto Nº. 238/2010 - Autoriza a abertura de Créditos adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.**

DECRETO Nº. 238/2010

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 1979/10 de 04 de agosto de 2010,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 408.380,00 ( quatrocentos e oito mil trezentos e oitenta reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Obras	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	154.880,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	35.000,00
09.000		Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Depart. de Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	68.500,00
		TOTAL	408.380,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
02.000		Gabinete do Prefeito	
02.001		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Manutenção do Gabinete do Prefeito	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manutenção Atividades Divisão de Pessoal, Administrativas e Compras	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00

4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	150.000,00
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manutenção Atividades Divisão de Tesouraria, Contabilidade e Tributação	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
04.000		Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Desenvolvimento Rural	
017.512.0091.2013		Consórcio das Águas do Itapocú	
3.3.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	990,00
4.4.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	990,00
04.000		Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Desenvolvimento Rural	
020.606.0063.2005		Manutenção da Divisão de Agricultura	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
04.000		Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
04.002		Divisão de Meio Ambiente	
018.541.0073.2006		Manutenção da Divisão de Meio Ambiente	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00
05.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
05.002		Divisão de Desenv. Municipal e Planejamento	
022.121.0071.2008		Manutenção da Divisão de Desenvolvimento Municipal e Planejamento	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	2.900,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.366.0049.2022		Manutenção da Educação de Jovens Adultos	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	15.000,00

09.000		Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Depart. de Assistência Social	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	15.000,00
09.000		Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.003		Divisão de Trabalho e Habitação	
011.333.0065.2033		Manutenção do Departamento de Trabalho	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	15.000,00
09.000		Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.003		Divisão de Trabalho e Habitação	
016.482.0065.1002		Incentivo à Habitação Popular	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	4.500,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	34.000,00
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
028.845.0090.2031		Auxílio a Diversas Entidades	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00
		TOTAL	408.380,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 04 de Agosto de 2010.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **decreto Nº. 239/2010 - abre Créditos adicionais Suplementares**

DECRETO Nº. 239/2010  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, Nº. 1.948/2009 de 09 de dezembro de 2009,

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
028.843.0090.0001		Serviços da Dívida Interna	
4.6.90.00.00.00.00	01.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
		TOTAL	50.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
028.843.0090.0001		Serviços da Dívida Interna	
3.2.90.00.00.00.00	01.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
		TOTAL	50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 04 de Agosto de 2010.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
Secretário Mun. Administração E Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**decreto Nº. 243/2010 - abre Créditos adicionais Suplementares**

DECRETO Nº. 243/2010  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.948/2009 de 09 de dezembro de 2009,

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	

012.361.0047.1005		Construção, Ampliação e Melhoria das Unidades de Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00	01.19.00	Aplicações Diretas	45.000,00
		TOTAL	45.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte 01.19.00 – Transferências do Fundeb – (aplicação outras), no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 13 de Agosto de 2010.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**decreto Nº. 244/2010 - abre Créditos adicionais Suplementares**

DECRETO Nº. 244/2010  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.948/2009 de 09 de dezembro de 2009,

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
015.451.0040.1003		Pavimentação e Conservação da Área Urbana	
4.4.90.00.00.00.00	01.00.00	Aplicações Diretas	93.000,00
		TOTAL	93.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte 01.00.00 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 16 de agosto de 2010.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ



Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **decreto Nº. 245/2010 - abre Créditos adicionais Suplementares**

DECRETO Nº. 245/2010

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, Nº. 1.948/2009 de 09 de dezembro de 2009,

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Obras	
3.3.90.00.00.00.00	01.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
		TOTAL	40.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Obras	
3.1.90.00.00.00.00	01.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
		TOTAL	40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 16 de Agosto de 2010.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **decreto Nº. 246/2010 - abre Créditos adicionais Suplementares**

DECRETO Nº. 246/2010

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

Luiz Carlos Tamanini, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, Nº. 1.948/2009 de 09 de dezembro de 2009,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manutenção Ativ.Divisão de Pessoal, Adm. E Compras	
4.4.90.00.00.00.00	01.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
		TOTAL	40.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manutenção Ativ.Divisão de Pessoal, Adm. E Compras	
3.3.90.00.00.00.00	01.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
		TOTAL	40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de agosto de 2010.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **decreto Nº. 247/2010 - Autoriza a abertura de Créditos Suplementares e Dá outras Providências.**

DECRETO Nº. 247/2010

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 1948/2009 de 09 de dezembro de 2009:

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares em favor da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer de Corupá,



até o valor de R\$ 20.000,00 ( vinte mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
15.000		Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer	
15.001		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2025		Manutenção da Divisão de Esportes	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00
		TOTAL	20.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
15.000		Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer	
15.001		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2025		Manutenção da Divisão de Esportes	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00
		TOTAL	20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 24 de Agosto de 2010.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **decreto Nº. 248/2010 - abre Créditos adicionais Suplementares**

DECRETO Nº. 248/2010  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.948/2009 de 09 de dezembro de 2009,

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação	

08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	01.22.55	Aplicações Diretas	12.000,00
		TOTAL	12.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte 01.22.55 – Transferência de Convênios do Estado, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 25 de Agosto de 2010.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **Portaria Nº 1292/11 - Dispõe sobre a Rescisão do Contrato de Trabalho de Samuel Gessner, do Cargo de Professor aCT.**

PORTARIA Nº 1292/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE SAMUEL GESSNER, DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de SAMUEL GESSNER, do cargo de Professor ACT, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 1255/11 de 14 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 1293/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo como auxiliar de Controle Interno, Valquiria Michalak.**

PORTARIA Nº 1293/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO, VALQUIRIA MICHALAK.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de VALQUIRIA MICHALAK,

aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Auxiliar de Controle Interno, para o vencimento mensal com o Fator - 15, com carga horária de 35 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1294/11 - Concede Função Gratificada Fg - 1, à Servidora Valquiria Michalak.**

PORTARIA Nº 1294/11

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 1, à SERVIDORA VALQUIRIA MICHALAK.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG - 1, à servidora VALQUIRIA MICHALAK, para responder pela Coordenação de Controle Interno, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1295/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como assistente administrativo, elisandra Bertoli.**

PORTARIA Nº 1295/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, ELISANDRA BERTOLI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de ELISANDRA BERTOLI, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Assistente Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator - 15, com carga horária de 35 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2011, revogadas

as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1296/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como auxiliar administrativo, Luana Dantas Izidro.**

PORTARIA Nº 1296/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AUXILIAR ADMINISTRATIVO, LUANA DANTAS IZIDRO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de LUANA DANTAS IZIDRO, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Auxiliar Administrativo, para o vencimento mensal com o Fator - 02, com carga horária de 35 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1297/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como auxiliar de Serviços Gerais, Tayna Larissa Eggert.**

PORTARIA Nº 1297/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, TAYNA LARISSA EGGERT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de TAYNA LARISSA EGGERT, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator - 02, com carga horária de 44 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal



**Portaria Nº 1298/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como auxiliar de Serviços Gerais, Cristina Luy.**

PORTARIA Nº 1298/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, CRISTINA LUY.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de CRISTINA LUY, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator - 02, com carga horária de 44 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1299/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como Medica Pediatra, ana Cecilia Medeiros Mano azevedo.**

PORTARIA Nº 1299/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO MEDICA PEDIATRA, ANA CECILIA MEDEIROS MANO AZEVEDO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de ANA CECILIA MEDEIROS MANO AZEVEDO, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Medica Pediatra, para o vencimento mensal com o Fator - 39, com carga horária de 10 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1300/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como Operador de Maquina, Carlos Rathunde.**

PORTARIA Nº 1300/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO OPERADOR DE MAQUINA, CARLOS RATHUNDE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de CARLOS RATHUNDE, aprovado no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Operador de Maquina, para o vencimento mensal com o Fator - 19, com carga horária de 44 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1301/11 - Autoriza a Contratação Funcional de Efetivo Como Professor II - Matematica, Jully Elizabeth Andreghetoni Prawutzki.**

PORTARIA Nº 1301/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO PROFESSOR II - MATEMATICA, JULLY ELIZABETH ANDREGHETONI PRAWUTZKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de JULLY ELIZABETH ANDREGHETONI PRAWUTZKI, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Professor II - Matemática, para o vencimento mensal com o Fator - 2P, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1302/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como Professora II - educação Física, Camila de Lima.**

PORTARIA Nº 1302/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO PROFESSORA II - EDUCAÇÃO FÍSICA, CAMILA DE LIMA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de CAMILA DE LIMA, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Professora II - Educação Física, para o vencimento mensal com o Fator - 2P, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1303/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como Técnico em enfermagem, Nilton Paulo Padilha de Lima.**

PORTARIA Nº 1303/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO TÉCNICO EM ENFERMAGEM, NILTON PAULO PADILHA DE LIMA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de NILTON PAULO PADILHA DE LIMA, aprovado no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Técnico em Enfermagem, para o vencimento mensal com o Fator - 13, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1304/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como agente Comunitário, Doris Fuck Raduenz.**

PORTARIA Nº 1304/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AGENTE COMUNITARIO, DORIS FUCK RADUENZ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de DORIS FUCK RADUENZ, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator - 01, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1305/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como agente Comunitario, aurelia Lopes Pickicius.**

PORTARIA Nº 1305/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AGENTE COMUNITARIO, AURELIA LOPES PICKICIUS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de AURELIA LOPES PICKICIUS, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator - 01, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1306/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como agente Comunitario, Sonia Marli eiselt Bertoldi.**

PORTARIA Nº 1306/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AGENTE COMUNITARIO, SONIA MARLI EISELT BERTOLDI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de SONIA MARLI EISELT BERTOLDI, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator - 01, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1307/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como agente Comunitario, Juliane auerhahn Maia.**

PORTARIA Nº 1307/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AGENTE COMUNITARIO, JULIANE AUERHAHN MAIA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de JULIANE AUERHAHN MAIA, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator - 01, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1308/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como agente Comunitario, Hanelora Kruger Kiatkowski.**

PORTARIA Nº 1308/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AGENTE COMUNITARIO, HANELORA KRUGER KIATKOWSKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de HANELORA KRUGER KIATKOWSKI, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator - 01, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1309/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como agente Comunitario, Vanimeri Mahlstedt.**

PORTARIA Nº 1309/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AGENTE COMUNITARIO, VANIMERI MAHLSTEDT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de VANIMERI MAHLSTEDT, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator - 01, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1310/11 - Autoriza A Contratação Funcional de Efetivo Como Agente Comunitario, Rosemeri Hafemann Fischer.**

PORTARIA Nº 1310/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AGENTE COMUNITARIO, ROSEMERI HAFEMANN FISCHER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de ROSEMERI HAFEMANN FISCHER, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator - 01, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1311/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como agente Comunitario, Marília Begalke Melchert.**

PORTARIA Nº 1311/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AGENTE COMUNITARIO, MARILIA BEGALKE MELCHERT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de MARILIA BEGALKE MELCHERT, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator - 01, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1312/11 - Autoriza A Contratação Funcional de Efetivo Como Instrutora de Musica, Luciane Pryjmak Da Costa.**

PORTARIA Nº 1312/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO INSTRUTORA DE MUSICA, LUCIANE PRYJMAK DA COSTA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de LUCIANE PRYJMAK DA COSTA, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Instrutor de Música, para o vencimento mensal com o Fator - 15, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1313/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como Psicologa, Marina Gasino Jacobs.**

PORTARIA Nº 1313/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO PSICOLOGA, MARINA GASINO JACOBS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de MARINA GASINO JACOBS, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Psicóloga, para o vencimento mensal com o Fator - 22, com carga horária de 35 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1314/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como Trabalhador Braçal, Haloir Wischral.**

PORTARIA Nº 1314/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO TRABALHADOR BRAÇAL, HALOIR WISCHRAL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de HALOIR WISCHRAL, aprovado no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator - 02, com carga horária de 44 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1315/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como Odontologo, eduardo Fernandes Walter.**

PORTARIA Nº 1315/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO ODONTOLOGO, EDUARDO FERNANDES WALTER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de EDUARDO FERNANDES WALTER, aprovado no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Odontologo, para o vencimento mensal com o Fator - 35, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 11 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1316/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como Operador de Maquina I, Simião Biar.**

PORTARIA Nº 1316/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO OPERADOR DE MAQUINA I, SIMIÃO BIAR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de SIMIÃO BIAR, aprovado no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de OPERADOR DE MAQUINA I, para o vencimento mensal com o Fator - 20, com carga horária de 44 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 11 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1317/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como Psicologa, Katia Thaise Duarte Dos Santos.**

PORTARIA Nº 1317/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO PSICOLOGA, KATIA THAISE DUARTE DOS SANTOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de KATIA THAISE DUARTE DOS SANTOS, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Psicóloga, para o vencimento mensal com o Fator - 22, com carga horária de 35 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 11 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal



**Portaria Nº 1318/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como Técnica em enfermagem, debora Caroline Schmoeller.**

PORTARIA Nº 1318/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO TÉCNICA EM ENFERMAGEM, DEBORA CAROLINE SCHMOELLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de DEBORA CAROLINE SCHMOELLER, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Técnica em Enfermagem, para o vencimento mensal com o Fator - 13, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 11 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1319/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como auxiliar de Consultorio dentario, Mirian Padilha de Lima Struck.**

PORTARIA Nº 1319/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, MIRIAN PADILHA DE LIMA STRUCK.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de MIRIAN PADILHA DE LIMA STRUCK, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, para o vencimento mensal com o Fator - 08, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1320/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como Instrutor de Música, Samuel Gessner.**

PORTARIA Nº 1320/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO INSTRUTOR DE MÚSICA, SAMUEL GESSNER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de SAMUEL GESSNER, aprovado no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Instrutor de Música, para o vencimento mensal com o Fator - 15, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1321/11 - Suspende Função Gratificada Fg - 4.**

PORTARIA Nº 1321/11

SUSPENDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 4.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, em consonância com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Fica suspensa a Função Gratificada, com denominação de FG - 4, ao servidor RUBENS GONÇALVES MARTINS, pela Coordenação de Sistema de Águas Pluviais, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 15 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1322/11 - Autoriza a Contratação Funcional Por Tempo determinado Como auxiliar de Sala a Sra Maira Beatriz Picolli.**

PORTARIA Nº 1322/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SALA A SRA MAIRA BEATRIZ PICOLLI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09

de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. MAIRA BEATRIZ PICOLLI, a partir de 01 de abril de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 29 de julho de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 horas semanais, em razão ao aumento de matrículas na educação infantil, e da inexistência de candidato classificado em concurso público para o referido cargo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de abril de 2011.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1323/11 - Autoriza a Contratação Funcional Por Tempo determinado Como auxiliar de agrimensor O Sr. antonio Roque Hillbrecht.**

PORTARIA Nº 1323/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE AGRIMENSOR O SR. ANTONIO ROQUE HILLBRECHT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. ANTONIO ROQUE HILLBRECHT, a partir de 02 de maio de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 16 de dezembro de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Agrimensor, com carga horária de 35 horas semanais, em razão a substituição do funcionário Dairton José Giraldi, que ocupa o cargo em Comissão de Gerente de Planejamento, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 02 de maio de 2011.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1324/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como auxiliar de Serviços Gerais, ana Judith Rafaeli Rodrigues Jantsch.**

PORTARIA Nº 1324/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, ANA JUDITH RAFAELI RODRIGUES JANTSCH.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de ANA JUDITH RAFAELI RODRIGUES JANTSCH, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator - 02, com carga horária de 44 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 02 de maio de 2011.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1325/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como auxiliar de Serviços Gerais, Ivone Teresinha Da Silva Candiottto.**

PORTARIA Nº 1325/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, IVONE TERESINHA DA SILVA CANDIOTTO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de ANA IVONE TERESINHA DA SILVA CANDIOTTO, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator - 02, com carga horária de 44 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 02 de maio de 2011.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1326/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como auxiliar de Serviços Gerais, Iracema Krisanski Peggau.**

PORTARIA Nº 1326/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, IRACEMA KRISANSKI PEGGAU.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.



**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de IRACEMA KRISANSKI PEGGAU, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator - 02, com carga horária de 44 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 02 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1327/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como auxiliar de Serviços Gerais, Lucineia aparecida Dias Dambiski.**

PORTARIA Nº 1327/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, LUCINEIA APARECIDA DIAS DAMBISKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de LUCINEIA APARECIDA DIAS DAMBISKI, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator - 02, com carga horária de 44 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 02 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1328/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como auxiliar de Serviços Gerais, Imara Schweigert.**

PORTARIA Nº 1328/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, IMARA SCHWEIGERT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de IMARA SCHWEIGERT, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator - 02, com carga horária de 44 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis

do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 02 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1329/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como auxiliar de Serviços Gerais, Lourdes Golçalves Rodrigues.**

PORTARIA Nº 1329/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, LOURDES GOLÇALVES RODRIGUES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de LOURDES GOLÇALVES RODRIGUES, aprovada no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para o vencimento mensal com o Fator - 02, com carga horária de 44 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 02 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1330/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como Motorista, Eurico Hamann.**

PORTARIA Nº 1330/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO MOTORISTA, EURICO HAMANN.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de EURICO HAMANN, aprovado no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Motorista, para o vencimento mensal com o Fator - 19, com carga horária de 44 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 02 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1331/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como Operador de Maquina I, Paulo Olzewski.**

PORTARIA Nº 1331/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO OPERADOR DE MAQUINA I, PAULO OLZEWSKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de PAULO OLZEWSKI, aprovado no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Operador de Maquina I, para o vencimento mensal com o Fator - 20, com carga horária de 44 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 02 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1332/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como Trabalhador Braçal, Valdemiro Funka.**

PORTARIA Nº 1332/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO TRABALHADOR BRAÇAL, VALDEMIRO FUNKA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de VALDEMIRO FUNKA, aprovado no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Trabalhador Braçal, para o vencimento mensal com o Fator - 02, com carga horária de 44 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 02 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1333/11 - Autoriza a Contratação Funcional de efetivo Como agente Comunitario, denize Da Cruz Dos Santos.**

PORTARIA Nº 1333/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO AGENTE COMUNITARIO, DENIZE DA CRUZ DOS SANTOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de DENIZE DA CRUZ DOS SANTOS, aprovado no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Agente Comunitário, para o vencimento mensal com o Fator - 01, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1334/11 - Autoriza a Contratação Funcional Por Tempo determinado Como Professor act a Sra aliny Rebeque Cristo Gracioli.**

PORTARIA Nº 1334/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT A SRA ALINY REBEQUE CRISTO GRACIOLI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ALINY REBEQUE CRISTO GRACIOLI, a partir de 01 de abril de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 16 de dezembro de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude da ampliação no número de alunos no ensino fundamental, e da inexistência de candidato classificado em concurso público para o referido cargo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1335/11 - Suspende Função Gratificada Fg - 1.**

PORTARIA Nº 1335/11

SUSPENDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 1.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, em consonância com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Fica suspensa a Função Gratificada, com denominação de FG - 1, a servidora VALQUIRIA MICHALAK, pela Coordenação de Controle Interno, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar 29 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal**Portaria Nº 1336/11 - Dispõe sobre a Rescisão Do Contrato de Trabalho Do Sr. alessandro Willian Welicz, Do Cargo de Medico estrategia Saude Da Familia**

PORTARIA Nº 1336/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DO SR. ALESSANDRO WILLIAN WELICZ, DO CARGO DE MEDICO ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de ALESSANDRO WILLIAN WELICZ, do cargo de MÉDICO ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 1188/11 de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal**Portaria Nº 1337/11 - Dispõe sobre a Rescisão Do Contrato de Trabalho Do Sr. Jonatha Marques Natel, Do Cargo de auxiliar de agrimensor.**

PORTARIA Nº 1337/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DO SR. JONATHA MARQUES NATEL, DO CARGO DE AUXILIAR DE AGRIMENSOR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de JONATHA MARQUES NATEL, do cargo de Auxiliar de Agrimensor, admitido sob contratação temporária, nomeado através da Portaria nº 1262/11 de 14 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal**Portaria Nº 1338/11 - Dispõe sobre a Rescisão Do Contrato de Trabalho Da Sra. Sidneia Da Costa, Do Cargo de auxiliar de Sala.**

PORTARIA Nº 1338/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. SIDNEIA DA COSTA, DO CARGO DE AUXILIAR DE SALA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de SIDNEIA DA COSTA, do cargo de Auxiliar de Sala, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 749/10 de 09 de fevereiro de 2010.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de abril 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal**Portaria Nº 1339/11 - Dispõe sobre a Rescisão Do Contrato de Trabalho Da Sra. Jaqueline Leticia Meira Piontkiewicz, Do Cargo de Professor act.**

PORTARIA Nº 1339/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. JAQUELINE LETICIA MEIRA PIONTKIEWICZ, DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de JAQUELINE LETICIA MEIRA PIONTKIEWICZ, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 1239/11 de 07 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de abril 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1340/11 - Dispõe sobre a Rescisão Do Contrato de Trabalho Da Sra. Gisele Cristine Da Luz, Do Cargo de auxiliar de Serviços Gerais.**

PORTARIA Nº 1340/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. GISELE CRISTINE DA LUZ, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de GISELE CRISTINE DA LUZ, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 1205/11 de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 15 de abril 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1341/11 - exonera a Pedido, adalgisa Fatima Gaieski Do Cargo de enfermeira Psf.**

PORTARIA Nº 1341/11

EXONERA A PEDIDO, ADALGISA FATIMA GAIESKI DO CARGO DE ENFERMEIRA PSF.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, ADALGISA FATIMA GAIESKI, do cargo de Enfermeira PSF, admitida pelo Concurso Público 001/08, nomeada através da Portaria nº 393/08 de 15 de abril de 2008.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de abril de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 04 de maio de 2011

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato 065/11**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 065/11

Processo de licitação nº 028/11

Modalidade Dispensa nº 012/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MECÂNICA DIESEL FIGUEIRA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.066.248/0001-79, situada a Rod. BR-280, Km 58, 14727, Município de Guaramirim - Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA MECÂNICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO DO VEÍCULO FORD CARGO 2622 PLACAS MEU6192 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, para atendimento de situação emergencial, declarada através do Decreto 317/11 de 14 de Março de 2.011.

Valor do Contrato: R\$ 9.558,38 (Nove Mil, Quinhentos e Cinquenta e Oito Reais e Trinta e Oito Centavos).

Data da Assinatura: 14/05/2011

Data da Vigência: 31/12/2011

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Edital de Contratação Temporária - 05/2011**

Edital 05/2011/Semec

O Município de Corupá, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Educação (Semec), no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o processo seletivo para cadastro reserva, de professores de educação infantil e ensino fundamental, admitidos em caráter temporário, para atuação com crianças portadoras de necessidades especiais, na APAE de Jaraguá do Sul, face a convênio firmado entre o Município e àquela entidade, vinculados ao Regime Celetista.

**1. Das inscrições:**

As inscrições estarão abertas de 16 a 18 de maio de 2011, das 8h às 11h30 horas e das 14 às 17 horas, na Secretaria Municipal de Educação.

**2. Documentos para a inscrição (com cópias):**

- Carteira de identidade;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Atestado de tempo de serviço. Para a contagem de tempo de serviço será considerada como data fim 31/12/2010;
- Habilitação no cargo em que se inscreveu:

Cargo	Habilitação
Professor de Educação infantil e ou séries iniciais do ensino fundamental	Curso Superior (Pedagogia) Atestado de frequência em nível superior (Pedagogia)

**3.Classificação:**

A classificação será pela ordem:

- Habilitação;
- Tempo de serviço na função
- Maior idade;
- Estado civil;
- 1) Casados;
- 2) Demais.
- Maior número de dependentes

**4. Divulgação da Classificação:**

4.1. As listagens de classificação serão afixadas na Secretaria Municipal de Educação a partir de 23 de maio.

4.2. O candidato que se julgar prejudicado terá o prazo de 02 (dois) dias, a contar da data da divulgação para solicitar reconsideração, fazendo a solicitação através de requerimento encaminhado à



Secretaria Municipal de Educação.

5. Escolha de vagas:

- 5.1. A chamada para ocupar as vagas será a critério e por necessidade do Município.
- 5.2. A chamada dos candidatos será por telefone, a partir da necessidade e obedecerá à ordem da classificação.
- 5.3. O candidato classificado que receber o telefonema e não apresentar-se na Secretaria de Educação, no dia determinado, perderá todos os direitos sobre a escolha.

6. Condições para admissão:

6.1. Na admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Habilitação;
- b) Quitação com obrigações militares e eleitorais;
- c) CPF e título de eleitor;
- d) Carteira de Trabalho;
- e) Conta Corrente na Caixa Econômica Federal;
- f) Endereço completo e Certidão de Nascimento dos filhos e dependentes;

6.2. Deve ser respeitado o disposto no artigo 253 da LCM 14/09, a saber:

"O prazo de vigência de contrato por tempo determinado não poderá exceder a 12 (doze) meses, renovável uma única vez, se necessário, pelo mesmo período.

Parágrafo único - É vedada nova contratação de pessoa que já tenha sido contratada por tempo determinado, antes de decorrido o prazo de 6 (seis) meses de vencimento do contrato anterior."

7. Da vigência de contratação:

7.1. A contratação temporária terá por data limite o estabelecido em contrato ou até o preenchimento de vaga por concurso público, prevalecendo o que ocorrer antes, podendo ser rescindida a qualquer tempo, desde que desapareça a situação excepcional que a ensejou.

8. Disposições finais:

- 8.1. A inscrição constará do preenchimento de ficha própria à disposição na Semec e no site da Prefeitura Municipal: [www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) ;
- 8.2. Não será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, porém por procuração (com firma reconhecida), a qual deverá ser anexada à ficha de inscrição;
- 8.3. O processo seletivo de que trata este edital será realizado sob a coordenação da Semec;
- 8.4. Os casos omissos serão resolvidos por Comissão especialmente composta por ato do Prefeito Municipal.

Corupá, 16 de Maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal de Corupá

JONEY CICERO MOROZINI

Secretário de Educação de Corupá

INSCRIÇÃO DE PROFESSOR PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO: 2011

Número de inscrição: \_\_\_\_\_

I - Identificação

Nome: \_\_\_\_\_

Data Nasc.: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_ No de Dependente: \_\_\_\_\_

II - Endereço

Rua/Avenida: \_\_\_\_\_

Número: \_\_\_\_\_ Apto \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

III - Habilitação Profissional

( ) Pedagogia (Licenciatura Plena - Séries Iniciais ou Educação Infantil)

( ) Cursando a \_\_\_\_\_ fase de Pedagogia Séries Iniciais ou Educação Infantil

( ) Licenciatura Plena nas disciplinas de 6º ao 9º ano. Disciplina:

( ) Cursando a \_\_\_\_\_ fase de Licenciatura Plena em \_\_\_\_\_ de 6º ao 9º ano

( ) Ensino Médio

IV- Tempo de Serviço

Anos	Meses	Dias

V- Assinale as opções de inscrição:

Educação Infantil ( )

Ensino Fundamental: ( )

Corupá, \_\_\_\_\_ de maio de 2011

Assinatura do responsável pela inscrição

Assinatura do candidato

**Curitibanos**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Edital de Pregão Presencial Nº 73/2011**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2011

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para locação de cilindros e aquisição de gás oxigênio, acetileno, gás atal (mig), conforme anexo deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 03/06/2011, sito a rua Cel. Vidal Ramos 860, Centro, no Protocolo Central da Prefeitura. A partir das 16:00 horas do dia 03/06/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, sito a Rua Lages, nº 400, Centro, no Setor de Licitações e Contratos. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos.

Curitibanos, 16/05/2011.

JOEL VIANEI LONH

Prefeito Municipal em Exercício

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

**Edital de Pregão Presencial Nº 71/2011**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2011

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie; com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para Aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores Novos, para a Secretaria de Transportes e Obras, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Estradas Vicinais, Rádio Patrulha e Secretaria de Administração e Finanças conforme anexo I deste Edital de Chamamento e demais condições preestabelecidas neste Edital

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 07/06/2011, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 15:00 horas do dia 07/06/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Av. Lages, 400.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibaanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 13 de maio de 2011.  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito

ADAILTON ALVES  
Pregoeiro

### **Edital de Pregão Presencial Nº 72/2011**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2011

O Município de Curitibaanos, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de pregão presencial, para compras e serviços, do tipo menor preço por lote, para aquisição de peças e serviços para manutenção da bomba injetora da Retroescavadeira 580L, lâmina do trator de esteira D-50, motoniveladora 120 B3, motoniveladora 130 M e manutenção da LZP3948, conforme anexo I deste edital.

O Pregoeiro receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 14:00 horas do dia 03/06/2011, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pelo Pregoeiro, a partir das 14:30 horas do dia 03/06/2011, sito a Rua Lages, 400.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibaanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 13 de Maio de 2011.  
JOEL VIANEI LOHN  
Prefeito em Exercício

ADAILTON ALVES  
Presidente da CPL

### **Edital de Pregão Presencial Nº22/2011**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº22/2011.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibaanos torna público que se encontra aberta licitação, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007, 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Aquisição de materiais de enfermagem para manutenção de atividades realizadas nas Unidades de Saúde do município. Os interessados deverão entregar os envelopes da Proposta de Preços e da Documentação de Habilitação, no protocolo da Prefeitura Municipal ou no departamento de compras do Fundo de Saúde até às 14:00 horas do dia 13/06/2011, em seguida será realizada a abertura e classificação das propostas, a sessão pública para acolhimento dos lances verbais com as propostas classificadas terá início a partir das 14:00 horas do dia 14/06/2011, no setor de licitações do Fundo Municipal de Saúde. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se em [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 17 de maio de 2011.  
ALZANI ADRIANO SCUR  
Secretário Mun. Saúde

RICARDO BROCARDO  
Pregoeiro

**Ermo**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Contrato nº 18/2011**

CONTRATO nº 18/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina- Epagri

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho (PAT).

PRAZO: 20/04/2011 à 31/12/2011.

VALOR ESTIMADO: R\$ 19.998,79

Data da assinatura: 20/04/2011.

**Forquilha**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Extrato de Contrato PMF Nº. 100/2011**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 100/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COMERCIAL CARLESSI LTDA

OBJETO - aquisição de Materiais de Construção, para uso na manutenção das escolas da rede municipal de ensino, centros comunitários, unidades da secretaria de obras e unidades esportivas, do município de Forquilha SC.

VALOR - R\$ 213.704,70 (duzentos e treze mil setecentos e quatro



reais e setenta centavos)  
VIGÊNCIA - 31/12/2011  
DOTAÇÃO - 0501.2013.3390(57); 0501.2014.3390(63);  
0602.2020.3390(86); 0701.2033.3390(102);  
0803.2022.3390(137).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial  
nº. 62/FMF/2011  
DATA DA ASSINATURA - 04 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato PMF Nº. 102/2011**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 102/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA  
OBJETO - contratação de empresa para prestar serviços na recuperação de pavimentação a base de lajota de concreto pré-moldado, nos logradouros municipais, por meio da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano do Município de Forquilha/SC.  
VALOR - R\$ 68.700,00 (sessenta e oito mil e setecentos reais)  
VIGÊNCIA - 31/12/2011  
DOTAÇÃO - 0701.2033.3390 (102)  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 64/FMF/2011  
DATA DA ASSINATURA - 09 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato PMF Nº. 97/2011**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 97/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - DAGOSTIM MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
OBJETO - aquisição de Materiais de Construção, para uso na manutenção das escolas da rede municipal de ensino, centros comunitários, unidades da secretaria de obras e unidades esportivas, do município de Forquilha SC.  
VALOR - R\$ 1.394,00 (hum mil trezentos e noventa e quatro reais)  
VIGÊNCIA - 31/12/2011  
DOTAÇÃO - 0501.2013.3390(57); 0501.2014.3390(63);  
0602.2020.3390(86); 0701.2033.3390(102);  
0803.2022.3390(137).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 62/FMF/2011  
DATA DA ASSINATURA - 04 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato PMF Nº. 98/2011**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 98/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
OBJETO - aquisição de Materiais de Construção, para uso na manutenção das escolas da rede municipal de ensino, centros comunitários, unidades da secretaria de obras e unidades esportivas, do município de Forquilha SC.  
VALOR - R\$ 201.175,00 (duzentos e um mil cento e setenta e cinco reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2011  
DOTAÇÃO - 0501.2013.3390(57); 0501.2014.3390(63);  
0602.2020.3390(86); 0701.2033.3390(102);  
0803.2022.3390(137).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 62/FMF/2011  
DATA DA ASSINATURA - 04 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato PMF Nº. 99/2011**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 99/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - ELETRO BACK LTDA ME  
OBJETO - aquisição de Materiais de Construção, para uso na manutenção das escolas da rede municipal de ensino, centros comunitários, unidades da secretaria de obras e unidades esportivas, do município de Forquilha SC.  
VALOR - R\$ 12.446,80 (cento e doze mil quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos)  
VIGÊNCIA - 31/12/2011  
DOTAÇÃO - 0501.2013.3390(57); 0501.2014.3390(63);  
0602.2020.3390(86); 0701.2033.3390(102);  
0803.2022.3390(137).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 62/FMF/2011  
DATA DA ASSINATURA - 04 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Termo aditivo PMF Nº 25/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 25/2011  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 09/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - SETEP CONSTRUÇÕES S.A.  
DO OBJETO - Execução de serviços na recuperação de estradas municipais com pavimentação do tipo primário e base de seixo na malha rodoviária do interior do Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, conforme Portaria Nº. 932 do Ministério da Integração Social publicado em 10 de novembro de 2010 e Processo Nº. 59050.002573/2010-13, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha orçamentária, memorial descritivo e nos termos da minuta contratual que independentemente de transcrição faz parte integrante deste termo;  
DO VALOR: O presente termo tem por objeto o aditamento em R\$ 105.487,20 ( Cento e cinco mil quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos) do Contrato nº 09/PMF/2011 para maior, haja vista que, devido a serviços adicionais por modificação do projeto e necessidade de obras , se faz necessário o acréscimo de alguns serviços, conforme laudo do setor de engenheiro da Contratante, que é parte integrante do presente termo, independentemente de sua transcrição.  
DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.  
DATA DA ASSINATURA - 10/05/2011

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Convênio PMF Nº 11/2011**

EXTRATO DE CONVÊNIO PMF Nº 11/2011

CONVENIENTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONVENIADO - ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E FUNCIONÁRIOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL COMUNITÁRIO PARAÍSO DAS CRIANÇAS.

DO OBJETO - O presente Convênio tem por objeto o repasse de merenda escolar para atendimento na Educação Infantil - primeira etapa da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade com recursos financeiros oriundos do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com base no número de alunos informados no Censo Escolar da Educação Infantil de 2010, conforme Resolução CD/FNDE N-38 e Lei Municipal nº 1.610, no valor de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) para o exercício vigente, que poderá ser de forma parcelada, conforme solicitação da INSTITUIÇÃO e disponibilidade através dos processos licitatórios do MUNICÍPIO

DO PRAZO - 31/12/2011

DO FUNDAMENTO LEGAL - Constituição Federal, Lei Federal nº 11.494/07, Lei Federal nº 8.666/93, Resolução CD/FNDE/ N-38 de 16 de julho de 2009, Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.610 de 08 de dezembro de 2010.

DATA DA ASSINATURA - 05 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Fraiburgo****PREFEITURA MUNICIPAL****decreto Nº 0143/2011**

DECRETO Nº 0143, DE 18 DE MAIO DE 2011.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0013 DE 28 DE ABRIL DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0013, de 28 de abril de 2011, conforme listas anexas.

Art. 2º. A classificação dos códigos 4, 5, 7, 8 e 10 deixou de ser divulgada por não possuírem inscritos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Fraiburgo, SC, 18 de Maio de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**anexo decreto Nº 0143/2011 - Código 1**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0013 DE 28 DE ABRIL DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Santa**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	6	JANAÍNA VILMARA ORTIZ	14	0	2	5	0	NÃO	6/10/1982

## anexo decreto Nº 0143/2011 - Código 2



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0013 DE 28 DE ABRIL DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Vila S**

*Critérios de Desempate*

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	4	MONICA DE OLIVEIRA MEIRELES	7	0	0	0	1	NÃO	10/4/1981
2	1	PATRÍCIA MENEGAZZO GONÇALVES	7	0	0	0	0	NÃO	26/12/1992

**anexo decreto Nº 0143/2011 - Código 3**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0013 DE 28 DE ABRIL DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Faxinal dos**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	7	DAIANE CRISTINA DA SILVA	8	0	0	1	1	NÃO	1/7/1986
2	5	ELENICE RIBEIRO	7	0	0	0	1	NÃO	20/4/1982

**anexo decreto Nº 0143/2011 - Código 6**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0013 DE 28 DE ABRIL DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **6** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro São C**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	3	TEREZINHA GONÇALVES DOS SANTOS	12	0	0	5	0	NÃO	6/3/1988
2	8	ELENICE MATIAS	7	0	0	0	1	NÃO	31/5/1982



**anexo decreto Nº 0143/2011 - Código 9**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0013 DE 28 DE ABRIL DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **9** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Butiá Verde**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	ELIZETE GONÇALVES	0	0	0	0	1	NÃO	30/12/1981

**Portaria Nº 1217/2011**

PORTARIA Nº 1.217, DE 18 DE MAIO DE 2011.

Designa Fiscal de Contrato Administrativo.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar ANDRÉ CARLOS CHELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 760.940.909-00, contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 7368, para acompanhamento e fiscalização do contrato CT11PMF133 decorrente do Processo Administrativo Licitatório nº 0059/2011, Tomada de Preços nº 0011/2011, cujo objeto é a execução de sistema de tratamento de esgoto com fossa séptica e filtro anaeróbico para o Colégio Eurico Pinz, situado no bairro São Miguel neste Município.

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de maio de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1218/2011**

PORTARIA Nº 1.218, DE 18 DE MAIO DE 2011.

Designa Fiscal de Contrato Administrativo.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar ANDRÉ CARLOS CHELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 760.940.909-00, contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 7368, para acompanhamento e fiscalização do contrato CT11PMF135 decorrente do Processo Administrativo Licitatório nº 0066/2011, Tomada de Preços nº 0012/2011, cujo objeto é a execução do piso do Centro de Convivência da Melhor Idade Flor de Maçã, com área de 360,00 m², situado na Avenida René Frey, neste Município.

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de maio de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1219/2011**

PORTARIA N.º 1.219 DE 18 DE MAIO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003, de 14 de fevereiro de 2011 e Contrato Administrativo, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE OPERACIONAL, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JULIANO DE JESUS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 048.425.989-05, na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de maio de 2011 até 01 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de maio de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1220/2011**

PORTARIA N.º 1.220 DE 18 DE MAIO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - LÍNGUA PORTUGUESA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, SIMONE DE FÁTIMA JOMBRA CORRÊA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 899.054.159-04, na função de PROFESSOR - LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 12 horas semanais, no período de 19 de maio de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de maio de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1221/2011**

PORTARIA Nº 1.221, DE 18 DE MAIO DE 2011.

Reduz Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0514/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Reduzir de 29 (vinte e nove) para 25 (vinte e cinco) horas semanais a carga horária da servidora DEAIR GONZALEZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 194.732.909-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - LÍNGUA PORTUGUESA, no período de 18 de maio de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de maio de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1222/2011**

PORTARIA Nº 1.222, DE 18 DE MAIO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0513/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 30 (trinta) para 34 (trinta e quatro) horas semanais a carga horária da servidora GRAZIELE APARECIDA NOVAKOSKI DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 031.446.609-65, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - LÍNGUA INGLESA, no período de 18 de maio de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de maio de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1223/2011**

PORTARIA Nº 1.223, DE 18 DE MAIO DE 2011.

Altera e reconduz membros do Conselho Municipal de Educação nomeados pela portaria nº 2.024 de 09 de julho de 2010 e reconduz membro Titular Representante de Entidades de Educação Especial nomeada pela portaria n.º 1.112 de 13 de abril de 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0686/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do

artigo 155 da Lei Orgânica do Município e Lei 1.066/94, para integrarem o Conselho Municipal de Educação:

Representantes reconduzidas da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto do Estado de Santa Catarina:

Titular - NILFA DE FÁTIMA XAVIER DONATTI;

Suplente - JUCELES LUZIA PEGORARO.

Representantes nomeadas da área de Educação Infantil de Entidades Particulares:

Titular - ELIZETE APARECIDA PRIMON BRITZKE;

Suplente - JOSELITA LORENCINI.

Representantes de entidades de Educação Especial:

Titular - SANDRA CEZÁRIA RONCHI ROCHA (reconduzida);

Suplente - TERESA ALVES DOS SANTOS (nomeada).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, SC, 18 de Maio de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Aviso do Pregão Presencial Nº 00047/2011-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0047/2011 - PMF

Objeto: Aquisição de compactador de solo e lavadoras de alta pressão para uso das Secretarias de Infraestrutura Urbana, Administração e Educação Cultura e Esportes. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 08/06/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço por ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 18 de maio de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

**Intimação Via Edital 01**

Intimação Via Edital

Termo de Intimação

Fica a empresa CLÁUDIA TRAVALINI DE ABREU, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 05.786.458/0001-31, intimada a apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, os documentos abaixo relacionados, referente ao período de 01 de junho de 2006 a 31 de maio de 2011:

- Contratos de prestação de serviços como contratada e contratante; Documentos contábeis receitas e despesas; Guias de recolhimento do ISSQN, próprio e de retenção na fonte; Livros de registros de prestação de serviços; Blocos de notas fiscais de prestação de serviços; Blocos de notas fiscais de venda; Faturas de prestação de serviços; Cópia contrato social e alterações; Alvará de licença; Balanços e balancetes; Recibos de prestação de serviços; Requerimentos de Enquadramento como ME.

Fraiburgo-SC., 18 de maio de 2011.

ROBERTO MIYASHIRO JUNIOR

Auditor Fiscal

**Intimação Via Edital 02**

Intimação Via Edital

Termo de Intimação

Fica a empresa MECÂNICA E CHAPEAÇÃO W.E. LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 08.979.977/0001-04, intimada a apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, os documentos abaixo relacionados, referente ao período de 01 de junho de 2006 a 31 de maio de 2011:

- Contratos de prestação de serviços como contratada e contratante; Documentos contábeis receitas e despesas; Guias de recolhimento do ISSQN, próprio e de retenção na fonte; Livros de registros de prestação de serviços; Blocos de notas fiscais de prestação de serviços; Blocos de notas fiscais de venda; Faturas de prestação de serviços; Cópia contrato social e alterações; Alvará de licença; Balanços e balancetes; Recibos de prestação de serviços; Requerimentos de Enquadramento como ME.

Fraiburgo-SC., 18 de maio de 2011.

ROBERTO MIYASHIRO JUNIOR

Auditor Fiscal

**notificação de Recebimento de Recursos Federais**

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
18/05/2011	Fundo Nacional de Assistência Social	PVMC	3.500,00
18/05/2011	Ministério da Saúde	Programa Agente Comunitário de Saúde	37.128,00

Secretaria de Finanças

## anexos do RReO do Município de Fraiburgo 2 Bimestre 2011

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>58.710.000,00</b>	<b>58.710.000,00</b>	<b>10.684.574,42</b>	<b>18,20</b>	<b>22.179.727,68</b>	<b>37,78</b>	<b>36.530.272,32</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>53.197.400,00</b>	<b>53.197.400,00</b>	<b>10.632.477,67</b>	<b>19,99</b>	<b>20.572.926,25</b>	<b>38,67</b>	<b>32.624.473,75</b>
RECEITA TRIBUTARIA	8.524.040,00	8.524.040,00	2.268.343,72	26,61	3.924.481,83	46,04	4.599.558,17
IMPOSTOS	4.632.000,00	4.632.000,00	1.547.266,86	33,40	2.176.326,06	46,98	2.455.673,94
TAXAS	3.192.040,00	3.192.040,00	627.018,71	19,64	1.550.671,12	48,58	1.641.368,88
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	700.000,00	700.000,00	94.058,15	13,44	197.484,65	28,21	502.515,35
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	800.000,00	800.000,00	145.782,67	18,22	269.603,46	33,70	530.396,54
CONTRIBUICOES ECONOMICAS	800.000,00	800.000,00	145.782,67	18,22	269.603,46	33,70	530.396,54
RECEITA PATRIMONIAL	751.470,00	751.470,00	213.647,06	28,43	384.596,89	51,18	366.873,11
RECEITAS IMOBILIARIAS	17.000,00	17.000,00	1.879,20	11,05	3.609,40	21,23	13.390,60
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	734.470,00	734.470,00	211.767,86	28,83	380.987,49	51,87	353.482,51
RECEITA DE SERVIÇOS	3.621.320,00	3.621.320,00	642.423,31	17,74	1.309.508,51	36,16	2.311.811,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.526.000,00	38.526.000,00	7.119.558,93	18,48	14.203.280,38	36,87	24.322.719,62
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	38.361.000,00	38.361.000,00	7.098.193,03	18,50	14.167.030,56	36,93	24.193.969,44
Transf. de Instituições Privadas	155.000,00	155.000,00	21.365,90	13,78	36.249,82	23,39	118.750,18
Transf. de Pessoas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	974.570,00	974.570,00	242.721,98	24,91	481.455,18	49,40	493.114,82
Multas e Juros de Mora	546.450,00	546.450,00	122.216,65	22,37	248.759,36	45,52	297.690,64
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	37.300,00	37.300,00	17.131,22	45,93	32.405,68	86,88	4.894,32
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	373.300,00	373.300,00	100.623,11	26,96	197.537,91	52,92	175.762,09
RECEITAS DIVERSAS	17.520,00	17.520,00	2.751,00	15,70	2.752,23	15,71	14.767,77
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>5.512.600,00</b>	<b>5.512.600,00</b>	<b>52.096,75</b>	<b>0,95</b>	<b>1.606.801,43</b>	<b>29,15</b>	<b>3.905.798,57</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.500.000,00	5.500.000,00	0,00	0,00	1.249.999,98	22,73	4.250.000,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.500.000,00	5.500.000,00	0,00	0,00	1.249.999,98	22,73	4.250.000,02
ALIENAÇÃO DE BENS	12.600,00	12.600,00	24.388,57	193,56	79.108,75	627,85	-66.508,75
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.600,00	7.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.600,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.000,00	24.388,57	487,77	79.108,75	582,18	-74.108,75
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	27.708,18	0,00	277.692,70	0,00	-277.692,70
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	27.708,18	0,00	277.692,70	0,00	-277.692,70
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>58.710.000,00</b>	<b>58.710.000,00</b>	<b>10.684.574,42</b>	<b>18,20</b>	<b>22.179.727,68</b>	<b>37,78</b>	<b>36.530.272,32</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>58.710.000,00</b>	<b>58.710.000,00</b>	<b>10.684.574,42</b>	<b>18,20</b>	<b>22.179.727,68</b>	<b>37,78</b>	<b>36.530.272,32</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	58.710.000,00	58.710.000,00	10.684.574,42	18,20	22.179.727,68	37,78	36.530.272,32
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.352.399,37	—	—	1.001.638,48	—	—
Superávit Financeiro	—	4.352.399,37	—	—	1.001.638,48	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>58.710.000,00</b>	<b>9.806.161,63</b>	<b>68.516.161,63</b>	<b>8.612.300,98</b>	<b>30.943.800,40</b>	<b>8.717.156,46</b>	<b>14.933.254,67</b>	<b>21,80</b>	<b>53.582.906,96</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>45.682.950,00</b>	<b>2.137.266,11</b>	<b>47.820.216,11</b>	<b>6.701.107,48</b>	<b>21.152.351,89</b>	<b>7.934.615,42</b>	<b>13.601.053,34</b>	<b>28,44</b>	<b>34.219.162,77</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.463.220,00	254.731,98	27.717.951,98	4.184.794,34	7.659.091,73	4.187.348,77	7.647.866,59	27,59	20.070.085,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	0,00	100.000,00	90.000,00	100.000,00	27.483,20	30.956,11	30,96	69.043,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.119.730,00	1.882.534,13	20.002.264,13	2.426.313,14	13.393.260,16	3.719.783,45	5.922.230,64	29,61	14.080.033,49
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>12.727.050,00</b>	<b>7.668.895,52</b>	<b>20.395.945,52</b>	<b>1.911.193,50</b>	<b>9.791.448,51</b>	<b>782.541,04</b>	<b>1.332.201,33</b>	<b>6,53</b>	<b>19.063.744,19</b>
INVESTIMENTOS	11.227.050,00	7.668.895,52	18.895.945,52	1.780.983,50	8.727.401,15	596.282,56	937.431,78	4,96	17.958.513,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	130.210,00	1.064.047,36	186.258,48	394.769,55	26,32	1.105.230,45
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>300.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>300.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>58.710.000,00</b>	<b>9.806.161,63</b>	<b>68.516.161,63</b>	<b>8.612.300,98</b>	<b>30.943.800,40</b>	<b>8.717.156,46</b>	<b>14.933.254,67</b>	<b>21,80</b>	<b>53.582.906,96</b>

Continua 2/3



Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>58.710.000,00</b>	<b>9.806.161,63</b>	<b>68.516.161,63</b>	<b>8.612.300,98</b>	<b>30.943.800,40</b>	<b>8.717.156,46</b>	<b>14.933.254,67</b>	<b>21,80</b>	<b>53.582.906,96</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	7.246.473,01	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>58.710.000,00</b>	<b>9.806.161,63</b>	<b>68.516.161,63</b>	<b>8.612.300,98</b>	<b>30.943.800,40</b>	<b>8.717.156,46</b>	<b>22.179.727,68</b>	<b>21,80</b>	<b>53.582.906,96</b>

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 18/05/2011

\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
FERNANDO BRESOLA SUZIN  
Contador CRC/SC nº 025965/O-1

\_\_\_\_\_  
ILDO LUCAS  
Tesoreroiro

\_\_\_\_\_  
FERNANDO BRESOLA SUZIN  
Contador CRC/SC nº 025965/O-1

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	58.710.000,00	68.516.161,63	8.612.300,98	30.943.800,40	8.717.156,46	14.933.254,67	100,00	21,80	53.582.906,96
Legislativa	2.100.000,00	2.100.000,00	191.725,39	419.854,18	209.593,09	377.358,15	2,53	17,97	1.722.641,85
Ação Legislativa	2.100.000,00	2.100.000,00	191.725,39	419.854,18	209.593,09	377.358,15	2,53	17,97	1.722.641,85
Administração	5.477.260,00	5.515.159,62	771.143,54	2.266.422,57	825.474,63	1.619.821,62	10,85	29,37	3.895.338,00
Administração Geral	5.477.260,00	5.515.159,62	771.143,54	2.266.422,57	825.474,63	1.619.821,62	10,85	29,37	3.895.338,00
Segurança Pública	632.270,00	853.623,21	48.332,47	257.082,50	81.336,55	151.902,53	1,02	17,80	701.720,68
Policimento	422.320,00	476.660,20	36.363,35	181.911,11	49.209,07	85.680,79	0,57	17,98	390.979,41
Defesa Civil	209.950,00	376.963,01	11.969,12	75.171,39	32.127,48	66.221,74	0,44	17,57	310.741,27
Assistência Social	1.349.070,00	1.585.489,77	185.828,79	704.323,87	222.995,96	411.032,65	2,75	25,92	1.174.457,12
Assistência ao Idoso	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Assistência ao Portador de Deficiência	102.000,00	171.000,00	3.600,00	169.032,00	30.144,00	57.366,00	0,38	33,55	113.634,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	234.370,00	257.665,66	18.906,64	150.371,00	33.734,38	64.969,29	0,44	25,21	192.696,37
Assistência Comunitária	1.011.700,00	1.155.824,11	163.322,15	384.920,87	159.117,58	288.697,36	1,93	24,98	867.126,75
Saúde	9.253.010,00	10.063.831,30	1.381.853,84	3.734.586,33	1.422.035,99	2.753.323,40	18,44	27,36	7.310.507,90
Atenção Básica	9.253.010,00	10.063.831,30	1.381.853,84	3.734.586,33	1.422.035,99	2.753.323,40	18,44	27,36	7.310.507,90
Educação	18.286.230,00	19.355.725,83	2.826.474,06	8.270.856,53	3.416.646,96	5.262.810,82	35,24	27,19	14.092.915,01
Ensino Fundamental	10.870.650,00	11.687.897,65	1.880.054,16	5.219.260,48	2.200.364,24	3.221.671,60	21,57	27,56	8.466.226,05
Ensino Médio	526.390,00	548.355,44	77.965,44	357.335,44	62.653,35	88.033,49	0,59	16,05	460.321,95
Ensino Superior	500.000,00	500.000,00	328,00	417.456,00	82.328,37	104.019,93	0,70	20,80	395.980,07
Educação Infantil	6.357.810,00	6.571.467,97	856.466,33	2.254.571,30	1.063.674,60	1.837.565,88	12,31	27,96	4.733.902,09
Educação de Jovens e Adultos	31.380,00	48.004,77	11.660,13	22.233,31	7.626,40	11.519,92	0,08	24,00	36.484,85
Cultura	1.510.000,00	6.676.000,00	662.967,72	6.225.978,99	403.426,96	473.079,33	3,17	7,09	6.202.920,67
Difusão Cultural	1.510.000,00	6.676.000,00	662.967,72	6.225.978,99	403.426,96	473.079,33	3,17	7,09	6.202.920,67
Urbanismo	9.165.000,00	10.632.210,01	1.444.748,86	3.308.880,39	585.299,21	1.029.455,29	6,89	9,68	9.602.754,72
Infra-Estrutura Urbana	5.975.000,00	7.064.900,00	840.778,21	1.246.058,92	10.092,10	10.092,10	0,07	0,14	7.054.807,90
Serviços Urbanos	3.189.000,00	3.566.310,01	603.970,65	2.062.821,47	575.207,11	1.019.363,19	6,83	28,58	2.546.946,82
Saneamento Básico Urbano	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Habitação	189.000,00	192.742,96	6.988,56	20.167,20	8.218,56	14.940,02	0,10	7,75	177.802,94
Habitação Rural	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Habitação Urbana	185.000,00	188.742,96	6.988,56	20.167,20	8.218,56	14.940,02	0,10	7,92	173.802,94
Saneamento	4.634.010,00	4.834.010,00	444.832,85	2.418.734,44	744.188,84	1.341.983,52	8,99	27,76	3.492.026,48
Saneamento Básico Rural	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00
Saneamento Básico Urbano	4.602.010,00	4.802.010,00	444.832,85	2.418.734,44	744.188,84	1.341.983,52	8,99	27,95	3.460.026,48

Continua 1/2

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	58.710.000,00	68.516.161,63	8.612.300,98	30.943.800,40	8.717.156,46	14.933.254,67	100,00	21,80	53.582.906,96
Gestão Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Agricultura	1.286.000,00	1.656.000,00	158.836,59	811.848,52	189.564,95	418.423,03	2,80	25,27	1.237.576,97
Abastecimento	130.000,00	130.000,00	1.451,00	41.300,47	1.451,00	41.300,47	0,28	31,77	88.699,53
Extensão Rural	1.156.000,00	1.526.000,00	157.385,59	770.548,05	188.113,95	377.122,56	2,53	24,71	1.148.877,44
Indústria	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Promoção Industrial	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Comércio e Serviços	192.000,00	192.000,00	46.278,70	78.343,36	33.805,84	46.895,00	0,31	24,42	145.105,00
Promoção Comercial	20.000,00	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Turismo	172.000,00	172.000,00	31.278,70	63.343,36	33.805,84	46.895,00	0,31	27,26	125.105,00
Transporte	732.400,00	955.618,93	75.227,37	412.274,13	136.494,63	249.479,90	1,67	26,11	706.139,03
Transporte Rodoviário	732.400,00	955.618,93	75.227,37	412.274,13	136.494,63	249.479,90	1,67	26,11	706.139,03
Desporto e Lazer	812.750,00	812.750,00	141.231,79	344.310,24	149.459,84	235.439,69	1,58	28,97	577.310,31
Desporto Comunitário	782.750,00	782.750,00	141.231,79	344.310,24	149.459,84	235.439,69	1,58	30,08	547.310,31
Lazer	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Encargos Especiais	2.716.000,00	2.716.000,00	225.830,45	1.670.137,15	288.614,45	547.309,72	3,67	20,15	2.168.690,28
Serviço da Dívida Interna	1.600.000,00	1.600.000,00	220.210,00	1.164.047,36	213.741,68	425.725,66	2,85	26,61	1.174.274,34
Outros Encargos Especiais	1.116.000,00	1.116.000,00	5.620,45	506.089,79	74.872,77	121.584,06	0,81	10,89	994.415,94
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>58.710.000,00</b>	<b>68.516.161,63</b>	<b>8.612.300,98</b>	<b>30.943.800,40</b>	<b>8.717.156,46</b>	<b>14.933.254,67</b>	<b>100,00</b>	<b>21,80</b>	<b>53.582.906,96</b>

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 18/05/2011

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

FERNANDO BRESOLA SUZIN  
Contador CRC/SC nº 025965/O-1

ILDO LUCAS  
Tesorero

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Mai/2010	Jun/2010	Jul/2010	Ago/2010	Set/2010	Out/2010	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.919.735,34	4.596.646,98	4.548.650,78	4.688.454,91	4.586.811,72	4.885.884,05	5.657.701,80	5.941.623,45	5.235.223,69	5.652.703,06	5.108.749,99	6.418.480,40	62.240.666,17	58.349.400,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	651.792,85	530.706,13	540.601,53	545.256,64	494.502,08	504.158,36	469.526,39	672.069,12	663.179,16	992.958,95	754.511,34	1.513.832,38	8.333.094,93	8.524.040,00	
I.P.T.U.	71.437,58	24.376,43	58.614,49	33.335,87	33.274,32	29.550,92	6.714,22	12.770,63	592,61	16.384,68	173.395,81	736.059,26	1.196.506,82	1.000.000,00	
I.S.S.	150.793,26	205.206,18	166.439,15	171.250,84	174.707,71	178.092,06	206.342,13	241.381,06	198.037,44	260.984,57	194.231,15	268.254,16	2.415.719,71	2.500.000,00	
I.T.B.I.	48.008,62	52.704,39	38.833,00	71.292,91	35.667,85	40.980,45	27.417,90	51.438,20	12.940,46	36.002,54	36.227,93	32.282,03	483.796,28	520.000,00	
I.R.R.F.	56.529,94	33.400,40	65.960,96	48.357,92	45.102,05	44.435,41	45.179,25	119.426,07	50.838,48	53.278,42	54.866,86	51.949,66	669.325,42	612.000,00	
Outras Receitas Tributárias	325.023,45	215.018,73	210.753,93	221.019,10	205.750,15	211.099,52	183.872,89	247.053,16	400.770,17	626.308,74	295.789,59	425.287,27	3.567.746,70	3.892.040,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	56.739,37	57.956,69	57.351,79	62.245,84	60.988,15	59.290,03	61.989,74	62.473,60	64.761,99	59.058,80	64.314,30	81.468,37	748.638,67	800.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	78.345,29	82.037,14	87.258,58	93.567,55	87.526,98	80.820,39	85.783,82	104.964,91	77.206,55	93.743,28	107.518,64	106.128,42	1.084.901,55	751.470,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	309.693,85	269.276,58	321.198,35	302.696,52	275.773,44	323.310,77	451.990,11	310.827,13	276.620,61	390.464,59	329.093,24	313.330,07	3.874.275,26	3.621.320,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.696.461,56	3.486.244,61	3.354.917,81	3.570.695,81	3.528.254,37	3.776.561,36	3.992.109,39	4.651.019,76	4.043.561,50	3.987.638,12	3.737.440,88	4.276.870,77	46.101.775,94	43.678.000,00	
Cota-Parte do F.P.M.	1.039.293,84	901.974,85	663.256,83	888.896,57	742.021,46	798.777,43	957.546,03	1.664.369,16	1.157.327,83	1.246.851,06	813.969,70	1.078.914,25	11.953.199,01	11.000.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	933.413,76	969.371,87	977.448,35	1.003.675,27	1.055.495,15	1.134.825,09	1.102.154,64	1.180.426,79	1.092.421,73	971.874,97	1.105.495,19	1.103.634,39	12.630.237,20	12.400.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	162.319,76	156.865,78	165.490,59	158.129,48	171.268,09	179.303,64	160.276,60	99.535,84	80.060,75	122.638,86	161.978,00	156.770,50	1.774.637,89	2.000.000,00	
Cota-Parte do ITR.	44,63	0,00	635,69	201,13	356,87	25.908,37	2.422,06	17.466,40	3.745,86	396,08	481,33	1.031,78	52.690,20	30.000,00	
Transferências da LC 61/1989	18.441,86	21.547,83	22.941,75	22.196,51	22.126,28	23.027,22	24.530,41	28.838,88	24.625,04	22.603,31	16.602,58	22.428,21	269.909,88	250.000,00	
Transferências da LC 87/1996	6.476,24	6.476,24	6.476,24	6.476,24	6.476,24	6.476,24	6.476,24	6.476,24	6.229,81	6.229,81	6.229,81	6.229,81	76.729,16	80.000,00	
Transferências do FUNDEB	999.695,20	1.000.139,67	954.455,33	1.013.815,55	1.020.379,44	1.080.111,14	1.087.538,12	1.187.795,71	1.226.877,74	1.136.686,29	1.175.471,84	1.237.425,49	13.120.391,52	12.000.000,00	
Outras Transferências Correntes	536.776,27	429.868,37	564.213,03	477.305,06	510.130,84	528.132,23	651.165,29	466.110,74	452.272,74	480.357,74	457.212,43	670.436,34	6.223.981,08	5.918.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	126.702,42	170.425,83	187.322,72	113.992,55	139.766,70	141.743,14	596.302,35	140.268,93	109.893,88	128.839,32	115.871,59	126.850,39	2.097.979,82	974.570,00	
DEDUÇÕES (II)	431.997,84	411.247,08	367.249,69	415.914,79	399.548,60	433.663,38	450.681,01	507.936,48	473.359,52	474.118,65	420.951,11	473.801,61	5.260.469,76	5.152.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	431.997,84	411.247,08	367.249,69	415.914,79	399.548,60	433.663,38	450.681,01	507.936,48	473.359,52	474.118,65	420.951,11	473.801,61	5.260.469,76	5.152.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.487.737,50	4.185.399,90	4.181.401,09	4.272.540,12	4.187.263,12	4.452.220,67	5.207.020,79	5.433.686,97	4.761.864,17	5.178.584,41	4.687.798,88	5.944.678,79	56.980.196,41	53.197.400,00	

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 18/05/2011

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

FERNANDO BRESOLA SUZIN  
Contador CRC/SC nº 025965/O-1

ILDO LUCAS  
Tesoureiro

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 28 Feb 2011 (B)	Em 30 Abr 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.092.327,42	2.133.816,33	1.947.557,85
DEDUÇÕES (II)	9.830.189,65	12.172.455,95	13.853.025,22
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.881.689,65	13.990.563,79	15.726.215,04
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	51.500,00	1.818.107,84	1.873.189,82
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-8.737.862,23	-10.038.639,62	-11.905.467,37
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-8.737.862,23</b>	<b>-10.038.639,62</b>	<b>-11.905.467,37</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2011 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-1.866.827,75</b>	<b>-3.167.605,14</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>5.980.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 28 Feb 2011 (B)	Em 30 Abr 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 18/05/2011

\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
FERNANDO BRESOLA SUZIN  
Contador CRC/SC nº 025965/O-1

\_\_\_\_\_  
ILDO LUCAS  
Tesoureiro

\_\_\_\_\_  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>52.462.930,00</b>	<b>10.420.709,81</b>	<b>20.191.938,76</b>	<b>16.952.009,56</b>
Receita Tributária	8.524.040,00	2.268.343,72	3.924.481,83	3.338.704,72
I.P.T.U.	1.000.000,00	909.455,07	926.432,36	863.188,56
I.S.S.	2.500.000,00	462.485,31	921.507,32	710.509,42
I.T.B.I.	520.000,00	68.509,96	117.452,96	152.712,49
I.R.R.F.	612.000,00	106.816,52	210.933,42	191.589,14
Outras Receitas Tributárias	3.892.040,00	721.076,86	1.748.155,77	1.420.705,11
Receita de Contribuição	800.000,00	145.782,67	269.603,46	254.917,66
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	800.000,00	145.782,67	269.603,46	254.917,66
Receita Patrimonial Líquida	17.000,00	1.879,20	3.609,40	5.496,20
Receita Patrimonial	751.470,00	213.647,06	384.596,89	231.007,95
(-) Aplicações Financeiras	734.470,00	211.767,86	380.987,49	225.511,75
Transferências Correntes	38.526.000,00	7.119.558,93	14.203.280,38	11.616.469,18
F.P.M.	8.800.000,00	1.514.307,22	3.437.650,39	2.619.075,93
I.C.M.S.	9.920.000,00	1.767.303,81	3.418.741,31	3.051.107,62
Convênios	0,00	0,00	0,00	2.133,34
Outras Transferências Correntes	19.806.000,00	3.837.947,90	7.346.888,68	5.944.152,29
Demais Receitas Correntes	4.595.890,00	885.145,29	1.790.963,69	1.736.421,80
Dívida Ativa	373.300,00	100.623,11	197.537,91	239.929,20
Diversas Receitas Correntes	4.222.590,00	784.522,18	1.593.425,78	1.496.492,60
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>5.512.600,00</b>	<b>52.096,75</b>	<b>1.606.801,43</b>	<b>459.774,68</b>
Operações de Crédito (III)	5.500.000,00	0,00	1.249.999,98	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	12.600,00	24.388,57	79.108,75	1.835,28
Transferências de Capital	0,00	27.708,18	277.692,70	457.939,40
Convênios	0,00	27.708,18	277.692,70	457.939,40
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>27.708,18</b>	<b>277.692,70</b>	<b>457.939,40</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>52.462.930,00</b>	<b>10.448.417,99</b>	<b>20.469.631,46</b>	<b>17.409.948,96</b>

  

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>47.820.216,11</b>	<b>7.934.615,42</b>	<b>13.601.053,34</b>	<b>11.935.521,51</b>
Pessoal e Encargos Sociais	27.717.951,98	4.187.348,77	7.647.866,59	6.715.502,20
Juros e Encargos da Dívida (IX)	100.000,00	27.483,20	30.956,11	89.770,66
Outras Despesas Correntes	20.002.264,13	3.719.783,45	5.922.230,64	5.130.248,65
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>47.720.216,11</b>	<b>7.907.132,22</b>	<b>13.570.097,23</b>	<b>11.845.750,85</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>20.395.945,52</b>	<b>782.541,04</b>	<b>1.332.201,33</b>	<b>1.893.583,23</b>
Investimentos	18.895.945,52	596.282,56	937.431,78	835.060,90
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.500.000,00	186.258,48	394.769,55	1.058.522,33
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>18.895.945,52</b>	<b>596.282,56</b>	<b>937.431,78</b>	<b>835.060,90</b>



Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>300.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>66.916.161,63</b>	<b>8.503.414,78</b>	<b>14.507.529,01</b>	<b>12.680.811,75</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-14.453.231,63</b>	<b>1.945.003,21</b>	<b>5.962.102,45</b>	<b>4.729.137,21</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	1.001.638,48	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.001.638,48	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-4.647.070,00</b>

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 18/05/2011

\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
FERNANDO BRESOLA SUZIN  
Contador CRC/SC nº 025965/O-1

\_\_\_\_\_  
ILDO LUCAS  
Tesoureiro

\_\_\_\_\_  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	51.500,00	-	-	-	51.500,00	140.924,42	5.878.060,18	27.475,07	2.799.802,24	3.191.707,29
<b>EXECUTIVO</b>										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	51.500,00	0,00	0,00	0,00	51.500,00	140.924,42	5.048.311,54	20.523,46	2.335.619,08	2.833.093,42
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	785,00	0,00	785,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN	924,32	0,00	0,00	0,00	924,32	83.913,72	49.012,40	4.149,76	77.961,64	50.814,72
SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.304.035,00	14.000,00	1.282.035,00	8.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.010,70	2.380.871,24	2.373,69	639.033,77	1.796.474,48
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.310.607,90	0,01	332.803,67	977.804,22
SECRETARIA DE SAÚDE	50.575,68	0,00	0,00	0,00	50.575,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	249.337,87	436,01	111.590,93	137.310,93
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	249.337,87	436,01	111.590,93	137.310,93
SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.555,79	6.515,60	95.698,19	342,00
AUTARQUIA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.555,79	6.515,60	95.698,19	342,00
<b>LEGISLATIVO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	477.854,98	0,00	256.894,04	220.960,94
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	477.854,98	0,00	256.894,04	220.960,94
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>51.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>51.500,00</b>	<b>140.924,42</b>	<b>5.878.060,18</b>	<b>27.475,07</b>	<b>2.799.802,24</b>	<b>3.191.707,29</b>

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 18/05/2011

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

FERNANDO BRESOLA SUZIN  
Contador CRC/SC nº 025965/O-1

ILDO LUCAS  
Tesoureiro

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	4.973.000,00	4.973.000,00	1.657.708,92	2.377.751,03	47,81
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.301.000,00	1.301.000,00	998.915,52	1.072.237,32	82,42
1.1.1- IPTU	1.000.000,00	1.000.000,00	909.544,06	926.521,35	92,65
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	10,77	122,00	12,20
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	52.656,36	86.197,39	43,10
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	36.815,74	59.507,99	59,51
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(111,41)	(111,41)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	520.000,00	520.000,00	68.509,96	117.452,96	22,59
1.2.1- ITBI	520.000,00	520.000,00	68.509,96	117.452,96	22,59
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.540.000,00	2.540.000,00	483.466,92	977.127,33	38,47
1.3.1- ISS	2.500.000,00	2.500.000,00	462.485,31	921.507,32	36,86
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	11.328,40	24.929,59	249,30
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	6.166,46	20.594,03	102,97
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	3.486,75	10.096,39	100,96
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	612.000,00	612.000,00	106.816,52	210.933,42	34,47
1.4.1- IRRF	612.000,00	612.000,00	106.816,52	210.933,42	34,47
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	25.760.000,00	25.760.000,00	4.473.765,55	9.208.770,66	35,75
2.1- Cota-Parte FPM	11.000.000,00	11.000.000,00	1.892.883,95	4.297.062,84	39,06
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.000.000,00	11.000.000,00	1.892.883,95	4.297.062,84	39,06
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	12.400.000,00	12.400.000,00	2.209.129,58	4.273.426,28	34,46
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	80.000,00	80.000,00	12.459,62	24.919,24	31,15
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	250.000,00	250.000,00	39.030,79	86.259,14	34,50
2.5- Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	1.513,11	5.655,05	18,85
2.6- Cota-Parte IPVA	2.000.000,00	2.000.000,00	318.748,50	521.448,11	26,07
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>30.733.000,00</b>	<b>30.733.000,00</b>	<b>6.131.474,47</b>	<b>11.586.521,69</b>	<b>37,70</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.704.920,00	1.704.920,00	318.108,26	598.216,73	35,09
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	204.534,61	478.815,96	39,90
5.2- Outras Transferências do FNDE	498.000,00	498.000,00	106.101,97	106.101,97	21,31
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	6.920,00	6.920,00	7.471,68	13.298,80	192,18
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-9.163.250,00	-9.163.250,00	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>-7.458.330,00</b>	<b>-7.458.330,00</b>	<b>318.108,26</b>	<b>598.216,73</b>	<b>-8,02</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>5.152.000,00</b>	<b>5.152.000,00</b>	<b>894.752,72</b>	<b>1.842.230,89</b>	<b>35,76</b>
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.200.000,00	2.200.000,00	378.576,73	859.412,45	39,06
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.480.000,00	2.480.000,00	441.825,77	854.684,97	34,46
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	16.000,00	16.000,00	2.491,92	4.983,84	31,15
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	50.000,00	50.000,00	7.806,14	17.729,37	35,46
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.000,00	6.000,00	302,61	1.130,98	18,85
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	400.000,00	400.000,00	63.749,55	104.289,28	26,07
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>12.100.000,00</b>	<b>12.100.000,00</b>	<b>2.447.444,71</b>	<b>4.832.272,64</b>	<b>39,94</b>
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.000.000,00	12.000.000,00	2.412.897,33	4.776.461,36	39,80
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	34.547,38	55.811,28	55,81
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>6.848.000,00</b>	<b>6.848.000,00</b>	<b>1.518.144,61</b>	<b>2.934.230,47</b>	<b>42,85</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.470.000,00	8.702.577,64	1.357.115,14	2.299.912,95	26,43
13.1- Com Educação Infantil	3.500.000,00	3.600.000,00	632.849,71	1.110.065,97	30,84
13.2- Com Ensino Fundamental	4.970.000,00	5.102.577,64	724.265,43	1.189.846,98	23,32
14- OUTRAS DESPESAS	3.630.000,00	3.630.000,00	765.026,47	1.078.861,51	29,72
14.1- Com Educação Infantil	1.520.000,00	1.520.000,00	224.722,11	366.553,68	24,12
14.2- Com Ensino Fundamental	2.110.000,00	2.110.000,00	540.304,36	712.307,83	33,76
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.100.000,00	12.332.577,64	2.122.141,61	3.378.774,46	27,40
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					232.577,64
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					232.577,64
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					42,78
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²				232.577,64	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	7.683.250,00	7.683.250,00	1.532.868,62	2.896.630,42	37,70
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.218.800,00	6.400.457,97	1.043.856,37	1.817.747,65	28,40
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.020.000,00	5.120.000,00	857.571,82	1.476.619,65	28,84
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.198.800,00	1.280.457,97	186.284,55	341.128,00	26,64
24- ENSINO FUNDAMENTAL	8.970.760,00	9.522.866,95	1.564.760,72	2.510.015,10	26,36
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.080.000,00	7.212.577,64	1.264.569,79	1.902.154,81	26,37
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.890.760,00	2.310.289,31	300.190,93	607.860,29	26,31
25- ENSINO MÉDIO	526.390,00	548.355,44	62.653,35	88.033,49	16,05
26- ENSINO SUPERIOR	500.000,00	500.000,00	82.328,37	104.019,93	20,80
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	16.215.950,00	16.971.680,36	2.753.598,81	4.519.816,17	26,63
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.934.230,47
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					55.811,28
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					232.577,64
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.222.619,39
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.105.143,36
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					9,54

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.205.000,00	1.362.722,26	455.088,55	471.793,55	34,62
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	865.280,00	1.021.323,21	207.959,60	271.201,10	26,55
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.070.280,00	2.384.045,47	663.048,15	742.994,65	31,17
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	18.286.230,00	19.355.725,83	3.416.646,96	5.262.810,82	27,19
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	442.577,44	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.776.461,36	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.419.333,41	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	55.811,28	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.855.516,67	0,00

FRAIBURGO, 18/05/2011

\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
FERNANDO BRESOLA SUZIN  
Contador CRC/SC nº 025965/O-1

\_\_\_\_\_  
ILDO LUCAS  
Tesoureiro

\_\_\_\_\_  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 232.577,64, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)</b>	<b>5.500.000,00</b>	<b>1.249.999,98</b>		<b>4.250.000,02</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	20.395.945,52	1.332.201,33	0,00	19.063.744,19
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>20.395.945,52</b>	<b>1.332.201,33</b>	<b>0,00</b>	<b>19.063.744,19</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-14.895.945,52</b>	<b>-82.201,35</b>		<b>-14.813.744,17</b>

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 18/05/2011

\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
FERNANDO BRESOLA SUZIN  
Contador CRC/SC nº 025965/O-1

\_\_\_\_\_  
ILDO LUCAS  
Tesoureiro

\_\_\_\_\_  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal



Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	12.600,00	79.108,75	-66.508,75
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	79.108,75	-74.108,75
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.600,00	0,00	7.600,00
<b>TOTAL</b>	<b>12.600,00</b>	<b>79.108,75</b>	<b>-66.508,75</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	34.438,25	22.410,08	0,00	12.028,17
Investimentos	34.438,25	22.410,08	0,00	12.028,17
<b>TOTAL</b>	<b>34.438,25</b>	<b>22.410,08</b>	<b>0,00</b>	<b>12.028,17</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2010 (h)	Em 2011 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	16.338,25	56.698,67	73.036,92

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 18/05/2011

\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
FERNANDO BRESOLA SUZIN  
Contador CRC/SC nº 025965/O-1

\_\_\_\_\_  
ILDO LUCAS  
Tesoureiro

\_\_\_\_\_  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	30.733.000,00	30.733.000,00	11.586.521,69	37,70
Impostos	4.632.000,00	4.632.000,00	2.176.326,06	46,98
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.000.000,00	1.000.000,00	926.432,36	92,64
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	520.000,00	520.000,00	117.452,96	22,59
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	2.500.000,00	2.500.000,00	921.507,32	36,86
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	612.000,00	612.000,00	210.933,42	34,47
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	341.000,00	341.000,00	201.424,97	59,07
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	11.000,00	11.000,00	25.029,17	227,54
Dívida Ativa dos Impostos	220.000,00	220.000,00	106.791,42	48,54
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	110.000,00	110.000,00	69.604,38	63,28
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	25.760.000,00	25.760.000,00	9.208.770,66	35,75
Da União	11.110.000,00	11.110.000,00	4.327.637,13	38,95
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	11.000.000,00	11.000.000,00	4.297.062,84	39,06
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	30.000,00	30.000,00	5.655,05	18,85
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	80.000,00	80.000,00	24.919,24	31,15
Do Estado	14.650.000,00	14.650.000,00	4.881.133,53	33,32
Cota-Parte do ICMS	12.400.000,00	12.400.000,00	4.273.426,28	34,46
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	250.000,00	250.000,00	86.259,14	34,50
Cota-Parte do IPVA	2.000.000,00	2.000.000,00	521.448,11	26,07
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	2.963.350,00	2.963.350,00	1.093.215,36	36,89
Da União para o Município	2.072.150,00	2.072.150,00	793.883,72	38,31
Do Estado para o Município	233.200,00	233.200,00	75.830,64	32,52
Outras Receitas do SUS	658.000,00	658.000,00	223.501,00	33,97
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	30.165.650,00	30.165.650,00	11.342.221,52	37,60
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.152.000,00	-5.152.000,00	-1.842.230,89	35,76
<b>TOTAL</b>	<b>58.710.000,00</b>	<b>58.710.000,00</b>	<b>22.179.727,68</b>	<b>37,78</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	8.788.510,00	9.467.152,75	2.682.465,46	28,33
Pessoal e Encargos Sociais	5.978.560,00	5.997.214,34	1.702.031,99	28,38
Outras Despesas Correntes	2.809.950,00	3.469.938,41	980.433,47	28,26
DESPESAS DE CAPITAL	464.500,00	596.678,55	70.857,94	11,88
Investimentos	464.500,00	596.678,55	70.857,94	11,88

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	464.500,00	596.678,55	70.857,94	11,88
Investimentos	464.500,00	596.678,55	70.857,94	11,88
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>9.253.010,00</b>	<b>10.063.831,30</b>	<b>2.753.323,40</b>	<b>27,36</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	9.253.010,00	10.063.831,30	2.753.323,40	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.963.350,00	3.414.171,30	972.177,51	35,31
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.963.350,00	3.414.171,30	972.177,51	35,31
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>6.289.660,00</b>	<b>6.649.660,00</b>	<b>1.781.145,89</b>	<b>64,69</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	299.913,54	436,01

<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <math>&lt; \frac{V}{V+VI} &gt;^2</math> [(V - VI) / I]</b>	<b>15,37</b>
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	9.253.010,00	10.063.831,30	2.753.323,40	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.253.010,00</b>	<b>10.063.831,30</b>	<b>2.753.323,40</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

FRAIBURGO, 18/05/2011

\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
FERNANDO BRESOLA SUZIN  
Contador CRC/SC nº 025965/O-1

\_\_\_\_\_  
ILDO LUCAS  
Tesoreroiro

\_\_\_\_\_  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2011		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FRAIBURGO, 18/05/2011

\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
FERNANDO BRESOLA SUZIN  
Contador CRC/SC nº 025965/O-1

\_\_\_\_\_  
ILDO LUCAS  
Tesoureiro

\_\_\_\_\_  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

## Município de FRAIBURGO - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	58.710.000,00	
Previsão Atualizada		—	58.710.000,00	
Receitas Realizadas		10.684.574,42	22.179.727,68	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.001.638,48	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	58.710.000,00	
Créditos Adicionais		—	9.806.161,63	
Dotação Atualizada		—	68.516.161,63	
Despesas Empenhadas		8.612.300,98	30.943.800,40	
Despesas Liquidadas		8.717.156,46	14.933.254,67	
Superavit Orçamentário		—	7.246.473,01	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		8.612.300,98	30.943.800,40	
Despesas Liquidadas		8.717.156,46	14.933.254,67	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			56.980.196,41	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		5.980.000,00	-3.167.605,14	-52,97
Resultado Primário		-4.647.070,00	5.962.102,45	-128,30
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	51.500,00	0,00	0,00	51.500,00
EXECUTIVO	51.500,00	0,00	0,00	51.500,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.018.984,60	27.475,07	2.799.802,24	3.191.707,29
EXECUTIVO	5.541.129,62	27.475,07	2.542.908,20	2.970.746,35
LEGISLATIVO	477.854,98	0,00	256.894,04	220.960,94
TOTAL:	6.070.484,60	27.475,07	2.799.802,24	3.243.207,29
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.105.143,36	25%	9,54
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.067.335,31	60%	42,78
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.249.999,98	4.250.000,02	
Despesa de Capital Líquida		1.332.201,33	19.063.744,19	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de FRAIBURGO - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		79.108,75	-66.508,75
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		22.410,08	12.028,17
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.780.709,88	15,00	15,37

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 18/05/2011

\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
FERNANDO BRESOLA SUZIN  
Contador CRC/SC nº 025965/O-1

\_\_\_\_\_  
ILDO LUCAS  
Tesoureiro

\_\_\_\_\_  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal



**CÂMARA DE VEREADORES****decreto Legislativo N° 12/2011**

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE FRAIBURGO AO SENHOR ORLI SESTREN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS  
PAULO SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido ao Senhor ORLI SESTREN, o título de CIDADÃO HONORÁRIO do Município de Fraiburgo, pelos relevantes serviços prestados pelo mesmo a toda sociedade Fraiburguense.

Art. 2º O título de CIDADÃO HONORÁRIO, concedido por este Decreto Legislativo, será entregue em Sessão Solene da Câmara Municipal de Fraiburgo, em data a ser fixada pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2011.

PAULO SANTOS

Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

**Garopaba****PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria N.º 347/2011**

PORTARIA N.º 347, DE 16 DE MAIO DE 2011.

AUTORIZA A AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EXPEDIDA PELO INSS SOB O Nº. 20001050.1.00001/10-3, NOS ASSENTOS FUNCIONAIS DA SERVIDORA MAURA DO NASCIMENTO CUNHA, DETENTORA DA MATRÍCULA FUNCIONAL Nº. 012 E DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art.1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) MAURA DO NASCIMENTO CUNHA, detentora da matrícula nº. 012, e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00001/10-3, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/05/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 348/2011**

PORTARIA N.º 348, DE 16 DE MAIO DE 2011.

AUTORIZA A AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EXPEDIDA PELO INSS SOB O Nº. 20001050.1.00012/03-2, NOS ASSENTOS FUNCIONAIS DA SERVIDORA GERCINA FAUSTINO DE SOUZA, DETENTORA DA MATRÍCULA FUNCIONAL Nº. 025 E DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO/MANUTENÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art.1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) GERCINA FAUSTINO DE SOUZA, detentora da matrícula nº. 025, e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Conservação/Manutenção, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00012/03-2, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/05/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 349/2011**

PORTARIA N.º 349, DE 16 DE MAIO DE 2011.

AUTORIZA A AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EXPEDIDA PELO INSS SOB O Nº. 20001050.1.00003/09-2, NOS ASSENTOS FUNCIONAIS DA SERVIDORA MARIA DA ROSA DOS ANJOS, DETENTORA DA MATRÍCULA FUNCIONAL Nº. 063 E DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MERENDEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art.1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) MARIA DA ROSA DOS ANJOS, detentora da matrícula nº. 063, e do cargo de provimento efetivo de Merendeira, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00003/09-2, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/05/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 350/2011**

PORTARIA N.º 350, DE 16 DE MAIO DE 2011.

AUTORIZA A AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EXPEDIDA PELO INSS SOB O Nº. 20001050.1.00017/11-5, NOS ASSENTOS FUNCIONAIS DA SERVIDORA DIRCE ELIZA MACEDO, DETENTORA DA MATRÍCULA FUNCIONAL Nº. 786 E DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MERENDEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art.1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) DIRCE ELIZA MACEDO, detentora da matrícula nº. 786, e do cargo de provimento efetivo de Merendeira, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00017/11-5, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/05/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Aviso de Extrato de ata de Registro de Preço Nº 21/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 21/2011; Processo nº. 78/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Rota Auto Locadora de Veículos Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme e necessidade de locação de veículos para os gabinetes do Prefeito e do Vice-prefeito, deste município; Valor: 110.250,00; Data da Assinatura: 16/05/2011.

**Gaspar****PREFEITURA MUNICIPAL****Aviso do Pregão Presencial Nº 73/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 73/2011

O OBJETO é a aquisição de veículos automotores novos. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 31/05/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 31/05/2011 às 9h30min, no local acima citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar, 18 de maio de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Extrato da Inexigibilidade Nº 75/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Inexigibilidade nº 75/2011

Objeto: contratação de instituição disciplinar p/ execução do projeto de formação continuada dos professores e funcionários da Rede Municipal de Ensino de Gaspar. Contratado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB (82.662.958/0001-02). Valor Total: R\$ 216.233,60 (duzentos e dezesseis mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta centavos). Base legal: inciso II e § 1º do artigo 25 da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 16 de Maio de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Guaramirim****PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato dispensa licitacao 54/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Dispensa de Licitação - 54/2011

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CHAMADA PÚBLICA DOS AGRICULTORES PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURAFAMILIAR.

Entrega dos Envelopes: 20/06/2011 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 20/06/2011 às 09:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim (SC), 18/05/2011.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO N º 25/2011

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de equipamentos para o registro eletrônico de ponto (REP), software e bobinas para termo impressão, conforme especificações constantes no edital.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n. º41/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC / Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: Dimas de Melo Pimenta Sistemas de Ponto de Acesso Ltda.

Valor do Contrato: R\$ 22.109,23 (vinte e dois mil e cento e nove reais e vinte e três centavos).

Vigência: Início: 13/05/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 13 de maio de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DO CONTRATO  
Nº. 56/2011-PMG

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de equipamentos para o registro eletrônico de ponto (REP), software e bobinas para termo impressão, conforme especificações constantes no edital.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 41/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Contratada: Dimas de Melo Pimenta Sistemas de Ponto de Acesso Ltda.

Valor do Contrato: R\$ 73.415,34 (setenta e três mil e quatrocentos e quinze reais e trinta e quatro centavos)

Vigência: Início: 13/05/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 13 de maio de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO  
EXTRATO DO CONTRATO  
Nº 01/2011

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de equipamentos para o registro eletrônico de ponto (REP), software e bobinas para termo impressão, conforme especificações constantes no edital.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 41/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC / Hospital Municipal Santo Antonio.

Contratada: Dimas de Melo Pimenta Sistemas de Ponto de Acesso Ltda.

Valor do Contrato: R\$ 4.525,42 (quatro mil e quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos).

Vigência: Início: 13/05/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 13 de maio de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

## Herval do Oeste

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Portaria Nº 523/2011**

PORTARIA Nº 523/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ANA FERNANDA MARTINAZZO (Matr. 1523), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 6/E, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 10 de março de 2009 e 09 de março de 2010, para serem gozadas a partir de

17 de maio de 2011 a 16 de junho de 2011, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Maio de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 524/2011**

PORTARIA Nº 524/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 17 de maio de 2011, por tempo indeterminado, com fulcro no Artigo 71, inciso I, §1º, da Lei Complementar Nº 191/2005, à Servidora ANA CLAUDETE SAGGIN (Matr. 820), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 1/B, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Maio de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 525/2011**

PORTARIA Nº 525/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 17 de maio de 2011, do servidor GILBERTO JOSÉ DURIGON (Matr. 2883), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Administração e Finanças, Nível - Agente Político, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 191/2005, Art.69, § 3º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Maio de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 526/2011**

PORTARIA Nº 526/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional ao Servidor SILVESTRE FALCHETTI (Matr. 160), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível 4/2, Referência - G, 40 horas semanais, para o Nível 4/2, Referência - H, a partir de março de 2011, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 0191/2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste - (SC), em 17 de Maio de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Extrato Termo Cooperação e Parceria Caixa**

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

**TERMO COOPERAÇÃO E PARCERIA CAIXA**

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Entidade Organizadora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC

Do Objeto: Viabilizar no Município de Herval d'Oeste - SC ações para a implementação do empreendimento CONSTRUÇÃO DE 100 UNIDADES HABITACIONAIS NA ÁREA URBANA, identificado no contrato APF 0341.515-23, no âmbito do Programa Carta de Crédito FGTS, na forma coletiva, por meio da modalidade construção. Observadas as condições disponibilizadas pela CAIXA

Dos Recursos: Os recursos a serem utilizados para consecução do objeto deste Termo são provenientes de linhas de financiamento com Recursos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Recursos próprios da Entidade Organizadora.

Da Vigência do Termo: O Presente termo vigorará enquanto vigorar algum contrato assinado com os BENEFICIÁRIOS vinculados ao empreendimento a ser produzido, contados da data de assinatura deste instrumento.

Herval d'Oeste em 27 de dezembro de 2010

RICARDO BIER TROGLIO

Superintendente Regional Oeste - CAIXA

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal de Herval d'Oeste

**Imbituba****PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Complementar Nº 3.896.2011**

Lei Complementar nº 3.896, de 18 de maio 2011.

Dispõe sobre a regularização de obras de construção, modificação ou acréscimo já executados em edificações que contrariem as normas urbanísticas e edículas vigentes, na forma e nas condições que menciona, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar,

Art. 1º As obras já executadas, comprovadamente existentes até a data da publicação desta Lei Complementar, que apresentem parâmetros em desconformidade com o disposto na legislação municipal vigente, poderão ser regularizadas pelo Poder Público, desde que o interesse público não exija ou justifique sua adequação ou demolição e atenda aos dispositivos da presente Lei.

§1º Serão consideradas obras executadas e com condições mínimas de habitabilidade, a edificação que apresentar estrutura completa: vedação, cobertura, instalação hidráulica, sanitária e elétrica.

§2º Os responsáveis ou proprietários deverão requerer a regularização prevista no caput deste artigo à Prefeitura Municipal de Imbituba.

§3º Para a regularização prevista no caput deste artigo, o Poder Público dispensará ou reduzirá as limitações administrativas estabelecidas no Plano Diretor e no Código de Obras, bem como nos demais diplomas legais pertinentes, desde que:

I - Tenha por finalidade a Inclusão Social dos beneficiários;

II - Não cause danos ao meio ambiente e/ou ao patrimônio cultural;

III - Não afetem a ordem urbanística em geral;

IV - Não estejam edificadas em logradouros ou terrenos públicos, ou que avancem sobre eles;

V - Não estejam situadas em zonas de usos diferentes dos permitidos na Legislação de Uso e Ocupação vigente, e já registradas e homologadas em áreas com restrições pelo Cartório de Imóveis, excetuadas aquelas para as quais se comprove que, na época da instalação da atividade, o uso era permitido;

VI - Não estejam situadas em faixas não edificáveis junto lagos, lagoas, córregos, fundos de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações e linhas de transmissão de energia de alta tensão;

VII - Não estejam "sub judice" em ações relacionadas à execução de obras irregulares, quando a Municipalidade for parte;

VIII - Não estejam situadas em áreas atingidas por melhoramentos viários previstos em lei;

IX - Tenha por finalidade a manutenção e a geração de empregos e renda, quando o requerido for Alvará de Funcionamento;

X - Obedeçam aos requisitos mínimos de adequação desta lei.

§4º Para a regularização prevista no caput deste artigo, os imóveis, construções ou benfeitorias poderão ser objeto de alterações, de acordo com as medidas mitigatórias e/ou compensatórias adotadas e com o que é permitido em Lei.

Art. 2º O Poder Executivo, através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), estipulará as medidas mitigatórias e/ou compensatórias correspondentes a regularização requerida, sempre que a regularização do imóvel em questão for inviabilizada pelas exigências legais do Plano Diretor, com o propósito de garantir a inclusão social e a sustentabilidade do Município de Imbituba.

Parágrafo único. O interessado em regularizar o imóvel, construção



ou benfeitoria, com base no disposto nesta Lei, firmará Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) específico com o Poder Público, no qual estará consubstanciado o comprometimento quanto à estrita observância do que dispõe o respectivo Alvará, e o cumprimento das medidas mitigatórias e/ou compensatórias apontadas pelo Poder Público, com cronograma de obra, quando houver previsão desta.

## CAPÍTULO II

### DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Art. 3º O requerimento de Alvará de licença para regularizar deverá ser instruído, através de Processo Administrativo, com os seguintes documentos:

- I - Requerimento padrão - Anexo I;
- II - Cadastro do Proprietário do Imóvel - Anexo II;
- III - Cópias da Identidade e do CPF ou CNPJ;
- IV - Comprovante de residência;
- V - Comprovante de propriedade do imóvel (Cópia de Matrícula atualizada - 90 dias - ou cedência de uso do lote);
- VI - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) - Regularização de obra; que deverá atestar juntamente com o proprietário que o imóvel não se enquadra nas restrições previstas no artigo 1º desta Lei, ficando ambos responsáveis pelas informações que fornecerem;
- VII - Plantas de situação (escala 1:200) e localização do terreno (escala 1:2000), em 2 vias, em que constem as indicações - Anexo III;:

a) Da orientação Norte;

b) Dos elementos que definem a forma do terreno e da construção, a posição desta no terreno, com todos os afastamentos das divisas indicados;

c) Nome das ruas que o definem, com suas medidas;

d) Das dimensões dos passeios públicos;

e) Dos lindeiros;

f) Das cotas de nível do terreno, do meio-fio, da soleira, árvores, postes e hidrantes da via pública;

g) Dos índices urbanísticos do imóvel - COT, CAT, CSA, H, RA, RF, RL;

h) Da área construída.

VIII - Plantas baixas, cortes e fachada, em duas vias, nas escalas de 1:50 e 1:100 (para prédios de grandes dimensões), que indiquem claramente o destino, forma, área e dimensões de cada compartimento ou espaço ao ar livre, bem como representem, especifiquem e dimensionem todos os elementos que são objetos de requisitos específicos ou projetos, no Código de Obras Municipal;

IX - Parecer técnico descritivo das condições do imóvel - Anexo IV;

X - Alvará dos Bombeiros e Sanitário, exceto nas residências unifamiliares;

XI - Quando a infração atingir afastamentos com abertura de vãos, deverá o requerente apresentar autorização escrita do proprietário do imóvel vizinho;

XII - Termo de Concordância da Vizinhança, quando solicitado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

XIII - Comprovação do início da atividade ou construção do imóvel;

XIV - Anuência do órgão ambiental competente, quando for o caso;

XV - Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), quando exigido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDURB;

XVI - Certidão negativa municipal; e

XVII - A SEDURB poderá exigir outros documentos complementares.

Parágrafo único. A autorização do vizinho prevista neste artigo poderá ser substituída por declaração do requerente de inexistência de ação judicial ou qualquer outro litígio a respeito dos afastamentos com abertura de vãos, sendo tal declaração de inteira responsabilidade do requerente sob as penas da Lei.

Art. 4º Analisado o processo administrativo e estando o mesmo apto ao deferimento, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente emitirá o Alvará requerido com dispensa ou redução das limitações dispostas no Plano Diretor e no Código de Obras, bem como nos demais diplomas legais pertinentes, conforme o caso.

§1º As obras irregulares serão classificadas em duas categorias:

a) Obras sem documentação: Obras de acordo com os padrões urbanísticos e técnicos, porém sem alvará de construção ou habite-se ou ambos; as quais estarão sujeitas ao pagamento de multa, conforme o capítulo III.

b) Obras em desacordo com os padrões urbanísticos e técnicos: Obras que, além da irregularidade documental, apresentam itens em desacordo com o Plano Diretor ou o Código de Obras ou ambos; caso em que, além da multa, deverá ser firmado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme o capítulo IV.

§2º Após cumprimento das determinações do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e mediante requerimento de vistoria acompanhado de comprovante de pagamento das taxas, anexo ao mesmo processo, será, em caso de cumprimento pleno dos compromissos, emitida a Carta de Habite-se do Imóvel já regularizado junto ao Município.

Art. 5º Será recolhida uma taxa de regularização, por metro quadrado de obra a regularizar, a ser paga na arrecadação do Município, quando da instrução do processo, cujo valor é de 0,60 UFM/m².

Parágrafo único. O interessado em obter os benefícios desta Lei Complementar que estiver em débito com tributos municipal de qualquer espécie terá processo de regularização condicionado à prévia regularização fiscal.

Art. 6º Para fins desta lei, regularização de obra existente, implica no reconhecimento desta, exclusivamente para fins cadastrais e tributários do Município.

Art. 7º Das decisões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que versarem sobre matéria regulada nesta Lei, caberá recurso junto ao Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - PDDSI.

## CAPÍTULO III

### DAS OBRAS SEM DOCUMENTAÇÃO

Art. 8º Atendido o disposto no Capítulo II desta Lei; e estando a obra de acordo com os padrões urbanísticos e técnicos, porém sem projeto aprovado ou alvará de construção ou ambos; o Poder Público emitirá uma multa única sobre a área a regularizar, calculada por metro quadrado, pela seguinte fórmula:

$$M = A \times UFM \times mA \times mB$$

Onde:

M = Valor da Multa;

A = Área a Regularizar;

UFM = Unidade Fiscal Municipal;

mA = Modificador do grupo A;

mB = Modificador do grupo B.

§1º Nos casos de multa previstos nesta Lei, serão aplicados modificadores de valor, simultaneamente, sobre o valor da multa, podendo incidir um único modificador de cada grupo, conforme a tabela:

1 - Tabela de modificadores de valor

Grupo	Situação prevista	Modificador m
A	Existe projeto aprovado	0,50
	Não existe projeto aprovado	1,00

B	Imóvel de padrão construtivo baixo	0,50
	Imóvel de padrão construtivo médio	1,00
	Imóvel de padrão construtivo alto	1,50

§2º A aplicação da multa prevista no caput deste artigo não exclui eventual penalidade anteriormente já aplicada.

Art. 9º Para a regularização, nos termos desta Lei, das residências unifamiliares, com área máxima de 80 (oitenta) metros quadrados, serão isentos de cobrança de multa, desde que o interessado comprove não possuir outro imóvel urbano.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS OBRAS EM DESACORDO COM OS PADRÕES URBANÍSTICOS E TÉCNICOS

Art. 10. Atendido o disposto nos Capítulos II e III desta Lei; e estando a obra em desacordo com os padrões urbanísticos (Exigências do Plano Diretor) ou técnicos (Exigências do Código de Obras) ou ambos; o Poder Público, além da multa anteriormente prevista, firmará, com o interessado em regularizar o imóvel, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no qual constará o compromisso quanto ao cumprimento das medidas mitigatórias e/ou compensatórias apontadas pelo Poder Público, com cronograma de obras sempre que houver previsão destas.

Art. 11. As medidas mitigatórias referidas nesta lei são todas as alterações, acréscimos, reformas ou demolições, que necessitem ser efetuadas no imóvel com a finalidade de aproximá-lo ao máximo dos padrões exigidos pelo código de obras e também com a finalidade de enquadramento nos índices urbanísticos do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável.

Parágrafo único. As medidas mitigatórias serão determinadas pelo Corpo Técnico dos Departamentos de Urbanismo e Meio Ambiente, e constarão do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Art. 12. É medida mitigatória, a ser proposta pelo requerente e previamente aceita pelo Município, a demolição da obra em desconformidade, ou de parte dela, a ser realizada pelo proprietário do imóvel irregular, com cronograma a ser definido entre o Poder Público e o proprietário, a ser ajustado em TAC.

Art. 13. As medidas compensatórias a serem aplicadas pelo Poder Público, serão:

I - reversão ao Município de Imbituba do valor correspondente a 10 UFM/m<sup>2</sup> da área construída em desconformidade com a legislação, calculada sobre o metro quadrado, conforme:

- extrapolação do coeficiente de aproveitamento total;
- extrapolação do coeficiente de ocupação do terreno;
- extrapolação da altura máxima permitida;
- extrapolação dos recuos determinados; ou
- outras definidas por normas legais pertinentes;

II - reversão ao Município de Imbituba do valor correspondente a cada item obrigatório para construção não observado, calculado da seguinte forma:

- para edificações de 80 (setenta) metros quadrados até 150 (cento e cinquenta) metros quadrados, o valor determinado como compensação será de 12,5 UFM por item;
- para edificações de 150 (cento e cinquenta) metros quadrados até 300 (trezentos) metros quadrados, o valor determinado como compensação será de 25 UFM por item;
- para edificações de 300 (trezentos) metros quadrados até 500 (quinhentos) metros quadrados, o valor determinado como compensação será de 50 UFM por item;
- para edificações de 500 (quinhentos) metros quadrados até 1000 (mil) metros quadrados, o valor determinado como compensação será de 100 UFM por item; e
- para edificações com área superior ao limite máximo disposto

no item anterior deste inciso, será determinada como compensação 100 UFM por item a mais a cada 1000 (mil) metros quadrados construídos acima do referido limite;

III - investimento em obras públicas tais como praças, parques, avenidas e outras que tenham como escopo melhoria do espaço urbano; ou

IV - imóvel urbano a ser revertido ao patrimônio do município.

§ 1º As medidas previstas nas alíneas a, b, c, d e e, do inciso I deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente se verificadas as ocorrências das mesmas no mesmo imóvel.

§ 2º As medidas previstas nos incisos I e II deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente se verificadas as ocorrências das mesmas no mesmo imóvel.

§ 3º Quando a Medida Compensatória for uma das previstas nos incisos III e IV, deste artigo, estas não poderão ter valor inferior ao equivalente ao previsto nos incisos I e II do referido artigo.

Art. 14. Para a regularização, nos termos desta Lei, das residências unifamiliares, com área máxima de 80 (oitenta) metros quadrados, não serão estipuladas medidas compensatórias e/ou mitigatórias, desde que o interessado comprove não possuir outro imóvel urbano.

#### CAPÍTULO V

##### DA REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES E DEFINIÇÃO DAS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS E/OU MITIGATÓRIAS

Art. 15. É condição para a regularização das atividades, nos termos desta Lei, a regularização do imóvel junto ao Poder Público Municipal.

Art. 16. Constatada a proibição do uso para a zona na qual é realizada a atividade, serão considerados os critérios abaixo elencados para fixação das medidas mitigatórias:

- eliminação ou minoração do transtorno causado na vizinhança; e
- adoção de medidas previstas em lei para sanar o impacto ambiental negativo quando comprovada a existência do mesmo.

Art. 17. São Medidas Compensatórias com vistas à regularização de atividades:

I - reversão ao Município de Imbituba do correspondente a área ocupada pela atividade em desconformidade com a legislação, calculada sobre o metro quadrado, conforme segue:

- até 1000 metros quadrados, 5 UFM por metro quadrado;
  - acima de 1000 metros quadrados, 10 UFM por metro quadrado.
- II - investimento em obras públicas tais como praças, parques, avenidas e outras que tenham como escopo melhoria do espaço urbano.

§ 1º As medidas previstas neste artigo são alternativas e excluídas entre si.

§ 2º Quando a Medida Compensatória for uma daquelas previstas no inciso II deste artigo, a mesma não poderá ter valor inferior ao equivalente ao previsto no inciso I.

§ 3º Não serão objeto de fixação das medidas estabelecidas no caput as microempresas, assim definidas em lei.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Os valores arrecadados em razão desta Lei serão destinados para conta bancária específica para serem aplicados na área de desenvolvimento urbano.

Art. 19. Aqueles que não tomarem as medidas necessárias para a devida regularização, não poderão ser beneficiados por qualquer tipo de benefícios ou incentivos fiscais da parte do Poder Público Municipal.



Art. 20. Somente serão beneficiados pelo disposto nesta Lei aqueles que, no prazo de 02 (dois) anos, a contar da sua publicação, procederem à regularização da atividade ou obra junto ao órgão competente, prorrogáveis por até igual período mediante Decreto. Parágrafo único. Esgotado todos os prazos definidos, caso necessário, o Executivo encaminhará proposta ao Poder Legislativo para discussão de nova ampliação de prazo de regularização.

Art. 21. Aqueles que não tomarem as medidas necessárias para a devida regularização, dando entrada com o processo administrativo de regularização de obras no protocolo da Prefeitura Municipal dentro do prazo especial previsto neste instrumento, ficarão sujeitos às penalidades do Código de Obras e Posturas do Município.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de maio de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Lei Nº 3.895.2011**

Lei nº 3.895, de 18 de maio 2011.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro ao CTG 13 Guapos.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à seguinte entidade:

I - CTG 13 Guapos, inscrita no CNPJ sob o nº 95.787.701/0001-29, a importância de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à realização do XV Rodeio Nacional - CTG 13 Guapos.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento do Município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo, para este determinado fim.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de maio de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **decreto PMI Nº 043.2011**

DECRETO PMI Nº 043, de 17 de maio de 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de prazo de recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - do exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 263, § 3º, da Lei Complementar n.º 3.019/06 de 28 de dezembro de 2006:

DECRETA:

Art. 1º Fica PRORROGADO para o dia 07 de junho de 2011 o prazo para pagamento da cota única do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - do exercício de 2011, com 20% (vinte por cento) de desconto.

Art. 2º Fica PRORROGADO para o dia 07 de junho de 2011 o prazo para pagamento da primeira parcela do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - do exercício de 2011.

Parágrafo único. Os prazos para pagamento das demais parcelas permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de maio de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **decreto PMI Nº 044.2011**

DECRETO PMI Nº 044, de 17 de maio de 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de prazo de recolhimento da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos do exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 263, § 3º, da Lei Complementar n.º 3.019/06 de 28 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica PRORROGADO para o dia 07 de junho de 2011 o prazo para pagamento integral ou da primeira parcela da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos.

Parágrafo único. Os prazos para pagamento das demais parcelas permanecem inalterados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de maio de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria DGP/SeaGP N.º 110/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 110, de 17 de maio de 2011.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora ANTONINA BITTEN-COURT DE SOUZA, inscrita no CPF sob o n.º 507.260.219-20, admitida em 02 de maio de 1983, contrato nº 54, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2003 a 2008	01.07.2011 a 29.08.201	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 17 de maio de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Publicação de Extrato de Prorrogação de Pregão Presencial Nº 52/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 72/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica prorrogado o referido pregão para o dia 31 de Maio de 2011 às 15:00 horas.

Imbituba, 19 de maio de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

## Irineópolis

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei Nº 1.565/2011

LEI N.º 1.565/2011 DE 12 DE MAIO DE 2011.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O PROGRAMA DE ESTÍMULO À EXPEDIÇÃO DE NOTAS FISCAIS, ESTABELECE SORTEIO E PREMIAÇÃO, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Wanderlei Lezan, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a instituir o programa de estímulo à emissão de Notas Fiscais, denominado "IRINEOPOLITENSE CONSCIENTE PEDE NOTA FISCAL", de contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS; ISS - Imposto Sobre Serviços, Nota Fiscal de Produtor Rural e de Consumidores no âmbito do Município de Irineópolis - SC.

Art. 2.º - O Programa "IRINEOPOLITENSE CONSCIENTE PEDE NOTA FISCAL" constituirá na premiação, mediante sorteios realizados conforme calendário a ser estabelecido na regulamentação da Lei.

Art. 3.º - Concorrerão aos Prêmios do Programa "IRINEOPOLITENSE CONSCIENTE PEDE NOTA FISCAL":

I - os consumidores que apresentarem Nota Fiscal de aquisição de mercadoria e de prestação de serviços, em comércio estabelecido no território do Município de Irineópolis, devidamente inscritos no cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal;

II - os produtores rurais que apresentarem a emissão de Nota de Produtor Rural, inscritos no Município de Irineópolis; e

III - para as pessoas jurídicas serão consideradas Notas Fiscais de mercadorias e prestação de serviços fornecidos e pessoa jurídica provenientes de empresas com inscrição no Município de Irineópolis.

Art. 4.º - Para concorrer aos sorteios do Programa "IRINEOPOLITENSE CONSCIENTE PEDE NOTA FISCAL", os consumidores do Município deverão obter junto ao órgão Municipal competente os cupons numerados que serão fornecidos na quantidade de:

I - 01 unidade a cada R\$ 100,00 (cem reais) de compra e serviço; e

II - 01 unidade a cada R\$ 500,00 (quinhentos reais) na Nota Fiscal de Produtor Rural.

§ 1º - Serão considerados para troca por cupons numerados a primeira via da Nota Fiscal de venda ao consumidor e cupons fiscais emitidos por máquinas registradoras que contenham número do CNPJ do vendedor.

§ 2º - Serão considerados para troca somente as Notas Fiscais emitidas a partir de 02 de janeiro de 2011, até 28 de dezembro de 2012.

Art. 5º - Para trocar por cupons, os documentos fiscais serão entregues e carimbados pelo órgão promotor do programa e devolvidos ao contribuinte.

Art. 6º - Serão premiados os cupons em sorteio manual por cupom preenchido.

Art. 7º - A data de realização dos sorteios será no dia 29 de dezembro de 2012, junto ao Centro de Uso Múltiplo, às 19:00h.

Art. 8º - O Poder Executivo fica autorizado a celebrar convênios com vistas a popularização e incremento promocional do programa.

Art. 9º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir por dotação, a título de premiação os veículos e demais prêmios constantes do Artigo 10 desta Lei, objetivando o desenvolvimento do Programa "IRINEOPOLITENSE CONSCIENTE PEDE NOTA FISCAL".

Art. 10 - Os prêmios a serem conferidos aos certificados sorteados, após a conferência da validade e montante de documentos fiscais são os seguintes:

- 1º PRÊMIO - 01 motocicleta modelo Bis;
- 2º PRÊMIO - 01 notebook;
- 3º PRÊMIO - 01 TV 29";
- 4º PRÊMIO - 01 bicicleta;
- 5º PRÊMIO - 01 bicicleta
- 6º PRÊMIO - 01 aparelho de DVD;

Art. 11 - Quando o valor do documento válido para troca exceder o valor mínimo estipulado e não complementar o valor para ter direito ao 2º cupom, o contribuinte receberá do Município um cupom crédito constando o valor excedente, o qual será somado a novos documentos em troca posterior.

Art. 12 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, através de Decreto.

Art. 13 - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento do exercício de 2011:

ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO  
UNIDADE 0201 - GABINETE DO PREFEITO  
ATIVIDADE 2001 - Manutenção Gabinete do Prefeito  
MODALIDADE 3390 - 100 - Aplicações Diretas

Art. 14 - Fica incluído no anexo das Lei nº 1.440 de 12 de agosto de 2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual para os exercícios de 2010/2013 o seguinte objetivo:

ÁREA: - Administração  
META: - Incentivo à arrecadação  
OBJETIVO: - Participar de programas de incentivo à arrecadação, através do projeto NOTA FISCAL PREMIADA.

Art. 15 - Fica incluído no anexo da Lei nº 1.504 de 21 de julho de 2010, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011, o seguinte:

ÁREA: - Administração  
META: - Incentivo à arrecadação  
OBJETIVO: - Participar de programas de incentivo à arrecadação, através do projeto NOTA FISCAL PREMIADA.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 12 de maio de 2.011.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 180/2011**

PORTARIA Nº 180/2011 DE 17 DE MAIO DE 2011.

INSTITUI O USO DE UNIFORME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições dos artigos nº 169 e 170 da Lei Complementar nº 001/97 de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica instituído o uso obrigatório de uniformes pelos servidores efetivos, cargos comissionados e estagiários do, Gabinete do Prefeito, Secretaria da Administração, Secretaria da Fazenda, Secretaria do Desenvolvimento Comunitário e Secretaria da Agricultura, durante as horas de expediente ao público.

§ Único - O servidor que descumprir o exposto no Art. 1º, terá seu dia descontado na folha de pagamento no final do mês.

Art. 2º - O uniforme será constituído de:

- a) 02 (duas) camisas brancas do tipo "polo", bordadas com o brasão do Município, com duração de 1 (um) ano;
- b) 01 (uma) blusa de lã na cor verde, bordada com o brasão do Município, com duração de 2 (dois) anos;
- c) 01 (uma) calça social, nos modelos masculino e feminino, na cor preta, com duração de 1 (um)ano.
- d) 01 (um) crachá, com o nome e função, a ser fornecido posteriormente, de acordo com as possibilidades do Município.

§ 1º - Será admitido o uso de calça de outros tipos de tecidos, na cor preta, desde que não possua adereços chamativos, e de camisa/camisete desde que possua o brasão do Município.

§ 2º - Os itens a que se refere o parágrafo anterior não acarretará ônus para o Município.

Art. 3.º - A distribuição de uniformes será de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

Art. 4.º - O fornecimento de uniformes será feito a título gratuito pelo Setor de Patrimônio, mediante pedido formulado por escrito pelo responsável de cada Secretaria a quem o interessado estiver diretamente subordinado.

Art. 5.º - Não serão fornecidos uniformes ou quaisquer outras peças de vestuário mencionadas nesta portaria:

- a) aos servidores licenciados por um tempo igual ou superior à duração de cada peça;
- b) aos substitutos, desde que por tempo inferior a duração de cada peça;
- c) aos servidores em exercício de atribuições diversas das funções ou cargos que ocupam.

§ Único - Todas as peças serão entregues, mediante recibo assinado pelo interessado ou pelo seu chefe imediato, desde que, não ocorra qualquer das circunstâncias constantes das letras "a" e "c" deste artigo.

Art. 6.º - Os prazos de duração de cada peça serão contados, para todos os efeitos a partir da data do seu recebimento.

§ 1º - As datas de vencimentos das peças não poderão ser antecipadas, salvo motivo de absoluta e com provada necessidade.

§ 2º - As peças deverão ser devolvidas ao final da duração, sendo que ao final do prazo as peças serão consideradas inservíveis.

Art. 7.º - E vedado, sob as penas da lei:

- a) modificar qualquer peça do uniforme;
- b) inutilizar ou retirar os bordados indicativos da Repartição;
- c) alienar as peças recebidas;
- e) usar o uniforme fora das horas de expediente.

Art. 8.º- Os servidores efetivos, cargos comissionados e estagiários exonerados, demitidos ou aposentados, bem como os que deixarem o exercício da função, por tempo indeterminado ou em definitivo, são obrigados a devolver à Repartição os uniformes, sob sua guarda.

Art. 9.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 17 de maio de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

## CÂMARA DE VEREADORES

### Portaria Nº 011/2011

PORTARIA11 DE 16 DE MAIO DE 2011

"Designa membros substitutos de Comissões da Câmara Municipal de Irineópolis/SC, e dá outras providências.

CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA, Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 16, inciso I, alínea "d" e artigo 38 do Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

I - Designar enquanto perdurar o impedimento como membros substitutos das Comissões Técnicas Permanentes os seguintes vereadores:

Comissão de Constituição e Justiça: Vereadora ELENI BAUM BAGGENSTOSS

Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira: Vereador ALCIONE ADAMI

Comissão de Patrimônio, Defesa do Consumidor, Trabalho e Legislação Social: Vereador ALCIONE ADAMI

Comissão de redação de leis: Vereadora ELENI BAUM BAGGENSTOSS

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete da Presidência, 16 de Maio de 2011.

CARLOS R. R. DA SILVA

Presidente em Exercício da Câmara Municipal

### Portaria Nº 10/2011

PORTARIA Nº 010 DE 13 DE MAIO DE 2011.

NOMEIA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO CARLOS SENFF, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 16, inciso I, letra "d", e inciso III letra "a" também do artigo 16 do Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Nomear a Servidora SORAIA LOPES, RG nº 10/C 3.362.589, inscrita no CPF sob o nº 003.789.309-23, para o cargo de Provimento em Comissão de Assessora Parlamentar, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal, recebendo os vencimentos previstos em Lei.

Gabinete da Presidência, em 13 de maio de 2011.

ANTONIO CARLOS SENFF

Presidente

## Itapoá

### PREFEITURA MUNICIPAL

### Ata de Sessão Pública - Convite Nº 10/2011

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data 18/05/2011 Horário: 09h:30m

Licitação /Modalidade CONVITE

PROCESSO Nº 10/2011

Nº 35/2011

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada para execução de 195 m de drenagem na Avenida Beira mar III, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, projeto básico, ART, e memorial descrito parte integrante deste edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, mural público municipal, no dia 11/05/2011 a fim de ampla divulgação. Das empresas convidadas as quais foram: EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ/MF: 10.391.386/0001-63, ADRIANO SEBASTIÃO MIQUELETTTO & CIA LTDA - ME, CNPJ/MF: 08.837.604/0001-07 e OSNI PEREIRA - ME, CNPJ/MF: 79.302.261/0001-16. Exatamente as 08h:30m encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolou envelopes a empresa:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
18/05/2011	342	08h:10m	EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA	10.391.386/0001-63

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL. Neste ato constatou-se que a empresa estava de acordo com o edital, portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, o qual foi achado conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório: R\$ 15.137,00 (quinze mil cento e trinta e sete reais). Observando que o valor estimado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos para esta licitação foi de R\$ 15.137,00 (quinze mil cento e trinta e sete reais). Cientes os licitantes do resultado supra, fica o mesmo notificado e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO

Presidente da Comissão de Licitação

FERNANDA CRISTINA ROSA

Membro

ISABELA R. DUTRA POHL

Membro



**despacho de Julgamento Tomada de Preço Nº 01/2011 Iluminação Pública**

DESPACHO DE JULGAMENTO

REF: Tomada de Preço nº 01/2011 - Processo nº 30/2011 - OBJETO: Contratação de empresa de engenharia elétrica, para executar os serviços no Sistema de Iluminação Pública sob a responsabilidade do Município de Itapoá, composto nesta data de 6.424 (seis mil quatrocentos e vinte quatro) pontos de iluminação pública, incluindo os serviços de manutenção rotineira e de emergência e atendimento de reclamações via call Center e a destinação final de lâmpadas, conforme projeto básico e memorial descritivo, planilha orçamentária, parte integrante do edital.

Após análise de todas as peças processuais que interessam a espécie adoto as razões apresentadas pela Comissão Permanente de Licitação, conforme folha nº 389, e conforme Parecer jurídico nº 34/2011 sob folhas nº 371 a 388, como se minhas fossem e as considerando integradas a este, julgo IMPROVIDO o recurso apresentado pela empresa ENGEÇO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ/MF: 83.538.132/0001-07, e PROVIDO as contra razões apresentadas pela empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP, CNPJ/MF: 09.008.659/0001-69, para que seja dado seqüência ao processo licitatório e tomada as medidas cabíveis para o andamento do interesse público.

Itapoá, 17 de maio de 2011.  
ERVINO SPERANDIO  
Prefeito Municipal

**despacho de Remessa de Processo Tomada de Preço Nº 01/2011 iluminação Pública**

DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO

REF: Tomada de Preço nº 01/2011 - Processo nº 30/2011 - OBJETO: Contratação de empresa de engenharia elétrica, para executar os serviços no Sistema de Iluminação Pública sob a responsabilidade do Município de Itapoá, composto nesta data de 6.424 (seis mil quatrocentos e vinte quatro) pontos de iluminação pública, incluindo os serviços de manutenção rotineira e de emergência e atendimento de reclamações via call Center e a destinação final de lâmpadas, conforme projeto básico e memorial descritivo, planilha orçamentária, parte integrante do edital.

ERVINO SPERANDIO,  
Prefeito Municipal

Segue anexo, o presente processo para que haja deliberação de V.Sas. no que se refere ao recurso apresentado pela Empresa: ENGEÇO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ/MF: 83.538.132/0001-07 conforme protocolo nº 1641/2011 sob folhas nº 345 a 346, e contra razões apresentada pela Empresa: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP, CNPJ/MF: 09.008.659/0001-69 sob protocolo nº 336/2011 sob folhas nº 358 a 370.

Outrossim, esclarecimentos que a decisão hostilizada do pedido encontra-se detalhada na análise e resposta no Parecer Jurídico nº 34/2011 sob folhas nº 371 à 388, bem assim que considerado improcedente as razões apresentadas pela Empresa: ENGEÇO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ/MF: 83.538.132/0001-07, e considerada procedente as contra razões apresentadas pela empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP, CNPJ/MF: 09.008.659/0001-69, portanto nesta concepção fica PREJUDICADO o recurso impetrado pela empresa ENGEÇO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ/MF: 83.538.132/0001-07.

Itapoá, 17 de maio de 2011.  
JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO  
Presidente da Comissão de Licitação

**Joaçaba****PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato Homologação PL 02/2011 FUNReBOM**

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2011/FUNREBOM

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:  
1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 02/2011/FUNREBOM, nos seguintes termos:

- Modalidade: PP 02/2011/FUNREBOM

Objeto: a aquisição de 01 (um) veículo tipo automóvel sedan, novo, 0 km, ano/modelo 2011, destinado a manutenção das atividades dos bombeiros militares de joaçaba, de acordo com as características mínimas descritas no anexo i do presente edital.

- Empresas Vencedoras:

DE MARCO LTDA

- Valor Total: R\$ 45.000,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 17 de maio de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Extrato PP 2/2011/FMCE - PL 2/2011/FMCE**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES

JOAÇABA- SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2011/FMCE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2011/FMCE

Objeto: contratação de empresa de transporte rodoviário de passageiros para realizar viagens especiais no transporte da delegação do Município e de equipes desportivas, durante as competições esportivas promovidas em nível de Estado, no exercício financeiro de 2011. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 01/06/2011, a partir das 14 h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 h, do dia 01/06/2011, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 17 de maio de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

MIRIAN DOLZAN

Superintendente da FMCE

**Nota de Revogação PP 23/2011/PMJ - PL 54/2011/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA

NOTA DE REVOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2011/PMJ

EDITAL PP Nº 23/2011/PMJ

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) caminhões traçados (6x4), 02 (duas) caçambas basculantes 10/12m<sup>3</sup> e 01 (um) veículo furgão, destinados a manutenção das atividades da secretaria municipal de Infraestrutura de Joaçaba (SC).

MOTIVO: Por motivos de interesse público, conforme justificativa apresentada pelo setor requisitante e deferida pelo Prefeito, o Poder Público Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em especial ao disposto no art. 49 da Lei 8.666/93 e alterações, resolve:

REVOGAR O PROCESSO LICITATÓRIO 54/2011/PMJ - PP 23/2011/PMJ.

Joaçaba (SC), 17 de maio de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### **Editais de Notificação de Débitos Lançados em Dívida Ativa**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

O Prefeito de Joaçaba, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, imo, para comparecer a Prefeitura, no Setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse no prazo de 15 (quinze) dias. O não comparecimento acarretará o desenvolvimento de procedimentos administrativos e judiciais conforme determina a Lei.

15172 ADAO PONCIO DE OLIVEIRA  
4444 ADEMAR GALIOTTO  
39916 ADEMIR, VALMIR, MÁRCIA, CLAUDEMIR e JOSIANE DA SILVA  
20201 ADMIR OSCAR BURLIN & CIA LTDA  
21677 ALANVITO REPRESENTAÇÕES LTDA  
9990 ALBINO DE BORTOLI  
20611 ALESSANDRO ROBERTO LOCATELLI - ME  
30467 ALTIVIR CHAVES  
9006 ALVARO PAIN  
5762 ANA MARIA DA SILVA  
34763 ANA MARIA GALVÃO ME  
40671 ANA MARIA ZANINI  
40966 ANA PAULA DE LIMA DAMASSENDA DA SILVA  
40823 ANA REGINA TRINDADE VESOLSKI E CESAR RICARDO VESOLSKI  
14859 ANA RODRIGUES DA SILVA  
15598 ANALZIRA S GUIMARAENS  
37769 ANDERSON CRISTIANO DA SILVA  
36710 ANDERSON GLUZEZAK  
41364 ANDERSON SCHMAUTZ  
10464 ANDRE LUIZ BARBOSA  
33794 ANDRE LUIZ DE MATOS ME  
14066 ANDRE LUIZ RIBAS E ANA MARIA RIBAS  
38853 ANDRE TODT  
21882 ANDREI FARDO  
13319 ANDRELINO AMBROSIO  
13321 ANDRELINO AMBROSIO E LUIZ AMBROSIO  
9409 ANELO LUIZ COMIN  
6012 ANELSO ANTONIO RODRIGUES  
9977 ANESTOR ALEXANDRE RIBEIRO  
5540 ANGELA MARIA DOS SANTOS  
8789 ANGELA TRAIANO  
11832 ANGELINA BERNADETE BUFFON  
18353 ANGELO AQUILES ANDRIN  
6009 ANGELO MANTUAN  
30756 ANGELO PITOL

14557 ANGELO SARTOR  
10444 ANITA PARIS GHIGGI  
3800 ANSELMO GAVASSO  
33696 ANTENOR BERTOTTI  
18636 ANTENOR FERNANDES DA SILVA - ME  
34023 ANTENOR FORNAZARI NETO  
15383 ANTENOR ROCHA  
38882 ANTENOR VARELA  
35178 ANTOANI TOSI  
40455 ANTONINHO KRAUSE  
6053 ANTONIO ADEMIR DE FREITAS  
7147 ANTONIO ADOLFO DAMACENO  
10552 ANTONIO ALVES DOS SANTOS  
5473 ANTONIO BIAZOTTO PRIMO  
10802 ANTONIO BOLDRINI  
22779 ANTONIO CARLOS COSTA  
11103 ANTONIO CARLOS NEUMAYR  
8851 ANTONIO CRIPPA  
400 ANTONIO DA CAZ  
22159 ANTONIO DIRCEU DE OLIVEIRA - ME  
5151 ANTONIO EBERT  
41055 ANTONIO GONÇALVES DE OLIVEIRA JUNIOR  
813 ANTONIO HERVIZ SARTORI  
19240 ANTONIO JORGE SOARES - ME  
19482 ANTONIO LUIZ COSTENARO  
15438 ANTONIO MARIANO  
4102 ANTONIO MOLIN  
3771 ANTONIO PALHARIN  
32134 ANTONIO PRIMO MARCHEZINI  
4545 ANTONIO ROZA  
40360 ANTONIO T BELLO, SALLY DE LOURDES BELLO ROSA E SERGIO L BELLO  
21742 ANTONIV - INFORMATICA LTDA - EPP  
36606 APARECIDA FERREIRA DE LIMA MARTINS  
19397 APARECIDO ANTONIO SOBRINO  
22494 APOENA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A  
13152 AQUILES CORDAZZO  
35069 ARACELI CAMARA  
14039 ARCEDILIA NEVES DA CRUZ  
5580 ARCENIO DE VARGAS  
33649 AREOVALDO ZAGO  
40062 ARGEU TEIXEIRA E ARNOLDO PIRES DE LIMA  
9544 ARI CIMADON  
6538 ARI FRANCISCO DE OLIVEIRA  
19179 ARILO LEMOS PEREIRA  
15550 ARIOLDO JOSE DA ROSA  
9649 ARLENE VOLPATO  
18801 ARLETE PECIN  
11779 ARLINDO EDVINO BECKER  
19472 ARMANDO BUFFON  
17830 ARMANDO LEVINSKI  
5423 ARMANDO WERNER NEES  
38024 ARMELINDO LOURENÇO PISSOLI  
12491 ARMELINDO MANTOVANI  
11762 ARMINDO DE OLIVEIRA  
41224 ARMINDO DOTTA  
21035 ARNALDO CEOLIN PANERAI  
37009 ARNALDO G., LUCIANO G. DE ALMEIDA E ZENITA S. DOS SANTOS  
7991 ARNALDO PITOL  
24226 ARNILDO WINTER  
7459 ARNO LEBKUCHEN  
3011 ARNO SPECHT  
21694 ARTE & PAISAGENS LTDA ME  
7997 ARTHUR DIDOMENICO  
11347 ARTHUR J E LUCIANA LORASCHI MARTINI  
35845 ARTUR KVIECZINSKI  
12633 ARTUR MORLOCK  
13263 ARTUR TRUCOLO



11783 ASSIR LUIZ DE LUCCA  
 22512 ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE OBREIROS DA LUZ  
 15305 ASSOCIACAO BRAS DE ODONTO - REG JOACABA  
 21500 ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO BOA VISTA  
 20888 ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO FREI BRUNO  
 36018 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO MONTE BELO  
 742 ATENILSON ANTONIO MOSLINGER  
 17971 ATILIO BERNARDINI  
 14843 ATILIO MAGNO DE OLIVEIRA  
 37497 ATIVACRED LTDA ME  
 33870 AUDITOESTE SERVIÇOS DE ASSESORIA EM CONTABILIDADE S/S LTDA  
 36755 AUGUSTO SOMENSI  
 2904 AURELIO JOSE BIAZOTTO  
 18584 AURI PENTEADO  
 18809 AUTO ELETRICA BITTENCOURT LTDA - ME  
 40118 AVELINO DORINI PRIMO  
 18326 AYRTON FARDO  
 9147 AZIR PRONER  
 32917 B21 NEGÓCIOS LTDA  
 42278 BABILONIA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA  
 18664 BAR E ARMAZEM FLORES LTDA - ME  
 36545 BAR E LANCHONETE GR ZACCARON LTDA ME  
 41830 BARBARA CRISTINA SURDI  
 15565 BASILIO PRESTES DE OLIVEIRA  
 40379 BC ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA  
 32282 BEATRIZ RODRIGUES CHINATO HEBERLE  
 40684 BEBBER COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA  
 34645 BELAS ARTES FLORICULTURA E AJARDINAMENTO LTDA ME  
 38488 BELEZA.COM LTDA  
 32606 BENO MERGNER  
 6109 BENO STOFELL  
 2783 BERNHARD JOSEF GRATT  
 21473 BETY BORDADOS COMPUTADORIZADOS LTDA  
 36641 BIOGRAFIX TATOO E PIERCING E COMÉRCIO LTDA  
 36356 BITTENCOURT & BITTENCOURT PRODUÇÕES LTDA ME  
 34913 BOM DIA OESTE JORNAL ON-LINE LTDA  
 30925 BOMBAS INJETORAS SÃO CRISTOVÃO LTDA  
 21730 BONATO COUROS S/A  
 19692 BONATO S/A - COMERCIO E INDUSTRIA  
 32433 BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS  
 22545 BRIZATTI SISTEMA DE SAUDE LTDA  
 380 BRUNO CEZAR HEBERLE  
 35991 BRUNO FERNANDO BRANCO  
 9071 BRUNO ROBERTO HILDEBRANDO DE CORDOVA  
 17750 BRUNO STROHDICK  
 22861 BRUSTOLIN ADVOGADOS  
 21007 BUDA PECAS E SERVICOS LTDA ME  
 38067 C. BUFFON TRANSPORTES LTDA ME  
 17753 CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
 35754 CALDART & CALDART - REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA  
 36463 CALEB GERSON KIELING E EDINETE MARIA BERNADON KIELING  
 34174 CARLA DE SOUZA CRIPA  
 15049 CARLA GABRIELLE DRESCH  
 3588 CARLOS ADAO TRATSK  
 21004 CARLOS ALBERTO CARLESSO  
 6046 CARLOS ALBERTO CHILEME  
 35762 CARLOS ALBERTO MARCA  
 40854 CARLOS ALEXANDRE SANGALI  
 11624 CARLOS CAETANO GUBERT  
 364 CARLOS GABRIEL PIRES  
 39471 CARLOS LOPES DE SOUZA E FRANCIELI NUNES  
 22444 CARLOS PEREIRA DOS SANTOS  
 15480 CARLOS REGI PEREIRA  
 42142 CARLOS ROBERTO SALZBRON E LUCIANA CARVALHO BARBOSA SALZBRON

19265 CARLOS ROBERTO ZANCHET - ME  
 14997 CARMEN MONICA REITER  
 22372 CARVALHO & MARIN - ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C  
 41659 CASSIANO TEIXEIRA ESTRAI  
 20158 CAZE CAFETERIAS LTDA - ME  
 32630 CEL AZUL INFORMÁTICA LTDA  
 36223 CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.  
 8362 CELESTE LOSSO  
 13882 CELIA EGER  
 7010 CELIA MARIA KLOSS  
 3459 CELIO DE OLIVEIRA  
 7301 CELITA TEREZINHA MARQUES RAMOS  
 21416 CELSO C. DOS SANTOS - ME  
 14102 CELSO LEMOS  
 1433 CELSO MATTOS  
 31685 CELSO RAMOS RIBEIRO E JANE MARIA DE ARAUJO  
 9325 CELSO ROMANETTO  
 36009 CELSO TANQUES  
 9129 CELSO, ADRIANA, AIRTON E HAMILTON DOS SANTOS AMBROSIO  
 17421 CENO SCHNEIDER, PAULO SCHNEIDER E BERTOLDO B. SCHNEIDER  
 33694 CENTRO ESPIRITA JESUS E CARIDADE DE JOAÇABA  
 15552 CERENITA CAMARGO DE OLIVEIRA  
 35699 CESAR DAHMER REPRESENTAÇÕES LTDA  
 13145 CESAR ROBERTO VANINI  
 11416 CEZAR BRUGNARA  
 38901 CHAIANA BERTO DA SILVA  
 18189 CHAPEACAO FERRAZ LTDA  
 18676 CHAPEACAO IRMAOS ROQUE LTDA  
 17775 CHAPECAR LTDA  
 4370 CIDENES RATIO  
 20545 CILES PAULO DE MORAES JUNIOR  
 34004 CINTIA GOULART  
 20963 CIVIC IMOBILIÁRIA LTDA  
 40922 CLACIR CARLOS ENGEL JUNIOR  
 4642 CLADES SALETE RHODEN CANETTI  
 41745 CLAIR TESSARI E JANETE CASARIN TESSARI  
 8746 CLARI JOAO DEMARTINI  
 15472 CLARICE DE SOUZA E SILVIA DE SOUZA  
 36996 CLAUDECIR BEVILAQUA  
 14335 CLAUDEMAR ALVES RIBEIRO  
 31099 CLAUDEMAR RIBEIRO BELO  
 15478 CLAUDIA A. VARGAS DA CRUZ  
 10068 CLAUDIA MARIA COSTANARO  
 36809 CLAUDIA MARIEN ARNHOLD  
 35395 CLAUDIA REGINA WESOLOSKI FERNADEZ  
 19196 CLAUDIMIR FERREIRA  
 19820 CLAUDINEI DA SILVA  
 32979 CLAUDINEY TAVARES DE ARAÚJO  
 15508 CLAUDIO ASSIS DE OLIVEIRA  
 32983 CLÁUDIO JOSÉ LAZZARETI & CIA LTDA ME  
 5824 CLAUDIO RAMOS DOS SANTOS  
 8429 CLAYTON ANTONIO WYZYKOWSKI  
 38309 CLEBER BERNARDI DILDA  
 35246 CLEBER VALDIR PADILHA DE OLIVEIRA E RITA DE CASSIA DE OLIVEI  
 11570 CLEBERSON E DINOMAR GUERREIRO  
 7506 CLEMENTINA QUINTILHAN BEAL  
 21229 CLEONI JOSE DOS SANTOS  
 5847 CLEUSA APARECIDA DE SOUZA  
 35284 CLEUSA SALETE COSTA BEBER  
 32542 CLEVISTON MACIEL  
 18214 CLINEO KLEINUBING  
 41110 CLÍNICA FRANCO LTDA  
 22942 CLINICA FRANKLIN VERISSIMO DE MELO FILHO LTDA  
 21268 CLINICA HERTER S/C LTDA  
 33395 CLÍNICA JOANA D'ARC LTDA  
 36304 CLINICA ODONTO MAIS VIDA SS LTDA

32723 CLODOMAR LUIZ MAGNABOSCO  
 32600 CLODOMIRO ALVES PIRES E LEONILDO TASCA  
 30704 CLODOMIRO PIMENTEL NOGUEIRA  
 539 CLOVIS JOSE PUTON  
 7668 CLOVIS MELOTTI  
 21581 COBREX COBRANCA EXTRA JUDICIAL LTDA  
 43006 COHAB E CELESTE ALVES DE ALMEIDA  
 37694 COHAB E CELIO JOSÉ ROSSA  
 34937 COHAB E CLÓVIS ALVES DE ANDRADE  
 32985 COHAB E HUGO SUSIN  
 10656 COHAB E JACI TERESINHA FERREIRA  
 10662 COHAB E LAURITA T POLO  
 10655 COHAB E MIGUEL ANGEL FRANZOI  
 38323 COHAB E RODRIGO ADRIANO BELOTO  
 10659 COHAB E TEREZINHA MILANI  
 37766 COHAB/SC E CENTRO COMUNITÁRIO CLARA ADÉLIA  
 21175 COLCHOES ARTESONO LTDA - ME  
 21667 COM. DE CEREAIS E TRANSP.SCHLINDWEIN LTDA - ME  
 18350 COMERCIAL DE BATERIAS TONINHO LTDA - ME  
 18617 COMERCIAL DE DISCOS JOACABENSE LTDA - ME  
 17791 COMERCIAL JOACABA LTDA  
 22055 COMERCIAL ODONTOMÉDICA LTDA - ME  
 22421 COMERCIO DE MOVEIS ALOISIO LTDA - ME  
 35513 COMÉRCIO DE MÓVEIS TURQUEZA LTDA  
 32737 COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES B. F. LTDA  
 18610 COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COSTINHA LTDA ME  
 38936 COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES SIMIANCO LTDA  
 20837 COMERCIO E TRANSPORTES BURNINI LTDA - ME  
 30528 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
 36848 CONCI CLINICA MEDICA LTDA  
 13646 CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA  
 30837 CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VERDE VALE  
 35193 CONDOMÍNIO SHOPPING XV  
 22153 CONFECÇÕES PARATI LTDA  
 40514 CONRADO, RUDOLFO RUY AUFFINGER E DIOVAN PEREIRA DA ROSA  
 19155 CONSERVATORIO MUSICAL DE JOACABA LTDA ME  
 36621 CONSTANTINO BATISTA DOS SANTOS  
 3982 CONSTRUTORA MACRO LTDA  
 19989 COOPERATIVA REGIONAL DE LACTICINIOS JOACABA LTDA  
 30849 CORDAZZO IMOVEIS LTDA E JOÃO CARLOS BORDIN  
 34783 CRISTHIANE COVOLAN PICINATTO  
 41856 CRISTIANE RIBEIRO LINS  
 34155 CRISTIANE ZAMONER ME  
 12767 CRISTIANO LEMOS BISSANI  
 35926 CUSTÓDIO LIMA DOS SANTOS  
 20194 DACTUS INFORMATICA LTDA  
 22633 D'AGOSTINI & ZIBETTI COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA  
 41927 DAIANA ULIANA E LEONARDO MAESTRI  
 12713 DALON MICHEL CIARNOSKI  
 32390 DANIEL ALVES FILHO  
 5307 DANIEL ANTONIO FRATINI  
 33785 DANIEL VIVAS FERNANDES ME  
 37943 DANIELA LUCIA CAZELLA ZANELLA ME  
 23162 DANIELI SCHLEMMER  
 14637 DANILO FEDRIGO  
 264 DANILO TREVISAN  
 11423 DARCI DE GIACOMETTI  
 5150 DARCI E ELIZA C A DE NEGRÍ  
 11936 DARCI FERREIRA BRANDAO  
 17548 DARCI JOSE KUHN  
 10465 DARCI LUIZ C REMOR  
 40760 DARCI SERNAJOTTO  
 40190 DARLEI ANTONIO CAMARA  
 8502 DAVID SOLLA CAMINA  
 15165 DAVID USINGER  
 32722 DBM REPRESENTAÇÕES LTDA  
 21497 DEKOL REPRESENTACOES LTDA

15063 DELCIO PELENTIR DE MORAIS  
 11222 DELCIO WALDOMIRO MOSCIBROCKI  
 14793 DELFINO MINGORI  
 24368 DELIRIO NARDI  
 19666 DEMATICA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA  
 38263 DENTAL CATARINENSE LTDA  
 22670 DENTRON LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA LTDA  
 13878 DERCIO JOSE SLOGO  
 18783 DEVIDE - ACRÍLICOS E SERIGRAFIA LTDA - ME  
 4500 DEVINO POLI  
 37075 DILCEU LUIZ PAZINATTO E FERNANDA FORBICI PAZINATTO  
 13663 DILVIO EZAURO ALVES DA SILVA  
 13102 DINO CONTE  
 11716 DIOMAR DOMINGOS SERPA FRARES E WALDEMAR DE CARLI QUIOCA  
 12973 DIONEIA SILVEIRA MENDES E OUTRA  
 17807 DIONISIO JOSE DALL OGLIO & CIA LTDA  
 20688 DIOVAN PEREIRA DA ROSA  
 21429 DIPER INDUSTRIA METALPLASTICA LTDA  
 15457 DIRCEU ALBERTO WACHOLZ  
 18549 DIRCEU ALMEIDA  
 11748 DIRCEU ANGELO NORA  
 21367 DIRCEU ANTONIO BAZZO  
 14351 DIRCEU BARETTA  
 9896 DIRCEU CHIAMULERA  
 5852 DIRCEU DA FONSECA SOUZA  
 39712 DISK VIDROS VIDRAÇARIA LTDA  
 32439 DISNEY DE MARCO  
 18428 DJANIRA ROSA SOBRINHA  
 9151 DOMINGOS DEUMIRTES DE CAMARGO  
 31682 DOMINGOS GALHOTTO  
 20712 DOMINGOS INACIO SIQUEIRA  
 19535 DORIVAL AMANCIO DAMASIO  
 38297 DORIVAL BARBIERI E SANDRA ISSLER  
 21728 DORNELIO FERNANDES DA SILVA - ME  
 3850 DORVALINA FERREIRA FRANCA  
 18791 DORVALINA GIORDANI - ME  
 543 DORVALINO CASANOVA  
 15253 DORVILIO BALAN E NERI LEITE  
 12619 DOZOLINA BAVARESCO  
 39546 DUANO ATACADISTA DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA ME  
 40088 DUDA E MANA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA  
 3834 DULCE MARIA BUCCO  
 358 DULCE,DUNIA,DULEI,ANDRE DEMOLINER  
 22466 E.L.C. REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA  
 17829 E.S.G.INTRACO LTDA  
 40040 ÉBER MARCELO BÜNDCHEN ADVOGADOS ASSOCIADOS  
 9144 EDGAR ARNO BRISSON  
 5192 EDGAR LUIZ FEDRIZZI E LEONILDA APARECIDA BINDER FEDRIZZI  
 41064 EDIFICA INCORPORAÇÕES LTDA  
 38014 EDILAR IVO BIZZON  
 37117 EDILSON GONÇALVES  
 2076 EDIMAR BIARZI  
 32561 EDIMAR WILLE  
 1311 EDISON D OLIVEIRA FILHO, PEDRO DA SILVA, GELSON SURDI/OUTROS  
 8294 EDISON ENRICONI  
 13927 EDITE DREY  
 18136 EDITORA GRAFOSET LTDA  
 10501 EDMAR MOLIN  
 39784 EDNIRA LÚCIA LATENIK, NEIDE M. D. TEIXEIRA E ELIZEO HOPPEN  
 33816 EDSON OLDEMBURG E ROSALINA MOTTA  
 40260 EDUARDA ROCHA DOS SANTOS ME  
 38189 EDUARDO ANTONIO MOSLINGER  
 8428 EDUARDO BRUNO WYZYKOWSKI

33893 EDUARDO FERNANDO REBONATTO ME  
 21666 EDUARDO QUEIROGA  
 39606 EDUCACIONAL GODIVA LTDA  
 531 EDVELCIO ZAGONEL  
 161 EIBIEL LTDA  
 30062 EINIR OSVALDO DA COSTA  
 12269 ELCIO EMILIO FINGER  
 21670 ELENA ROVEA  
 17815 ELETRONICA SONY KIT LTDA  
 19671 ELETRONICA VOLPATO LTDA - ME  
 3839 ELIANE APARECIDA MARTINS  
 2939 ELIANI MARLIS HAHN ROCCA E OUTROS  
 15067 ELIAS AMBROSIO  
 10491 ELISABETH LUZ  
 36775 ELIZANDRO RAFAEL MATTOS DA SILVA  
 14860 ELIZEU ANTONIO TIGRE  
 10317 ELMIR JOSE DEL PIZZOL  
 38590 ELOI BRUNO CHIAMULERA  
 11960 ELOI FRANCISCO HELLT  
 41195 ELOIR CARPEGGIANI & CIA. LTDA. ME  
 19902 ELOIR PEREIRA DUARTE  
 14624 ELOISIO GEOVANI BOEIRA  
 35867 ELOS REFRIGERAÇÃO LTDA  
 608 ELSA TERESINHA GRISA  
 8766 ELZA SCHNEIDER  
 2588 EMANOEL CESAR DOS SANTOS  
 32556 EMERSON DILDA  
 13629 EMILIO GILMAR GUERREIRO  
 38570 EMPÓRIO FREYA LTDA ME  
 21801 EMPREITEIRA ELETRO MEIO OESTE LTDA  
 18437 EMPREITEIRA ELETRO OESTE LTDA  
 17817 EMPRESA JORNALISTICA JOACABA LTDA  
 39957 ENEVIR, ELIETE, ELAINE, EDINEI, EVANDRO, EITOR, ELIO PEROTTO  
 14711 ENIO RECH  
 19312 EOLEDIR MACIEL  
 10467 EOLODIR MACIEL E CARMELINDO D.SANTOS  
 13062 ERALDO ANTONIO DA COSTA  
 38470 ERICA SIMONE COSMO  
 35313 ERIVELTON ALVES GONÇALVES  
 15361 ERNESTO CALLIARI  
 40396 ERNESTO FERRANDIN DA SILVA  
 21081 ERNESTO JORGE VOGT  
 19009 ERNESTO LAND  
 7785 ERNESTO ZAGO  
 10393 ERNI RHODEN  
 24331 ERVATEIRA MARCA LTDA  
 14260 ESMAR EBERT  
 13126 ESPÓLIO DE SEVERINO ZANELLA  
 67 ESPÓLIO DE ALBERTO HAUSER  
 2560 ESPOLIO DE JOAO LIMAS  
 14553 ESPOLIO DE JOAQUIM FELICIANO DE ARAUJO  
 3993 ESPOLIO DE JORDAO CLARO DOS SANTOS  
 664 ESPOLIO DE MANOEL OLINTO PEREIRA  
 5753 ESPOLIO DE NILTON CAVICHOLI  
 33175 ESPOLIO DE RENATO PAGLIARIN  
 42365 ESPÓLIO DE RUI RUNDBUCNHER  
 14579 ESPOLIO DE SALMO RAMOS  
 11881 ESPOLIO DE SANTO PASCOAL ANZOLIN  
 11793 ESPOLIO DE SANTO PASCOAL ANZOLIN E DARCI MACHADO  
 36750 ESPOLIO DE SILVIO ROCCO BRADO  
 35872 ESPÓLIO DE VITORINO PINTO DE SOUZA  
 38831 ESTELAMAR CLAIRSSE GRUHLKE BUHRINGER E EVALDO BUHRINGER  
 19509 ESTOFARIA E TAPEÇARIA LAR & KAR LTDA - ME  
 2742 ETSON DAL CORTIVO  
 6950 ETSON LUIZ LAMP  
 7239 EUCLIDES CAMARGO

34417 EUCLIDES CELITO RIQUETTI  
 17587 EUGENIO CARLOS ZIBETTI  
 12839 EUGENIO MARQUES  
 18479 EUGENIO TRINDADE DOS SANTOS  
 10227 EURIPEDES CASTEGNARO  
 21836 EVA & MARIZA COMERCIO VAREJ.DE BEB.E PROD.ALIMENT.  
 17541 EVA ROSA DUARTE FERNANDES  
 11281 EVANDRO LUIZ RECH  
 36391 EVANDRO NOVAK - ME  
 30687 EVANDRO STRATMANN TRANSPORTES ME  
 38574 EVERTON FERREIRA STOCK E MICHELE NOGUEIRA STOCK  
 20803 EVOLUCAO CURSOS PREPARATORIOS LTDA  
 22830 EWALDO GRISNER  
 37086 EXPRESSO E LOGISTICA K N LTDA ME  
 18902 EXPRESSO MERCÚRIO S/A  
 21895 F.TRAIANO ELETRONICA LTDA - ME  
 36342 FABIANA AMBRÓSIO  
 32601 FABIANA RICARDO DOS REIS E JULIANA DOS REIS  
 13884 FABIANO E RAFAEL BERNARDINI  
 36897 FABIANO LUCIO GALVÃO  
 37590 FABIANO PADILHA  
 37297 FABIO ALVES  
 38191 FABIO JUNIOR FLORIANO  
 19402 FABRICA DE CARROCERIAS FORT LTDA  
 21784 FABRICIO DA SILVA COELHO & CIA LTDA - FUN. SANTA CATARINA  
 14652 FELIPE CARLOS FINK  
 34994 FELIPE NARCISO PALUDO  
 17837 FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA  
 32621 FERNANDA ROBERTA NIZER LUGINKLAND  
 40353 FERNANDO TONIELLO  
 11851 FERNANDO ZARDO  
 19960 FERRO VELHO HERVALENSE LTDA  
 36863 FG FABRICAÇÃO DE MASSAS ALIMENTÍCIAS LTDA  
 13689 FIDENCIO MANOEL GOBBI  
 10564 FIRMINO BUFON  
 10290 FLAVIANO NERE  
 19749 FLAVIO DE CARLI JUNIOR  
 8589 FLORENTINA MARIA POHL  
 18754 FOPPA BEBIDAS E TRANSPORTES LTDA  
 40793 FORTUNATO ROSALEN NETTO  
 4274 FRANCA REGINA DAGOSTINI BRESSAN  
 35679 FRANCIANE APARECIDA SCHUH E ALEXANDRO CAVALHEIRO CABRAL  
 11692 FRANCIELI COSTA BEBER  
 34662 FRANCIELLE CORDAZZO DO COUTO  
 36354 FRANCIELLI DALA LASTA  
 7163 FRANCISCO CARLOS WOLFF DE LIZ  
 3853 FRANCISCO DA ROSA  
 40737 FRANCISCO JOÃO ANTONELLO E ISABETE FAVRETTO ANTONELLO  
 41767 FRANCISCO LOPES DA SILVA  
 14274 FRANCISCO MATTEUS PEDROZO DE CAMPOS  
 20797 FRANCISCO RAMOS NETO  
 10593 FRANCISCO URBANSKI  
 18581 FREDERICO DE SOUZA MATOS  
 24247 FRIDA SCHLINDWEIN  
 12679 FRIDA SINDLINGER KLANN  
 20387 FRIZA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA  
 20831 FROTAN TRANSPORTES LTDA  
 18730 FUGANTI ALIMENTOS LTDA  
 9070 FUND R MASSIGNAN E JOAQUIM FILGUEIRAS  
 9066 FUNDAÇÃO ROMANO MASSIGNAN E ZENI APARECIDA DE ASSIS  
 22894 FUTURA - MAQUINAS AGRICOLAS LTDA  
 38708 G.A.A.T. EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA ME  
 37105 G3 GESTÃO AMBIENTAL LTDA  
 31646 GABRIEL GHISLENI  
 22099 GARCIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME

35998 GDO COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA - ME  
 33142 GELNEI ANA MORESCO CASADO E CELSO SILVEIRA CASADO  
 19129 GELSON ANTONIO BOESING  
 30602 GENÉSIO PERINI  
 31125 GENTIL SEBASTIAO CARDEMAS  
 17590 GENTIL ZIBETTI  
 7151 GENTILA WOLFF DA IGREJA  
 11513 GENY GALAFASSI  
 15352 GERALDO FALAVINHA  
 13121 GERALDO KREMER  
 18435 GERMANO PASTORI  
 13523 GERSON ANTONIO GRIGOLO E ROSMARI DE OLIVEIRA  
 38866 GERUSA GARCIA  
 4450 GESSI TEREZINHA DA SILVA  
 40413 GEWEHR E COSTA LTDA ME  
 30050 GIANPAULO RIBEIRO  
 9173 GICELDA GENOVEVA SURDI  
 7712 GILBERTO BRAGAGNOLO  
 27717 GILBERTO BRIDI  
 36396 GILBERTO CARLOS HOFF  
 13214 GILBERTO LAZAROTTO  
 12256 GILBERTO VIDAL GUERREIRO  
 36806 GILMAR ANTONIO DA SILVA RIBEIRO ME  
 9358 GILMAR DEBUS  
 5349 GILMAR FOPPA  
 36007 GILMAR LUIZ DE ARAUJO  
 14364 GILMAR MERLO  
 9406 GILMAR PENTEADO  
 41644 GILMAR PENTEADO E EDNILSON BRUNO PENTEADO  
 12801 GILMAR SALVADOR  
 9133 GILSON JOSE BERNARDI  
 34071 GILSON LEAL PORTES  
 32654 GIOVANA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA  
 37193 GIOVANA MARTA COSTA BEBER  
 40655 GISLAINE MALTEZ COSTA  
 12492 GIZELIANA PAULA BELEGANTE  
 13596 GLADIS TEREZINHA LOHMANN E OUTROS  
 38178 GLAUCIA MERI LOHMANN  
 14295 GLENIO CALICE DA ENCARNACAO  
 21543 GMS MONTAGENS E ASSISTENCIA TECNICA LTDA  
 34737 GNB - TRANSPORTES LTDA ME  
 22465 GOLD REPRESENTACOES LTDA  
 38336 GP ANDRIONI FILHO ME  
 33778 GRACIELI PLATTAU GIORDANI  
 21707 GRAFICA MANTOVANI LTDA  
 1353 GRANDO, ARGENTA & CIA LTDA  
 41622 GRASIELLI VARNIER MONTIBELLER  
 33721 GRAZIELE CORDAZZO  
 17960 GRUBER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA  
 21900 GRUBER INDUSTRIA DE ESQUADRIAS E COMERCIO VIDROS L  
 36782 GUESSER COM. E REP DE PROD. AGROPECUARIOS LTDA  
 38259 GUETZ SAÚDE - CLÍNICA MÉDICA LTDA  
 5848 GUILHERME DOS SANTOS  
 439 GUILHERME HENRIQUE BROMER  
 39822 GUILHERME MULLER  
 22858 GUINCHOS DAL PRA LTDA  
 31118 GUINTER SCHEUFELE  
 36297 GUIOMAR JOÃO MARCON  
 15043 GUNTER EMILIO DEGENER  
 21496 HADLICH & CIA LTDA  
 8672 HAINES REICHARDT  
 30446 HAZA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA  
 38134 HEITOR GEMAIEL ELIAS ROSA  
 39596 HELENA ERNA ENGEL  
 10219 HELIA APARECIDA DE LIMA  
 10499 HELIO MOREIRA DE JESUS  
 7108 HELIO PEREIRA

20167 HELVESIO MARTENDAL - ME  
 3140 HENRIQUE LEBKUCHEN  
 9451 HENRIQUE VITOLDO DABROWSKI  
 3731 HERCILIO ALVES DE OLIVEIRA  
 32671 HERCILIO DE MATOS NETO  
 13288 HERMES SUSIN  
 37126 HERTA SARTORI  
 21481 HIDROGAS INSTALADORA LTDA ME  
 20109 HI-FI WORLD TOUR-REPRESENT.,VIAGENS,CAMB.E TURISMO  
 32725 HIPER MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA  
 14215 HIPOLITO ANOEL BARBOSA  
 9101 HOMERO ANTUNES DE ALMEIDA  
 580 HUBERT KLANN  
 7594 HUGO HENRIQUE KORNER  
 7574 HUGO MOOGEN BITTENCOURT  
 19480 I.C. MONTAGENS E MECANICA DE TURBINAS LTDA - ME.  
 23647 IEDA BAU  
 17867 IGREJA DE DEUS DO BRASIL  
 680 IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS  
 41438 IJP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA  
 41307 ILEOMAR LUIS REINA  
 13816 ILOR DAL VESCO  
 15528 ILSE APARECIDA KUZNIER  
 33775 ILSE BECKER NONEMACHER  
 15592 ILSE TERESINHA DORÉ  
 6530 ILSE TEREZINHA GEUDA  
 10527 ILSO DE JESUS  
 32740 ILSO GIOVALDO FARIAS  
 22903 IMFRA - CENTRO DE IMAGENOLOGIA LTDA  
 33747 IMOB. BALN. PIRAT FABRÍCIO, FÉLIX, CARLOS E SIRLENE MULLER  
 33745 IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E CLODOALDO J. GONÇALVES DOS SANT  
 33735 IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E EVERALDO LUIZ BERTUSO  
 33759 IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E GILBERTO DA SILVA  
 33740 IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E GRACIOLINA BOSCHETTI  
 33736 IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E JALMIR BORBA  
 18094 IMOBILIARIA COMETA LTDA  
 36845 IMOBILIARIA COMETA LTDA E ADELIR BORTOLI & CIA LTDA ME  
 22155 IMPACT - ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA  
 21277 INDUSTRIA METALURGICA ILHA LTDA - ME  
 18329 INDÚSTRIA METALÚRGICA UNIÃO LTDA  
 22592 INFOESC SOFTWARE LTDA ME  
 20188 INFORMÁTICA PRÓ 1 LTDA ME  
 7243 INORI VIEIRA  
 8244 INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTENCIA SOCIAL  
 22105 INSTITUTO DE PESQUISA WPG LTDA  
 21306 INTELICOR CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA  
 39952 INVESTIR TRANSPORTES LTDA  
 18123 IONE MASSIGNANI ROFNER  
 37768 IRACEMA TRUCULO WILPERT  
 14252 IRACI MARIA DA SILVA SCHULDEZ  
 5972 IRAMIDES DE OLIVEIRA PENTEADO  
 41394 IRINEO JOSÉ CERVELIN  
 13248 IRINEU KRAUSE  
 19074 IRMAOS BRANCHER & CIA LTDA  
 18583 IRMAOS JUNQUEIRA SC LTDA  
 36465 IRMÃOS SACCHETTI LTDA ME  
 40742 ISAC LUIS RIBEIRO  
 40387 ISAIAS JOEL MACHADO  
 41560 ISIDORO JOSÉ BRANCHER NETO  
 30861 ISOLDE MARIA VOGT USINGER  
 9504 ITAMAR A E IARA CASTEGNARO BISCARO  
 21504 ITAMAR ANTONIO GERALDI  
 5317 IUA CANDIDA MARAFON  
 10446 IVAIR, ADAIR, ELENIR E IVETE PEGORARO



7628 IVALDO TRAIANO  
 781 IVAN ZANARDO  
 12089 IVANETE, ADEMAR E MARILENE BUSSOLARO  
 32344 IVANI MARIA DAL CORTIVO  
 5640 IVANOR DA COSTA  
 12901 IVETE KURTZ DALLA COSTA  
 2925 IVO ARI FRONZA  
 18173 IVO ARNILDO HORN  
 37006 IVO MARCON  
 15085 IVO SOBRINHO  
 32523 IVO ZAGONEL  
 3215 IVONE BUEHLER  
 10302 IZABETE LOURDES BONETTI  
 38867 J. DE ALMEIDA IMÓVEIS ME  
 41611 J.A.Z SERVIÇOS INDÚSTRIAS LTDA ME  
 18976 J.D. GALLI & CIA LTDA - ME  
 38682 J.M. CAÇAMBAS E CARROCERIAS METÁLICAS LTDA  
 22315 J.Z. PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - ME  
 12590 JACIR FERREIRA FRANÇA  
 21699 JACIR PINTURAS LTDA  
 39690 JACKSON LUIZ DE OLIVEIRA & CIA LTDA  
 36615 JACKSON LUIZ LUZ REPRESENTAÇÕES LTDA  
 11491 JAIME ANTONIO BONAMIGO  
 18786 JAIME IVANOVITCH JORGE  
 14712 JAIME LUIZ RECH  
 3697 JAIR DA SILVA  
 21156 JAIR DE ALMEIDA  
 31044 JAIR JOSÉ HOFF  
 31015 JAIR MORELLO E SIDNEI BARBIERI  
 15570 JAIR ROQUE DE MATTOS  
 19329 JAIRO JOSE BEHRENS  
 35568 JAISON JOSÉ DA ROSA  
 19551 JAMOC - JOACABA COM. E REP. DE MAT. DE CONST.LTDA  
 14646 JANDIRA ALVES DE INHAIA DEBONA  
 4944 JANDIRA LOPES DE MIRANDA  
 11400 JANETE APARECIDA POZZA  
 30954 JANETE APARECIDA ROSA E CLAUDEMIR FLAMIA  
 13040 JANETE TEREZINHA VENCATO  
 10521 JARDELINO ANTUNES DA SILVA  
 41362 JARRIE NICHELE ALMEIDA E GEORGE ALMEIDA  
 32749 JAYSON RODRIGO RODRIGUES E GISELI PUHALE  
 35570 JEAN CARLOS FERNANDES  
 4292 JEFFERSON ALUIR COMUNELLO  
 35883 JEL CONSTRUÇÕES LTDA  
 15471 JILMAR SEVERO DA SILVA  
 20107 JIROL - JOACABA IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA  
 33544 JMR EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME  
 1297 JOACABA MAQ IND COM CADEIRAS LTDA  
 9161 JOACI PIQUETTI  
 18639 JOALHERIA BECHERS LTDA ME  
 6953 JOAO ADONIR RAMOS  
 34293 JOÃO ALVARES DE OLIVEIRA E BENTA DE OLIVEIRA  
 4768 JOAO ANTONIO DA SILVA E CELIO BORGES  
 13017 JOAO BATISTA AMBROSIO E JOSE CARLOS DE OLIVEIRA  
 14070 JOAO BATISTA ISLER  
 5854 JOAO BATISTA VAES  
 14409 JOAO DE OLIVEIRA LEITE  
 6256 JOAO DE SOUZA  
 33111 JOÃO DOS SANTOS  
 15433 JOAO EBERT  
 22524 JOAO EDUARDO EBERT - ME  
 3797 JOAO FRANCISCO ANASTACIO  
 19354 JOAO GILBERTO ANTUNES  
 17704 JOAO HONORIO PICHININI  
 4045 JOAO IGNACIO  
 35776 JOÃO JANIR ALVES  
 5661 JOAO JOACIR CASTANGNARO  
 18147 JOAO LOPES  
 15441 JOAO M VIEIRA NASCIMENTO

12097 JOAO MARIA DE MOURA  
 11665 JOAO MARIA DE OLIVEIRA  
 6480 JOAO MARIA LOPES DE SOUZA  
 10138 JOAO MARIA PIRES DA SILVA  
 37656 JOÃO MAXIMINO DORE  
 18580 JOAO PEDRO CORREA  
 15488 JOAO RIBEIRO DA COSTA  
 15073 JOAO RODRIGUES  
 3811 JOAO SILVA FILHO  
 15065 JOAO VIEIRA  
 3803 JOAO VILSON VIEIRA SATIQ  
 18375 JOAOZINHO ANAOR FILIPPINI  
 7545 JOAREZ ANTONIO PAIMELL E SONIA MARLY ZANG  
 22251 JOCIANE GABRIELA ANTUNES  
 3705 JOCIL RATHIER DUTRA  
 21909 JOCILDE SALETE PEROSA CANONICA  
 35389 JOEL ZANIN  
 35390 JOENI EDMAR CONTESSOTTO  
 22915 JOHN OSMAN OROZCO CUELLAR  
 33382 JOHN VITOR PUTTI E DIEINI A. DA COSTA  
 14151 JONAS LEMOS  
 11761 JONAS TABORDA  
 14605 JONES BORBA DE AZEVEDO  
 15469 JORGE AGUSTINHO DE OLIVEIRA  
 15475 JORGE ALVES PADILHA  
 34098 JORGE NUNES DA SILVA  
 15476 JORGE ROBERTO SILVA  
 40745 JORGELI RIBEIRO DA ROSA  
 30742 JORGINA ALVES MACIEL E JOSE CAVALHEIRO DA SILVA  
 3112 JOSE ADILSON BITTENCOURT  
 12990 JOSE ALVES SOBRINHO  
 15440 JOSE ANTONIO PIAIA  
 1766 JOSE CARLOS GOMIG  
 38816 JOSÉ CARLOS KLOTZ E ROSANI MARIA PADILHA KLOTZ  
 516 JOSE DARTORA  
 9656 JOSE DE BARBA  
 14963 JOSE DE JESUS CARDOSO  
 5598 JOSE E ANTONIO PINHEIRO  
 18302 JOSE ELIAS  
 13066 JOSE GRACIANO PEREIRA  
 5812 JOSE LEOCIR DA SILVA  
 11314 JOSE LUIZ PARISOTO  
 32393 JOSÉ LUIZ VOLPATO E ARIIVALDO LUIZ TASCA  
 17891 JOSE MARTINS  
 12083 JOSE OLIVO NETO  
 4062 JOSE OSMAR RIBEIRO  
 15444 JOSE PADILHA  
 37007 JOSE QUINTILHAN E WALDOMIRO QUINTILHAN  
 3798 JOSE RIBEIRO  
 8226 JOSE SCHAZMANN  
 15493 JOSE VENTURA DOS SANTOS  
 12946 JOSE VILMAR BANDEIRA  
 4397 JOVENTINO DE MARCO  
 35764 JT COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA ME  
 34970 JUAN VICTOR MODA HOMEM LTDA EPP  
 19740 JUAREZ FERREIRA DE OLIVEIRA  
 11571 JUAREZ SILVESTRE GUERREIRO  
 4072 JUCELINO DA SILVA  
 5266 JULIANO DAPPER E LEONARDO DAPPER  
 40818 JULIANO DUTRA ME  
 40967 JULIMAR ANTONIO SALVADOR  
 15527 JULIO CESAR BISSANI  
 7471 JULIO CESAR ZAGO SOBRINHO  
 15445 JULIO TADEU RIBEIRO  
 34936 JÚNIOR CESAR DE SOUZA CAVALHEIRO  
 21034 JUNIR JAIME SAVARIS  
 582 JUREMA FERNANDES  
 15430 JUREMA V. DE SOUZA  
 22820 JUTAY COMERCIAL LTDA

5541 JUVENAL RICARDO  
 20996 K D B INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME  
 21093 KAMEL MUSTAPHA DABBOUS - ME  
 40368 KARIN APARECIDA WITTE SCHLINDWEIN E LUIZ FRANK  
 39362 KARINE MARCIA DA COSTA  
 36664 KATSCHOR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA  
 11289 KLEBER MARTINI  
 21421 KOBRA ASSESSORIA E COBRANCA LTDA.  
 22599 KPT TRANSPORTES LTDA  
 21024 LA MARCA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA  
 1968 LACI JUSTI  
 18699 LADICK SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA ME  
 22024 LANCHONETE TOBALDINI LTDA - ME  
 35512 LANSAT LOCADORA DE MÃO-DE-OBRA LTDA ME  
 40101 LARA ZÍLIO, ULISSES ZÍLIO, ZÍLIO & ZÍLIO E APARECIDA ZÍLIO  
 3115 LAURA, JORGE, LEANE, CARLOS E LILIAN KRUHS  
 35347 LAURECI TERESINHA BASQUERA DEITOS  
 3975 LAURIVAN DICK E RICARDO DICK  
 15042 LAURO DE ALMEIDA  
 9339 LAURO LAND  
 21427 LAURO LUIZ WEYRICH  
 21963 LAURY ANTONIO TETZLAFF  
 20935 LAVACAO FELICETTI LTDA-ME  
 11816 LAWREN CAVALVANTE DE PAULA  
 8902 LELIO RUY LINK  
 7750 LENICE ARGENTA SABAG  
 10022 LEOBERTO GARÇA E LEODIR LUIZ GARÇA  
 14830 LEOCINDO FERNANDES  
 30518 LEOCRIDE DALLO  
 35585 LEODIVETE, EDI CRISTINA, REGIANA E MARIA EDUARDA CAVALLI  
 31077 LEONARDO BASTOS PIRES PRODUÇÕES LTDA  
 41526 LEONILDO D AGOSTINI E MARIA LUCIA D AGOSTINI  
 13059 LEONILDO UBIALI  
 39526 LEONIR JOÃO MARCON E ELISA LAVRATTI  
 13740 LEONOR SALETE POSSAMAI HEBERLE  
 20642 LETICIA M. S. LORINI ME.  
 36735 LGM IMPORT. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA  
 6179 LINDA DE LOURDES FRANCISCHETTI  
 32766 LINDAMIR DO CARMO SECCHI GADLER  
 13045 LINDENOR A. DOS SANTOS FILHO  
 24389 LINO BULGARELLI  
 17897 LIONS CLUBE DE JOACABA - CENTRO  
 22823 LISELEI HADLICH  
 38194 LLC CONSTRUÇÕES LTDA  
 35792 LOCADORA DE MÃO DE OBRA FELIZ LTDA  
 36825 LOCADORA DE VEICULOS JC LTDA  
 35707 LOCAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA ME  
 33550 LOERI JOSE LUVISON E SOLANGE DE FATIMA DUARTE DA SILVA  
 13670 LOIRI LIZZI LAGRANHA  
 7017 LORENA FERRONATO KOZLNSKI  
 14149 LORENA TERLAN  
 39835 LOURDES LUDWIG, WALDIR, HILDA RICARDO, VERA E RAQUEL ANZOLIN  
 35296 LOURENÇO ATILIO ZANCANARO  
 10581 LOURENI MARTINS  
 2148 LUAR EMPREENDIMENTOS LTDA  
 21620 LUCIANA CRISTINA ARGENTON FERNANDES  
 31097 LUCIANE AP. M. FIEDLER E ANELIESE M.M. HOFFELDER  
 41259 LUCIANO CARAMORI  
 33475 LUCIANO LIRA E SANDRA IVANA DE SOUZA  
 33177 LUCIANO MARTINS  
 6350 LUCIARA VIERA  
 21039 LUCIEN RIBAS DA COSTA  
 22162 LUCIMAR DA SILVA LANCHONETE  
 2892 LUCINDA MARIA CALEGARI  
 8239 LUCIO PALUDO

59 LUCIO SAAVEDRA TERAN  
 14428 LUIS ALBERTO CONCI  
 14635 LUIS CARLOS NIENOV  
 30933 LUIS PAULO ELICKER  
 5962 LUIZ ADAO DEITOS  
 40866 LUIZ ADELIN PAIN  
 1429 LUIZ ALBERTO GARDINI  
 7238 LUIZ ALBERTO MOTT  
 4071 LUIZ ALCANTARA  
 567 LUIZ ALEXANDRE VIEIRA, PATRICIA LEMOS VIEIRA E ANDRE VIEIRA  
 10598 LUIZ ALVES CASSIANO  
 2611 LUIZ ANTONIO DE SOUZA  
 14664 LUIZ CAMILO RIBEIRO E IRENE LEMINSKI  
 33602 LUIZ CARLOS AGUIAR  
 1556 LUIZ CARLOS BARETTA E OUTROS  
 13408 LUIZ CARLOS COMINI  
 10240 LUIZ CARLOS DA SILVA  
 14565 LUIZ CARLOS DE ARAUJO  
 4763 LUIZ CARLOS DEZANETT  
 36432 LUIZ CARLOS FAURI  
 6612 LUIZ CARLOS LEITE MELLO  
 14168 LUIZ CARLOS MOTTA  
 5956 LUIZ CARLOS RIBEIRO  
 6089 LUIZ CLAUDIO BORGES DA SILVA E MARINO JACOMEL  
 13186 LUIZ CUNHA  
 21585 LUIZ DA SILVA & CIA LTDA  
 21524 LUIZ FERNANDO AMARAL ME  
 1562 LUIZ FERNANDO BREDÁ  
 22426 LUIZ FERNANDO CHRIST - ME  
 35573 LUIZ FERNANDO HALL  
 22508 LUIZ FERNANDO RAMOS DO PRADO  
 34076 LUIZ FERNANDO SPESSATTO  
 7164 LUIZ FRANCISCO BECHI  
 6131 LUIZ GONCALVES  
 5224 LUIZ JOSE FESTA  
 36117 LUIZ ROBÉRIO FERNANDES DIAS  
 40631 LUIZ SÉRGIO DE JESUS & CIA LTDA  
 20484 LUIZ SERNEJOTO  
 4307 LUIZ STANKI  
 32757 LUIZ UMBERTO NUNES DA SILVA  
 15016 LUIZA ALTENBURGER NEUHAUSER  
 6946 LUNA SCORTEGAGNA  
 3188 LURDES JUNGERMANN  
 8361 LURDES NATALINA BORTOLI KERBER  
 40384 LUZALDO LOURENÇO DO NASCIMENTO  
 20128 M C A - HIDRELÉTRICAS LTDA - ME  
 29444 M G AUTOMÓVEIS LTDA  
 34915 M.L. DA ROCHA & CIA LTDA  
 18009 MADEIREIRA SANTA HELENA LTDA ME  
 35222 MAELI APARECIDA RIBEIRO DA SILVA  
 34719 MAICON ZANELLA  
 21804 MALOCA LTDA - ME  
 5862 MANOEL DA COSTA  
 15553 MANOEL LOPES DE ANDRADE  
 6585 MANOEL MARTINS SOBRINHO  
 4352 MANOEL OSORIO FARIA DE OLIVEIRA  
 4979 MARCELINO AMBROSIO  
 1866 MARCELO AFONSO DE SOUZA  
 30823 MARCELO ELIRIO DEMARTINI  
 22423 MARCELO ELIRIO DEMARTINI - ME  
 38411 MARCELO FELSNER - ME  
 4412 MARCELO ROBERTO DUTRA  
 13538 MARCELO SKALEE  
 21281 MARCHIOTTI COMERCIO DE TECIDOS LTDA  
 37524 MARCIA CERATI  
 15072 MARCIA REGINA DOS SANTOS  
 39450 MARCIA TERRES  
 21865 MARCIANO PIRES DE MELLO ME



22343 MARCIELI SEVALD BERTONCELLO ZAGO  
 22868 MARCILIO JOAO GRONDEK - ME  
 42161 MARCIO ALBERTO VIANA  
 37992 MARCIO BRIDI  
 22071 MARCIO DA ROSA  
 22123 MARCIO TOMASI & CIA LTDA - ME  
 21816 MARCIO TULIO FAVRETTO & CIA LTDA  
 42566 MARCO ANTONIO, ELVIRA, SILVIO, MARIA AP E ADAO  
 6105 MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA  
 39492 MARCOS ANTONIO FAVERO  
 10376 MARCOS ANTONIO FERRI  
 30627 MARCOS ANTONIO FERRI & CIA LTDA  
 35515 MARCOS ANTONIO GRONDEK ME  
 13047 MARCOS DANIEL ANTUNES DE OLIVEIRA  
 37365 MARCOS EMILIO SCHEUFELE  
 35634 MARCOS LUIZ DE ANDRADE  
 35315 MARCOS SIEDSCHLAG  
 14 MARCOS VALERIO BROLLO  
 20842 MARCOS VIEIRA DA SILVA - ME  
 20338 MARCOS WEISS  
 8815 MARCULINO FERREIRA DOS SANTOS  
 7035 MARGARIDA ANTONIETA NOBRE  
 15463 MARGARIDA SOARES  
 15078 MARIA ANITA DAL FONSO  
 31070 MARIA APARECIDA POGERE  
 36937 MARIA APARECIDA ROSA VARISA E DEONEZIO CANALE  
 10591 MARIA APARECIDA TETZLAFF  
 37509 MARIA BALAN, IVO A BALAN, MAIKEL BALAN E CARMEN T  
 G DA SILVA  
 11511 MARIA BENIA VIERA  
 15537 MARIA BERNADETE PEREIRA  
 14517 MARIA CARMEM BALAN ZANCANARO  
 1438 MARIA CONCEICAO STEFANES  
 3854 MARIA DA GRACA PEREIRA  
 3614 MARIA DAS GRACAS MARQUES DE SOUZA  
 29892 MARIA DE LOURDES ALVES HAUCK E CHARLES F. HAUCK  
 34429 MARIA DO CARMO QUIBEN MAGNABOSCO  
 7479 MARIA DO CARMO TRAIANO BEAL  
 42359 MARIA DORALINA CARDOSO - MEI  
 15499 MARIA DOS PRAZERES CORREA E LAURO FREDERICO SU-  
 TIL  
 41096 MARIA DOS PRAZERES OLIVEIRA ALVES  
 15587 MARIA HELENA TORRES  
 7527 MARIA INES VIVAN DE VARGAS  
 9204 MARIA IRACEMA VIEIRA SCHNEIDER  
 3512 MARIA IRACI CORREIA  
 13583 MARIA IVONE WIEST RIGHI  
 13828 MARIA JOSE ALVES DE JESUS  
 15504 MARIA LORENA DE OLIVEIRA  
 15076 MARIA LUCIA DE OLIVEIRA  
 15591 MARIA PADILHA COSTA  
 11280 MARIA PITTOL  
 38928 MARIA REGINA DO PRADO LOPES  
 11187 MARIA ROSA VIVAN  
 40284 MARIA, MARA E MARCIO MARTINS PEDRELLI  
 6606 MARIANA LUIZA BORTOLI  
 7277 MARIANE ESTER HUF DOS REIS  
 40188 MARILDA APARECIDA COFFERI BARBOSA E PEDRO COR-  
 DEIRO  
 35989 MARILENA CASTILHOS BROETTO  
 10572 MARILENE ANTUNES  
 40234 MARILENE ANTUNES ME  
 15013 MARILENE CONCEICAO SECHI  
 5851 MARILENE DA ROSA  
 501 MARILENI COLETTI  
 22174 MARILUZ APARECIDA DA COSTA VARELA - ME  
 22709 MARILUZ SCHENATO DE SOUZA  
 1558 MARINA ELIZIA MARCON  
 41679 MARINA LEMOS

7719 MARIO OLIVARES MORALES  
 7371 MARIO SERAFIN  
 8861 MARIO VOLTOLINI  
 32835 MARISA P, MARIA LEONOR , MARIA J.B. E ROSARITA BER-  
 NARDI  
 14980 MARISA SILVEIRA CARDOSO  
 21176 MARISTELA SALETE SYCHOSKI  
 15075 MARLEI ELISABETE MOSLINGER  
 3906 MARLENE, MARLI, GILBERTO MARCHEZE E ROSANE MAR-  
 CHEZE DA SILVA  
 8569 MARLI APARECIDA COSTA  
 37417 MARLI DA SILVA VIEIRA  
 14230 MARLI DE FATIMA RAMOS  
 22664 MARLI GARCIA DA ROSA  
 22160 MAROSTICA PRESTADORA DE SERVICOS LTDA  
 1825 MARTHA SILVANA DA COSTA  
 20890 MARVAL CHAPEACAO E PINTURA LTDA - ME  
 38097 MATSENBACH PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME  
 12291 MAURI JOSE CAMPAGNOLO  
 36302 MAURÍCIO DA SILVA GARCIA CAVALI  
 7168 MAURICIO EING  
 25328 MAURICIO INACIO NIELANDT PEREIRA  
 15450 MAURO ALVES DA SILVA  
 38427 MAURO ANTONIO DADALT  
 5957 MAURO DA SILVA  
 37114 MAURO GENOEL DE OLIVEIRA  
 21716 MCA - IND E COM DE EQ HID PARA GERAÇÃO DE ENE  
 ELÉTRICA LTDA  
 34918 MENTORING CONSULTORIA ESTRATÉGICA LTDA  
 20504 MERCADO PRANDO - ME  
 22341 MERCANTIL COUROS LTDA  
 35155 MERCEARIA BOM SUCESSO LTDA ME  
 21355 METACQ IND.E CO.E REPRESENTACOES LTDA  
 34009 METALÚRGICA WAJO LTDA ME  
 33801 METASC INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA  
 38620 MEU PONTINHO RESTAURANTE LTDA  
 40108 MICHELA L LAGRANHA, VALESKA L LAGRANHA E THIAGO  
 L LAGRANHA  
 13759 MIGUEL ANGELO HEBERLE  
 6260 MILITINA GARCIA ROSA DA SILVA  
 8252 MILO ANTONIO CALLIARI  
 36003 MILTON ANTONIO DE SOUZA  
 20288 MILTON JOSE SACCOL  
 35409 MILTON SOARES DOS SANTOS ME  
 38445 MIQUÉIAS PADILHA - ME  
 38284 MITRA DIOCESANA E CAPELA SÃO PAULO APÓSTOLO  
 426 MOACIR BROLLO JUNIOR  
 12965 MOACIR DE LIMA  
 40300 MOACIR DIAS E ELIZETE DOS SANTOS DIAS  
 19446 MOACIR LUIZ NORA  
 21300 MOLIN COMERCIO E DISTR.DE JORNAIS E REVISTAS LTDA  
 22853 MONSON & MATTANA LTDA ME  
 32219 MONTKRHUS PREST. DE SERV. E MANUT. INDUST. LTDA  
 22669 MOVIVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME  
 5414 MOZART R. DE MATTOS  
 34993 MUSTAPHA LEMES  
 37266 N. ZANELATO & CIA LTDA  
 38772 NADIA APARECIDA GALVAN GRONDEK  
 15465 NAIR DA LUZ  
 19159 NAIR EINSWEILLER DICK  
 15296 NAIR FRANCISCA DE CAMARGO  
 14975 NAIR REGINA BOMBASSARO  
 35624 NAÔR VIRGILIO COSTANARO PETRY  
 21578 NARCISO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA  
 5033 NAROLINO VIEIRA DA SILVA  
 19252 NEIRO VIEIRA DE LEMOS  
 14523 NEIVA STOBBE  
 11825 NELI ANZOLIN PARMEGIANI  
 15596 NELI L OLIVEIRA

35995 NELSI SALETE DUARTE  
 35586 NELSON SARTURI  
 38617 NELSON SCHLINDWEIN E KARIN APARECIDA WITTE SCHLINDWEIN  
 645 NEMESIO JOSE MARTENDAL  
 19275 NEREU EVANDIR ARAUJO  
 37957 NEURI ANTONIO PINTRO  
 37141 NEUSA DE FATIMA GERVASIO  
 30914 NEUSA GAGLIETTI - ME  
 33950 NEUSA GUIMARÃES  
 38644 NEUZA MARIA PELISSARI E CERENITA PEDROSO DOS SANTOS  
 3313 NEVIO JOAO BISSANI  
 9720 NEVIO, NELSON, INDIMINI ZIERO,ANGELA W FRANCHINI,ELZA ZIERO  
 19871 NEW LAVA RAPIDO LTDA - ME  
 532 NI  
 10105 NILCE PRONER GAGLIETTI  
 40778 NILCE PRONER GAGLIETTI CONFECÇÕES  
 13602 NILO AMADINHO HARO  
 7663 NILO FRONZA  
 12229 NILO ZAMBIAZZI  
 32871 NILSON BALDISSERA  
 4841 NILSON ORIGE COELHO  
 19430 NILTO BARCARO  
 4338 NILTON ROSANELLI  
 34452 NILVA TEREZINHA VITTORAZZI TIECHER  
 33311 NILZA DESBESSEL SIMAS E MARISA DESBESSEL IENTZ  
 22720 NOC-PLANO DE ASSITENCIA FAMILIAR LTDA  
 15485 NOELI MARIA DA SILVA  
 40937 NOELY TEREZINHA FEDRIGO  
 36788 NOEMIA ROSA HECKLER  
 40764 NOERCY PORFIRIA ANDRIN  
 2827 NORBERTO HILLES GHIGGI  
 14588 NORBERTO MEDEIROS  
 22600 NUNES REPRESENTACOES LTDA  
 19755 O BARATAO - COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA  
 34797 O ESTADO DE SANTA CATARINA  
 21930 O KARATON SISTEMAS DE COMUNICACAO VISUAL LTDA  
 29474 OBERDAN WILLE E ELIANE RAFALOSKI WILLE  
 6998 ODALIDES DOS SANTOS  
 6325 ODENIR KUHLE  
 38675 ODETE CELITA PILATTI  
 36674 ODETE MOREIRA LEITE  
 41530 ODILA DORÉ  
 4573 ODILA NUNES BORGES  
 37118 ODOVIR FOIATO  
 19516 OFICINA MECANICA J.S.V. LTDA - ME  
 10270 OLAVO GUILHERME SANTINI  
 22833 OLDEMAR AUGSTEN  
 11528 OLDEMAR JOSE VOLTOLINI  
 5853 OLINDA SANTOS  
 12640 OLIVAR ANTONIO LAGNI  
 5126 OMIRO JOSE SCHLINDWEIN  
 37047 ONILCY ARMINDO HEBERLE  
 20145 ONLYSOFT SISTEMAS DE COMPUTACAO LTDA  
 5921 ONORI, VALDEMAR, LUIZ SERGIO E INES S. VALDEMARCA  
 10199 ORACI, JUDITE E EDITH BUFFON  
 7626 ORESTES RODRIGUES GALVAO  
 33565 ORLANDO BUCCO  
 33583 ORLIZIO MARCON  
 8618 ORTENILA FAVRETTO  
 29851 OSCAR DAVI BALBINOTE  
 544 OSCAR LEAL E OUTRA  
 31049 OSCAR/ ADAO M. DA SILVA; OSMAR/OSNI M. DA SILVEIRA  
 38345 OSMAR ANTONIO ANTONELLO  
 4437 OSMAR DA SILVA  
 18036 OSMAR DE MARCO  
 13244 OSMAR ERTTEL

5666 OSMAR FERREIRA DE OLIVEIRA  
 33871 OSMAR JOÃO DA COSTA E NAIR APARECIDA CORDEIRO  
 3170 OSMAR JOSE PAGANINI  
 6033 OSMAR LOPES DE MATTOS  
 4626 OSMAR MARCELINO  
 11183 OSMAR WALTER WEBER E ROSA DA SILVA  
 14290 OSNI ESPINDOLA FELIX  
 3473 OSNI HEBERLE  
 34656 OSNI HEBERLE E VICTOR CESAR SUFREDINI  
 35782 OSVALDINO RODRIGUES DO AMARAL  
 14404 OSVALDO RAMOS  
 33559 OSVALDO SOARES MOREIRA  
 24318 OSVINO ZILIO  
 5093 OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI  
 14088 OTOMAR WILLY KNEVELS  
 40180 OTTO LUIZ KELLER BONALDO ME  
 34459 PABLO AMIN CASSUL DE MENEZES CALLUANS  
 21066 PACIFIC INVEST DISTRIB. DE TITULOS E VALORES MOBIL  
 22239 PADARIA E MERCEARIA IRMAOS AB LTDA  
 15543 PALMIRA E DIVALETI R BORGES  
 32747 PALUDO INCORPORADORA LTDA  
 39842 PAMATSU COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME  
 39411 PATRICIA M.P. DE MORAES ME  
 35402 PATRÍCIA MOLIN MARIN  
 35660 PAULO CELSO DE QUADROS FERREIRA  
 32159 PAULO CESAR DOS PASSOS  
 15542 PAULO CESAR MATTEVI  
 10351 PAULO CONSTANTE FUGA  
 10550 PAULO ERNESTO PARISOTO  
 34083 PAULO HENRIQUE ZIBETTI  
 6584 PAULO NUNES  
 38857 PAULO RICARDO DA COSTA LOPES  
 8598 PAULO ROBERTO BREDI  
 6060 PAULO ROBERTO RECALCATTI  
 744 PAULO VILSON GENOR L MILKIEVICZ  
 4229 PAULO WILLIAN LANGE  
 32807 PEDRINHO INÁCIO DA SILVA  
 42055 PEDRINI COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE MOTOS LTDA ME (FILIAL)  
 18634 PEDRO ALECIO NETO WINKLER  
 20978 PEDRO ARZELINDO DOS SANTOS  
 14374 PEDRO BLEICHOVEL  
 15584 PEDRO CARRER  
 11234 PEDRO DA SILVA  
 34221 PEDRO DE ARAUJO  
 546 PEDRO FERREIRA VELHO  
 13341 PEDRO GEJA  
 12939 PEDRO JESUS DE ALMEIDA  
 1693 PEDRO JOSE TELESKA  
 9341 PEDRO LAND FILHO  
 38164 PEDRO MASCARELLO  
 22156 PEDRO PEREIRA DA CRUZ  
 4859 PEDRO PIGATTO  
 34132 PEDRO ROSA DA CRUZ  
 13034 PEDRO VALDOMIRO MOREIRA  
 36841 PERLIN BAR E LANCHONETE LTDA ME  
 37187 PETERSON CENTENARO  
 8904 PLINIO ANTONIO ARBUGERI  
 34965 PLINIO, CELSO E NELSON DE CARLI, UMBERTO CALGARO E JOSE L  
 35718 POLANDA TRANSPORTES LTDA  
 6339 PORFIRIO MILTON DA SILVA  
 22550 POSTO JOACABA LTDA  
 30878 POZZOBON REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA  
 6520 PREFEITURA DE JOACABA E ADELAR  
 6523 PREFEITURA DE JOACABA E LEONTINA  
 6521 PREFEITURA DE JOACABA E MARINES  
 6522 PREFEITURA DE JOACABA E MARLI

22093 PREFIX PRESTADORA DE SERVICOS LTDA  
 21661 PRESTADORA DE MAO-DE-OBRA FORTE LTDA  
 21043 PREVEN ENGENHARIA DE INCENDIOS - PROJETOS E CONSULTORIA LTDA  
 908 PRIMO CORDAZZO  
 22673 PRODUSYSTEM INFORMATICA LTDA  
 21613 PROEZA VIDEO PRODUcoes LTDA  
 20113 R.V. DA SILVA & CIA.LTDA  
 3741 RACHEL BUENO ALBACH  
 22371 RADIO SANTA CATARINA LTDA  
 10704 RAFAEL A CORDAZZO E WALDEMAR C FILHO  
 7295 RAIMUNDO ALVES DOS SANTOS  
 22596 RAMATI COMERCIO,TRANSPORTE E REPRESENTACOES LTDA  
 18244 RAMIRO SOLLA CAMINA  
 1282 RAMIRO SOLLA CAMINA E OUTROS  
 35734 RAMOS E LISOT LTDA ME  
 4413 RAULINO RATIER DUTRA  
 4290 REACILVA MACIEL DA ROSA  
 35469 REAL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME  
 38568 RECICLAR SOLUÇÃO AMBIENTAL LTDA  
 37479 REDECRED PROMOTORA DE VENDAS E EVENTOS LTDA  
 18819 REFRIGERACAO J.L.S LTDA - ME  
 19183 REFRIGERACAO JOACABA LTDA - ME  
 20641 REFRIGERACAO SCHMAUTZ LTDA - ME  
 35472 REGINA DE OLIVEIRA  
 10383 REINOLDO ADILTON CARDOZO DE AGUIAR  
 18597 REINOLDO HERTER  
 35558 REJANE TRENNEPOHL  
 18300 RELOJOARIA CENTRAL LTDA - ME  
 12120 RENATO CAMILO PASQUAL  
 3051 RENATO COPPI  
 5051 RENATO GARCIA FILHO E CLEUSA GODOY GARCIA  
 15158 RENATTA DALPISOL  
 2535 RENI CAVALLI  
 10789 RENILDO ANTONIO FLAMIA  
 19684 REPRESENTACOES COMERCIAIS V L B LTDA  
 19673 REPRESENTACOES ZAMBIAZZI LTDA  
 38648 RESTAURANTE CHINÊS KIODAY LTDA ME  
 36171 RESTAURANTE SABOR DA ESTAÇÃO LTDA ME  
 17940 REUNIDAS S/A - TRANSPORTES COLETIVOS  
 17938 REUNIDAS TRANSPORTADORA RODOVIARIA DE CARGAS S/A  
 22699 RFC ARTE E FERRO LTDA - ME  
 20055 RICARDO AUGUSTO CORDEIRO DE MIRANDA  
 34371 RICARDO PADILHA  
 20472 RICARDO VILLELA ARMENIO  
 8370 RICHARD MARIAN PATRZYKOT  
 21437 RIEBRAGA REPRESENTACOES LTDA  
 32320 RILDO FALCÃO KICK E CATIA BURATTO  
 15425 RITA DE OLIVEIRA  
 3707 RITA MARIA E LUIZ DALCANALE NETO  
 33616 ROAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA  
 7374 ROBERTO CARLOS BAZZO  
 5066 ROBERTO CARLOS BUCCO  
 41218 ROBERTO CARLOS NUNES  
 39498 ROBERTO CARLOS NUNES CAUDIA MARILIA CARDOSO DE SOUZA NUNES  
 9393 ROBERTO CORREA DE MELLO  
 22355 ROBERTO HENRIQUE PETRY - ME  
 29885 ROBERTO KERSCHBAUMER  
 14844 ROBERTO MARCON  
 5804 ROBERTO PADILHA  
 22611 ROCHA LOCADORA DE MAO DE OBRA LTDA  
 38892 RODRIGO BARBOSA,GILBERTO BARBOSA,FRANCIANE BARBOSA  
 34860 RODRIGO GARCIA ME  
 38125 RODRIGO GUARAGNI ME

19169 ROESLER & CIA LTDA  
 35966 ROGERIO CAVASIN DAROS  
 11925 ROGERIO CHIAMULERA  
 18239 ROMANO MASSIGNAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO  
 9543 ROMARIO AVILA SATICQ  
 13196 ROMARIO SCHEVER  
 39388 ROMEU DOS ANJOS DÄUM - ME  
 4475 ROMILDE SATSKUNA  
 34670 ROMOALDO BARCELLA  
 2103 ROMULO GUILHERME MATTOS  
 5767 ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODO-NE CARDONET  
 40259 RONATH MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA TEIXEIRA  
 29587 ROQUE ROSANELLI  
 29759 ROSA HARO  
 39514 ROSA MERIS FIORESE COSTA  
 31602 ROSANA SCHWINDEN  
 22744 ROSANGELA DA SILVEIRA ME  
 41651 ROSANI TEREZINHA MENEGAT  
 11782 ROSANI VIDI ROESLER E OUTROS  
 36073 ROSE PENTEADO  
 39896 ROSELI ALVES DA SILVA COMÉRCIO DE VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS ME  
 13553 ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS  
 19065 ROSELY DE FATIMA PUTTI  
 35167 ROSICLER MARIA TOBALDINI ZANOL  
 1631 ROSINA VARGAS RIBAS E DAVID MENDES RIBAS  
 32616 ROSITA APARECIDA PADILHA SCAPINI  
 40153 RUBENS CARLOS DESBESELL ME  
 36008 RUBENS PEREIRA FERNANDE  
 3607 RUBENS VIEIRA  
 34406 RUDIMAR NORA  
 10395 RUDOLFO STEINWANDTER  
 15168 RUI AMILTON SILVEIRA D AVILA  
 12209 RUI DOS SANTOS FERREIRA  
 13510 RUI HOFFELDER  
 33110 S & K COMUNICAÇÕES E EVENTOS LTDA ME  
 18612 S. VEIGA SOBRINHO & CIA LTDA  
 18366 SADY ZAGO  
 17920 SALAO DOIS IRMAOS  
 5028 SALETE APARECIDA LOPES CORDEIRO  
 12774 SALETE DE OLIVEIRA E OUTROS  
 12181 SALETE TEREZINHA DE OLIVEIRA PEREIRA  
 33069 SALETE WILMA SANTINI ZAMPIERI  
 31669 SAMARONE DEJANIR MULLER  
 40281 SAMIRA APARECIDA BATISTA GARCIA ME  
 36237 SANAFOGO- EQUIPAMENTOS DE INCENDIO E BATERIAS LTDA  
 11132 SANDRA PAULA XAVIER PEREIRA  
 5790 SANDRO ADRIANO BORTOLUZ  
 8019 SANTINA CRISTOFOLI  
 15079 SANTINA MOREIRA  
 17942 SANTO A. DI DOMENICO  
 9186 SAVIO DE JESUS MACHADO  
 33965 SCALA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA  
 20530 SCHMAUTZ & ROSEGUINI LTDA - ME  
 37095 SEBASTIANA MALAQUIAS  
 35606 SEBASTIANA THIBES BELLÓ  
 31021 SEBASTIAO ALVES CORREA DOS SANTOS  
 10469 SEBASTIAO ANTUNES PEREIRA  
 5714 SEBASTIAO MARQUES  
 37980 SEBASTIÃO XAVIER CORREA E OUTROS  
 38967 SEES - TREINAMENTO, ASS. E AUDITORIA DE SERV.DE SAÚDE LTDA  
 13326 SELIO GASPARETTO  
 11898 SELMA ELICKER  
 2576 SELMA NUNES MOREIRA  
 40560 SENOIR LUIZ KINZEL  
 8768 SERAFIM MOLIN

33131 SERG SERVIÇOS GERAIS LTDA  
 9135 SERGIO ANTONIO FLAMIA  
 15308 SERGIO APARECIDO PEREIRA  
 38769 SERGIO BOTH  
 33089 SERGIO BRUNO DA SILVA AMORA  
 602 SERGIO CAMPANA  
 21028 SERGIO DOS SANTOS  
 14101 SERGIO LEMOS DA SILVA E SIMONE CARNERA DA SILVA  
 14107 SERGIO LEMOS E IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS  
 22554 SERGIO LUIZ BELLO  
 11903 SERGIO LUIZ BRUNETTO  
 15544 SERGIO LUIZ RATTI  
 36242 SERGIO MOREIRA LEITE  
 20180 SERVILITO JOACABA S/C LTDA  
 490 SEVERINO ANTONIO GRIGOLO  
 13537 SEVERINO MANOEL DA SILVA  
 22920 SIL TRANSPORTES & CONSULTORIA LTDA  
 32143 SILVANA APARECIDA SOARES FAUTH  
 36276 SILVANA N. P. ALENCAR E MARCO ANTONIO V. ALENCAR JUNIOR  
 10500 SILVANA ROSA THOMAS DE AMORIN  
 5068 SILVIA MARIA SALARDI  
 12076 SILVIO FERRAZ DOS SANTOS  
 7067 SILVIO KERCHBAUMER  
 37425 SILVIO PINTO ME  
 4581 SIMILDE, NILSON, NILCE, NELSON, NEIVA E NEUZA STOBBE  
 15513 SIMONE AP M STEFANES BELLAN  
 36708 SIMONE MEIER  
 5856 SINCLAIR TEREZA ALVES  
 17951 SINDICATO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEIC. ROD  
 19682 SINDICATO DOS TRAB.NAS IND. MET.MEC. MAT ELET. DE  
 9175 SINOIR ROSEGHINI CORREA  
 15466 SIRLEI APARECIDA DE OLIVEIRA  
 22565 SLINE INFORMATICA LTDA  
 32848 SOARES & FREITAS REPRESENTAÇÕES LTDA  
 34589 SOCIEDADE COM HAB E ADÃO DANIEL VIEIRA  
 33647 SOCIEDADE COM HAB E ADAO SANGALI  
 31008 SOCIEDADE COM HAB E ANACLETO JOEL DORNELLES DA SILVA  
 34250 SOCIEDADE COM HAB E ANDRÉA RIEPE PIRES  
 34635 SOCIEDADE COM HAB E ANGELO ADÃO LOURENÇO  
 34849 SOCIEDADE COM HAB E AQUILES DE CAMARGO  
 39322 SOCIEDADE COM HAB E ARI MACHADO  
 40785 SOCIEDADE COM HAB E ARTILINO ANTUNES DA SILVA  
 15487 SOCIEDADE COM HAB E CELSO PIRES DE LIMA  
 12241 SOCIEDADE COM HAB E CLAUDEMIR ANTONIO DAVE  
 32910 SOCIEDADE COM HAB E CLAUDEMIR DAPPER  
 38071 SOCIEDADE COM HAB E ELIANE APARECIDA ZACARON  
 33695 SOCIEDADE COM HAB E ELIZEU LORENÇO ORSO  
 4057 SOCIEDADE COM HAB E EMYGIDIO ALVES DA SILVA  
 42780 SOCIEDADE COM HAB E EVA SERENITA DA SILVA  
 34523 SOCIEDADE COM HAB E GIOVANA APARECIDA RECK HORÁCIO  
 34559 SOCIEDADE COM HAB E GIOVANA DA SILVA SCAPINI  
 34586 SOCIEDADE COM HAB E GISLAINE ANTUNES PEREIRA  
 32933 SOCIEDADE COM HAB E ITAMAR PREZOTTO  
 34531 SOCIEDADE COM HAB E IVA LUIZA DA SILVA  
 38933 SOCIEDADE COM HAB E IVO MACHADO  
 33057 SOCIEDADE COM HAB E IVONINA RIBEIRO DA LUZ  
 34594 SOCIEDADE COM HAB E JANE DO PRADO  
 30996 SOCIEDADE COM HAB E JEAN DOMINGOS BRESSAN  
 15503 SOCIEDADE COM HAB E JOAO MARIA DA SILVA  
 34533 SOCIEDADE COM HAB E JOÃO PAULO DE OLIVEIRA BARROS DOS SANTOS  
 34591 SOCIEDADE COM HAB E JOSÉ CAIO DORNELLES DA SILVA  
 34625 SOCIEDADE COM HAB E LÉIA REGINA DE LIMA  
 34562 SOCIEDADE COM HAB E LÉO AUGUSTO MENDES  
 31050 SOCIEDADE COM HAB E MARIA DE FATIMA KLUVES

34631 SOCIEDADE COM HAB E MARIA DOS SANTOS CAMPOS  
 35072 SOCIEDADE COM HAB E MARIA EDIR ALVES  
 41758 SOCIEDADE COM HAB E MARIA IZABEL DA ESPADA DE OLIVEIRA  
 33201 SOCIEDADE COM HAB E MARIA SALETE RAMOS  
 35582 SOCIEDADE COM HAB E MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA  
 34590 SOCIEDADE COM HAB E MARLON JANIE CARDOZO  
 34537 SOCIEDADE COM HAB E NEIVA LUCIA RIBEIRO DA SILVA  
 34567 SOCIEDADE COM HAB E NEREU DE ARAÚJO  
 35584 SOCIEDADE COM HAB E NILSON DA ROSA  
 34620 SOCIEDADE COM HAB E NOEMI SOARES VARELA  
 34538 SOCIEDADE COM HAB E NOEMIA BARBOSA MAGOLT  
 37178 SOCIEDADE COM HAB E ORLANDO CASADO  
 33786 SOCIEDADE COM HAB E RAQUEL CAVALHEIRO CABRAL  
 34246 SOCIEDADE COM HAB E ROMILDO NUNES  
 33782 SOCIEDADE COM HAB E ROSELI PEDROSO  
 34588 SOCIEDADE COM HAB E ROSEMILDA DOS SANTOS  
 34542 SOCIEDADE COM HAB E ROVANIA JANICE DA SILVA  
 15555 SOCIEDADE COM HAB E SEVERINO PEREIRA  
 34521 SOCIEDADE COM HAB E SIMARA CRISTIANI MOREIRA  
 34564 SOCIEDADE COM HAB E SIMONE APARECIDA FRANÇA  
 36759 SOCIEDADE COM HAB E VALDO AMORIM  
 40317 SOCIEDADE COM HAB E VALMIR DOMINGOS BENITES  
 4552 SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL  
 20760 SOFTBITT INFORMATICA LTDA - ME  
 13039 SOLANGE MARI DOS SANTOS DA ROCHA  
 11516 SOLANGE MARIA DA SILVA  
 39415 SOLANGE MARIA GIONGO E ROSANGELA GIONGO BURLIM  
 11133 SOLIMAR A RIBEIRO E CASSIA GIACOMIN  
 30959 SONIA MARIA MULLER ZOCOLI  
 9851 SUCESSORES DE LIDIA NATUS  
 8159 SUELEN E PAOLA ANTUNES DE MORAES  
 21726 SUELI ALVES FERREIRA - ME  
 11752 SUELI DE SOUZA VARGAS  
 8954 SUELI SCHNEIDER FAVARO  
 38805 SUL INVESTIMENTOS - AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTOS LTDA  
 22904 SUMNY & SUMNY REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA  
 21003 SUMNY CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA  
 40849 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DA 9ª RF  
 38405 SURDI REVENDA DE VEÍCULOS E MOTOS LTDA  
 32715 SUSANA BATTASSINI  
 37709 SUSANI C D PICCININI ME  
 36921 SUSTENE APARECIDA SIMONETTO, CARLOS MAURÍCIO DAGOSTINI E  
 12919 SYLVIO APOLINARIO DE MELLO  
 22661 T.D.C. ALIMENTOS LTDA - ME  
 37388 T.Z.T. ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA  
 14721 TACY ALCIDES HACK  
 14572 TECLA LOPES SCHULKA E OUTROS  
 20745 TEFI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME  
 33392 TEILOR ANTONIO MOLINARO  
 36602 TELIO BRUNO DASSI  
 41156 TEODOMIRO PIRES DE MELO E MARCIA STIL  
 6997 TEODORO ANTONIO ZAMBIAZZI  
 41172 TERCILIO FERREIRA BRANDÃO  
 41293 TERESINHA OLIVO  
 21167 TERESINHA RODRIGUES VIEIRA TELES  
 5873 TEREZA COLHS  
 33291 TEREZINHA APARECIDA DE MATOS - PEDRA ME  
 12966 TEREZINHA DOS ANJOS  
 37147 TEREZINHA M. ,CARMELINDA ANA, NELVA, JOSÉ MARCHELO GALILHETI  
 40540 TEREZINHA MARIA DAROLD  
 15464 TEREZINHA ROSA  
 5791 TEREZINHA TOPANOTTI DA SILVA  
 15560 TEREZINHA VIEIRA E ELEMAR EDSON BOMM  
 18116 TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA



40480 TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA E ROSANGELA FÁTIMA DEMELLO  
 14916 TERRAMAR E ANTONIO PEREIRA  
 6479 TERRAMAR E ELIEZER DA SILVA  
 12974 TERRAMAR E FRANCISCO NIQUELATTI  
 6540 TERRAMAR E MARINO JACOMEL  
 42276 THAIS MACHADO KEMER DA ROSA  
 30872 THEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS  
 33703 THEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS E LUIZ DA ROSA  
 30916 THIAGO GAZONI ME  
 32758 THYSENKRUPP ELEVADORES S.A.  
 36380 TIAGO DE SOUZA  
 40139 TIAGO PIRES DE MELO  
 19438 TIROL CONFECÇÕES LTDA - ME  
 36812 TONIAL JUNGES REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA  
 37282 TOPOESTE TOPOGRAFIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA  
 19893 TRAMAK TRATORES MÁQUINAS KAER LTDA  
 22578 TRANSGRONDEK TRANSPORTES LTDA  
 19282 TRANSPORTES E COMERCIO POSSENTI LTDA  
 22725 TRANSPORTES J. BORTOLLI LTDA - ME  
 29996 TRANSPORTES JOVELIANOS LTDA - ME  
 37677 TRANSPORTES VANA LTDA ME  
 32669 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
 19968 TUIO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA  
 35871 TULIO CESAR DASSI  
 22762 TURISMO JOACABA LTDA - ME  
 39412 TV O ESTADO FLORIANÓPOLIS LTDA  
 32366 UBIRAJARA ANTONIO LAMARTINE ROSAR  
 35795 UNIÃO FEDERAL  
 18493 URBANIZADORA EGITO LTDA  
 30780 VALDAIR DE LIMA PRUCHE  
 6171 VALDECIR DELLA VECCHIA  
 4702 VALDECIR JOSE SETE  
 3217 VALDECIR JOSE SETE E GEOVANA TEREZINHA SETE  
 15061 VALDECIR ROQUE RODRIGUES  
 7450 VALDEMAR HADLICH  
 11156 VALDEMAR LIMA KATSCHI  
 6068 VALDEMAR RIBEIRO BITTENCURT  
 34839 VALDINÉIA DAMÁSIO ZANINI  
 4796 VALDIR ALVES DE CANDIDO  
 8873 VALDIR ALVES SAMPAIO  
 6484 VALDIR BIAZUS CORTINA  
 30961 VALDIR DA SILVA  
 5220 VALDIR ESPEDITO MATTEVI  
 4044 VALDIR IGNACIO  
 6352 VALDIR R MARCONDES E LADIR MARTINAZZO  
 10125 VALDIR SCHLEMMER  
 14272 VALDOMIRO DALLANORA  
 10015 VALDOMIRO PEDRO TIRELLI  
 18367 VALDOVINO GONCALVES LINS  
 10006 VALERIO LISSA DAL PRA  
 31528 VALMIR ALCEBIANES PESSOLI  
 22431 VALMIR DA SILVA PADILHA  
 34892 VALMIR JORGE DOS SANTOS  
 3443 VALMIR PAVESI  
 8675 VALMOR FRANCISCO BELOTTO  
 4075 VANDERLEI RIBAS  
 9467 VANIA SIBELE MEIRA  
 12000 VANIR FERNANDES BRANCO  
 5064 VANIZA SALETE DA CAS  
 6283 VERA LUCIA BERTOTTI  
 32466 VERA LUCIA CARDOZO DE AGUIAR E ARACELI CAMARA  
 40406 VERA LUCIA DE SOUZA  
 14964 VERA LUCIA RUARO  
 34428 VERA TEREZA QUIBEN PRADI  
 41499 VERENICE TEREZINHA LIPSCH ME  
 5648 VERONICA CORREIA FREITAS  
 15127 VICTOR CESAR SUFREDINI  
 18831 VICTUR TRANSPORTES RODOVIÁRIO LTDA - EPP

24558 VILA LOBUS INFORMÁTICA LTDA ME  
 12218 VILARIO CORBANI  
 6133 VILMAR DUARTE DA SILVA  
 4125 VILMAR LIERMANN  
 12176 VILMAR LUIZ BITTENCOURT  
 2405 VILMAR MIGUEL SARTORI  
 15410 VILMAR R DA SILVA  
 36006 VILMAR SPOLTI  
 5420 VILMAR VIEIRA  
 3090 VILMAR ZILIO E OUTROS  
 12188 VILSON E JOSE ALVES FERNANDES  
 8947 VILSON PIQUETTI  
 36668 VILSON PIQUETTI & CIA. LTDA.  
 39576 VILSON PIQUETTI E IVETE WASEN  
 29728 VILSON SCHALY  
 13594 VILSON SILVEIRA  
 9563 VILSON VIEIRA DOS SANTOS  
 34118 VINI COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SOM LTDA  
 34275 VITOR ZAGONEL  
 4056 VIVALDINA GONCALVES PEREIRA  
 14221 VLADIMIR ELOI MARCIO  
 30632 VOLMAR ROQUE BENETI E MARLI A. DAMASCENO BENETI  
 15521 VOLMIR DOS SANTOS  
 30042 W.M MATERIAIS FOTOGRAFICOS LTDA  
 13533 WAGNER E JULIANO DECZKA DAVID  
 20066 WALDEMAR CORDAZZO  
 10033 WALDEMAR MARCA  
 20811 WALDENI JOSE PICOLI  
 40624 WALDIR LEBKUCHEN E ADRIANA APARECIDA MARQUES  
 41849 WALDIVINO TERCENIO DA SILVA ME  
 11120 WALDOMIRO BELI DA COSTA  
 34194 WALDOMIRO ERNESTO SCHMITZ  
 13042 WALDOMIRO MENDES  
 15452 WALDOMIRO PALHANO  
 14339 WALMOR ROCHA  
 18011 WALTER ANDRE SCHNEEBERGER  
 19190 WALTER ANDRE SCHNEEBERGER - ME  
 13871 WALTER DE OLIVEIRA  
 18079 WALTER WENDHAUSEN ROTHBARTH  
 18159 WANDERLEI ANTONIO MARIN  
 30409 WANDERLEY WUTKE  
 22563 WEBER & GABIATTI LTDA - FILIAL 02  
 42310 WEDER MARQUES DE SOUZA  
 15419 WELLINGTON DE OLIVEIRA  
 35501 WERJEN CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA ME  
 3046 WERNER SPECHT  
 32599 WERNER WENDERER  
 18052 WILLY POSIADLO  
 36403 WILSON BOLDRINI  
 19621 WILSON JAIR WITTE  
 3808 WILSON JOSE PEREIRA  
 9243 WILTON WERNER ZUKOWSKI  
 37717 WS COMERCIO DE ACESSORIOS PARA MOTOCICLETAS LTDA  
 37144 WS INSTRUTORIA E CONSULTORIA LTDA  
 105 YEDE CECILIA BADOTTI NEZELLO  
 15498 YONE PEREIRA FERNANDES  
 22529 Z & R TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA  
 22677 Z.T. COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA ME  
 37949 ZABOTT & ZANELLA LTDA  
 40828 ZAMIR DOILE MACEDO  
 32236 ZANCO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA  
 17966 ZELIA MOREIRA GODOY  
 15501 ZELINDA CORREIA  
 14275 ZENI APARECIDA DE ASSIS  
 9262 ZENIRA MARIA DA SILVA  
 37008 ZENITA S.DOS SANTOS, ARNALDO G., E LUCIANO G. DE ALMEIDA  
 30907 ZENO LOPES DA SILVA

35314 ZILIANA TALITA DOS REIS  
Joaçaba(SC), 16 de Maio de 2011.

**José Boiteux**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**decreto 022/2011**

DECRETO nº 022/2011.

Nomeia Pregoeiro e Equipe de Apoio para realização de Licitações na Modalidade Pregão.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 3º, inciso IV da Lei Federal 10.520/2002, e demais dispositivos legais em vigor:

**DECRETA:**

Art. 1 - Fica nomeado o Pregoeiro e a Equipe de apoio para as licitações na modalidade Pregão, conforme abaixo discriminado.

**PREGOEIRO:** Leandro Ribeiro  
**Equipe de Apoio:** Alex da Cunha  
Otavio Georg Junior  
Paulo Henrique Preis

Art. 2º - O Pregoeiro e a Equipe de apoio terão a incumbência de receber, examinar, apreciar e julgar as propostas, lances, documentos e procedimentos relativos as licitações na modalidade Pregão deste município, bem como receber, examinar, apreciar e julgar todos os documentos relativos ao cadastramento de licitantes, tudo em conformidade com a Lei Federal 10.520/2002.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da Abertura dos Pregões referentes ao ano de 2011, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 12 de Maio de 2011.  
ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

**decreto 023/2011**

DECRETO nº 023/2011.

Nomeia a Comissão de Julgamento e Avaliação dos Processos Licitatórios da Prefeitura Municipal de José Boiteux e estabelece outras providências.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com que dispõe a Lei 8666, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Julgamento e Avaliação dos Processos Licitatórios da Prefeitura Municipal de José Boiteux, para o período de 1(um) ano, assim constituída:

**PRESIDENTE:** Sandro Marcus Zluhan  
**MEMBROS:** Leandro Ribeiro  
Otavio Georg Junior  
Nara Moser Coelho

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da Abertura das Licitações referente ao ano de 2011, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 12 de maio de 2011.  
ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

**decreto 024/2011**

DECRETO nº 024/2011.

Constitui a Comissão Organizadora para acompanhar e julgar os Processos Relativos ao Edital de Concurso Público 001/2011 e estabelece outras providências.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Organizadora para acompanhar, executar e julgar os processos relativos ao Edital de Concurso Público 001/2011, de 17 de maio de 2011, destinado a prover vagas em cargos constantes do Quadro de Cargos de Empregos Públicos do Poder Executivo Municipal de José Boiteux, que fica assim composta:

**Presidente:** Terezinha Darolt Fossa  
**Secretaria:** Graciele Lanznaster  
**Membro:** Maira Wilhelm

Art. 2º - O Concurso Público de que trata o Edital de Concurso Público n. 001/2011 será organizado, executado e Julgado:

I - Pela comissão Organizadora, composta de três servidores efetivos, integrantes do quadro de pessoal do Município, constituída conforme o Art. 1º deste Decreto;

Art. 3º - O Edital de Concurso Público n. 001/2011, do qual se dará ampla divulgação, conterá os seguintes requisitos mínimos:

- I - Prazo para a inscrição, não inferior a trinta dias, contado da sua publicação oficial;
- II - Requisitos para a inscrição e condições para o provimento do cargo;
- III - Tipo e conteúdo das provas
- IV - forma de Julgamento das Provas;
- V - Critérios de aprovação e classificação;
- VI - Prazo de Validade;
- VII - Valor da taxa de inscrição;

§1º - o Prazo para inscrição nos concursos, se ainda não encerrado, pode ser prorrogado uma vez por igual período.

§2º - As alterações nos editais implicam reabertura do prazo de inscrição;

Art. 4º - o Concurso Público credencia e nele aprovado a nomeação durante o prazo de sua validade ou eventual prorrogação, obedecida à ordem de classificação, computadas as vagas existentes na data do edital, as que decorrem de vacância do cargo e as que vierem a ser criadas.

Art. 5º - A aprovação e classificação no Concurso não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de cargos de Empregos Públicos da Prefeitura Municipal de José Boiteux.

**Parágrafo Único** - A nomeação é de competência do Prefeito Municipal, dentro do interesse e conveniência da Administração.



Art. 6º - O concurso público, de que trata o Edital de Concurso Público n. 001/2011, terão validade de 2 anos, a contar da data do ato de homologação do resultado, podendo serem prorrogados por igual período, se houver interesse da Administração Municipal de José Boiteux.

Art. 7º - O concurso será homologado pelo Chefe do Poder Executivo e publicado seu resultado no mural de publicações oficiais da Prefeitura Municipal de José Boiteux e na internet, no site <http://www.pmjb.sc.gov.br>.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 17 de maio de 2011.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

### Edital Concurso Público 001/2011

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

O Município de JOSE BOITEUX/SC, por determinação de seu Prefeito Municipal, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o prazo para inscrições ao Concurso Público para provimento de cargos de Emprego Público, tendo por base a Lei Complementar Municipal n.º 003/2006, de 12 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, para execução do Programa de Agentes Comunitários da Saúde (PACS) do município de JOSE BOITEUX, que se regerá pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente, conforme abaixo:

#### 1 – DOS CARGOS

Identificação do Cargo	Habilitação Mínima	Carga Horária Semanal	Nº de Vagas	Vencimentos
Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental e residente na Localidade de Alto Rio Laeiz	40 h	1	571,34
Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental e residente na Localidade de Barra da Anta	40 h	1	571,34
Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental e residente na Localidade de Serrinha/Roncador	40h	1	571,34
Medico	Formação a nível de graduação em medicina e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional	40 h	1	5.721,97

1.1 - As fichas de inscrições serão numeradas em ordem numérica seqüencial crescente;

1.2 - O candidato portador de necessidades especiais participará do CONCURSO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne ao conteúdo da prova; à avaliação e aos critérios de aprovação e ao horário e local de aplicação da prova para todos os candidatos.

#### 2 - DA DIVULGAÇÃO

As divulgações oficiais das informações referentes a este CONCURSO PÚBLICO serão efetuadas através de publicação nos seguintes locais:

2.1 – No mural de publicações da Prefeitura Municipal de JOSÉ

BOITEUX, sita à Rua 16 de Junho nº 13, Bairro Centro, Município de JOSE BOITEUX – SC;

2.2 – Na internet, no site <http://www.pmjb.sc.gov.br>.

#### 3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 - Período, Horário e Local - As inscrições serão efetuadas na sede da Prefeitura Municipal de JOSE BOITEUX-SC junto ao Departamento de Recursos Humanos, sita à Rua 16 de Junho nº 13, Bairro Centro, Município de JOSE BOITEUX – SC, no horário do expediente, das 7h30min às 12h e das 13h30min às 17h, no período de 17 de maio de 2011 a 16 de junho de 2011.

3.1.1 Para efetuar a inscrição os candidatos deverão efetuar pagamento mediante depósito em Conta Corrente nº 45471-0, Agência n. 5437-2 em nome da Prefeitura Municipal de JOSÉ BOITEUX, de taxa de inscrição, destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação e correção das provas, com o seguinte valor:

3.1.1.1 – Agente Comunitário de Saúde – R\$ 20,00 (vinte reais).

3.1.1.2 – Medico – R\$ 80,00 (oitenta reais)

Parágrafo Único - Os candidatos amparados pela Lei nº 10.567/97 (Doador de Sangue), interessados na isenção de pagamento da taxa de inscrição, deverão solicitar inscrição especial pessoalmente ou pelo correio, diretamente à COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO, localizada no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, sita na Rua 16 de Junho nº 13, Bairro Centro, Município de JOSÉ BOITEUX – SC - 89.145-000, no prazo estabelecido no item 3.1, encaminhando requerimento próprio (Anexo VI), juntamente com os comprovantes que demonstrem sua situação especial, cumprindo com todos os requisitos exigidos na Lei nº 10.567/97.

3.2 - Procedimento para realizar a inscrição pessoalmente ou por meio de procuração.

3.2.1 - Para inscrever-se o candidato deverá:

a) Preencher todos os campos da Ficha de Inscrição (Anexo II), assinando a declaração de que conhece as exigências contidas neste edital e de que com elas concorda;

b) Anexar ao requerimento de inscrição, cópias legíveis dos seguintes documentos: fotocópia autenticada do CPF, fotocópia autenticada (frente e verso) de documento de identidade expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos, ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei n.º 9.503/97, com fotografia) e Comprovante de Residência. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato;

c) Entregar, no local da inscrição, a Ficha de Inscrição e o protocolo (anexo II) devidamente preenchido e assinado, sem qualquer rasura, juntamente com a guia de recolhimento da taxa de inscrição, recolhida e autenticada;

3.2.2 - No caso de inscrição por procuração, deverá, ainda, ser anexado o instrumento de mandado (instrumento particular de procuração, com a qualificação do candidato e do procurador e a indicação dos endereços e fotocópias dos documentos de identidade de ambos), com fim específico para inscrição no presente Concurso Público. A procuração não necessita ser passada em cartório.

3.3 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação

feita pela Comissão Municipal Coordenadora do CONCURSO PÚBLICO e publicação feita no Mural Público Municipal.

#### 3.4 – Das condições para inscrição:

a) Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas do Decreto Federal n.º 70.436;

b) Ter 18 (dezoito) anos completos no mínimo, na data da contratação e exercício;

c) Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no Edital;

d) Não serão aceitas inscrições em caráter condicional, por via postal, fac-símile (fax), correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outro modo que não o especificado neste Edital;

e) O candidato é responsável pelas informações prestadas na Ficha de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros e/ou de não-preenchimento de qualquer campo daquele documento;

f) O candidato, ao preencher a Ficha de Inscrição, declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas para o CONCURSO PÚBLICO nº 001/2011 e sua plena concordância com as mesmas.

g) – O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído.

h) – A adulteração de qualquer elemento da cópia da Cédula de Identidade em relação ao original da mesma ou a não veracidade de declaração apresentada na Ficha de Inscrição em decorrência deste Edital, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da respectiva inscrição ou na eliminação do candidato do Concurso Público, se a inscrição já estiver homologada.

3.5 - A homologação das inscrições será feita no dia 20 de junho de 2011 e divulgada conforme o Item 2, após avaliação feita pela Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público. Da não-homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no item 8.3 deste Edital.

#### 4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, serão admitidos os candidatos inscritos como portadores de deficiência, aprovados neste CONCURSO PÚBLICO na proporção de até 5% (cinco por cento) das vagas existentes ou oferecidas para cada cargo, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

4.2 - O candidato que no ato de inscrição declarar-se portador de deficiência, em sendo aprovado e classificado no Concurso Público, além de constar da lista de classificação, terá seu nome publicado em outra relação específica para os portadores de deficiência, também observada a ordem de classificação.

4.3 - Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

4.4 - Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da doença.

4.5 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou cargo.

4.6 - Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Concurso Público, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

4.7 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo no ato da inscrição preenchendo o Anexo I, indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

4.8 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público.

4.9 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

#### 5 – DO CARGO

5.1 – Os habilitados e classificados no Concurso Público de Emprego Público, nos termos deste edital vincular-se-ão como segurados do Regime Geral da Previdência Social.

#### 6 - DO CONCURSO PÚBLICO

6.1 - O CONCURSO PÚBLICO será constituído de prova escrita, composta por 40 (quarenta) questões, sendo 6 (seis) de português, 6 (seis) de matemática, 8 (oito) de conhecimentos gerais e 20 (vinte) de conhecimentos específicos, de múltipla escolha (A, B, C e D) para todos os cargos, sendo de caráter classificatório.

Parágrafo 1º: As provas escritas para todos os cargos, serão compostas de 40 (quarenta) questões objetivas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas diferentes, sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QDE. DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa	06	0,25	1,50
Matemática	06	0,25	1,50
Conhecimentos Gerais	08	0,25	2,00
Conhecimentos Específicos	20	0,25	5,00
TOTAL	40	1,0	10,0

Parágrafo 2º: A nota máxima será de 10 (dez), exigindo-se, para aprovação, no mínimo 50 % (cinquenta por cento) de aproveitamento, isto é, 20 (vinte) questões de acerto, totalizando a nota mínima de 5,0 (cinco).

6.2 - A prova terá duração de 3 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

6.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas objetivas de múltipla escolha encontram-se no Anexo III deste Edital.

6.4 – A descrição das atividades específicas, atributos e requisitos para admissão, encontram-se no Anexo V deste Edital.

#### 7 - DAS PROVAS

7.1 - As provas escritas serão realizadas nas dependências do Centro Educacional Municipal Amália De Marchi Lunelli, sito à Rua 13 de Maio, s/nº, Bairro Centro, Município de JOSE BOITEUX – SC, no dia 02 de julho de 2011, iniciando às 9:00 horas e encerrando às 12:00 horas.

7.2 - O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

7.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar o cartão de Inscrição.

7.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.6 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público.

7.7 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.8 - O candidato deverá assinalar suas respostas na grade de respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.9 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na grade de respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do item 7.8 deste Edital.

7.10 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da grade de respostas.

7.11 - Será excluído do CONCURSO PÚBLICO o candidato que durante a realização da prova:

7.11.1 - Comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao Concurso Público.

7.11.2 - Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.

7.11.3 - Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Concurso Público.

7.11.4 - Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos.

7.11.5 – Não assinar a Lista de Presença.

7.12 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos trinta minutos do seu início.

7.13 - O candidato, ao término da prova, entregará ao Fiscal da sala, o Caderno de Prova e a Grade de Respostas.

7.14 - Não será permitida a permanência de acompanhante do

candidato ou de pessoas estranhas ao CONCURSO PÚBLICO nas dependências dos locais de aplicação da prova.

7.15 – A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.16 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento do rompimento do lacre dos envelopes na presença dos candidatos.

7.16.1 – As grades de respostas serão numeradas de acordo com o número de candidatos inscritos e devidamente homologados em cada cargo e serão distribuídas sequencialmente aos candidatos de cada cargo de acordo com a ordem de entrada dos mesmos na sala de realização das provas.

7.16.2 – O número da grade de resposta entregue ao candidato será anotado pelo fiscal na lista de presença assinada pelo candidato, sendo que a lista de presença após iniciada a realização da prova será envelopada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 2 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes e de imediato ser entregue a Comissão Coordenadora do CONCURSO PÚBLICO nº 001/2011.

7.16.3 – Na folha que contém a grade de respostas constará além da grade de respostas a indicação do CONCURSO PÚBLICO a que se refere, nome do cargo e número da prova, sendo vedada qualquer outra forma de identificação.

7.17 – Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 2 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes, para fins de possíveis comprovações.

7.18 - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizar às provas ou parte delas em local, data e/ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.19 - Em ocorrendo, a situação prevista no item anterior, a divulgação dos novos locais de provas dar-se-á em até 5 (cinco) dias, anteriores à data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e/ou seu aviso resumido.

## 8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 – O gabarito provisório será divulgado um dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do CONCURSO PÚBLICO será divulgado no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de realização das provas, ambos publicados no mural oficial da Prefeitura Municipal de JOSE BOITEUX e na internet, no site <http://www.pmjb.sc.gov.br>.

8.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado por escrito e encaminhado ao Presidente

da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público, entregue e protocolado no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de JOSE BOITEUX, conforme o formulário do Anexo IV, contra:

8.3.1 - A inscrição não-homologada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil ao da publicação do Ato de homologação das inscrições.

8.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório que deverá ser formulado e protocolado no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório:

8.3.3 - Os pontos obtidos na prova escrita, para revisão dos pontos obtidos na sua Grade de Respostas e/ou reavaliação de sua classificação final, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do respectivo resultado.

## 9 - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - A prova escrita será avaliada de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

9.2 - A classificação dos candidatos aprovados será realizada, depois de esgotada a fase de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na(s) prova(s).

9.3 - A classificação no CONCURSO PÚBLICO gera para o candidato apenas expectativas de direito à nomeação para o cargo, de acordo com as necessidades.

9.4 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

## 10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate, para fins de classificação:

- a) o mais idoso (Lei 10.741/2003, art. 27, parágrafo único);
- b) maior número de acertos na prova específica do cargo;
- c) maior número de acertos na prova de português;
- d) maior número de acertos na prova de matemática;
- e) sorteio público.

## 11 - DA NOMEAÇÃO

11.1 - A nomeação dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o item 9 deste Edital.

11.2 - Requisitos para a nomeação: o candidato deverá entregar, na data da posse:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia autenticada);
- b) Certidão de nascimento "se solteiro" ou Certidão de casamento (cópia autenticada);
- c) CPF (cópia autenticada);
- d) Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral.

e) Comprovante de Residência.

f) Carteira de Trabalho com numero PIS ou PASEP

g) Comprovante de nível de escolaridade e demais habilitações exigidas para o cargo;

h) Comprovante de quitação militar – Certificado de Reservista "se do sexo masculino" (cópia autenticada);

i) Atestado médico oficial admissional de boa saúde física e mental;

j) Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público, Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares e Declaração de Bens.

k) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;

l) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos;

m) Atestado de frequência escolar dos filhos acima de 7 anos;

11.3 - Os documentos solicitados nos incisos "k", "l", "m" do item anterior (11.2) são necessários somente para, se for o caso, cadastramento do salário-família, não sendo obrigatórios para a contratação.

11.4 - A nomeação dar-se-á através de ato oficial e os nomeados terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do cargo junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos e habilitações exigidas.

11.5 - Caso o candidato nomeado para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de JOSE BOITEUX convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

11.6 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

## 12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

12.1 - O prazo de validade do CONCURSO PÚBLICO ao qual se refere este Edital será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

## 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será eliminado do CONCURSO PÚBLICO o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público, de acordo com a legislação vigente.

Jose Boiteux/SC, 17 de maio de 2011.  
ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

ANEXO I

REQUERIMENTO



Condição especial para REALIZAÇÃO de provas \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade n.º \_\_\_\_\_, inscrito no CONCURSO PÚBLICO n.º 001/2011 – PREFEITURA MUNICIPAL JOSE BOITEUX - SC residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme item 4 do presente Edital:

(Assinale a sua opção)

1) ( ) Prova Ampliada

Fonte n.º \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

2) ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

3) ( ) Leitura de Prova:

4) ( ) Outra Necessidade:

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos. Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

(local e data)

Assinatura do Requerente

## ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSE BOITEUX  
FICHA DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

N.º DE INSCRIÇÃO		(PARA USO DA COMISSÃO)
Nome do Candidato:		
Cargo Pretendido:		
FILIAÇÃO		
Pai:		
Mãe:		
Data do Nascimento:		
E-mail:		
Naturalidade:	Estado: SC	
N.º filhos:	Sexo:	Estado Civil:
Endereço Residencial:	Nº:	
Cidade:	Estado: SC	
CPF N.º	Fone:	
Carteira de Identidade:	Órgão Expedidor.:	
Deficiente:	Sim ( )	
Não ( x )	Tipo:	

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos anexo, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Concurso Público nº 001/2011 e todas disposições nele contidas.

Jose Boiteux /SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

Assinatura do Candidato	Assinatura do recebedor/responsável
-------------------------	-------------------------------------

## ANEXO III PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

### Português

- Fonologia: encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica, prosódia, ortografia, acentuação;
- Morfologia: estrutura e formação das palavras, classes de palavras;
- Síntaxe: termos da oração, período composto, conceito e classificação das orações, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, pontuação;
- Semântica: significação das palavras no texto;
- Interpretação de texto.

Obs.: As questões serão formuladas utilizando as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa vigentes a partir de 1º de janeiro de 2009.

### Matemática

- Conjunto dos números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão;
- Propriedades, comparação;
- Expressões numéricas;
- Teoria dos números: pares, ímpares, múltiplos, divisores, primos, compostos, fatoração, divisibilidade, MMC/MDC;
- Conjunto de números racionais: frações ordinárias e decimais, adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação; simplificação e ordem;
- Conjunto de números inteiros relativos; propriedades/comparação; adição, subtração, multiplicação e divisão.
- Matemática Financeira: razão/proporção; regra de três simples; porcentagem e juros.

### Conhecimentos Gerais (Cultura Geral e Cidadania)

- Fatos históricos, geográficos econômicos e políticos do Município de JOSÉ BOITEUX, tais como: limites, ocupação, exploração, população, produção agrícola, comercial e industrial, composição dos poderes Executivo e Legislativo.
- Fatos históricos, geográficos econômicos e políticos do Estado e País;
- Atualidades envolvendo questões sobre meio ambiente, campanhas preventivas e educativas, arte e cultura.
- Tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas, tais Como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, e suas vinculações históricas.

### Conhecimentos Específicos

- Saúde pública e saneamento básico;
- Endemias e epidemias;
- Noções básicas das seguintes endemias:
- Dengue,
- Esquistossomose,
- Leishmaniose,
- Leptospirose;

- Prevenção primária das endemias acima citadas;
- Classificação dos agentes transmissores e causadores das endemias acima citadas;
- Combate aos agentes transmissores das endemias acima citadas, conforme estratégias e normas vigentes do Ministério da Saúde;
- Visitas domiciliares e aos pontos estratégicos: fiscalização para a promoção e preservação da saúde da comunidade, papel do agente na educação ambiental e saúde da população.
- Saúde como dever do estado.
- Saúde como direito social.
- Noções básicas sobre o SUS.
- Entendimento sobre a participação da comunidade na gestão do SUS.
- As atribuições do agente comunitário de saúde.
- A participação do agente comunitário de saúde a grupos específicos.
- Promoção da saúde: conceito e estratégias.
- Formas de aprender e ensinar em educação popular, Cultura popular e sua relação com processos educativos.
- Pessoas portadoras de necessidades especiais: abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direitos legais.
- Saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso.
- Estatuto da criança e do adolescente e do idoso.
- Noções de ética e cidadania.

#### PARA O CARGO DE MÉDICO - PSF

##### Língua Portuguesa

- Compreensão e interpretação de textos;
- Tipologia textual;
- Ortografia oficial;
- Acentuação gráfica;
- Emprego da Estrutura, formação e classes de palavras;
- Emprego do sinal indicativo de crase;
- Sintaxe da oração e do período;
- Pontuação;
- Concordância nominal e verbal;
- Regência verbal e nominal.
- Significação literal e contextual de vocábulos.
- Análise sintática: sujeito, termos ligados ao nome e termos ligados ao verbo.
- Redação oficial: formas de tratamento, tipos de discursos e correspondência oficial.

Obs.: As questões serão formuladas utilizando as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa vigentes a partir de 1º de janeiro de 2009.

##### Matemática

- Números: naturais, inteiros, racionais e reais;
  - Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação;
  - Divisibilidade: Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum;
  - Números fracionários e números decimais, dízimas periódicas;
  - Média aritmética simples e ponderada;
  - Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; Equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas
  - Razão e proporção; Regra de três simples e composta;
  - Porcentagem; Juros;
  - Probabilidade;
  - Equações do 2º grau;
  - Medidas de tempo, comprimento, massa, área e capacidade;
  - Conversão de unidades; Progressões: aritméticas e geométricas.
- Análise combinatória: contagem e fatorial, permutação, arranjo, combinação, binômio de Newton e noções de probabilidade. Matrizes, determinantes e sistemas lineares.
- Funções: algébrica, logarítmica, exponencial e trigonométrica.
  - Geometria: sólidos, polígonos, círculos, proporcionalidade,

- congruência, semelhança, perímetro e área de figuras planas; Volumes; Triângulos: relações no triângulo retângulo. geometria plana e espacial;
- Juros simples e compostos. Moeda, câmbio, títulos e valores.
- Noções de Estatística: gráficos e tabelas, média, moda, mediana e desvio-padrão.

#### Conhecimentos Gerais (Cultura Geral e Cidadania)

- Políticas públicas;
- Legislação pública;
- Legislação do servidor público;
- Composição, atuação e responsabilidades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Legislação: a) Constituição Federal; b) Constituição Estadual - SC, c) Lei Orgânica do Município de JOSÉ BOITEUX; d) Lei de responsabilidade fiscal; e) Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de JOSÉ BOITEUX;
- Tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas, tais Como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, e suas vinculações históricas.
- Fundamentos históricos e geográficos do mundo, país, estado e município, tais como:
  - a) História do Brasil: República Velha (1889-1930); Revolução de 30 e Era Vargas (1930-1945); República Liberal Conservadora (1946-1964); Governos Militares 1964-1984); Brasil contemporâneo;
  - b) História de Santa Catarina: Revolução Farroupilha; República Juliana; Anita Garibaldi; Guerra do Contestado; Governos Estaduais;
  - c) Aspectos históricos do município;
  - d) O espaço mundial contemporâneo: países centrais e regiões periféricas; recentes mudanças no mundo atual; conflitos étnico-sociais; globalização; relações internacionais;
  - e) Formação econômico-social e espacial: dinâmica e estrutura da população; indicadores sócio-econômicos; atividades econômicas rurais e urbanas; complexos regionais; problemas sociais;
  - f) Desenvolvimento sustentável: problemas ambientais; ação governamental e da sociedade.
- Atualidades envolvendo questões sobre meio ambiente, segurança, campanhas preventivas e educativas, tecnologia, ecologia, política, economia, arte e cultura.

#### Conhecimentos Específicos

Noções sobre políticas de saúde no Brasil. Lei Orgânica da Saúde. Legislação sobre controle social na saúde. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Saúde da Família: Estratégia do Programa Saúde da Família; Modelos de Atenção a Saúde; Planejamento estratégico como instrumento de gestão e assistência; Sistema de Atenção Básica como instrumento de trabalho da equipe no Programa da Família. Legislação regulamentadora e normatizadora das respectivas profissões; Normas e Manuais Técnicos do Ministério da Saúde referentes a área de atuação.

Conhecimento Técnico-Científico: 1. Dor fisiopatologia. 2. Dor torácica. 3. Dor abdominal. 4. Cefaléias. 5. Dor lombar e Cervical. 6. Distúrbios da regulação térmica. 7. Calafrios e Febre. 8. Dores musculares, Espasmos, Câibras e Fraqueza muscular. 9. Tosse e hemoptise. 10. Dispnéia e edema pulmonar. 11. Edema. 12. Cianose, hipoxia e policitemia. 13. Hipertensão arterial. 14. Síndrome de choque. 15. Colapso e morte cardiovascular súbita. 16. Insuficiência cardíaca. 17. Insuficiência coronária. 18. Bradirritmias. 19. Taquiarritmias. 20. Cateterismo e Angiografia cardíaca. 21. Febre reumática. 22. Endocardite infecciosa. 23. Miocardiopatias e miocardites. 24. Infarto agudo do miocárdio. 25. Cor pulmonale. 26. Parada cardiorespiratória. 27. Constipação. 28. Diarréia e Distúrbios da função ano retal. 29. Aumento e perda de peso. 30. Hematêmese e melena. 31. Hepatite aguda e crônica. 32. Icterícia e



hepatomegalia. 33. Cirrose. 34. Distensão abdominal e ascite. 35. Coledocolitase. 36. Doenças do pâncreas. 37. Líquidos e eletrólitos. 38. Acidose e alcalose. 39. Anemias. 40. Hemorragia e trombose. 41. Biologia do envelhecimento. 42. Problema de saúde do idoso. 43. Diagnóstico e manuseio das afecções mais comuns da pessoa idosa. 44. Avaliação e diagnóstico das doenças infecciosas. 45. Diarréia infecciosa aguda e intoxicação alimentar. 46. Doenças sexualmente transmissíveis. 47. Síndrome de angustia respiratória do adulto. 48. Estado de mal asmático. 49. Doença pulmonar obstrutiva crônica. 50. Tromboembolismo pulmonar. 51. Insuficiência renal aguda. 52. Insuficiência renal crônica. 53. Glomerulopatias. 54. Obstrução das vias urinárias. 55. Lúpus eritematoso sistêmico. 56. Artrite reumatóide. 57. Doença articular degenerativa. 58. Artrite infecciosa. 59. Distúrbios da coagulação. Diabetes mellitus. 60. Doenças da tireóide. 61. Doenças vasculares cerebrais, traumatismo cranioencefálico e raquimedular. 62. Virose do sistema nervoso central: meningites e encefalites. 63. Coma. 64. Doenças ocupacionais. 65. Acidentes do trabalho. 66. Neoplasias. 67. Carências nutricionais.

Legislação: Sistema Único de Saúde (Lei 8.080 e 8.142); Programas de Saúde Públicas; Código de Ética; Lei do Exercício Profissional; Programação Pactuada Integrada (PPI); Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS), Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso e Resolução nº. 333/2003 do Conselho Nacional de Saúde.

Noções de Informática: Sistema operacional Windows. Noções do ambiente Microsoft Office (Power Point, Word e Excel). Conceitos relacionados à Internet. Navegadores. Correio eletrônico. Segurança da informação. Aplicativos do Windows, Banco de dados e sistemas de informações.

#### ANEXO IV

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL COORDENADORA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSE BOITEUX.

NOME CANDIDATO: \_\_\_\_\_

N.º. DE INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

- ( ) CONTRA a formulação das questões e quesitos;  
 ( ) CONTRA o indeferimento da inscrição;  
 ( ) CONTRA o resultado do gabarito provisório;  
 ( ) CONTRA a pontuação atribuída na classificação final;  
 ( ) CONTRA a classificação final.

REFERENTE PROVA:

N.º. da Questão: \_\_\_\_\_

Gabarito Oficial: \_\_\_\_\_

Resposta do Candidato: \_\_\_\_\_

Fundamentação do Recurso:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Obs: Preencher a máquina ou digitar e entregar este formulário em 2 (duas) vias, na Prefeitura Municipal de JOSE BOITEUX. Uma via será devolvida com protocolo.

Jose Boiteux/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

Assinatura do(a) Candidato(a)	Assinatura do Recebedor/Responsável
-------------------------------	-------------------------------------

#### ANEXO V

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

#### ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

CATEGORIA FUNCIONAL	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	
Exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal.	
DESCRIÇÃO DETALHADA	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar mapeamento de sua área adstrita;</li> <li>Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;</li> <li>Identificar os indivíduos e famílias expostas à situações de risco e identificar a área de risco;</li> <li>Orientar as famílias para a utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimentos médico e odontológico, quando necessário;</li> <li>Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, na área prioritária da Atenção Básica;</li> <li>Realizar por meio de visita domiciliar periódica, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;</li> <li>Estar sempre bem informado e informar aos demais membros da equipe sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situação de risco;</li> <li>Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;</li> <li>Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida;</li> <li>Traduzir para a USF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;</li> <li>Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe.</li> </ul>	
HABILITAÇÃO	Portador de Diploma de conclusão do Ensino Fundamental, e residir na área de atuação.

#### ANEXO VI

REQUERIMENTO ISENÇÃO PARA DOADORES DE SANGUE  
 (LEI Nº 10.567/97)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, candidato ao idioma \_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa do Concurso Público da Prefeitura Municipal de José Boiteux, conforme Lei nº 10.567/97.

Pede Deferimento.

José Boiteux, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

Assinatura do Requerente

## Lages

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Contratos Da 23ª Festa Nacional do Pinhão

O MUNICÍPIO DE LAGES - SC, TORNA PÚBLICO:

Contratos da 23ª Festa Nacional do Pinhão 2011.

CONTRATO N.º 23/2011 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES.

CONTRATADA: ECS - EMPRESA CATARINENSE DE SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.771.534/0001-23, com sede à Rua Fausto de Souza n.º 269 - Lages/SC.

VALOR: R\$ 135.600,00.

PRAZO: 30 DIAS

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n.º 01/2011, correlato ao Pregão Presencial n.º 01/2011, aberto em 03/03/2011 e homologado em 05/05/2011.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de vigilância e segurança de até 12.000 (doze) mil horas durante a 23ª Festa Nacional do Pinhão, a realizar-se de 16/06/2011 à 26/06/2011.

CONTRATO N.º 25/2011 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES.

CONTRATADA: LGP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.090.864/0001-77, com sede à Rua Hipólito Henrique Pfleger n.º 2889 - Biguaçu/SC - cep: 88.160-000 - fone: 48-32858000.

VALOR: R\$ 78.900,00.

PRAZO: 30 DIAS

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n.º 07/2011, correlato ao convite n.º 04/2011, aberto em 18/04/2011 e homologado em 12/05/2011.

Objeto: contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Sonorização, com fornecimento de material para a 23ª Festa Nacional do Pinhão.

CONTRATO N.º 26/2011 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES.

CONTRATADA: LGP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.090.864/0001-77, com sede à Rua Hipólito Henrique Pfleger n.º 2889 - Biguaçu/SC - cep: 88.160-000 - fone: 48-32858000.

VALOR: R\$ 41.900,00.

PRAZO: 30 DIAS

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n.º 06/2011, correlato ao convite n.º 03/2011, aberto em 18/04/2011 e homologado em 12/05/2011.

Objeto: contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de material, no Recanto do Pinhão.

Lages, 17 de maio de 2011.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito do Município de Lages

## Macieira

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Fundo Municipal de Saúde de Macieira. Aditamento n.º 2/2011. Contrato Administrativo n.º. 0002/2011. Processo licitatório n.º

0001/2011. Tomada de Preços n.º 0001/2011. Objeto: Acréscimo no valor do litro de gasolina comum, conforme alteração de valores do índice oficial do governo e notas fiscais. Contratada: AUTO POSTO GIUL LTDA. Prazo: 31/12/2011. Valor unitário com reajuste: R\$ 2,99.

Prefeitura Municipal de Macieira. Aditamento n.º 9/2011. Contrato Administrativo n.º. 0006/2011. Processo licitatório n.º 0001/2011. Tomada de Preços n.º 0001/2011. Objeto: Acréscimo no valor do litro de gasolina comum, conforme alteração de valores do índice oficial do governo e publicações. Contratada: AUTO POSTO GIUL LTDA. Prazo: 31/12/2011. Valor unitário com reajuste: R\$ 2,99.

Macieira, 04 de maio de 2011.

IANA SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente de Comissão

#### Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Processo Licitatório n.º 0005/2011. Pregão presencial n.º 0003/2011. Contrato Administrativo n.º 0012/2011. Objeto: Aquisição de equipamentos de uso geral na Secretaria Municipal de Saúde conforme especificações do anexo I do Edital. Contratada: CIRÚRGICA CLIMAZA COM. MAT. HOSP. LTDA ME. Prazo: 31/12/2011. Valor total do contrato: R\$ 6.307,00.

Prefeitura Municipal de Macieira. Processo Licitatório n.º 0005/2011. Pregão presencial n.º 0003/2011. Contrato Administrativo n.º 0013/2011. Objeto: Aquisição de equipamentos de uso geral na Secretaria Municipal de Saúde conforme especificações do anexo I do Edital. Contratada: CIRÚRGICA ERECHIN LTDA. Prazo: 31/12/2011. Valor total do contrato: R\$ 13.400,00.

Macieira, 09 de maio de 2011.

IANA SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

#### Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Processo Licitatório n.º 0020/2011. Pregão Presencial n.º 0011/2011. Contrato Administrativo n.º 0038/2011. Objeto: Aquisição de óleo lubrificante e detergente para manutenção da frota de veículos e máquinas das Secretarias Municipais conforme descrições do anexo I do Edital. Contratada: AUTO POSTO GIUL LTDA. Prazo: 31/12/2011. Valor total do Contrato: R\$ 19.805,00.

Macieira, 13 de maio de 2011.

IANA SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

#### Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Contrato Administrativo n.º 0039/2011. Objeto: CONTRATO DE RATEIO para realização de licitações compartilhadas, contratação de serviços de 200 horas máquinas. Contratada: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO. Valor: R\$ 8.400,00. Prazo: 30/06/2011.

Macieira, 13 de maio de 2011.

EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Publicação resumida**

PUBLICAÇÃO RESUMIDA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Processo Licitatório nº 0021/2011. Pregão presencial nº 0012/2011. Contrato Administrativo nº 0040/2011. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar na Linha Paiol da Pedra, conforme trajeto descrito no Contrato, para o ano letivo de 2011. Contratada: M.S. TRANSPORTES LTDA ME. Prazo: 31/12/2011. Valor por km rodado: 2,22. Total de km rodados por dia: 130 km/d.

Macieira, 18 de maio de 2011.  
IANA SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

## Reação de compras mês abril Saúde

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA**

Página: 1/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	abraçadeira	296	2,000	1,0000	2,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Filtro óleo	296	2,000	5,9000	11,80
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	LAMPADA	296	2,000	10,0000	20,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Mangueira	296	1,500	3,0000	4,50
CENTERMEDI COM DE PROD HOSPITALARES LTDA	Maleato de Enalapril 10 mg	247	2.000,000	0,0400	80,00
CENTERMEDI COM DE PROD HOSPITALARES LTDA	Metformina 500 mg	247	2.000,000	0,0680	136,00
CENTERMEDI COM DE PROD HOSPITALARES LTDA	Omeprazol 20 mg	247	3.000,000	0,0800	240,00
CIRÚRGICA ERECHIN LTDA	Aagulha 20/6 com 100	276	2,000	4,9300	9,86
CIRÚRGICA ERECHIN LTDA	Atadura Crepon nº 10 c/ 12 und	276	40,000	9,6400	385,60
CIRÚRGICA ERECHIN LTDA	Atadura Crepon nº 15 c/ 12 und	276	40,000	14,4700	578,80
CIRÚRGICA ERECHIN LTDA	Atadura Crepon nº12 c/ 12 und	276	40,000	11,5700	462,80
CIRÚRGICA ERECHIN LTDA	Atadura Crepon nº20 c/ 12 und	276	40,000	16,0700	642,80
CIRÚRGICA ERECHIN LTDA	Atadura Crepon nº6 c/ 12 und	276	40,000	4,8200	192,80
CIRÚRGICA ERECHIN LTDA	Atadura Crepon nº8 c/ 12 und	276	40,000	7,9100	316,40
CIRÚRGICA ERECHIN LTDA	Bolsa coletora de urina	276	8,000	4,9900	39,92
CIRÚRGICA ERECHIN LTDA	Comadre plástica capacidade para 02 litros	276	2,000	14,9000	29,80
CIRÚRGICA ERECHIN LTDA	Embalagem tubular para esterilização	276	6,000	77,9000	467,40
CIRÚRGICA ERECHIN LTDA	GLUATRALDEÍDO	268	10,000	29,0000	290,00
CIRÚRGICA ERECHIN LTDA	Lençol hospitalar papel 70 cm x 50 m	276	2,000	56,4300	112,86
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Agua sanitária	251	5,000	1,1900	5,95
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Amaciante embalagem de 2 litros	263	5,000	2,7400	13,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Bomba	263	1,000	11,0000	11,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Bomba para chimarrão	263	1,000	13,0000	13,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	CAFÉ	251	3,000	4,4900	13,47
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	CAFÉ	263	2,000	4,4900	8,98
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Corda	263	1,000	2,0000	2,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cuia média para chimarrão	263	1,000	18,9000	18,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Óleo de girassol	263	1,000	4,7000	4,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	PA SEXT. M 8 X 40	251	1,000	3,8000	3,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pilhas	269	8,000	0,5000	4,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pilhas palito	263	2,000	4,0000	8,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	VASSOURA	263	1,000	7,8000	7,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vinagre branco	263	8,000	1,0000	8,00
JK PNEUS LTDA	Pneu 185/65 R 14		12,000	148,0000	1.776,00
JK PNEUS LTDA	Pneu 205/75 R 16		8,000	360,0000	2.880,00
JOACABA PNEUS LTDA	Pneu 175/70 R 13		24,000	112,0000	2.688,00
JOACABA PNEUS LTDA	PNEU 215/75 R 16		8,000	344,0000	2.752,00
MACI FARMA LTDA ME	Beretim BC	270	2,000	17,5000	35,00
MACI FARMA LTDA ME	Diclofenaco gotas	270	1,000	8,0000	8,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA**

Página: 2/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MACI FARMA LTDA ME	Levofloxacino 500mg	270	2,000	60,0000	120,00
MACI FARMA LTDA ME	Naproxeno 50 mg comp	270	1,000	18,0000	18,00
MACI FARMA LTDA ME	Pantoprazol 40 mg comp	270	1,000	20,0000	20,00
MACI FARMA LTDA ME	Ritalina 10mg comp	270	2,000	20,0000	40,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	ARTICULAÇÃO	253	1,000	32,0000	32,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	Balanceamento	254	4,000	6,0000	24,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	FECHADURA	253	1,000	22,0000	22,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	Geometria	254	1,000	30,0000	30,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	MÃO DE OBRA	254	1,000	10,0000	10,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	MONTAGEM DE PNEU	254	4,000	5,0000	20,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	PA SEXT. M 6 X 20	253	2,000	3,0000	6,00
MECANICA ZAGO	abraçadeira	255	1,000	4,9800	4,98
MECANICA ZAGO	Amortecedor dianteiro	255	1,000	440,5800	440,58
MECANICA ZAGO	ARRUELA LISA FERRO M - 10	255	0,500	15,2500	7,63
MECANICA ZAGO	ARRUELA LISA FERRO M - 12	255	1,000	155,6000	155,60
MECANICA ZAGO	ARRUELA LISA FERRO M - 6	255	2,000	56,9500	113,90
MECANICA ZAGO	ARRUELA LISA FERRO M - 8	255	1,000	82,3000	82,30
MECANICA ZAGO	CABO FREIO MÃO	255	1,000	122,4000	122,40
MECANICA ZAGO	Coxim do motor	255	1,000	356,2100	356,21
MECANICA ZAGO	Fixar Suporte Motor	256	0,700	35,0000	24,50
MECANICA ZAGO	GRAXEIRA CURVA 5/16	255	1,000	82,0200	82,02
MECANICA ZAGO	GRAXEIRA RETA 5/16	255	1,000	4,5800	4,58
MECANICA ZAGO	JUNTA HAMOCINETA	255	1,000	259,9900	259,99
MECANICA ZAGO	Maçaneta	255	1,000	202,9000	202,90
MECANICA ZAGO	MÃO DE OBRA	256	2,000	35,0000	70,00
MECANICA ZAGO	Pa AX ACO MA 24X60	255	1,000	315,5800	315,58
MECANICA ZAGO	PA SEXT. M 6 X 30	255	1,000	82,3500	82,35
MECANICA ZAGO	Pastilha de freio DT	255	1,000	110,0000	110,00
MECANICA ZAGO	Presilha para forro das portas	255	30,000	2,2000	66,00
MECANICA ZAGO	Reparo	255	1,000	75,0000	75,00
MECANICA ZAGO	Rolamento cubo dianteiro	255	1,000	338,0000	338,00
MECANICA ZAGO	Serviço de terceiro	256	1,000	65,0000	65,00
MECANICA ZAGO	serviço eletrico	256	1,000	13,0000	13,00
MECANICA ZAGO	Suporte p/ motor	255	1,000	315,9700	315,97
MECANICA ZAGO	Troca de Pivô	256	0,500	35,0000	17,50
MECANICA ZAGO	Troca suporte motor dianterio	256	0,400	35,0000	14,00
MECANICA ZAGO	Troca suporte motor traseiro	256	1,000	35,0000	35,00
MECANICA ZAGO	Trocar Amortecedor	256	1,000	35,0000	35,00
MECANICA ZAGO	Trocar buchas e pivo	256	1,000	35,0000	35,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA**

Página: 3/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA ZAGO	Trocar Junta Homocinetica	256	2,000	35,0000	70,00
MECANICA ZAGO	Trocar maçanetas das portas	256	2,000	35,0000	70,00
MECANICA ZAGO	Trocar pastilhas de freio	256	1,000	35,0000	35,00
MECANICA ZAGO	Trocar rolamento cubo	256	1,000	35,0000	35,00
OILSON GEMELLI ME	Caixa de tacografo	284	1,000	30,0000	30,00
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTDA	Saco para lixo 15 litros	250	10,000	0,9900	9,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chá	252	5,000	1,8900	9,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg	264	2,000	3,4800	6,96
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidro	252	4,000	2,1900	8,76
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pano de limpeza	264	2,000	4,1900	8,38
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Rodo de borracha 40 cm	264	1,000	4,6900	4,69
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 litros pacote com 10	252	10,000	1,2900	12,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido	264	4,000	1,9900	7,96
TECNICARD LTDA ME	Balanceamento	249	2,000	5,0000	10,00
TECNICARD LTDA ME	Lâmpadas H 4	248	2,000	30,0000	60,00
TECNICARD LTDA ME	PA SEXT. M 8 X 20	248	1,000	5,0000	5,00
TECNICARD LTDA ME	PA SEXT. M 8 X 30	248	1,000	38,0000	38,00
TECNICARD LTDA ME	Pedra Mista	248	1,000	210,0000	210,00
TECNICARD LTDA ME	Solda	249	1,000	35,0000	35,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>18.739,63</b>

## Relação de compras mês abril Prefeitura

### ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 1/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	abraçadeira	857	1,000	1,2500	1,25
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	abraçadeira	857	2,000	1,0000	2,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Abraçadeira cinta	691	1,000	25,0000	25,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	BICO	857	1,000	1,5000	1,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	CHAVETA	687	2,000	3,5000	7,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Corrente	857	1,000	27,2000	27,20
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Emendas	857	1,000	12,0000	12,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Esguicho	857	1,000	6,5000	6,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	folha de lixa	758	5,000	1,0000	5,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Grão verde 500g	686	2,000	5,0000	10,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Lâmpada 100 Watts	857	3,000	2,4000	7,20
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Mangueira	857	2,000	3,0000	6,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Mangueira	857	20,000	1,5000	30,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Par de botas	687	1,000	29,5000	29,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Prego 17x27	758	1,000	6,5000	6,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Regulador	758	1,000	9,5000	9,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Thimer	691	5,000	7,5000	37,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Torneira	758	1,000	4,5000	4,50
AUTO ELITE LTDA	SERVO DO FREIO	715	1,000	322,2200	322,22
AUTO POSTO GIUL LTDA	Balde de óleo HD 46	739	1,000	198,0000	198,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Balde de óleo 10W	731	2,000	149,0000	298,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Bico de Engraxadeira	874	1,000	13,0000	13,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Camara de ar	704	1,000	10,0000	10,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	FILTRO DE AR	706	1,000	64,0000	64,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Filtro de carte	706	1,000	34,5000	34,50
AUTO POSTO GIUL LTDA	Filtro de carte	739	1,000	28,0000	28,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	filtro de diesel	705	1,000	17,0000	17,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	filtro de diesel	706	1,000	49,5000	49,50
AUTO POSTO GIUL LTDA	filtro de diesel	739	1,000	17,0000	17,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	FILTRO HIDR.	739	1,000	28,0000	28,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	filtro lubrificante	705	1,000	21,0000	21,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	LAMPADA	719	1,000	1,5000	1,50
AUTO POSTO GIUL LTDA	Óleo 15w40	706	8,000	11,0000	88,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Óleo 15w40	719	4,000	15,0000	60,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Óleo 15w40	730	2,000	165,0000	330,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Óleo 15w40	733	1,000	165,0000	165,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Óleo 68	759	10,000	128,0000	1.280,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Óleo 68	760	1,000	135,0000	135,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	ÓLEO 90	732	2,000	182,0000	364,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 2/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO POSTO GIUL LTDA	Óleo hidráulico balde	705	1,000	75,0000	75,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Palheta	684	1,000	25,0000	25,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	PNEU	704	1,000	30,0000	30,00
AUTOVIDRO E LAVAÇÃO CORDUVA LTDA	Conserto de vidro traseiro	869	1,000	180,0000	180,00
BECKERT TRATORES LTDA	Retentor	870	1,000	15,0000	15,00
BECKERT TRATORES LTDA	Retentor	870	1,000	10,0000	10,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Carretel	728	1,000	30,0000	30,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	FILTRO	728	1,000	12,0000	12,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	FILTRO DE AR	728	1,000	17,0000	17,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Fio liga e desliga	728	1,000	5,0000	5,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Juntas	728	1,000	27,0000	27,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	MÃO DE OBRA	729	1,000	95,0000	95,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	mola	728	1,000	4,0000	4,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Olhos fio	728	2,000	2,0000	4,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	PARAFUSOS	728	4,000	1,0000	4,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Roscas 5m	728	4,000	9,0000	36,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Tela filtro	728	1,000	3,0000	3,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Vela	728	1,000	10,0000	10,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Bateria	764	1,000	400,0000	400,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	BATERIA 60 AMPERES	866	1,000	149,0000	149,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Chave Seta	851	1,000	200,0000	200,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Faróis completos	851	2,000	250,0000	500,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	LAMPADA	851	2,000	15,0000	30,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	LAMPADA	851	10,000	1,0000	10,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	LAMPADA	853	10,000	1,0000	10,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	LAMPADA	855	6,000	2,0000	12,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	LAMPADA FAROL H7	851	2,000	30,0000	60,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Relê auxiliar	847	1,000	20,0000	20,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Serviço de instalação	848	1,000	80,0000	80,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Serviço de instalação	852	1,000	110,0000	110,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Serviço de instalação	854	1,000	30,0000	30,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Serviço de instalação	856	1,000	90,0000	90,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Serviço de socorro	848	1,000	120,0000	120,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Serviço de socorro	856	1,000	70,0000	70,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Sinaleiras	855	1,000	80,0000	80,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Suporte caixa	855	2,000	10,0000	20,00
CASA DO COMPUTADOR COM. DE EQUIP. DE INFO	Toner para impressora multifuncional	742	1,000	320,0000	320,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	ARRUELA LISA FERRO M - 10	703	1,000	19,5300	19,53
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	ARRUELA LISA FERRO M - 12	703	1,000	19,4800	19,48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 3/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	ARRUELA LISA FERRO M - 6	703	1,000	5,2800	5,28
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	ARRUELA LISA FERRO M - 8	703	1,000	10,0400	10,04
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	CADEADO 50MM	714	3,000	24,9000	74,70
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	GRAXEIRA CURVA 1/2	714	6,000	1,8200	10,92
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	GRAXEIRA CURVA 1/4	714	6,000	1,4300	8,58
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	GRAXEIRA CURVA 5/16	714	6,000	1,2700	7,62
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	GRAXEIRA CURVA 7/16 / 90	714	6,000	1,5300	9,18
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	GRAXEIRA CURVA 7/16 / 90	714	6,000	1,6100	9,66
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	GRAXEIRA RETA 1/2	714	24,000	1,3000	31,20
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	GRAXEIRA RETA 3/8	714	24,000	0,6000	14,40
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	GRAXEIRA RETA 5/16	714	24,000	0,7500	18,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	GRAXEIRA RETA 7/16	714	24,000	1,7300	41,52
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	Pa AX ACO MA 24X60	714	0,040	795,3600	31,81
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	PA SEXT. M 6 X 20	703	1,000	29,0500	29,05
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	PA SEXT. M 6 X 30	703	1,000	37,9100	37,91
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	PA SEXT. M 8 X 20	703	1,000	40,5800	40,58
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	PA SEXT. M 8 X 30	703	1,000	51,0900	51,09
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	PA SEXT. M 8 X 40	703	1,000	67,9200	67,92
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Fossa séptica	689	1,000	95,0000	95,00
CONCRETOS CRUZEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO L	Tubo de concreto com 100 cm de diâmetro		18,000	269,0000	4.842,00
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - ME	Bola de Borracha	707	12,000	5,0000	60,00
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - ME	Bola de futsal 32G SV vinil	707	3,000	36,0000	108,00
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - ME	Bola futsal barex 220-225	707	5,000	48,0000	240,00
DINIZ ANTONIO MARCHINHACKI - ME	Colete esporte pandora	707	21,000	12,0000	252,00
DISBRAPLAC LTDA	Conjunto com 2 lixeiras monobloco 80 litros	785	3,000	250,0000	750,00
DISBRAPLAC LTDA	Lixeira monobloco 80 litros	785	6,000	160,0000	960,00
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Armação c/ 3 roldanas g cada	721	2,000	21,5000	43,00
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Arruelas I	721	3,000	0,8000	2,40
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Barra de aterramento	721	2,000	10,0000	20,00
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Barras de eletrodos de I	721	3,000	6,5000	19,50
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Buchas I	721	3,000	0,8000	2,40
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Cintos Zincados	721	8,000	2,0000	16,00
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Curvas 180° de I	721	4,000	1,1000	4,40
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Cx de luz bifásica	721	1,000	89,0000	89,00
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Disjuntor 50A	721	1,000	9,5000	9,50
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Filetes de massa p/ calafetar	721	5,000	0,2300	1,15
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Fio 10mm preto e azul	721	76,000	3,1000	235,60
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Fio verde 10mm	721	5,000	3,0000	15,00
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Luvas I	721	6,000	0,6500	3,90

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 4/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Mangueira p/ relógio	721	1,000	1,1500	1,15
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Parafusos p/ prender roldanas	721	4,000	5,0000	20,00
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Poste de concreto padrão	721	1,000	280,0000	280,00
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Relógio agua - medidor de água	721	1,000	129,0000	129,00
ELÉTRICA PRIMOS DM LTDA ME	Terminal terra bifásico	721	1,000	5,2500	5,25
ELETRO MECANICA FARENZENA LTDA ME	Ferro	863	1,000	19,0000	19,00
ELETRO MECANICA FARENZENA LTDA ME	MÃO DE OBRA	864	1,000	15,0000	15,00
FLORKAR MAQ E EQUIP LTDA	Palheta	859	4,000	18,0000	72,00
FM PNEUS LTDA	Recauchutagem pneu 1.000 - R 20 Borrachudo		16,000	384,5000	6.152,00
FM PNEUS LTDA	Recauchutagem pneu 1.100 R 22 Borrachudo		2,000	421,0000	842,00
FM PNEUS LTDA	Recauchutagem Pneu 185 R14 Borrachudo		16,000	125,0000	2.000,00
FM PNEUS LTDA	Recauchutagem pneu 215/75 R 17,5 Borrachudo		12,000	226,0000	2.712,00
FM PNEUS LTDA	Recauchutagem pneu 275/80 R 22,5 - borrachudo		4,000	386,0000	1.544,00
FM PNEUS LTDA	Recauchutagem pneu 750x16 Borrachudo		8,000	211,9000	1.695,20
GODINHO RECAPADORA DE VEÍCULOS LTDA	Conserto de pára-choque	688	1,000	380,0000	380,00
IRRIGASOLO SIST. IRRIG LTDA	Cubo de carreta	861	1,000	180,0000	180,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Alface	867	117,000	0,9000	105,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Balde	868	1,000	2,0000	2,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Botões p/ roupa	868	10,000	0,4000	4,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caqui	867	10,000	1,2000	12,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cebolinha	867	2,000	4,0000	8,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fita mimosa	868	3,000	3,0000	9,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	LEITE CONDENSADO	868	2,000	2,7500	5,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leiteira	868	1,000	12,0000	12,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	LIXA	868	2,000	1,0000	2,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pacote de bombom	868	1,000	22,0000	22,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Palito de dente	868	5,000	0,3000	1,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	PAPEL A4 C/ 500 FLS	757	6,000	110,0000	660,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pcote de bala	868	2,000	4,9000	9,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Relógio de parede	868	1,000	16,8000	16,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	SALSINHA	867	2,000	4,0000	8,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de pelo	868	2,000	8,0000	16,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Balão - pacote com 50 unidades	862	2,000	3,9000	7,80
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	CADERNO DE LINGUAGEM	862	40,000	0,7500	30,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Cola Gliter a crilex	862	3,000	9,0000	27,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Cola quente	862	4,000	0,5000	2,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Durex	862	2,000	0,5000	1,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	EVA g	862	10,000	1,8000	18,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	EVA p	862	27,000	1,4000	37,80



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 5/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Fita Crepe marom	862	6,000	7,0000	42,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Lápis de cor grande - cx com 12 unidades	862	8,000	3,3000	26,40
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	LAPIS PRETO	862	50,000	0,5000	25,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	LAPIS PRETO	862	1,000	30,0000	30,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Lápis de cor - p	862	2,000	2,2500	4,50
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Matriz álcool cx com 100 unidades	862	1,000	45,0000	45,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Matriz álcool cx com 100 unidades	862	10,000	0,4500	4,50
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Papel celafone	862	13,000	0,8000	10,40
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Papel contact transparente	862	6,000	4,5000	27,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Papel dobradura	862	10,000	0,3000	3,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Papel dupla face	862	5,000	0,6000	3,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Papel Seda	862	23,000	0,5000	11,50
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Papel Vergê	862	4,000	22,5000	90,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Pincel p/ quadro branco	862	4,000	2,9000	11,60
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Régua 30 cm	862	30,000	0,3000	9,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Tinta guache - cx com 6 cores 15 ml cada	862	1,000	3,4000	3,40
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Tinta guache - cx com 6 cores 15 ml cada	862	1,000	2,0000	2,00
KLOTZ MAT DE CONSTRUÇOES LTDA ME	Tubo de concreto com 20 cm de diâmetro		10,000	19,3000	193,00
KLOTZ MAT DE CONSTRUÇOES LTDA ME	Tubo de concreto com 30 cm de diâmetro		25,000	27,3000	682,50
KLOTZ MAT DE CONSTRUÇOES LTDA ME	Tubo de concreto com 40 cm de diâmetro		160,000	32,5000	5.200,00
KLOTZ MAT DE CONSTRUÇOES LTDA ME	Tubo de concreto com 60 cm de diâmetro		15,000	70,0000	1.050,00
LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA	Óleo 68	713	2,000	119,0000	238,00
LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA	Óleo p/ motor	713	1,000	150,0000	150,00
MANENTI & CIA LTDA	Vidro 7,5 / 63,5	681	1,000	25,0000	25,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Braçadeira do estabilizador e borracha	889	2,000	48,0000	96,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Grampo de mola traseiro	889	4,000	25,0000	100,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Pino de centro dianteiro	889	4,000	10,0000	40,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Pino de centro traseiro	889	4,000	10,0000	40,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	abraçadeira	740	1,000	3,5000	3,50
MECANICA DE BASTIANI LTDA	Barra de direção	740	1,000	79,0000	79,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	Bomba d' agua	740	1,000	69,0000	69,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	Correia Dentada	740	1,000	39,0000	39,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	COXIM	740	2,000	5,0000	10,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	Geometria	741	1,000	30,0000	30,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	junta	740	2,000	5,0000	10,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	MÃO DE OBRA	690	1,000	30,0000	30,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	MÃO DE OBRA	741	2,000	30,0000	60,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	MÃO DE OBRA	741	13,000	30,0000	390,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	Oleo Promax	740	1,000	16,0000	16,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 6/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA DE BASTIANI LTDA	PARAFUSO	740	3,000	3,0000	9,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	Rolamento Tensor	740	1,000	72,0000	72,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	Solda	741	1,000	20,0000	20,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	Solda	741	1,000	50,0000	50,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	Terminal de direção	740	1,000	35,0000	35,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Flexinel	755	1,000	97,0000	97,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA	756	1,000	88,0000	88,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Óleo	755	2,500	15,2000	38,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Serviço de socorro	756	1,000	50,0000	50,00
MECANICA ZAGO	2ª mola dianteira	846	1,000	349,9500	349,95
MECANICA ZAGO	Aneis Motor cummins	678	6,000	78,2700	469,62
MECANICA ZAGO	Anel trava pino	745	4,000	3,9500	15,80
MECANICA ZAGO	Aranha trava trás. F1000	745	2,000	4,8500	9,70
MECANICA ZAGO	Arruela ajuste eixo	745	4,000	3,9000	15,60
MECANICA ZAGO	Arruela cônica cobre	745	6,000	0,9200	5,52
MECANICA ZAGO	Arruela eixo carter engatar	745	5,000	2,6500	13,25
MECANICA ZAGO	Bucha de mola direita	743	1,000	18,1200	18,12
MECANICA ZAGO	Bucha eixo freio	745	1,000	3,8500	3,85
MECANICA ZAGO	Catraca freio	745	2,000	98,9900	197,98
MECANICA ZAGO	Catraca freio manual	745	1,000	110,6300	110,63
MECANICA ZAGO	Contra pino 2x40 960 3 40	745	4,000	0,5200	2,08
MECANICA ZAGO	Diafragma da cuica	745	2,000	12,2500	24,50
MECANICA ZAGO	Embuchamento viga	679	0,600	387,5000	232,50
MECANICA ZAGO	Embuchar traseiro	754	4,000	35,0000	140,00
MECANICA ZAGO	Filtro de água	678	1,000	45,2000	45,20
MECANICA ZAGO	Graxa tutela jola MP-2	745	1,000	14,1500	14,15
MECANICA ZAGO	Junta Coletor	678	6,000	7,8000	46,80
MECANICA ZAGO	Junta coletor admissão	678	1,000	22,9500	22,95
MECANICA ZAGO	Junta de cabeçote	678	1,000	179,9500	179,95
MECANICA ZAGO	Junta Tampa Válvula	678	6,000	14,8500	89,10
MECANICA ZAGO	Kit reparo eixo	745	2,000	86,4000	172,80
MECANICA ZAGO	Mancal bucha eixo	745	2,000	46,8500	93,70
MECANICA ZAGO	Mola auxiliar patim carreta	745	2,000	5,6500	11,30
MECANICA ZAGO	Mola Cuica dupla estacionário	745	2,000	48,3200	96,64
MECANICA ZAGO	MOLA MESTRE	717	1,000	107,2300	107,23
MECANICA ZAGO	MOLA MESTRE	846	1,000	355,9500	355,95
MECANICA ZAGO	Mola patim freio volks	745	2,000	27,0000	54,00
MECANICA ZAGO	Para brisa dianteira micro	745	1,000	435,5000	435,50
MECANICA ZAGO	Para brisa dianteira micro	745	1,000	445,0000	445,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 7/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA ZAGO	Parafuso desativador mola cuíca freio 24x30/30x30	745	1,000	19,5300	19,53
MECANICA ZAGO	Pino de centro 12x12 cabeça baixa	846	1,000	10,5200	10,52
MECANICA ZAGO	Pino de centro 12x6 cabeça baixa 8.8	846	1,000	8,5600	8,56
MECANICA ZAGO	Porca carcaça cubo	745	4,000	18,2100	72,84
MECANICA ZAGO	Posca lisa 12mm	846	2,000	0,8500	1,70
MECANICA ZAGO	Prato acentro mola cuíca	745	2,000	68,5400	137,08
MECANICA ZAGO	Retentor	745	2,000	12,7800	25,56
MECANICA ZAGO	Revisar cubo	754	1,000	35,0000	35,00
MECANICA ZAGO	Revisar cúicas	754	3,000	35,0000	105,00
MECANICA ZAGO	ROLAMENTO	743	1,000	80,1900	80,19
MECANICA ZAGO	Rolamento cubo trás.	745	1,000	96,9500	96,95
MECANICA ZAGO	Serviço colocação de vidros	754	1,000	240,0000	240,00
MECANICA ZAGO	Serviço de cabeçote motor	679	1,000	202,5200	202,52
MECANICA ZAGO	Serviço de torno	754	1,000	105,0000	105,00
MECANICA ZAGO	Trocar catraca	754	0,750	35,0000	26,25
MECANICA ZAGO	Trocar catraca de freio	754	1,000	35,0000	35,00
MECANICA ZAGO	Trocar Rolamento cubo externo	754	1,000	36,0000	36,00
MH MANUTENÇÃO MECÂNICA E HIDRÁULICA LTDA	ELETRODO	762	10,000	4,2000	42,00
MH MANUTENÇÃO MECÂNICA E HIDRÁULICA LTDA	Eletrodo 48 x 2,5	762	36,000	1,6000	57,60
MH MANUTENÇÃO MECÂNICA E HIDRÁULICA LTDA	MÃO DE OBRA	763	16,000	40,0000	640,00
NOVA ERA COMUNICACAO VISUAL	Adesivo	738	4,000	31,6500	126,60
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Reparo	680	1,000	600,0000	600,00
PEDREIRA KLOTZ LTDA	Brita	744	10,000	40,0000	400,00
PEDREIRA KLOTZ LTDA	Brita	865	14,000	35,0000	490,00
PEDREIRA KLOTZ LTDA	Brita	865	13,000	35,0000	455,00
PEDREIRA KLOTZ LTDA	Pedra britada nº 1 ou 19 mm		120,000	60,0000	7.200,00
PEDREIRA KLOTZ LTDA	Pedra Mista	692	20,600	30,0000	618,00
PEDREIRA KLOTZ LTDA	Pedra pó de brita	685	10,000	50,0000	500,00
POSTO SERIBA	Óleo 15w40	702	1,000	165,0000	165,00
RECAUCHUTADORA RODA LTDA	Recauchutagem pneu 1.400 x 24		8,000	975,0000	7.800,00
RECAUCHUTADORA RODA LTDA	Recauchutagem pneu 12 - 4 x 24		2,000	588,0000	1.176,00
RECAUCHUTADORA RODA LTDA	Recauchutagem pneu 12 x 16,5		2,000	563,0000	1.126,00
RECAUCHUTADORA RODA LTDA	Recauchutagem pneu 14 - 9 x 24		2,000	834,0000	1.668,00
RECAUCHUTADORA RODA LTDA	Recauchutagem pneu 18.4-34		2,000	1.185,0000	2.370,00
RECAUCHUTADORA RODA LTDA	Recauchutagem pneu 19.5-24		2,000	1.283,0000	2.566,00
SALTONET COM. MAT. P/ INFORMÁTICA LTDA	Fita auto adesiva 50 metros	720	12,300	2,9000	35,67
SALTONET COM. MAT. P/ INFORMÁTICA LTDA	Fita Transparente	720	1,000	3,2000	3,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cestas de Páscoa	723	400,000	3,5000	1.400,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Material de limpeza	737	1,000	101,0000	101,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 8/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
TECNICARD LTDA ME	Amortecedor dianteiro	735	2,000	248,0000	496,00
TECNICARD LTDA ME	Bandeja direita	735	1,000	325,0000	325,00
TECNICARD LTDA ME	Bandeja esquerda	735	1,000	325,0000	325,00
TECNICARD LTDA ME	Barra axial	735	1,000	35,0000	35,00
TECNICARD LTDA ME	bucha mola dianteira	735	1,000	14,0000	14,00
TECNICARD LTDA ME	CABO FREIO MÃO	735	2,000	136,0000	272,00
TECNICARD LTDA ME	CHAVE DE IGNIÇÃO	735	1,000	160,0000	160,00
TECNICARD LTDA ME	Cilindro de freio	735	2,000	107,0000	214,00
TECNICARD LTDA ME	Coifa	735	1,000	50,0000	50,00
TECNICARD LTDA ME	Correia	735	1,000	80,0000	80,00
TECNICARD LTDA ME	Coxim cambio	735	1,000	120,0000	120,00
TECNICARD LTDA ME	Coxim do amortecedor esquerdo	735	1,000	147,0000	147,00
TECNICARD LTDA ME	Coxim do amortecedor direito	735	1,000	147,0000	147,00
TECNICARD LTDA ME	CUBO TRASEIRO	735	2,000	88,0000	176,00
TECNICARD LTDA ME	Disco de freio	735	2,000	72,0000	144,00
TECNICARD LTDA ME	FILTRO DE AR	735	1,000	18,0000	18,00
TECNICARD LTDA ME	Filtro de combustível	735	1,000	18,0000	18,00
TECNICARD LTDA ME	Filtro de óleo	735	1,000	15,0000	15,00
TECNICARD LTDA ME	Geometria	736	1,000	30,0000	30,00
TECNICARD LTDA ME	junta	735	1,000	30,0000	30,00
TECNICARD LTDA ME	Kit barra estabilizadora	735	2,000	20,0000	40,00
TECNICARD LTDA ME	Kit estabilizador	735	2,000	16,0000	32,00
TECNICARD LTDA ME	Kit Guarda e batente	735	2,000	50,0000	100,00
TECNICARD LTDA ME	Limpeza de valvula	736	1,000	55,0000	55,00
TECNICARD LTDA ME	MÃO DE OBRA	736	1,000	450,0000	450,00
TECNICARD LTDA ME	Óleo semi sintetico	735	3,000	17,0000	51,00
TECNICARD LTDA ME	Pastilha de freio	735	1,000	60,0000	60,00
TECNICARD LTDA ME	PINO	735	1,000	35,0000	35,00
TECNICARD LTDA ME	Pivo	735	2,000	35,0000	70,00
TECNICARD LTDA ME	Reparo	735	1,000	25,0000	25,00
TECNICARD LTDA ME	Rolamento da roda dianteira	735	2,000	81,0000	162,00
TECNICARD LTDA ME	Sapata	735	1,000	75,0000	75,00
TECNICARD LTDA ME	Solda	736	1,000	80,0000	80,00
TECNICARD LTDA ME	Tambor de freio	735	2,000	85,0000	170,00
TECNICARD LTDA ME	Vacuum System	735	1,000	5,0000	55,00
TECNICARD LTDA ME	Vela de ignição	735	4,000	11,0000	44,00
TRANSRIO CAMINHÕES, ONIBUS, MÁQUINAS E MO	MÃO DE OBRA	850	1,000	201,6000	201,60
TRANSRIO CAMINHÕES, ONIBUS, MÁQUINAS E MO	Óleo	849	1,000	440,0000	440,00
TRANSRIO CAMINHÕES, ONIBUS, MÁQUINAS E MO	Óleo de Caixa	872	9,000	9,6400	86,76

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 9/9

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
TRANSRIO CAMINHÕES, ONIBUS, MÁQUINAS E MO	Óleo Diferencial	872	12,000	9,9700	119,64
UNIDAS S/A IND COM	Cantoneira 3.8 grossura 2p de largura 2,5 comprimento	761	1,000	66,0000	66,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					81.165,73

**Publicação resumida**

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Processo Licitatório nº 0018/2011. Pregão Presencial nº 0010/2011. Contrato Administrativo nº 0037/2011. Objeto: Aquisição de pedra britada nº 01 para uso na conclusão de drenagem na Rua Dona Maria Mendes, na sede do município conforme laudo em anexo e descrições do anexo I do Edital, através de convênio nº 09160/2010-0. Contratada: PEDREIRA KLOTZ LTDA. Prazo: 18/10/2011. Valor total do contrato: R\$ 7.200,00.

Macieira, 11 de abril de 2011.  
IANA SPANHOLLO ABRAÃO  
Presidente de Comissão

## Massaranduba

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Lei Nº 1285/2011**

LEI Nº 1285/2011

Concede auxílio financeiro para transporte escolar de estudantes universitários e de cursos técnicos de nível médio profissionalizante do Município de Massaranduba.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Município de Massaranduba prestará auxílio financeiro intitulado "BOLSA TRANSPORTE" aos estudantes de ensino superior e ensino médio profissionalizante, na forma da presente lei.

Parágrafo Único Serão beneficiados pela presente Lei todos os estudantes que residirem no município de Massaranduba e que não possuírem diploma de outra graduação, exceto licenciatura de curta duração.

Art. 2º O valor do benefício concedido a qualquer aluno que comprove matrícula e frequência em cursos de 3º grau e cursos de ensino médio profissionalizante, em outros municípios da região, será de 50% (cinquenta por cento) do valor gasto com o transporte escolar tomando como ponto de partida o centro de Massaranduba.

§ 1º Para inscrição do estudante no auxílio integral da bolsa 100% (cem por cento), deverá comprovar renda familiar igual ou inferior a 5 (cinco salários mínimos) vigentes no Estado de Santa Catarina.

§ 2º Para concessão do benefício disposto no §1º, o estudante deverá atingir os critérios do cálculo base 500 (quinhentos), apresentado no IC (índice de carência) disposto no item 4 do Edital de Inscrição, anexo ao presente.

§ 3º Vetado

Art. 3º O benefício objeto desta Lei será concedido aos alunos matriculados em cursos nos seguintes municípios:

- I - Blumenau
- II - Guaramirim
- III - Jaraguá do Sul
- IV - Joinville

Parágrafo único Para usufruir do benefício, o estudante deverá deslocar-se para a Universidade ou Escola Técnica através do transporte posto a disposição pela Prefeitura ou empresa terceirizada vencedora de processo licitatório, homologado para este fim.

Art. 4º A avaliação do índice Inicial de Carência dos beneficiários do Bolsa Transporte ficará a cargo da Comissão de Transporte Escolar, nomeada pelo chefe do Poder Executivo que exigirá do aluno, dentre outros:

I - a comprovação de:

- a) renda familiar mensal;
- b) situação de desemprego do aluno e/ou responsável legal;
- c) gastos familiares mensais com habitação e educação;
- d) gastos pessoais mensais com transporte até o centro da cidade;
- e) gastos familiares mensais com tratamento de doença crônica;
- f) ser a primeira graduação de nível superior cursada pelo aluno, desconsideradas para esse fim as de licenciatura curta, ou curso de ensino médio profissionalizante de nível Médio;
- g) aproveitamento escolar no semestre letivo antecedente com, no mínimo, 80% de frequência e desempenho.

II - a apresentação de:

- a) declaração de imposto de renda do aluno, do responsável legal e dos que integrem a renda familiar ou negativa da Receita Federal;
- b) documentos de identificação dos membros do grupo familiar, dele economicamente dependentes;
- c) cópia do ato constitutivo/alterações e balanço financeiro da empresa, se empresário ou dependente deste;
- d) em caso de dependência econômica, declaração de valor, em moeda corrente, lavrada por sindicato de trabalhadores rurais ou entes afins, da média de produção de agricultor ou pescador;
- e) requerimento do aluno pretendente que justifique o pedido do Bolsa Transporte.

§1º A comissão de transporte escolar será composta pelos seguintes integrantes:

- I - o Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
- II - o Secretário de Administração e Finanças;
- III - 01 (um) Representante do Poder Legislativo Municipal;
- IV - 01 (um) Assistente Social;
- V - 01 (um) Representante da classe de estudantes.

§ 2º A comissão de transporte escolar publicará no site e mural interno da prefeitura municipal de Massaranduba, a relação dos beneficiados contendo os percentuais aos mesmos deferidos.

Art. 5º Todos os alunos beneficiados com o Bolsa Transporte deverão, a critério da Administração Municipal e de acordo com a necessidade, comprometer-se a participar de 10h (dez horas) semestrais em programas, atividades e projetos sociais, com visão educativa, propostos pela prefeitura ou entidades sem fins lucrativos.

Art. 6º O aluno, beneficiado por qualquer das modalidades de atendimento previstas nesta Lei que falsificar documentos ou falsear informações, além de perder o benefício que lhe foi deferido, ressarcirá os valores indevidamente recebidos e ficará automaticamente impedido de candidatar-se a futuras inscrições, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.

Parágrafo Único A Comissão de Transporte Escolar verificando fraude ou falsificação nas informações ou nos documentos fornecidos pelo aluno candidato a um dos benefícios, encaminhará cópia de processo interno à Controladoria, que, após confirmar a veracidade dos fatos, o remeterá ao Ministério Público e à autoridade



policial competente, para os procedimentos legais cabíveis.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se integralmente as Lei nº 647/1998 e 770/2001.

Paço Municipal de Massaranduba em, 17 de Maio de 2011.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretario de Administração e Finanças.

ANEXO ÚNICO  
EDITAL Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Dispõe sobre as inscrições para o Programa de Bolsa Transporte para o \_\_\_\_º semestre de \_\_\_\_.

O Prefeito Municipal DE MASSARANDUBA, no uso de suas atribuições torna público que estarão abertas as inscrições à Bolsa Transporte, para o \_\_\_\_ semestre de \_\_\_\_, de acordo com o que estabelece o presente Edital.

## 1. DA INSCRIÇÃO

Poderão inscrever-se no Programa Transporte Escolar os alunos que:

- I. Não possuem diploma de outra graduação, exceto se este se referir ao de Licenciatura Curta.
- II. Possuem renda familiar igual ou inferior a cinco salários mínimos.
- III. Alcançarem 80% de aprovação nas disciplinas cursadas no semestre anterior.
- IV. Estejam regularmente matriculados em cursos de graduação ou cursos de nível Médio Profissionalizantes.

### 1.1 DO PRAZO DAS INSCRIÇÕES

1.1.1 As inscrições estarão abertas no período de \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_, através de formulário eletrônico disponível no site [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

1.1.2 No período estabelecido no item 1.1.1 o acadêmico interessado deverá preencher e imprimir o formulário de inscrição.

1.1.2.1 Ao fazer a inscrição no cadastro, o acadêmico está declarando ter lido, compreendido e aceito as condições contidas neste Edital, como também na Lei nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_, que constitui parte integrante das normas que regem o presente processo.

1.1.3 após o período de inscrição o acadêmico terá o prazo de três dias úteis para efetuar a entrega dos documentos exigidos nesse edital.

1.1.4 O acadêmico que não apresentar a documentação necessária no prazo exigido no item 1.1.2 terá sua inscrição indeferida.

## 2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO

2.1 Os documentos referentes às Inscrições deverão ser entregues em cópias no tamanho A4. Não serão consideradas cópias em papel de fax ou ilegíveis.

2.2 O acadêmico deverá entregar a seguinte documentação:

- I. Comprovante de matrícula.

II. Carteira de Trabalho e Previdência Social atualizada de todos os integrantes do Grupo Familiar.

III. Comprovante de renda de todos os integrantes da família.

IV. Comprovante de residência dos três últimos meses.

V. Comprovante da utilização de transporte para deslocamento até o centro do município.

VI. Comprovante de matrícula de outro membro da família que estuda em IES paga.

## 3. DO GRUPO FAMILIAR

Entende-se como grupo familiar o conjunto de pessoas que se encontram unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade e que dependem e/ou contribuem para uma mesma renda. Sendo assim, o aluno que residir sozinho, mas depender da ajuda dos pais ou de alguém para se manter, deverá declarar essas pessoas como integrantes do seu grupo familiar, independente de não contribuir para o pagamento das mensalidades.

### 3.1 DOCUMENTOS DO GRUPO FAMILIAR

I. Carteira de Identidade de todos os integrantes do grupo familiar podendo ser apresentada certidão de nascimento no caso dos menores de 18 anos (cópia);

II. CPF de todos os integrantes do grupo familiar (cópia);

III. Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física completa (inclusive com o Recibo de Entrega), de todos os integrantes do grupo familiar, quando for o caso (cópia);

IV. Certidão de casamento ou escritura pública de união estável - tabelionato de notas, quando for o caso (cópia);

V. Comprovante de separação ou divórcio, quando for o caso (cópia);

VI. Certidão de Óbito dos responsáveis, em caso de dependente, quando for o caso (cópia);

VII. Carteira de Trabalho e Previdência Social atualizada de todos os integrantes do Grupo Familiar, apresentando original e cópia da folha de identificação com foto, da folha de qualificação civil, do registro do último contrato de trabalho assinado e da próxima página de contrato de trabalho em branco;

### 3.2 COMPROVANTES DE RENDA DO GRUPO FAMILIAR

3.2.1 Comprovantes de rendimentos dos integrantes do grupo familiar que se enquadram em uma ou mais das situações abaixo:

a) Assalariado:

- Os três últimos demonstrativos de pagamento (cópia);

b) Autônomo ou Profissional Liberal:

- DECORE - Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos, constando pró-labore e retirada de lucros dos três últimos meses, numerada e assinada por contador inscrito no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), ou declaração de rendimentos dos três últimos meses, assinada e datada pelo próprio declarante (com assinatura reconhecida em cartório), CND - Certidão de Negativa de Débito Estadual e cópia da Carteira de Trabalho, com a baixa do último emprego e com a próxima página de contrato em branco.

- Guia de Recolhimento de INSS dos três últimos meses (cópia).

c) Trabalhador Informal ou Eventual:

- Declaração de rendimentos com média dos três últimos meses, com assinatura reconhecida em cartório (original);

d) Proprietário Individual ou Sócio-Proprietário de Empresa Ativa:  
- DECORE - Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos, constando rendimentos e retirada de lucros, numerada e assinada por contador inscrito no CRC, ou declaração de rendimentos com média dos três últimos meses, com assinatura reconhecida em cartório (original);

- Cópia do Imposto de Renda completo de pessoa física e CND - Certidão Negativa de Débito Estadual e/ou Municipal, e Imposto de Renda completo de Pessoa Jurídica.

- Cópia do contrato social e balanço financeiro da empresa

e) Proprietário Individual ou Sócio-Proprietário de Empresa Inativa:

- Protocolo de baixa em uma das esferas: municipal, estadual ou federal (cópia), ou

- Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica de Inatividade (cópia).

f) Aposentado, Pensionista ou Beneficiário de Auxílio-Doença no INSS:

- Extrato obtido via internet no link [www010.dataprev.gov.br/cws/contexto/hiscre/index.html](http://www010.dataprev.gov.br/cws/contexto/hiscre/index.html) ou comprovante de rendimento que contenha o número do benefício recebido;

- Em caso de aposentadoria ou recebimento de pensão por morte, apresentar ainda a Cópia da Carteira de Trabalho, com foto, qualificação civil, a baixa do último emprego e com a próxima página de contrato em branco;

g) Produtor Rural:

- Declaração do Sindicato dos Produtores Rurais ou do próprio agricultor constando a atividade rural desenvolvida e a remuneração bruta (média mensal);

- Caso as atividades rurais sejam realizadas em terras de terceiros, apresentar o contrato de arrendamento (cópia).

h) Estagiário:

- Termo de Compromisso de Estágio, indicando o valor mensal recebido (cópia); ou declaração do supervisor de estágio constando o valor mensal recebido pelo estagiário (original com assinatura reconhecida em cartório); ou ainda comprovante de

recebimento dos valores de bolsa-auxílio fornecido pela empresa ou órgão público (se for o caso);

i) Desempregado:

- Cópia do último comprovante de seguro-desemprego (se estiver recebendo);

- Rescisão contratual (cópia);

- Cópia da Carteira de Trabalho, com a foto, qualificação civil, a baixa do último emprego e com a próxima página de contrato em branco;

- Comprovante do saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (cópia).

j) Recebimento de Auxílio de Parentes e/ou Amigos:

- Declaração constando o valor do auxílio prestado com assinatura daquele que presta o auxílio devidamente reconhecida em cartório.

k) Recebimento de Pensão Alimentícia:

- Declaração constando o valor da pensão alimentícia, com assinatura de quem paga, reconhecida em cartório, juntamente com a decisão judicial de pagamento da pensão (se for o caso de decisão judicial).

l) Receber Aluguel de Imóveis:

- Declaração constando o valor recebido mensalmente, com assinatura reconhecida em cartório ou os contratos de locação com os inquilinos devidamente assinados e registrados em cartório.

m) Receber Incentivos de Empresa

- Declaração da empresa onde o candidato trabalha informando se há ou não pagamento de incentivo, sendo que em caso afirmativo, deve estar descrito o valor respectivo.

### 3.3 COMPROVANTES DE GASTOS COM HABITAÇÃO

3.3.1 No caso do grupo familiar residir em imóvel alugado, apresentar cópia do contrato de locação e do recibo de pagamento do último aluguel.

3.3.2 Caso o aluguel seja dividido com outra(s) pessoa(s), anexar ao contrato de locação declaração, assinada por todos os inquilinos, informando o valor pago por cada um.

3.3.3 No caso do grupo familiar residir em imóvel financiado, apresentar cópia do contrato de financiamento e do recibo da última parcela;

3.3.4 No caso do grupo familiar residir em imóvel cedido gratuitamente, apresentar declaração, com assinatura reconhecida em cartório de quem cede o imóvel;

3.3.5 No caso da residência ser própria, não há necessidade da apresentação de nenhum documento comprovando a situação;

### 3.4 COMPROVANTES DE GASTOS COM DOENÇA

3.4.1 Atestado do profissional da área de saúde responsável pelo paciente, constando o CID (Código Internacional de Doenças), ou se for o caso, cópia do laudo médico legível, atualizado, contendo também o nome do paciente, código da doença (CID), tipo do tratamento, data, carimbo e assinatura do profissional que atesta;

3.4.2 Receituário legível, indicando a medicação de uso contínuo e/ou encaminhamento de terapias;

3.4.3 Notas fiscais da compra dos medicamentos prescritos e/ ou recibos de terapias contínuas;

3.4.4 Não são considerados para fins de gastos contínuos com tratamento de saúde, convênios, planos de saúde, manutenção de aparelhos ortodônticos, cirurgias, etc.

### 3.5 COMPROVANTES DE GASTOS COM TRANSPORTE

3.5.1 No caso de despesas com transporte próprio para o deslocamento até o centro de Massaranduba apresentar declaração dos gastos.

3.5.2 No caso de utilização de transporte terceirizado (Tópic/Van), apresentar o recibo de pagamento referente ao último mês de utilização do transporte, ou contrato com a empresa que presta o serviço de transporte.

## 4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 Os dados obtidos por meio dos documentos apresentados serão analisados através da seguinte fórmula matemática:

$$IC = (RT \times M \times TS \times P \times PT \times S) / GF$$

Em que:

IC = Índice de Carência.

RT = Renda Total (somatório da renda mensal familiar, incluindo o candidato).

M = Moradia (própria = 1; alugada ou financiada = 0,7) .

TS = Tratamento de saúde (sim = 0,8; não = 1).

P = Outra pessoa na família estudando em IES paga (sim = 0,8; não = 1).

PT = Paga Transporte para se deslocar até o centro do município (sim = 0,9; não =1).

S = Acadêmico independente financeiramente (que se mantém por conta própria - sim= 0,8; não= 1).

GF = Grupo Familiar (número de membros do quadro familiar que contribui com a renda familiar ou usufrui dela, incluindo o candidato).

4.2 O resultado (inscrições aprovadas e reprovadas) será publicado no site da prefeitura e exposto no mural interno.

4.3 Havendo discordância quanto a reprovação do cadastro, o aluno poderá solicitar revisão do resultado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação, através de requerimento escrito e fundamentado, que deverá ser protocolado no Setor de Protocolos localizado na Prefeitura Municipal.

## 5. DA OBRIGATORIEDADE DE PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS, ATIVIDADES E PROJETOS SOCIAIS

5.1 Todos os alunos que forem beneficiados com a bolsa transporte deverão comprovar a participação mínima de 10h (dez horas) em programas, atividades e projetos sociais, com visão educativa, propostos pela prefeitura. O não cumprimento do disposto acima implicará perda do benefício recebido.

## 6. DAS ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1 Ficará a cargo do poder executivo municipal a definição de programas, atividades e de projetos sociais para cumprimento das 10 horas de trabalhos voluntários, dentro de sua necessidade.

6.2 A divulgação dos locais em que os programas e/ou projetos serão desenvolvidos estarão disponíveis no site [www.massaanduba.sc.gov.br](http://www.massaanduba.sc.gov.br).

6.3 O candidato deverá realizar as 10 horas de serviço voluntário no percorrer do semestre em que receber o benefício " Bolsa Transporte".

## 7. DENÚNCIAS

7.1 Qualquer pessoa pode formalizar denúncia, que deverá ser dirigida à CONTROLADORIA pelo e-mail [controle@massaranduba.sc.gov.br](mailto:controle@massaranduba.sc.gov.br); O sigilo sobre a identidade do denunciante é assegurado pelo setor responsável.

## 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 O aluno que falsificar documentos ou falsear informações, além de perder o benefício que lhe foi deferido, deverá ressarcir os valores indevidamente recebidos e ficará automaticamente impedido de candidatar-se a futuras inscrições, sem prejuízo das eventuais sanções penais aplicáveis.

8.2 Os prazos e procedimentos estabelecidos neste Edital são prorrogáveis e a perda de qualquer um deles implica na cessão do respectivo direito. É de inteira responsabilidade do candidato cumpri-las e acompanhar a publicação de todos os atos, comunicados referentes ao programa "Bolsa Transporte".

8.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Controladoria do município.

Massaranduba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

## Lei Nº 1286/2011

LEI Nº 1286/2011

Estabelece critérios sobre a composição, defesa, utilização e alienação dos bens públicos municipais.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Formam o patrimônio público do Município de Massaranduba todas as coisas materiais e imateriais que lhe pertençam, a qualquer título, especialmente:

I - os seus bens móveis e imóveis;

II - os seus direitos, inclusive aqueles decorrentes da participação do capital de autarquias, sociedades de economia mista e empresas públicas, e ações;

III - os rendimentos das atividades e serviços de sua competência.

§1º O patrimônio a que se refere o caput deste artigo submete-se, via de regra, ao regime de direito público instituído por esta Lei em favor do interesse da coletividade local.

§2º Somente em caráter excepcional devidamente justificado será admitido o regime de direito privado.

Art. 2º Os bens públicos municipais integram uma das seguintes categorias:

I - bem de uso comum do povo;

II - bem de uso especial;

III - bem de uso dominical.

§1º Cabe ao Poder Executivo a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles por ela utilizados em seus serviços.

§2º Os bens imóveis pertencentes ao Município serão registrados em cartório imobiliário, numa das categorias a que se referem os incisos do caput deste artigo.

§3º Os bens que vierem a ingressar no patrimônio público municipal integrar-se-ão numa das espécies definidas nos incisos do caput deste artigo.

Art. 3º Os bens do patrimônio público municipal devem ser cadastrados, preservados e tecnicamente identificados.

Parágrafo único. O cadastramento e a identificação técnica dos imóveis do Município devem ser anualmente atualizados, garantindo-se o acesso às informações neles contidas.

Art. 4º Os bens municipais destinam-se prioritariamente ao uso público.

§1º O Município disporá seus bens dominiais como recursos fundamentais para:

I - realização de políticas urbanas, especialmente em habitação popular e saneamento básico, incluindo a oferta de lotes urbanizados;

II - reserva de áreas urbanas para implantação de projetos de cunho social, assistencial, educacional ou de proteção à saúde;

III - criação, manutenção e descentralização de espaços públicos equipados para a formação e difusão das expressões culturais;

IV - criação, manutenção e descentralização de instalações e equipamentos desportivos;

V - fomento das atividades econômicas, incluída a atividade artesanal, visando a implantação de uma política de geração de empregos.

§2º A aquisição, utilização e alienação de bens públicos municipais executar-se-ão em atendimento a interesse público relevante.

Art. 5º Os bens públicos municipais são imprescritíveis, impenhoráveis e inalienáveis, ressalvado, quanto ao último aspecto, o que esta Lei estabelece para os bens do patrimônio disponível, nos termos do § 1º, do artigo anterior.

Parágrafo único. A posse dos bens públicos municipais caberá conjunta e indistintamente à coletividade que exerce seu direito de uso comum, obedecidas as limitações legais.

Art. 6º Os bens públicos tornam-se indisponíveis por afetação.

§1º Não poderão ter alterados sua destinação e seus objetivos originariamente estabelecidos:

I - as áreas doadas por terceiros ao patrimônio municipal, com finalidade específica;

II - as áreas verdes, parques, jardins e unidades de conservação ambiental, pertencentes ao patrimônio municipal;

III - as áreas definidas em projeto de loteamento, nos termos da legislação pertinente, destinadas a:

a) equipamentos urbanos;

b) equipamentos comunitários.

Art. 7º A desafetação dos bens públicos municipais dependerá de Lei, ressalvado o disposto no § 1º do artigo anterior.

Art. 8º Constituem patrimônio cultural do Município:

I - as formas de expressão cultural de seu povo;

II - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

III - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

IV - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico e científico.

§1º Compete ao Poder Público, com a colaboração da comunidade:

I - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

II - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, arqueológico ou cultural;

III - proteger o patrimônio ambiental.

§2º Cabe à Administração Pública a gerência da documentação governamental.

§3º A Lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Art. 9º A Administração Pública pode adquirir bens de toda a espécie, que se incorporarão ao patrimônio municipal.

§1º As aquisições são procedidas por contrato ou termo, conforme o caso, sob forma de:

I - compra;

II - permuta;

III - doação;

IV - dação em pagamento;

V - desapropriação;

VI - adjudicação em execução de sentença;

VII - destinação de áreas públicas nos loteamentos, por força da legislação pertinente;

VIII - usucapião.

Art. 10 A aquisição de bem imóvel, a título oneroso, depende de autorização legislativa, de avaliação prévia e de concorrência pública, dispensada esta se as necessidades de instalação ou de localização condicionarem a escolha do bem, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado.

§1º O projeto de autorização legislativa para aquisição de bem imóvel, com dispensa de concorrência, nos termos previstos no caput deste artigo, deverá estar acompanhado de arrazoado que comprove e justifique tal necessidade.

§2º A Lei autorizadora para aquisição de bem imóvel será específica.

Art. 11 Compete ao Prefeito decretar, nos termos legais, desapropriação por necessidade ou interesse público ou por interesse social.

Art. 12 O processo de aquisição de bens móveis obedecerá, no que couber, ao disposto nesta Lei.

§1º A aquisição de bens móveis dispensa autorização legislativa específica, devendo estar prevista na lei orçamentária.

§2º A aquisição de bens móveis depende de licitação na modalidade adequada ao valor do contrato, salvo inexigibilidade ou dispensa legais.

Art. 13 Os bens pertencentes ao patrimônio municipal, ressalvadas as limitações estabelecidas nesta Lei, podem ser utilizados por terceiros desde que não se afronte o interesse público, mediante:

I - concessão de direito real de uso;

II - concessão de uso;

III - cessão de uso;

IV - permissão de uso;

V - autorização de uso.

Parágrafo único. A utilização dos bens municipais por terceiros deverá ser remunerada, consoante valor do mercado, salvo interesse público devidamente justificado.

Art. 14 A concessão, a cessão e a permissão de uso de bem imóvel municipal vincular-se-ão à atividade definida em contrato ou termo respectivo, constituindo o desvio de finalidade como causa suficiente de sua rescisão, independente de qualquer outra.

Parágrafo único. Deverão constar do contrato ou termo de concessão, cessão ou permissão de uso de bem imóvel, as seguintes cláusulas essenciais:

I - a construção ou benfeitoria realizada no imóvel incorpora-se a este, tornando-se propriedade pública, sem direito de retenção ou indenização;

II - incumbe ao concessionário, cessionário ou permissionário, a



par da satisfação da remuneração ou dos encargos específicos, manter o imóvel em condições adequadas a sua destinação, assim devendo restituí-lo.

Art. 15 A concessão de direito real de uso, contrato de transferência remunerada ou gratuita de imóvel público a particular, como direito real resolúvel, poderá ser efetivada para a consecução dos seguintes objetivos específicos:

I - urbanização;

II - industrialização;

III - edificação, cultivo ou outra forma de exploração de interesse social.

§1º A concessão de direito real de uso depende de autorização legislativa e concorrência, dispensada esta quando houver relevante interesse público.

§2º A concessão de direito real de uso pode ser outorgada por escritura pública ou por termo administrativo, ficando sujeito à inscrição no livro próprio do registro imobiliário.

§3º Serão estabelecidas no contrato as condições da outorga e os direitos e obrigações das partes.

Art. 16 A concessão de uso de bem público municipal, para exploração segundo destinação específica, dependerá de autorização legislativa e concorrência, dispensada esta quando o uso se destinar a concessionárias de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

§1º A concessão de uso far-se-á por contrato administrativo, em que constarão as condições de outorga e os direitos e obrigações das partes.

§2º O contrato de concessão de uso é:

I - transferível, mediante prévio consentimento da administração pública, quando decorrente de concessão, cuja licitação tenha sido dispensada, nos termos do caput deste artigo in fine;

II - intransferível nos demais casos.

§3º Admitem-se no contrato de concessão de uso:

I - alteração de cláusulas regulamentares;

II - rescisão antecipada.

§4º A concessão de uso poderá ser gratuita ou remunerada e por tempo certo ou indeterminado, de acordo com as exigências do interesse público.

Art. 17 O Município poderá outorgar cessão de uso de seus bens a outros entes públicos, inclusive os da administração indireta, conforme o interesse público o exigir.

§1º A cessão de uso de bem público municipal a órgãos da administração indireta, autárquica, fundacional ou entidade paraestatal do Município não depende de autorização legislativa, devendo ser feita apenas anotação cadastral.

§2º A cessão de uso de bem público municipal à instituição federal, estadual ou a outro Município dependerá de autorização legislativa.

§3º A administração pública municipal pode retomar, a qualquer momento, o bem cedido.

Art. 18 A permissão de uso poderá incidir sobre qualquer bem público municipal quando atendidos o interesse público e a conveniência administrativa.

§1º A permissão independe de autorização legislativa, e será efetivada, a título precário, por Decreto.

§2º A permissão poderá ser gratuita ou remunerada e por tempo certo ou indeterminado.

§3º O termo de permissão é modificável e revogável, unilateralmente, pela administração pública, devendo nele constar as condições da outorga e as obrigações e direitos dos partícipes.

§4º A permissão obriga o beneficiário a utilizar o bem permitido de conformidade com as condições de outorga, sob pena de revogação sem direito de indenização.

§5º Será gratuita a permissão de uso de imóvel municipal para entidades sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural ou de assistência social, e a pessoas físicas ou jurídicas em se tratando de interesse público ou social ou de aproveitamento econômico de interesse municipal.

§6º Para beneficiar-se de permissão gratuita de uso de bem público a entidade deverá atender cumulativamente os seguintes pré-requisitos, além do atendimento das exigências documentais:

I - ter sede ou filial no Município de Massaranduba;

II - ter existência jurídica há pelos menos 01 (um) ano;

III - ter o título de Utilidade Pública Municipal;

§7º Uma vez permitido o uso, a entidade deverá prestar relatórios anuais de atividades, até o dia 31 de março do ano seguinte, comprovando o uso do imóvel permitido em consonância com seus estatutos sociais e com o interesse coletivo, ou justificando o motivo da não utilização.

§8º Não havendo o cumprimento do disposto no §7º fica o Poder Executivo autorizado a revogar a permissão de uso à entidade beneficiária, sem ônus para a Municipalidade.

§9º As disposições contidas no §7º se aplicam às permissões gratuitas de uso concedidas anteriormente a esta Lei.

Art. 19 A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, salvo quando para o fim de formar canteiro de obra pública, caso em que o prazo corresponderá ao da duração da obra.

Parágrafo único. A autorização independe de autorização legislativa e licitação, e é revogável sumariamente, sem ônus para a Administração Pública.

Art. 20 O Legislativo e o Executivo Municipal podem autorizar, em sua respectiva área administrativa, uso de instalações e espaços públicos a entidades sociais, políticas e religiosas, para a realização de suas atividades, nos termos do parágrafo único, do artigo 5º, desta Lei.

Art. 21 A alienação de bens públicos municipais é a transferência de propriedade, remunerada ou gratuita, a terceiros, mediante:

I - venda;

II - doação;

III - permuta;

IV - investidura.

Parágrafo único. São alienáveis os bens públicos dominiais.

Art. 22 A alienação de bens municipais, sempre subordinada à existência de interesse público, nos termos desta Lei, será precedida de avaliação e obedecerá as seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência, sendo esta dispensada nos seguintes casos:

a) doação, devendo constar obrigatoriamente do contrato os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão;

b) permuta;

c) investidura;

d) alienação de imóveis constituídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de interesse social, por órgãos ou entidades da administração pública, especialmente criados para este fim;

e) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo.

II - quando móveis, dependerá de licitação, sendo esta dispensada nos seguintes casos:

a) doação, permitida exclusivamente para fins de interesse social, devidamente justificado;

b) permuta, quando se tratar da troca de bens móveis inservíveis por bem novo;

c) venda de ações, obrigatoriamente efetuada em Bolsa.

Art. 23 O projeto de lei de autorização para alienação de imóvel público deverá ser específico e estar acompanhado de arrazoadado, onde o interesse público resulte devidamente justificado e do necessário laudo de avaliação.

Art. 24 A alienação de bem móvel dar-se-á mediante a declaração de inservibilidade, em processo regular, por decisão do Prefeito, fundamentado em parecer do responsável pelo órgão de Patrimônio do Município e aprovado pelo respectivo Secretário, Diretor ou Presidente.

§1º Declarada a inservibilidade do bem, o processo é encaminhado ao órgão responsável pelas Compras, para análise prévia e verificação da possibilidade de recuperação e remanejamento entre os órgãos da Administração Pública.

§2º Todo bem móvel inservível é recolhido pelo órgão responsável pelo Patrimônio e depositado em local apropriado, a ser identificado.

§3º Concluído o procedimento, a alienação, pelo princípio da licitação, é promovida pelo órgão responsável pelas Licitações.

§4º Quando a licitação não acudir nenhum participante, a alienação pode processar-se pelo regime de venda particular, mediante

anúncio, com prazo de 15 (quinze) dias, no órgão oficial e no jornal de maior circulação local, devendo os interessados apresentar proposta por escrito, com as cautelas previstas para a licitação, a partir do preço de avaliação.

§5º Quando, ainda, não acudirem proponentes, é realizada nova licitação, tendo por base o preço de nova avaliação.

§6º Mediante caução ou garantia de qualquer natureza, o pagamento do preço pode ser parcelado.

§7º Na licitação pública para alienação de bens móveis inservíveis a fase de habilitação limita-se à comprovação do recolhimento de quantia não inferior a 20% (vinte por cento) da avaliação.

§8º Após a alienação dos bens ou na hipótese de não virem, parcial ou totalmente, a serem alienados, por falta de interessados, será procedida a baixa dos bens inservíveis do patrimônio público municipal.

§9º O disposto no §8º deste artigo aplica-se as alienações já realizadas anteriormente pelo poder público municipal.

Art. 25 A alienação aos proprietários de imóveis lindeiros, por preço nunca inferior ao da avaliação, de área remanescente ou resultante de obra pública, inaproveitável isoladamente, far-se-á por investidura, mediante autorização legislativa.

Art. 26 O Município revogará as doações que tiverem destinação diversa da ajustada no respectivo contrato ou as que não cumprirem, no prazo improrrogável de 04 (quatro) anos, os encargos estabelecidos.

§1º No caso de o bem doado não mais servir às finalidades que motivaram o ato de alienação, reverterá ao domínio do Município, sem qualquer indenização, inclusive por benfeitorias nele efetivadas.

§2º Não se configura desvio de finalidade, de que trata o parágrafo anterior, a mudança de ramo de atividade econômica originária, mediante prévia autorização legislativa, cumpridos os demais encargos atribuídos à donatária.

Art. 27 O Poder Público Municipal, para assegurar a prevalência dos direitos urbanos, utilizará, na forma da Lei, os seguintes instrumentos:

I - desapropriação, nos termos do disposto na Lei Orgânica do Município, e no artigo 11, desta Lei;

II - tombamento de imóveis;

III - regime especial de proteção urbanística e de preservação ambiental.

Art. 28 O Município, preferencialmente à venda ou doação de seus bens imóveis, concederá direito real de uso, nos termos desta Lei.

Art. 29 O Município poderá utilizar seus equipamentos e veículos para prestação de serviços a terceiros, desde que se cumpram as seguintes exigências:

I - as obras e os serviços públicos não sofram prejuízos;

II - recolhimento pelo interessado do preço público arbitrado, nos termos da Lei.

Parágrafo Único O recolhimento do preço público poderá ser dispensado enquanto perdurar a situação de emergência ou estado



de calamidade declarado no âmbito do Município e/ou para o atingimento das finalidades institucionais dos órgãos e entidades que integram a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal.

Art. 30 As avaliações previstas nesta Lei serão apresentadas em forma de laudo técnico emitido por uma comissão.

Art. 31 As leis autorizadas de concessão real de uso ou de doação de imóvel municipal para exploração de atividade econômica deverão estabelecer, respectivamente, para o concessionário ou donatário, entre outros, os seguintes encargos.

I - fixação de:

a) área mínima a ser edificada;

b) número mínimo de empregos a serem garantidos.

II - definição de medidas de preservação e de defesa do meio ambiente, se a atividade assim o exigir.

Art. 32 Observar-se-ão, para os processos de licitação exigidos por esta Lei, os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Parágrafo único. O órgão licitante deverá, nos processos licitatórios, estabelecer:

I - preço máximo da aquisição a ser contratada;

II - preço mínimo da aquisição a ser contratada.

Art. 33 Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica que utilize, guarde, gereencie ou administre bens públicos.

Art. 34 É vedado ao Município, no cumprimento do disposto nesta Lei, contratar com pessoa física ou jurídica em débito com a seguridade social ou com o tesouro municipal.

Art. 35 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba em, 17 de Maio de 2011.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Administração e Finanças

## **CÂMARA DE VEREADORES**

### **decreto Nº002/2011 - 18/05/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571  
e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina  
CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br  
DECRETO Nº002/2011  
18/05/2011  
Regulamenta a modalidade Pregão para aquisição de bens e

serviços comuns e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE MASSARANDUBA no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentada, na forma disposta neste Decreto e em seus Anexos I e II, a modalidade pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado, em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de lances sucessivos.

Parágrafo único: consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 3º. Os contratos celebrados pela Câmara de Vereadores, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação na modalidade pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

Art. 4º. A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571  
e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina  
CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

Parágrafo único - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 5º. Para o julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

Art. 6º. Todos quantos participem de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 7º. A licitação na modalidade pregão não se aplica às contratações de obras de engenharia, às locações imobiliárias, alienações em geral e aos demais serviços cujas especificações dependam de avaliação técnica, que serão regidas pela legislação geral da Administração.

Art. 8º. À autoridade competente, cabe:

I - aprovar o Termo de Referência e determinar a abertura da licitação;

II - designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;

III - decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;

IV - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

V - homologar o resultado da licitação; e

VI - promover a celebração do contrato.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

Art. 9º. A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I - elaboração do termo de referência pelo órgão requisitante e aprovação deste documento pela autoridade competente;

II - previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras e serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

III - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;

IV - elaboração do edital, contendo os elementos necessários e normas que disciplinarem os procedimentos e a minuta do contrato, quando for o caso.

§ 1º As minutas do edital, bem como as dos seus respectivos contratos devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica da Câmara de Vereadores ou pela Controladoria se houver.

§ 2º O termo de referência é o documento que deverá conter:

I - Justificativa da necessidade de contratação;

II - Definição do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - Elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, com valor estimado em planilhas, de acordo com o preço de mercado;

IV - Definição dos métodos e estratégia de suprimentos;

V - Definição das exigências de habilitação, em conformidade com o artigo 4º, inciso XIII, da Lei 10.520/02;

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

VI - Critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva, que pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e atendimentos das necessidades da Administração.

Art. 10. As designações do pregoeiro e da equipe de apoio devem recair nos servidores do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 1º A equipe de apoio deve ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 2º A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitação específica.

§ 3º Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer a atribuição e que reúna perfil adequado, aferidos pela autoridade competente.

Art. 11. Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - coordenar o processo licitatório;

II - solicitar a elaboração das minutas do edital e seus anexos, submetendo os mesmos à aprovação da Autoridade Competente;

III - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital;

IV - conduzir a sessão pública;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VII - indicar o vencedor do certame;

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

VIII - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

IX - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

X - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

Art. 12. Caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório.

Art. 13. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I - a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

a) - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

1) Diário Oficial, nos termos do inciso I e II, do artigo 21, da Lei 8.666/93;

2) Meio eletrônico, na Internet; e,

3) Mural Público Oficial.

b) acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) até R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

1) Diário Oficial, nos termos do inciso I e II, do artigo 21, da Lei 8.666/93;

2) Meio eletrônico, na Internet; e

3) jornal de grande circulação local;

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

c) superiores a R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

1) Diário Oficial, nos termos do inciso I e II, do artigo 21, da Lei 8.666/93;

2) Meio eletrônico, na Internet; e

3) jornal de grande circulação regional ou nacional.

II - do aviso constarão a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;

III - do edital constarão todos os elementos definidos na forma do artigo 40, da Lei 8.666/93.

IV - o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados prepararem suas propostas;

V - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, nos termos dos procedimentos estabelecidos pelos Anexos I e II deste Regulamento.

VI - encerrada a etapa competitiva e ordenada as ofertas, o pregoeiro procederá à verificação das condições de habilitação do licitante que apresentou a melhor oferta apurada, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

VII - constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante que tiver apresentado a melhor oferta apurada será declarado vencedor.

VIII - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47)

3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

IX - nas situações previstas nos incisos VII e VIII o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

X - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

XII - o recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

XIII - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XIV - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

XV - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

XVI - se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso VIII.

Art. 14. A habilitação far-se-á com a verificação dos seguintes documentos:

I - Certidão Negativa de Débito - CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social;

II - Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedido pela Caixa Econômica Federal;

III - Certidão negativa ou Positiva com efeitos de negativa para com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, quando for o caso;

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

§ 1º O edital poderá constar exigências quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira, nos termos do artigo 27 a 31, da Lei 8.666/93.

§ 2º O licitante inscrito no Cadastro de Fornecedores do Município ou daqueles aceito pelo edital poderá substituir os documentos exigidos no edital pelo Certificado de Registro Cadastral respectivo.

§ 3º Os documentos que não constarem no Certificado de Registro Cadastral ou encontrarem-se vencidos deverão ser entregues separados, no momento da sessão pública, nos termos do artigo 32 da Lei 8.666/93.

§ 4º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 15. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Art. 16. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I - comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante a União;

II - apresentação da documentação de habilitação especificada no instrumento convocatório por empresa consorciada;

III - comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida no edital;

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

IV - demonstração, por empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

VI - obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e,

VII - constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica impedida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Art. 17. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 18. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de

interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, nos termos do artigo 49, da Lei 8.666/93.

Art. 19. Até dois dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

Parágrafo Único - Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

Art. 20. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias anteriores à data para abertura da sessão pública, na forma e condições definidas pelo Edital.

Art. 21. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Art. 22. O Município publicará, no Diário Oficial do Estado ou Jornal de Circulação Regional, o extrato dos contratos celebrados, nos termos do parágrafo único, do artigo 61, da Lei 8.666/93.

Art. 23. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meio eletrônico, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

I - termo de referência;

II - planilhas de custo, quando for o caso;

III - previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;

IV - autorização de abertura da licitação;

V - designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VI - edital e respectivos anexos, quando for o caso;

VII - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

VIII - parecer jurídico;

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

IX - documentação exigida para a habilitação;

X - ata contendo os seguintes registros:



- a) licitantes participantes;
- b) propostas apresentadas;
- c) lances ofertados na ordem de classificação;
- d) aceitabilidade da proposta de preço;
- e) habilitação; e
- f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões;

#### XI - comprovantes das publicações:

- a) do aviso do edital;
- b) do extrato do contrato; e
- c) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

Art. 24. Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos do Anexo II deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571  
e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina  
CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

Art. 25. Compete ao Departamento de Administração e Finanças estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada por este Decreto.

Art. 26. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Massaranduba (SC), em 18 de Maio de 2011  
JOSE OSNIR RONCHI  
Presidente

Publicado no expediente da data supra

JAIR MICHELUZZI  
Assistente Legislativo

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571  
e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina  
CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

#### ANEXO I

#### PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO PRESENCIAL

Art. 1º. Este Anexo I estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma presencial.

Art. 2º. A sessão pública do pregão presencial será processada da seguinte forma:

I - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal

proceder ao respectivo credenciamento, com a apresentação dos seguintes documentos:

a) se tratando do responsável legal da empresa: cópia autenticada do contrato social ou instrumento equivalente que demonstre a competência legal do interessado para representar e assinar pela empresa, juntamente com cópia do documento de identidade (com foto), admitido em lei;

b) se tratando de representante constituído: apresentar procuração com poderes para praticar todos os atos inerentes ao pregão, em especial, formular propostas e lances, firmar acordos, interpor ou desistir de recursos, devidamente assinada, juntamente com cópia do documento de identidade (com foto), admitido em lei.

II - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes constituídos apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão ao pregoeiro os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

III - o pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571  
e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina  
CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

IV - quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

V - em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

VI - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

VII - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão definitiva do licitante na fase de lances verbais.

VIII - caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

IX - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

X - sendo aceitável a proposta de menor preço, será solicitado o envelope de habilitação da licitante correspondente e procedido a sua abertura para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nos dados cadastrais da Administração, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

XI - os documentos a que se refere o inciso anterior poderão ser substituídos por Certificados de Registro Cadastral e ou complementados, nos termos e condições dispostas no edital do certame licitatório.

XII - os atos posteriores serão em consonância com o disposto no artigo 13, inciso VII a XVI deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: [www.cvmassaranduba.sc.gov.br](http://www.cvmassaranduba.sc.gov.br)

Art. 3º. A Administração, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

## ANEXO II

### PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 1º. Este Anexo II estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica.

Art. 2º. Para efeito deste Anexo considera-se:

I - Cidade Compras: portal de compras municipais, definido pelo Poder Executivo Municipal como o sistema eletrônico a ser utilizado no âmbito da administração pública municipal para realização do pregão e demais aquisições de bens e serviços através do uso da tecnologia da informação. Sítio: [http:// www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br).

II - Confederação Nacional de Municípios é a entidade responsável pelo apoio técnico e operacional, que atuará como provedora do sistema eletrônico de compras denominado Cidade Compras;

Art. 3º. O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

Parágrafo único - O sistema a que se refere este artigo será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: [www.cvmassaranduba.sc.gov.br](http://www.cvmassaranduba.sc.gov.br)

Art. 4º. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo órgão ou entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional da Confederação Nacional de Municípios, através do Cidade Compras, para todos os órgãos integrantes da Administração Pública Municipal.

Art. 5º. Serão previamente credenciados perante o Cidade Compras a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que participam do pregão eletrônico.

§ 1º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico e deverá ser providenciado junto ao Cidade Compras.

§ 2º A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento por órgão participante do Cidade Compras.

§ 3º A perda da senha ou a quebra do sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 4º O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

§ 5º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 6º. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se no Cidade Compras para certames promovidos por órgãos ou entidades pertencentes ao Município, no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão;

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: [www.cvmassaranduba.sc.gov.br](http://www.cvmassaranduba.sc.gov.br)

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos.

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no Cidade Compras terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 7º. A documentação exigida para atender ao disposto no



edital do certame licitatório, na forma eletrônica, poderá ser substituída pelo certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral a ser adotado e integrado com o Cidade Compras.

Art. 8º. A íntegra do edital de pregão, na forma eletrônica, será disponibilizada no Portal Cidade Compras, sitio: [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br).

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: [cvm@netuno.com.br](mailto:cvm@netuno.com.br) - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: [www.cvmassaranduba.sc.gov.br](http://www.cvmassaranduba.sc.gov.br)

§ 1º O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida e obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 2º A publicação referida neste artigo será efetuada no Cidade Compras e poderá ser feita conjuntamente em sítios oficiais da administração pública, na internet, desde que certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infra-Estrutura e Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil.

§ 3º Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem do tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 9º. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

§ 1º A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar em campo próprio o sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 4º Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: [cvm@netuno.com.br](mailto:cvm@netuno.com.br) - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: [www.cvmassaranduba.sc.gov.br](http://www.cvmassaranduba.sc.gov.br)

Art. 10. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 11. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Art. 12. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: [cvm@netuno.com.br](mailto:cvm@netuno.com.br) - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: [www.cvmassaranduba.sc.gov.br](http://www.cvmassaranduba.sc.gov.br)

§ 3º O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

§ 7º O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§ 8º Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 9º A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 10º No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa

de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

§ 11º Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571  
e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina  
CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

Art. 13. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º habilitação dos licitantes será verificada preferencialmente por meio eletrônico através dos sítios de emissão de documentos ou através de consultas diretas aos sistemas de registros cadastrais que atendam aos requisitos da legislação pertinente.

§ 2º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados nos sítios referidos no parágrafo anterior deverão ser apresentados via fax, no prazo e condições definidas no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

§ 3º Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

§ 4º Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

Art. 14. Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia e motivada do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contra-razões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

Art. 15. Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

Art. 16. A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Art. 17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal no Cidade Compras - e, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571  
e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina  
CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

Parágrafo único - Somente a autoridade que registrou as penalidades no Cidade Compras poderá fazer a sua retirada.

Art. 18. Qualquer interessado poderá acompanhar os processos no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br).

## **Resolução Nº028/2011 - 17/05/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571  
e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina  
CNPJ: 83.539.668/0001-39 - Site: [www.cvmassaranduba.sc.gov.br](http://www.cvmassaranduba.sc.gov.br)  
RESOLUÇÃO Nº028/2011.  
17/05/2011

Autoriza o Licenciamento ao Vereador Valdir Batista Lazaris pelo prazo de quinze (15) dias para Tratar de Assuntos de Interesse Particular

Faço saber que a Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, através da Mesa Diretora, usando de suas atribuições, que lhes são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município de Massaranduba que se Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedido à licença ao Vereador Valdir Batista Lazaris, para tratar de assuntos de interesses particulares pelo prazo de quinze (15) dias a contar do dia 17 a 31 de maio de 2011.

Art. 2º. A licença que se refere o artigo anterior é baseado no artigo 24, § 1º, do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba (SC), 17 Maio de 2011.  
JOSÉ OSNIR RONCHI  
Presidente

Publicado no expediente na data supra.

JAIR MICHELUZZI  
Assistente Legislativo.

## **Homologa as Inscrições do Concurso Público Edital Nº 01/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 379-1571  
e-mail: cvm@netuno.com.br CEP: 89.108-000  
CNPJ: 83.539.668/0001-39 Site: [cvmassaranduba.sc.gov.br](http://cvmassaranduba.sc.gov.br)  
PORTARIA Nº 067/2011  
16/05/2011  
HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2011

JOSE OSNIR RONCHI, Presidente da Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital de Concurso Público nº 01/2011, torna público para o conhecimento dos interessados, a homologação definitiva dos inscritos para a realização das provas do referido Concurso Público, destinado a prover vaga ao cargo de provimento efetivo, sob regime estatutário, constante do quadro de cargos de pessoal de provimento efetivo do Poder Legislativo do Município de Massaranduba, conforme segue:

## CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Data de Nascimento	Requerimento Necessidades especiais -	Inscrição Deferida
068	ADILIO CEZAR PEREIRA	04/03/1984	NÃO	SIM
058	ADIMA ODAIR RANGHETTI	06/08/1974	NÃO	SIM
084	ADOLFO TOMASELLI NETO	16/07/1991	NÃO	SIM
027	ALINE FERNANDA DA SILVA	23/08/1986	NÃO	SIM
026	ANA CRISTINA DE BORBA	22/06/1992	NÃO	SIM
017	ANDERSON DE MELO	10/01/1990	NÃO	SIM
076	ANDERSON HAFEMANN	29/12/1985	NÃO	SIM
036	ANDERSON JURK	20/11/1990	NÃO	SIM
028	CAMILA ROSSI	31/07/1990	NÃO	SIM
029	CAROLINA SPARVOLI GAUBERT	14/11/1991	NÃO	SIM
083	CÉLINE GERTRUD SPRUNG SASSE	03/12/1977	NÃO	SIM
040	CELSON PETERSON KLO-SOWSKI	18/08/1976	NÃO	SIM
079	CHARLES ERNANI RANGHETTI	16/03/1978	NÃO	SIM
012	CHRISTIAN RIBEIRO	08/11/1975	NÃO	SIM
009	CLÁUDIO FRANCISCO BROGNI	21/12/1990	NÃO	SIM
003	CILENE ROSANA MANKE BENCKE	04/04/1982	NÃO	SIM
087	CRISTIANE GUSZAK	20/04/1982	NÃO	SIM
081	CRISTIANO GRUETZMACHER	06/10/1977	NÃO	SIM
005	DANIELE ALVES	31/07/1987	NÃO	SIM
088	DIEGO PIETRO ANACLETO	21/09/1985	NÃO	SIM
075	DIOGO LAZAROTTO SANTIN	16/03/1987	NÃO	SIM
054	DOUGLAS DERETTI	26/04/1991	NÃO	SIM
025	ÉDERSON NEVES GARCIA	22/09/1961	NÃO	SIM
049	EDSON CARLOS PINI	10/10/1980	NÃO	SIM
052	ELAINE COSTA	12/08/1985	NÃO	SIM
057	ELAINE CRISTINA GUMS VICK	08/03/1978	NÃO	SIM
046	ELISABETE CRISTINA DE SOUZA	19/01/1989	NÃO	SIM
056	FERNANDO DE OLIVEIRA ARZUM	01/08/1987	NÃO	SIM
016	FERNANDO RAMOS COSTA	28/12/1989	NÃO	SIM
072	FRANCINE KLINKOWSKI ALEXANDRE	18/11/1991	NÃO	SIM
035	GILMAR DIAS DA FONSECA JUNIOR	27/04/1972	NÃO	SIM
074	GLAUCO MORSCH	07/01/1979	NÃO	SIM
044	HUGO CESAR DE SOUZA	09/09/1982	NÃO	SIM
086	ITACOLOMY CARVALHO NETO	27/12/1982	NÃO	SIM
085	IVONE TRIBESS	06/07/1967	NÃO	SIM
059	IVONETE GANSALVES REGUELIN	26/11/1974	NÃO	SIM
051	JAMILLE THAIS THAMASIA	30/01/1984	NÃO	SIM
039	JAQUELINE SCOTTINI	07/06/1990	NÃO	SIM
048	JOCIANE HOCHSPRUNG KREUTZFELD	18/12/1980	NÃO	SIM
002	JONATAN PABLO WITHOFT	23/10/1991	NÃO	SIM
004	JOSÉ GILMAR DE SOUZA FILHO	19/09/1984	NÃO	SIM
001	JOSÉ RABELLO	28/10/1962	NÃO	SIM
045	JOSIMARA RIETTER	16/03/1987	NÃO	SIM

067	JOZIANE GUCZAK	02/03/1981	NÃO	SIM
041	JUCINEIA FORMIGARI	19/07/1988	NÃO	SIM
063	JULIANA FERMINO KRINKER	03/09/1981	SIM	SIM
055	JULIO CESAR PECHEBELA	19/10/1987	NÃO	SIM
032	KAREN REGIANE SCHE-LEMBERG FILIPPI	19/11/1982	NÃO	SIM
014	LARISSA LIANE ANDRE-AZZA	16/01/1992	NÃO	SIM
053	LAURO DERETTI	01/12/1980	NÃO	SIM
007	LEANDRO TRICHES	16/02/1989	NÃO	SIM
061	LUAN FELIPE LUIZ	20/01/1991	NÃO	SIM
018	LUCIANA DOMASZAK MEYER	31/03/1986	NÃO	SIM
034	LUCIANO DE TOFEL	07/10/1978	NÃO	SIM
008	LUIS ALBERTO FORMONTE	08/02/1986	NÃO	SIM
043	LUIZ F. PEREIRA DAS NEVES JUNIOR	19/06/1985	NÃO	SIM
089	MAIKON CRISTIANO BERNSTEIN	22/01/1993	NÃO	SIM
019	MARCEL JOSE MOSER MARTINELLI	10/06/1991	NÃO	SIM
082	MARCELO MARCIO DE MATTOS	13/07/1990	NÃO	SIM
031	MARCIEL COSTA	24/04/1983	NÃO	SIM
042	MARCOS EDUARDO STRELOW	07/07/1980	NÃO	SIM
070	MARCOS SANTOS FONTOURA	14/06/1964	NÃO	SIM
022	MARIA DE FATIMA SILVA	11/05/1976	NÃO	SIM
015	MARIA SANDRA SCHULTZ	29/03/1983	NÃO	SIM
066	MARILIZA WINTER	19/02/1989	NÃO	SIM
065	MARILÚ MAIOCHI ZIEHLSDORFF	21/09/1973	NÃO	SIM
030	MICHELE TAMARA EGER	14/09/1982	NÃO	SIM
038	MIRELA LOTERO	11/05/1984	NÃO	SIM
033	MONIQUE VIEIRA BACHTOLD	13/03/1991	NÃO	SIM
073	NILSON FERNANDO KIEUTEKA	06/08/1963	NÃO	SIM
037	PATRÍCIA DOMASZAK	02/01/1992	NÃO	SIM
006	RAFAEL ARDIGO MEDEIROS	29/07/1983	NÃO	SIM
020	RAFAEL JOSÉ MOSER MARTINELLI	21/08/1986	NÃO	SIM
064	RAIANA ALVES DE OLIVEIRA	30/12/1988	NÃO	SIM
010	RODRIGO KAMMER	22/07/1982	NÃO	SIM
047	RÚBIA MAIOCHI	14/03/1979	NÃO	SIM
071	SALETE TERESINHA ROSE VENSKE	30/06/1957	NÃO	SIM
050	SANDRO BORGES	31/07/1971	NÃO	SIM
023	SHIRLEY M. DA SILVA M. DE ARRUDA	11/09/1977	NÃO	SIM
013	SILVANA MELCHIORETTO	06/04/1979	NÃO	SIM
077	TALINE GUCZAK	26/01/1989	NÃO	SIM
080	TALITA TATIANE VOLPI	07/08/1991	NÃO	SIM
021	TASSIA DE OLIVEIRA	06/01/1986	NÃO	SIM
011	TATIANE ANDRELITA L. MANKE	04/04/1982	NÃO	SIM
062	TATIANE MAI	20/12/1977	NÃO	SIM
060	THAIFINER KELVIN BOTT	06/12/1991	NÃO	SIM
024	VÂNIA JACOMELI	17/03/1990	NÃO	SIM
078	WILLIAM JOSÉ JUNKES	30/11/1991	NÃO	SIM
069	WILSON JOSE MIRA JUNIOR	23/10/1991	NÃO	SIM

Câmara Municipal de Massaranduba, 16 de maio de 2011.

JOSE OSNIR RONCHI

Presidente da Câmara Municipal

Publicada a presente Portaria, na data supra.

## Meleiro

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Portaria n.º 170/2011

PORTARIA n.º 170/2011

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº014/2005, de 27 de outubro de 2005e Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, e Concurso Público 001/2010, RESOLVE:

#### CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora LUCÉIA PAGNAN, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no Centro de Ensino de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição a Servidora Adair Zanelatto, em virtude de Licença, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Maio de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

## Monte Carlo

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Tomada de Preço N. 04/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 34/2011

TOMADA DE PREÇO N. 04/2011

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, CNPJ n. 95.996.104/0001-04, torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO, por execução direta, no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA VENDA, INSTALAÇÃO E MONITORAMENTO DE SPEED DOME VTV EM 03 (TRES) RUAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, BEM COMO LOCAÇÃO DE CAMERAS DE SEGURANÇAS EM PRÉDIOS DAS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO,

BEM COMO DA SEDE ADMINISTRATIVA MNUNICIPAL, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, COM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MONITORAMENTO, POR VALOR MENSAL, CONFORME ITENS CONSTANTES DO ANEXO IV, em conformidade com a Lei n. 8.666, de 21-6-93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas até às 13:45 horas, para abertura às 14:00 horas do dia 07/06/2011. MENOR PREÇO GLOBAL INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, SC 456 Km 15 Centro. Fone/fax 049 3546 0194 OU home Page: WWW.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 17 de maio de 2011.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

## Nova Trento

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Prorroga o Prazo da Portaria Nº 254/2011, que abre Processo de Sindicância Sigilosa.

PORTARIA Nº 390 / 2.011

Prorroga o Prazo da Portaria nº 254/2011, que Abre Processo de Sindicância Sigilosa.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

#### RESOLVE:

Art. 1º- Prorrogar a partir desta data, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos de abertura do Processo de Sindicância Sigilosa, instaurado pela Portaria nº 254, de 15 de março de 2011, para apurar o fato envolvendo o veículo da Sra. Jerusa Raizer Gon, danificado especialmente um dos pneus traseiros, em virtude de lajotas soltas na Rua Luiz Zandonai, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 16 de maio de 2.011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art. 1º, Parágrafo Único do Decreto nº039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças.

#### Resumo Leilão Público Nº002/2011

RESUMO LEILÃO PÚBLICO 002/2011

Origem: Processo Licitatório nº 053/2011. Modalidade: Leilão Público nº 002/2011. Homologação: 11/05/2011. Origem: Prefeitura Municipal de Nova Trento, Praça del Comune, 126, Centro, CNPJ 82.925.025/0001-60. Alienação em favor de: Luana da Silva, CPF nº 073.973.759-79, residente à Rua Belo Horizonte, 630, Bairro Gloria, Blumenau/SC - veículo VW/KOMBI , placa MAX5867, chassi



9BWZZZ237WP014241, Valor da alienação R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); Domingos Felício Michei, CPF nº 542.998.459-00, residente à Rua Belo Horizonte 620, Bairro Gloria, Blumenau/SC - veículo VW/KOMBI, placa MAX5797, chassi 9BWZZZ237WP014253, Valor da alienação R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e o veículo VW/KOMBI, placa MAX5817, chassi 9BWZZZ237WP017604, Valor da alienação R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); Ivonete Policarpo, CPF nº 630.759.709-72, residente à Rua Diogo Teodoro Pereira, 173, Bairro Margem Esquerda, Gaspar/SC - veículo VW/GOL SPECIAL, placa MBM5493, chassi 9BWCA05Y82T153788, Valor da alienação R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Nova Trento, 11 de maio de 2011.  
ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Lei Nº 1.511, de 17 de Maio de 2011.**

LEI Nº 1.511, DE 17 DE MAIO DE 2011.  
CONCEDE REPOSIÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, III da Lei Orgânica do Município: Faz saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida, na forma que dispõe o art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, revisão geral anual para fins de conceder reposição de perda do poder aquisitivo na remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de Pinheiro Preto, no percentual de 7,56 % (sete inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento).

Parágrafo único. A reposição de que trata este artigo refere à recomposição da perda do poder aquisitivo da remuneração ocorrida no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010, calculada pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Art. 2.º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento atual.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2.011.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto (SC), 17 de maio de 2011  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **decreto Nº 3.390, de 17 de Maio de 2011.**

DECRETO Nº 3.390, DE 17 DE MAIO DE 2011.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de

2010.

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo  
Unidade Orçamentária: 0201 - Secretaria de Administração e Planejamento  
Função: 27 - Desporto e Lazer  
Subfunção: 813 - Lazer  
Programa: 0007 - Lazer Coletivo  
Atividade: 2022 - Despesas com Festividades do Município  
Modalidade de Aplicação: 33900000  
Fonte: 0300.0 - Aplicações Direta R\$ 10.000,00

Total Suplementado R\$ 10.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), por conta do Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2010, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial, fonte 0100 - Exercício de 2010.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, em 17 de Maio de 2011.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

## Porto Belo

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Lei Municipal Nº 1.904/2011**

LEI MUNICIPAL Nº 1.904/2011

"Institui no Município de Porto Belo a Semana de Festividades em Comemorações ao Dia do Pescador e dá outras providências". Autor: Vereador Altino Torquato dos Santos Junior.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituída no Município de Porto Belo a "Semana de festividades em comemoração ao dia do pescador" a ser desenvolvida anualmente, entre os dias 23 à 29 de junho, incorporando-se assim tais dias e comemorações ao calendário oficial do Município, conforme Decreto 440/2008.

Art. 2º A "Semana do Pescador" terá como objetivo comemorar a cultura do mar e difundir as tradições açorianas que estão ligadas diretamente a profissão de pescador engrandecendo os trabalhos de tal atividade, por meio de festividades, palestras, cursos e seminários voltados para toda a comunidade, principalmente as famílias envolvidas com o dia-a-dia da pesca.

Art. 3º A "Semana do Pescador" será promovida pelo Município em colaboração com as entidades de classe, sindicatos, órgãos públicos e entidades privadas possibilitando o maior alcance possível



de seus objetivos.

Art. 4º Fica instituído o dia 29 de junho como a data magna para a realização das festividades, por conta desta data ser reconhecida como o dia do "pescador", em todo território nacional.

Art. 5º As despesas para a realização da "Semana do Pescador" correrão à conta das contribuições vindas de parceria entre os envolvidos com o seguimento através da parcerias público privadas, e do envolvimento do Poder Executivo por suas secretarias.

Art. 6º O Executivo Municipal, por meio de ato próprio, baixará as determinações para a efetivação da "Semana do Pescador".

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 10 dias do mês de maio de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

## Porto União

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei Nº 3.871/2011

LEI Nº 3.871, de 17 de maio de 2011.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral do Município do exercício de 2011, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) reais, conforme discriminação a seguir.

ORGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO  
UNIDADE 0210 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
ATIVIDADE 2039 - Atividades de Defesa Civil  
MODALIDADE 3390 - 100 - Aplicações Diretas novo 5.000,00

TOTAL DO CRÉDITO 5.000,00

Art.2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso do superávit financeiro do exercício 2011 na fonte 100 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de maio de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

#### Lei Nº 3.872/2011

LEI Nº 3.872, de 17 de maio de 2011.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde do exercício de 2011, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme discriminação a seguir.

ORGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ATIVIDADE 2067 - Estratégia Saúde da Família  
MODALIDADE 4490 - 465 - Aplicações Diretas novo 40.000,00

TOTAL DO CRÉDITO 40.000,00

Art.2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação a ocorrer no exercício 2011 no Fundo Municipal de Saúde na fonte 465 - Co financiamento da Atenção Básica.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de maio de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

#### decreto Nº 574/2011

DECRETO Nº 574, de 11 de maio de 2011.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.775, de 07 de julho de 2010 (LDO) e 3.830, de 26 de novembro de 2010 (LOA).

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

ORGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO  
UNIDADE 0207 - SECR.MUN. TRANSP.OBRAS E SERV.PÚBL.  
PROJETO 1013 - Instalação/Ampliação de Sinalização de Vias  
MODALIDADE 3390-100 - Aplicações Diretas 33 15.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 15.000,00

Art.2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO  
UNIDADE 0207 - SECRET.MUN.TRANSP.OBRAS e SERV.PÚBL.  
PROJETO 1013 - Instalação/Ampliação de Sinalização de Vias  
MODALIDADE 4490-100 - Aplicações Diretas 34 15.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 11 de maio de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### **Extrato de Edital de Pregão Presencial 002/2011 FaS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 010/2011 FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 002/2011 FAS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item, para contratação de 01 (uma) Assistente Social e 01 (um) Advogado para prestar serviços junto ao FAS, para compor a equipe do CREAS ( Centro de Referencia Especializado de Assistência Social) . Recebimento dos envelopes e do credenciamento será as 10:00 horas do dia 02 de junho de 2011 com inicio da sessão publica as 10:15 horas do mesmo dia e no mesmo local. Maiores informações e copia do edital estão a disposição no site da prefeitura municipal, ( [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br)), telefone 042 3523 11 55, e mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br).

Porto União SC, 17 de maio de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

### **Extrato de Edital de Pregão Presencial 003/2011 FaS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 011/2011 FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 003/2011 FAS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de materiais de limpeza e gêneros alimentícios para manutenção do programa PAINF - FAS . Recebimento dos envelopes e do credenciamento será as 10:00 horas do dia 06 de junho de 2011 com inicio da sessão publica as 10:15 horas do mesmo dia e no mesmo local. Maiores informações e copia do edital estão a disposição no site da prefeitura municipal, ( [portouniao.sc.gov.br](http://portouniao.sc.gov.br)), telefone 042 3523 11 55, e mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br).

Porto União SC, 17 de maio de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

### **Extrato de Edital de Pregão Presencial 004/2011 FaS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 012/2011 FAS

### **Extrato de Edital de Pregão Presencial 004/2011 FAS**

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de materiais de expediente, artesanato e materiais de cozinha para manutenção do programa PAINF - FAS . Recebimento dos envelopes e do credenciamento será as 10:00 horas do dia 07 de junho de 2011 com inicio da sessão publica as 10:15 horas do mesmo dia e no mesmo local. Maiores informações e copia do edital estão a disposição no site da prefeitura municipal, ( [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br)), telefone 042 3523 11 55, e mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br).

Porto União SC, 17 de maio de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

### **Extrato de Edital de Pregão Presencial 029/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 044/2011

Extrato de Edital de Pregão Presencial 029/2011

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de pregão presencial tipo menor preço por item, para contratação de serviços de horas maquinas, diversas. Recebimento dos envelopes e do credenciamento será as 14:00 horas do dia 03 de junho de 2011, com inicio da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia e no mesmo local. Maiores informações e copia do edital estão a disposição no site da prefeitura municipal, ( [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br)), telefone 042 3523 11 55, e mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br).

Porto União SC, 17 de maio de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

### **Extrato de Edital de Pregão Presencial 030/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 045/2011

Extrato de Edital de Pregão Presencial 030/2011

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item, para contratação de empresa para prestar serviços de transporte de 1.300 toneladas de calcário da cidade de Almirante Tamandaré PR até Porto União SC. Recebimento dos envelopes e do credenciamento será as 14:00 horas do dia 02 de junho de 2011, com inicio da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia e no mesmo local. Maiores informações e copia do edital estão a disposição no site da prefeitura municipal, ( [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br)), telefone 042 3523 11 55, e mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br).

Porto União SC, 17 de maio de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Municipal nº 5.132/2011

LEI Nº 5.132, de 10 de maio de 2011.

“INSTITUI O DIA MUNICIPAL DE ATENÇÃO À PESSOA IDOSA.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal de Atenção à Pessoa Idosa, que será celebrado anualmente no dia 1º de outubro.

Art. 2º O Dia Municipal de Atenção à Pessoa Idosa integrará o calendário oficial do Município.

Art. 3º Ficam as entidades promotoras autorizadas a desenvolver ações como palestras, debates, reuniões e campanhas educativas, referindo-se aos seguintes termos:

I - Prevenção a quedas de idosos ;

II - Combate aos maus tratos;

III - Preservação a dignidade da pessoa idosa;

IV - Prevenção a doenças degenerativas;

V - Prevenção de doenças depressivas;

Art. 4º As ações poderão ser promovidas por entidades privadas e públicas, em parceria com as Secretarias Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social, permitindo o envolvimento da comunidade.

Art. 5º A municipalidade providenciará ampla divulgação do conteúdo desta Lei em locais e espaços voltados aos idosos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal 10 de maio de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Lei Municipal nº 5.133/2011

LEI Nº 5.133, de 10 de maio de 2011.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA CARGOS EM COMISSÃO NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º É vedada a nomeação para cargos em comissão, no âmbito do Poder Legislativo Municipal, das pessoas inseridas nas seguintes hipóteses:

a) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

b) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público;

2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;

3. contra o meio ambiente ou a saúde pública;

4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função

pública;

6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo ou hediondos;

8. de redução à condição análoga à de escravo;

9. contra a vida e a dignidade sexual; e

10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

c) os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos;

d) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

e) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

f) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

g) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

h) os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

i) os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

j) os membros do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas, que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, e que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos.

Art. 2º A vedação prevista na alínea b deste artigo não se aplica aos crimes culposos e àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.

Art. 3º Fica vedada também a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Vereador ou de servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada, no âmbito do Poder Legislativo de Rio do Sul, compreendido na vedação o ajuste mediante designações recíprocas.

Parágrafo único. Exclui-se da vedação prevista no caput do presente artigo os casos em que o servidor já ocupar cargo em comissão ou de confiança, ou ainda função gratificada, quando da posse de Vereador

Art. 4º Todos os atos efetuados em desobediência às vedações previstas serão considerados nulos.

Art. 5º Caberá ao poder Legislativo Municipal, de forma individualizada, a fiscalização de seus atos em obediência à presente lei, com a possibilidade de requerer aos órgãos competentes

informações e documentos que entender necessários para o cumprimento das exigências legais.

Art. 6º O nomeado ou designado, obrigatoriamente antes da posse, terá ciência das restrições e declarará por escrito não se encontra inserido nas vedações do art. 1º.

Art. 7º O Presidente da Câmara Municipal, dentro do prazo de noventa dias, contados da publicação da lei, promoverá a exoneração dos atuais ocupantes de cargos de provimento em comissão, nas situações previstas no art. 1º.

Parágrafo único. Os atos de exoneração produzirão efeitos a contar de suas respectivas publicações.

Art. 8º As denúncias de descumprimento desta lei deverão ser encaminhadas ao Ministério Público, que ordenará as providências cabíveis na espécie.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal 10 de maio de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### **Lei Municipal nº 5.134/2011**

LEI Nº 5.134, de 10 de maio de 2011.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO PROMOVER RESARCIMENTO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a pagar à Ednei Sandri, referente a despesas de recuperação dos estragos de seu veículo, causados em razão da buraco na via pública, o valor de R\$ 2.599,00 (dois mil quinhentos e noventa e nove reais).

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 10 de maio de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### **Lei Municipal nº 5.135/2011**

LEI Nº 5.135, de 10 de maio de 2011.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REALIZAR DESAFETAÇÃO, AFETAÇÃO E PERMUTA DE IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar a desafetação de área de terra de 700,00m<sup>2</sup> (setecentos metros quadrados), de propriedade do Município, devidamente registrada sob o nº 12226 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas desta Comarca, com as seguintes características:

- uma área de terra com 700,00m<sup>2</sup> (setecentos metros quadrados), situada no perímetro urbano desta cidade, no Bairro Canta Galo, com as seguintes medidas e confrontações: frente em 28,00

metros para o lado par da Rua João Pasqualini; fundos com a mesma metragem, com terras dos herdeiros de João Pasqualini; lado direito com 25,00 metros, também com terras de herdeiros de João Pasqualini e do lado esquerdo com a mesma metragem, com terras de Willy Pasqualini e, dista à 447,00 metros da BR-470. Imóvel este destinado a área verde e ou equipamento comunitários.

Art. 2º Com o cancelamento da afetação relativa ao imóvel identificado no artigo anterior, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar permuta com uma área de terra de 900,00m<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados) de propriedade do Sr. Willy Pasqualini e sua mulher Sra. Sueli Pasqualini, devidamente registrada sob o nº 42900 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas desta Comarca, com as seguintes características:

- um terreno situado no perímetro urbano desta cidade, no Bairro Canta Galo com área de 900,00m<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados) devidamente desmembrado conforme Alvará de Parcelamento do Solo número 48/2020, de 30-06-2010, com as seguintes medidas e confrontações: frente em 28,12 metros com a Rua João Pasqualini; fundos em 28,12 metros com terras de Roberto Bloemer, lado direito em 32,00 metros com terras de Willy Pasqualini e lado esquerdo em 32,00 metros com terras de Willy Pasqualini.

Art. 3º Para efetivação da permuta a Comissão nomeada pelo Decreto nº 1.444, de 11 de outubro de 2010, avaliou a área de terra com 700,00 m<sup>2</sup>, de propriedade do Município de Rio do Sul, em R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) considerando a localização e situação (ative) do imóvel, e a área de terra com 900,00m<sup>2</sup> de propriedade do Sr. Willy Pasqualini e sua mulher Sueli Pasqualini, em R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) considerando a localização e situação (declive) do imóvel.

Art. 4º O imóvel recebido em permuta do Sr. Willy Pasqualini, identificado no Artigo 2º desta Lei, destina-se a área verde e ou instalação de equipamentos comunitários.

Art. 5º Integram a presente Lei:

I - O Decreto nº 1.444, de 11 de outubro de 2010 que nomeou a Comissão para avaliar os imóveis objeto de permuta;  
II - os respectivos Laudos e Avaliações;  
III - as matrículas 42.000 e 42.689, com as respectivas averbações do Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 10 de maio de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### **Lei Municipal nº 5.136/2011**

LEI Nº 5.136, de 10 de maio de 2011.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.016, DE 03 DE AGOSTO DE 2010, QUE INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera a redação do artigo 42, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 42 - Nas infrações relativas à emissão de RPS, aplicar-se-á



multa de valor igual a:

I - 40 UFM's para cada RPS emitido e não convertido em NFS-e, no prazo legal;

II - 40 UFM's para cada RPS não convertido em NFS-e e não informado pelo tomador dos serviços nos prazos regulamentados.

Parágrafo Único - A conversão espontânea do RPS realizada após o prazo estabelecido no artigo 28 da presente Lei, implicará em multa diária correspondente a 0,67% (zero vírgula sessenta e sete por cento) até atingir o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do imposto, se realizado até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

Art. 2º - Altera a redação do caput do artigo 48, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48 - Fica estabelecido um período de transição de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 01 de maio de 2011, para que os contribuintes utilizem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no Capítulo VI desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 10 de maio de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Lei Municipal nº 5.137/2011**

LEI Nº 5.137, de 10 de maio de 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REALIZAR DESAFETAÇÃO E AFETAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a desafetação de área de terra de 2.675,40m² (dois mil seiscentos e setenta e cinco vírgula quarenta metros quadrados), devidamente registrada sob o nº 38.904 do Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas desta comarca, pertencente ao Município de Rio do Sul.

Parágrafo Único - A desafetação mencionada no caput deste artigo visa retirar a destinação específica que inicialmente foi conferida ao imóvel em questão, a fim de lhe dar finalidade que melhor atenda os interesses públicos.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º desta Lei passa a ter nova afetação conforme segue: destina-se a construção de Áreas de Lazer e/ou Equipamentos Comunitários.

Art. 3º Integra a presente Lei a Matrícula nº 38.904 do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 10 de maio de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Lei Municipal nº 5.138/2011**

LEI Nº 5.138, de 10 de maio de 2011.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 170.500,00 (cento e setenta mil e quinhentos reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.01	GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
1.054	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	170.500,00
	TOTAL	R\$	170.500,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 170.500,00 (cento e setenta mil e quinhentos reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.02	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
1.003	Prodesa - Contrapartida		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	33.000,00
2.042	Manutenção do Departamento de Agricultura		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
2.062	Programa Compra Direta do Produtor Rural - Contrapartida		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	87.500,00
	TOTAL	R\$	170.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 10 de maio de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Lei Municipal nº 5.139/2011**

LEI Nº 5.139, de 10 de maio de 2011.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:



Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 1.575.000,00 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.029	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00	Transferência a Instituições Privadas sem Fins lucrativos	R\$	200.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	400.000,00
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00	Transferência a Instituições Privadas sem Fins lucrativos	R\$	200.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	400.000,00
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
2.038	Manutenção do Depto de Obras e Melhorias Viárias		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	375.000,00
	TOTAL	R\$	1.575.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 1.575.000,00 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
2.002			
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
2.012	Manutenção do Departamento de Trânsito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
2.064	Manutenção do Departamento da Guarda Municipal		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
02.02	DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL		
	Manutenção do Departamento da Defesa Civil		
2.003			
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
02.04	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		

2.004	Manutenção do Departamento de Comunicação Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
02.07	DEPARTAMENTO DO PROCON		
	Manutenção do Departamento do Procon		
2.006			
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
03.00	GABINETE DO VICE-PREFEITO		
03.01	GABINETE DO VICE-PREFEITO		
	Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito		
2.007			
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
04.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
04.01	PROCURADORIA JURÍDICA		
	Manutenção da Procuradoria Jurídica		
2.008			
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	60.000,00
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
05.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
	Manutenção do Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente		
2.009			
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
05.06	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente		
2.014			
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		
	Manutenção do Departamento de Informática		
2.015			
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
06.02	DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO		
	Manutenção do Departamento de Patrimônio		
2.017			
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00

06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
2.018	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.010	Manutenção do Departamento de cadastro Multifinalitário		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
2.022	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.6.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		
4.6.90.00	Aplicações Diretas	R\$	520.000,00
07.02	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA		
2.023	Manutenção do Departamento de Fiscalização Tributária		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
07.03	DEPARTAMENTO CONTÁBIL		
2.024	Manutenção do Departamento Contábil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
07.04	DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA		
2.025	Manutenção do Departamento de Tesouraria		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
07.05	DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO		
2.026	Manutenção do Departamento de Arrecadação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
07.06	DEPARTAMENTO DE PROTOCOLO		
2.027	Manutenção da Divisão de Protocolo		

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
09.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
2.043	Manutenção do Gabinete do Secretários de desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
2.044	Manutenção do Departamento de Desenvolvimento Econômico Nacional		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
09.04	DEPARTAMENTO DE TURISMO		
2.045	Manutenção do Departamento de Turismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
2.036	Manutenção do Gabinete do Secretário de Obras e Serviços Urbanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
10.03	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS		
2.038	Manutenção do Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
10.04	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		
2.039	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.01	GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA		

2.041	Manutenção do Gabinete do Secretário Municipal de Agricultura		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	60.000,00
11.02	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
2.042	Manutenção do Departamento de Agricultura		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
2.057	Conselho Tutelar		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
	TOTAL	R\$	1.575.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 10 de maio de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### Dispensa de Licitações 064/2011

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 064/2011

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: locação de quatro salas de aula, sem ônus, nas dependências do SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, localizada na Estrada da Madeira, Barragem, para utilização nas disciplinas de espanhol, italiano, saúde e qualidade de vida, gestão e matemática financeira para alunos do Ensino Fundamental da rede Municipal de Ensino, matriculados na Escola Modelo Arvino Walter Gaertner.

R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mês, visando ressarcir os custos com limpeza, energia elétrica, manutenção de consumo, entre outros.  
Prazo: 5 (cinco) meses

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso X da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal, Rio do Sul, 17 de maio de 2011  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal em exercício

### Extrato de Inexigibilidade 20/2011 FMS

Prefeitura de Rio do Sul  
Secretaria Municipal de Saúde  
Divisão de Suprimentos - Setor de Compras  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2011 - FMS

OBJETO: Aquisição de vale-transporte para atender necessidades dos servidores desta secretaria, para o mês de maio/2011.

JUSTIFICATIVA: Único fornecedor, com base no artigo 25, inciso I da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, que estabelece

"é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição".

VALOR DO OBJETO: R\$ 3.910,00 (três mil, novecentos e dez reais)

#### FORNECEDORES:

\* Ônibus Circular Ltda, situada na rua Lauro Muller, nº 444, bairro Budag, município de Rio do Sul. CNPJ: 85.775.633/0001-24;

\* Expresso Taioense Ltda, situada na rua Lauro Muller, nº 444, bairro Budag, município de Rio do Sul. CNPJ: 85.776.342/0001-50.

Rio do Sul (SC), 20 de abril de 2011.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

MIRIAN UNBEHAUN SILVA  
Secretária Municipal de Saúde

### Contrato 285/2011 FMS

TERMO ADITIVO 285/2011 FMS

Pelo presente termo aditivo ao Contrato Administrativo de Locação, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, sediado na Rua Tuiuti, 154, Centro, neste ato representado pela sua gestora, Srª Mirian Unbehaun Silva, doravante denominado LOCATÁRIO e de outro lado o Sr. Valmor Poffo, pessoa física inscrito no CPF sob o nº 055.257.809-68 e portador do RG nº 217.103, residente e domiciliado na rua Dom Bosco, nº 175, apartamento 108, bairro Jardim América, nesta cidade, daqui em diante denominado de LOCADOR, entre si celebram o presente Contrato de Locação, sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a locação de imóvel com as características necessárias para a execução de serviços básicos de saúde, localizado nas adjacências do bairro Budag. Dados do Imóvel: matrícula 248, terreno situado no perímetro urbano desta cidade, no bairro Budag, loteamento Jardim Vitor Meirelles, lote de terras designado sob o nº 23, da no lado impar da rua Vitor Meirelles, com área de 378,11 m², com as confrontações e medidas: frente e norte com a rua Vitor Meirelles na extensão de 13 metros, fundos a sul com o lote de nº 24, na extensão de 13 metros, lado direito a leste com a rua Johan Kepler na extensão de 27,70 metros e lado esquerdo a oeste com o lote nº 21 na extensão de 31,80 metros.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

O aluguel sofrerá o reajuste na ordem de 6,30% com base no INPC acumulado março/2010 à março/2011, passando a vigorar com o valor de R\$ 822,30 (oitocentos e vinte e dois reais e trinta centavos).

Prorroga-se a vigência do contrato de locação de imóvel para mais doze meses, vigindo a partir de 16 de abril de 2011 até 15 de abril de 2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e do edital tipo Dispensa de Licitação 28/2007 não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e

assinadas.

Rio do Sul, 16 de abril de 2011.  
MIRIAN UNBEHAUN SILVA  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

WALMOR POFFO  
Locador

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

## Salto Veloso

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### I Errata de Edital PP 0011/2011

I Alteração de edital pregão presencial registro de preço  
nº. 0011/2011-Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC

I ALTERAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 0011/2011-FMS

PROCESSO Nº. 0059/2011-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados informando ALTERAÇÃO de Data de abertura referente ao objeto

do Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 0011/2011-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de 02 Veículos automotores novos; 01 tipo pickup e 01 tipo passeio (sedan), para o Fundo municipal de Saúde deste Município, o motivo desta ERRATA é ausência de publicação do extrato deste edital em Diário Oficial do Estado - DOE, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2- Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Documentação,

bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 30 de Maio de 2011.

b) Local: Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC.

Setor de Licitações, localizado Sede da Prefeitura Municipal, sito à travessa das flores, 058 Centro, Salto Veloso/SC

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 10:30h.

d) Abertura do processo: às 10:30h.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 30 de Maio de 2011 às 10:30h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente

na recepção desta Prefeitura.

Os demais itens ficarão inalterados.

Salto Veloso, 18 de Maio de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Notificação de Recebimento Recursos Federais

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Exercício de 2011

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 16/05/2011 até 16/05/2011

Espécie	Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>270.973,21</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transferências da União	14.953,71
4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Rec. da União	12,15
4.1.7.2.1.01.05.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	12,15
4.1.7.2.1.01.05.01.00 Cota Parte do ITR 60%	7,29
4.1.7.2.1.01.05.02.00 Cota Parte do ITR 25%	3,04
4.1.7.2.1.01.05.03.00 Cota Parte do ITR 15%	1,82
4.1.7.2.1.22.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	275,18
4.1.7.2.1.22.20.00.00 Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	275,18
4.1.7.2.1.34.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	10.487,92
4.1.7.2.1.34.01.00.00 Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social	10.487,92
4.1.7.2.1.35.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	4.178,46
4.1.7.2.1.35.04.00.00 Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	4.178,46
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	256.021,93
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	256.021,93
4.1.7.2.4.01.01.00.00 FUNDEB - MAGISTÉRIO	153.613,16
4.1.7.2.4.01.02.00.00 FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	102.408,77
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-2,43
9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-2,43
9.1.7.2.1.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-2,43

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 18/05/2011

ROBERTO ZOLET

CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO



**Schroeder****PREFEITURA MUNICIPAL****Ata Carta Convite Nº 2/2011-Fas**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC	<b>CONVITE</b> <b>Nr.: 2/2011 - CV</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 14/2011 Data do Processo: 20/04/2011

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 13/2011 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para "Curso de capacitação de Enfrentamento a Violência nas Relações Familiares", realizado nos dias 05, 06, 12 e 13 de maio de 2011, totalizando 32 horas, no auditório do CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

A comissão reuniu-se após recebimento do Parecer da Procuradoria nº 29/2010-PROJUR e decisão do prefeito Municipal o senhor Felipe Voigt, o qual DECIDE pelo conhecimento do presente recurso e das impugnações ao recurso, por tempestivas e, no mérito, por seu provimento, tendo em vista que é necessário, ou melhor, obrigatório, que a Administração Pública busque a melhor contratação, aquela que se compatibilize com o interesse público primário, melhor atendendo ao pressuposto da economia ao erário, com a máxima eficiência. Buscar a empresa que atenda tanto aos requisitos de preço/custo da obra quanto aos pressupostos técnicos para sua execução encontra-se perfeitamente em consonância com esses objetivos. E pede-se para dar sequência ao certame. Sendo então declarada habilitada pelo prefeito municipal o Senhor Felipe Voigt a empresa OLIVEIRA E COSTA CURSOS E TREIN. EM CAP. PROF. LTDA. Fica marcada a data de 19 de maio de 2011, às 16h para abertura das propostas das empresas habilitadas. Diante do exposto encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata as empresas participantes.

SCHROEDER , 17 de Maio de 2011

**COMISSÃO:**

ORLANDO TECILLA	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
DANIELA SAMULESKI	- ..... - MEMBRO
VALDERI ROCHA DE CAMARGO	- ..... - MEMBRO
LETICIA GAZOLA	- ..... - MEMBRO
IVANDRA DE SOUZA	- ..... - SECRETARIA
PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA	- ..... - MEMBRO SUPLENTE

**decisão Carta Convite Nº 02/2011-FaS**

GABINETE DO PREFEITO

Processo Administrativo-Licitatório n.º 14/2011-FAS

Convite n.º 02/2011-FAS

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, contratação de empresa especializada para "Curso de capacitação de Enfrentamento a Violência nas Relações Familiares", a ser realizado nos dias 30 e 31 de maio e 06 e 07 de junho do corrente ano, totalizando 32 horas, no auditório do CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Decisão  
Vistos, etc

Considerando o teor do Parecer n.º 29/2011-PROJUR, que pugna pelo recebimento do presente recurso, por tempestivo e, no mérito, por seu provimento integral, por conta de sua adequação aos princípios gerais do Direito Administrativo, em especial aos princípios específicos das licitações públicas, utilizando como razões para decidir aquelas traçadas pela Procuradoria Jurídica do Município, no parecer supra identificado, DECIDO pelo conhecimento do presente recurso, por tempestivo e, no mérito, por seu provimento, tendo em vista que é necessário, ou melhor, obrigatório, que a Administração Pública busque a melhor contratação, aquela que se compatibilize com o interesse público primário, melhor atendendo ao pressuposto da economia ao erário, com a máxima eficiência. Buscar a empresa que atenda tanto aos requisitos de preço/custo da obra quanto aos pressupostos técnicos para sua execução encontra-se perfeitamente em consonância com esses objetivos.

Base Legal: art. 3º da Lei n.º 8.666/93. Art. 109, §4º da Lei n.º 8.666/93.

Dê-se sequência ao certame.

Marque-se data para a abertura das propostas das empresas participantes

Publique-se. Intimem-se os interessados. Cumpra-se.

Schroeder(SC), 17 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**Suspensão da Abertura da Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 33/2011-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/SC

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

SUSPENSÃO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 33/2011-PMS

PROCESSO Nº. 72/2011-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a SUSPENSÃO DA ABERTURA da licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº. 33/2011-PMS, Processo nº. 72/2011-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de relógios eletrônicos de ponto em conformidade com a portaria MET nº 1510/2009 e demais normais vigentes para suprir

as necessidades da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, para análise de questões relevantes arguidas em questionamentos feita ao edital.

Schroeder, 18 de maio de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato de Registro de Preço Nº. 89/2011-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato de Registro de Preço nº. 89/2011-PMS

Processo de licitação nº. 71/2011 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 32/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: AFER SERVIÇOS DE INSTRUMENTAÇÃO LTDA-ME, inscrito CNPJ nº. 81.549.347/0001-90, estabelecida a Rua Prof. Antonio Estanislau Ayroso, nº. 375, Bairro Nova Brasília, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.252-270.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de manutenção em painéis eletro-eletrônicos e de boosters para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Serviço continuado de manutenção em painéis eletro-eletrônicos e boosters.	350	Hora	38,50	13.475,00
VALOR R\$ TOTAL				13.475,00	

Valor do contrato: R\$ 13.475,00 (Treze mil quatrocentos e setenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 18/05/2011 - Vigência: 18/05/2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato de Registro de Preço Nº. 90/2011-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato de Registro de Preço nº. 90/2011-PMS

Processo de licitação nº. 50/2011 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 23/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: AGROCOMERCIAL SANDRI LTDA, inscrito CNPJ nº. 79.658.134/0001-54, estabelecida a Avenida Franz Xavier Mainhardt, nº 545, Bairro Padre Eduardo, na cidade de Tiaó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.190-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	ENROFLOXACINO 10% EM FRASCO DE 50 ML	60	Unidade	10,57	634,20
02	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000UI + BENZILPENICILINA PROCAÍNA 300.000UI + BENZILPENICILINA POTÁSSICA + DIITREPTOMICINA BASE + ESTREPTOMICINA BASE COM 15 ML DE ÁGUA PARA INJEÇÃO PARA DILUIÇÃO	200	Unidade	8,90	1.780,00
03	OXITETRACICLINA-LA BASE EM FRASCOS DE 50 ML	40	Unidade	6,18	247,20
04	DIACETURATO DE 4,4' DIAZOAMINO DIBENZAMIDINA EM FRASCOS DE 30 ML	8	Unidade	24,38	195,04
05	DICLOFENACO SÓDIO EM FRASCOS DE 50 ML	60	Unidade	12,31	738,60
06	FLUNIXINA MEGLUMINA EM FRASCOS DE 50 ML	60	Unidade	31,27	1.876,20
07	OCITOCINA EM FRASCOS DE 50ML	02	Unidade	7,35	14,70
08	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA + EPINEFRINA EM FRASCOS DE 50 ML	150	Unidade	5,038	807,00
09	CLORIDRATO DE XILAZINA EM FRASCOS DE 10 ML	03	Unidade	12,42	37,26
10	IVERMECTINA 1% EM FRASCOS DE 50ML	50	Unidade	3,99	199,50
11	DORAMECTIN 15 EM FRASCO DE 50ML	50	Unidade	13,50	675,00
12	CLORIDRATO DE LEVAMISOL 7,5G EM FRASCOS DE 100ML	02	Unidade	7,19	14,38

13	TÔNICO REVIGORANTE: VITAMINA E ACETATO + VITAMINA B12 + MONOGLUTAMATO DE SÓDIO + CLORIDRATO DE L-LISINA + GLICINA + DL-METIONINA + CLORIDRATO DE L-ARGININA + L-VALINA + L-TRIPTOFANO + CLORIDRATO DE L-HISTAMINA + L-LEUCINA SELENITO DE SÓDIO ANIDRO + SULFATO DE COBRE + CLORETO DE COBALTO + CLORETO DE SÓDIO + CLORETO DE ZINCO + IODETO DE POTÁSSIO + HIPOFOSFITO DE CÁLCIO + CLORETO DE MAGNÉSIO EM ÁGUA DE INJEÇÃO EM FRASCOS DE 100 ML.	75	Unidade	3,95	296,25
14	ALBENDAZOL MICRO-NIZADO VIA ORAL EM FRASCOS DE 1 L	03	Unidade	25,99	77,97
15	VITAMINA K HIDROSOLÚVEL VIA ORAL EM FRASCOS DE 20 ML	30	Unidade	4,99	149,70
16	BOROGLUNATO DE CÁLCIO + GLICEROFOSFATO DE SÓDIO + CLORETO DE MAGNÉZIO + CAFÉINA + DEXTROSE EM FRASCOS DE 200ML	20	Unidade	3,94	78,80
17	ACETIL-D-L METIOMINA + CLORETO DE COLINA + CLORETO DE TIAMINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + CLORETO DE L-ARGININA + RIBOFLAVINA + NICOTINAMINA + PANTOTENATO DE CÁLCIO + GLICOSE EM FRASCO DE 100ML	100	Unidade	6,11	611,00
18	SULFADIAZINA PRATA + CIPERMETRINA + DDVP = ALUMÍNIO + BUTANO + EXCIPIENTE EM FRASCOS SPRAY DE 500 ML	25	Unidade	14,26	356,50
VALOR R\$ TOTAL				8.789,30	

Valor do contrato: R\$ 8.789,30 (Oito mil setecentos e oitenta e nove reais e trinta centavos).

Data da Assinatura: 18/05/2011 - Vigência: 18/05/2012

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

## Ata de Registro de Preço Pregão 93/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2010

Número do Registro de Preços: 58/2010

Data do Registro: 17/11/2010

Válido até: 17/11/2011

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 03 metros, soquete E - 40. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 250 W . Produto Homologado pela Celesc.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	68,0000	1
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	74,6500	2
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	82,6000	3
2	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 01 metros, soquete E - 27. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 70 W . Produto Homologado pela Celesc.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	47,0000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	54,1000	2
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	60,6500	3
3	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 01 metros, soquete E - 40. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 250 W . Produto Homologado pela Celesc.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	49,0000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	56,8000	2
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	61,9900	3
4	Lâmpadas vapor sódio, alta pressão, 250W, tubular, base E-40, garantia de fluxo de luminoso de no mínimo 33.000 lumens, vida útil aproximadamente de 32.000 horas de funcionamento em condições normais. Homologado pela Celesc.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	18,0000	1
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	18,0500	2
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	24,6000	3
5	Reator vapor sódio - 250W, 250V, baixa perda, máxima 24W, uso externo, galvanizado, com ignitor e capacitor incorporado, fator de energis maior que 0,92, demais características conforme especificações na E/3130001/IP//21 e NBR 13593 - com garantia de 05 anos. Homologado pela Celesc.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	41,9500	1
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	60,0000	2
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	61,4000	3
6	Reator vapor sódio - 70W, 250V, baixa perda, máxima 24W, uso externo, galvanizado, com ignitor e capacitor incorporado, fator de energis maior que 0,92, demais características conforme especificações na E/3130001/IP//21 e NBR 13593 - com garantia de 05 anos. Homologado pela Celesc.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	28,0000	1
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	28,4000	2
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	45,5000	3
7	Receptáculo E - 27 com 02 furos para afixar luminárias, em porcelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	0,8400	1
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	0,8600	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 2/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2010**

Número do Registro de Preços: 58/2010

Data do Registro: 17/11/2010

Válido até: 17/11/2011

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Receptáculo E - 27 com 01 furos para afixar luminárias, em pocelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	0,9000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	0,9300	2
9	Receptáculo E - 40 com 02 furos para afixar luminárias, em pocelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	3,3200	1
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,9000	2
10	Conector tipo cunha, tipo I.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,6200	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	5,9000	2
11	Conector tipo cunha, tipo II.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	2,2500	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	2,2700	2
12	Conector tipo cunha, tipo III.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	1,2400	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	3,5300	2
13	Conector tipo cunha, tipo A	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	2,6900	1
14	Conector tipo cunha, tipo B	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	2,8400	1
15	Fio flexível 1,5 mm nas cores preto, vermelho e branco (rolo de 100 metros)	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	37,5000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	45,0500	2
16	Fio flexível 2,5 mm nas cores preto, vermelho e branco (rolo de 100 metros)	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	59,0000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	70,8500	2
17	Cinta circular galvanizada a fogo 190 mm.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	12,7000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	12,7500	2
18	Cinta circular galvanizada a fogo 200 mm	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	14,0000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	15,1500	2
19	Cinta circular galvanizada a fogo 220 mm.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	14,5000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	16,4500	2
20	Cinta circular galvanizada a fogo 230 mm.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	15,1000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	16,5000	2
21	Cinta circular galvanizada a fogo 250 mm.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	15,8000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 3/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2010**

Número do Registro de Preços: 58/2010

Data do Registro: 17/11/2010

Válido até: 17/11/2011

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	17,4000	2
22	Cinta circular galvanizada a fogo 300 mm.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	17,4000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	18,9000	2
23	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 190 mm com porca quadrada.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,1000	1
24	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 200 mm com porca quadrada.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,3500	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	4,6600	2
25	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 220 mm com porca quadrada.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,4000	1
26	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 250 mm com porca quadrada.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,7000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	5,5900	2
27	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 300 mm com porca quadrada.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	4,2000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	6,4000	2
28	Conector complexado.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	2,4000	1
29	Arruela 38 X 30 mm galvanizada a fogo (parão Celesc).	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	0,3500	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	0,5000	2
30	Porca para parafuso 5/8 galvanizado a fogo ( padrão Celesc).	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	0,5500	1
31	Braço de iluminação pública 01 metro, galvanizado a fogo, com sapata larga e nome do fabricante gravado no mesmo.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	12,0000	1
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	12,1000	2
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	15,9000	3
32	Braço de iluminação pública 03 metro, galvanizado a fogo, com sapata larga e nome do fabricante gravado no mesmo.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	60,0000	1
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	78,8200	2
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	110,0000	3
33	Base para relé fotoeletrônico	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	2,8500	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	2,9000	2
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	3,8000	3
34	Fita isolante - rolo 20 m X 19 mm	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	1,7000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 4/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2010****Número do Registro de Preços: 58/2010****Data do Registro: 17/11/2010****Válido até: 17/11/2011**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	1,7300	2

SCHROEDER, 17 de Novembro de 2010.

**Ata de Registro de Preço Pregão 94/2010-PMS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 1/1

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 60/2010****Número do Registro de Preços: 60/2010****Data do Registro: 19/11/2010****Válido até: 19/11/2011**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em transporte coletivo escolar para suprir as necessidades das Secretarias de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Ônibus coletivo para serviço de transporte de passageiro em transporte escolar, visando atender alunos do ensino fundamental da rede estadual e municipal, bem como a disposição do pessoal do magistério; horário matutino, vespertino e noturno, abrangendo todas unidades escolares do município de Schroeder, sendo o equivalente a 30.000 quilômetros.	KM	TRANSPANTANAL TRASNPOTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		0	2,3300	1

SCHROEDER, 19 de Novembro de 2010.



## Ata de Registro de Preço Pregão Nº 23/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2010**

<b>Número do Registro de Preços: 58/2010      Data do Registro: 17/11/2010      Válido até: 17/11/2011</b> <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 03 metros, soquete E - 40. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 250 W . Produto Homologado pela Celesc.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	68,0000	1
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	74,6500	2
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	82,6000	3
2	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 01 metros, soquete E - 27. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 70 W . Produto Homologado pela Celesc.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	47,0000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	54,1000	2
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	60,6500	3
3	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 01 metros, soquete E - 40. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 250 W . Produto Homologado pela Celesc.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	49,0000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	56,8000	2
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	61,9900	3
4	Lâmpadas vapor sódio, alta pressão, 250W, tubular, base E-40, garantia de fluxo de luminoso de no mínimo 33.000 lumens, vida útil aproximadamente de 32.000 horas de funcionamento em condições normais. Homologado pela Celesc.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	18,0000	1
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	18,0500	2
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	24,6000	3
5	Reator vapor sódio - 250W, 250V, baixa perda, máxima 24W, uso externo, galvanizado, com ignitor e capacitor incorporado, fator de energis maior que 0,92, demais características conforme especificações na E/3130001/IP//21 e NBR 13593 - com garantia de 05 anos. Homologado pela Celesc.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	41,9500	1
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	60,0000	2
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	61,4000	3
6	Reator vapor sódio - 70W, 250V, baixa perda, máxima 24W, uso externo, galvanizado, com ignitor e capacitor incorporado, fator de energis maior que 0,92, demais características conforme especificações na E/3130001/IP//21 e NBR 13593 - com garantia de 05 anos. Homologado pela Celesc.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	28,0000	1
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	28,4000	2
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	45,5000	3
7	Receptáculo E - 27 com 02 furos para afixar luminárias, em porcelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	0,8400	1
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	0,8600	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 2/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2010**

Número do Registro de Preços: 58/2010

Data do Registro: 17/11/2010

Válido até: 17/11/2011

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Receptáculo E - 27 com 01 furos para afixar luminárias, em pocelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	0,9000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	0,9300	2
9	Receptáculo E - 40 com 02 furos para afixar luminárias, em pocelana vitrificada e reforçada, partes metálicas em latão niquelado, com borne de contato. Os dois devem ser afixados ao receptáculo através de parafuso. No soquete deverá ser estampado de forma legível: marca do fabricante, tipo modelo de soquete, tensão nominal e corrente nominal	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	3,3200	1
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,9000	2
10	Conector tipo cunha, tipo I.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,6200	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	5,9000	2
11	Conector tipo cunha, tipo II.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	2,2500	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	2,2700	2
12	Conector tipo cunha, tipo III.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	1,2400	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	3,5300	2
13	Conector tipo cunha, tipo A	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	2,6900	1
14	Conector tipo cunha, tipo B	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	2,8400	1
15	Fio flexível 1,5 mm nas cores preto, vermelho e branco (rolo de 100 metros)	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	37,5000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	45,0500	2
16	Fio flexível 2,5 mm nas cores preto, vermelho e branco (rolo de 100 metros)	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	59,0000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	70,8500	2
17	Cinta circular galvanizada a fogo 190 mm.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	12,7000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	12,7500	2
18	Cinta circular galvanizada a fogo 200 mm	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	14,0000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	15,1500	2
19	Cinta circular galvanizada a fogo 220 mm.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	14,5000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	16,4500	2
20	Cinta circular galvanizada a fogo 230 mm.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	15,1000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	16,5000	2
21	Cinta circular galvanizada a fogo 250 mm.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	15,8000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 3/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2010**

Número do Registro de Preços: 58/2010

Data do Registro: 17/11/2010

Válido até: 17/11/2011

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	17,4000	2
22	Cinta circular galvanizada a fogo 300 mm.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	17,4000	1
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	18,9000	2
23	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 190 mm com porca quadrada.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,1000	1
24	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 200 mm com porca quadrada.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,3500	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	4,6600	2
25	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 220 mm com porca quadrada.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,4000	1
26	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 250 mm com porca quadrada.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	3,7000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	5,5900	2
27	Parafuso galvanizado a fogo 5/8 300 mm com porca quadrada.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	4,2000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	6,4000	2
28	Conector complexado.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	2,4000	1
29	Arruela 38 X 30 mm galvanizada a fogo (parão Celesc).	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	0,3500	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	0,5000	2
30	Porca para parafuso 5/8 galvanizado a fogo ( padrão Celesc).	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	0,5500	1
31	Braço de iluminação pública 01 metro, galvanizado a fogo, com sapata larga e nome do fabricante gravado no mesmo.	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	12,0000	1
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	12,1000	2
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	15,9000	3
32	Braço de iluminação pública 03 metro, galvanizado a fogo, com sapata larga e nome do fabricante gravado no mesmo.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	60,0000	1
			ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	78,8200	2
			S&M ILUMINAÇÃO LTDA (11804)		0	110,0000	3
33	Base para relé fotoeletrônico	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	2,8500	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	2,9000	2
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	3,8000	3
34	Fita isolante - rolo 20 m X 19 mm	UN	ULTRAWATTS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (11929)		0	1,7000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 4/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2010****Número do Registro de Preços: 58/2010****Data do Registro: 17/11/2010****Válido até: 17/11/2011**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para iluminação pública para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	1,7300	2

SCHROEDER, 17 de Novembro de 2010.

**Ata de Registro de Preço Presencial Nº 32/2011-PMS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 1/1

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2011****Número do Registro de Preços: 20/2011****Data do Registro: 18/05/2011****Válido até: 18/05/2012**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de manutenção em painéis eletro-eletrônicos e de boosters para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroed

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço continuado de manutenção em painéis eletro-eletrônicos e boosters.	H	AFER SERVIÇOS DE INSTRUMENTAÇÃO LTDA (10360)		0	38,5000	1

SCHROEDER, 18 de Maio de 2011.

## Siderópolis

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### decreto nº37/2011

DECRETO N.º37 DE 18 DE MAIO DE 2011

DECRETA LUTO OFICIAL PELO FALECIMENTO DO EX-VEREADOR ZEFERINO DAGOSTIN

ELVI DONADEL, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarado luto oficial por 03 (três) dias, em todo o território do Município de Siderópolis, em sinal de pesar pelo falecimento do ex-Vereador Zeferino Dagostin.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin Em, 18 de Maio de 2011.

ELVI DONADEL

Prefeito Municipal em Exercício

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de Maio de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

## Timbó

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei Nº 2511, de 19 de Maio de 2011

LEI Nº 2511, DE 19 DE MAIO DE 2011

Altera dispositivo da Lei 2.349, de 14 de junho de 2007 que oficializa os símbolos da Fundação Municipal de Esportes-FME, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Timbó-SAMAE e Fundação Cultural de Timbó-FCT.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Ficam revogados o inciso III, bem como a alínea "c" do inciso IV do § 1º do art. 1º da Lei nº 2.349, de 14 de junho de 2007.

Art 2º - O § 3º e seus incisos, do art. 1º, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 3º - O símbolo do SAMAE-Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó conforme modelo contido no anexo III, tem as seguintes simbologias:

I - Simbologia 1: A gota representa renovação e dinamismo, configura o movimento do rio que se transforma e se renova em água potável.

II - Simbologia 2: O tom de cores em azul e branco remete a um produto potável, saudável e refrescante.

III - Simbologia 3: A tipografia sem serifa, em caixa baixa e com nome SAMAE no azul escuro remete a uma empresa forte e moderna

IV - O significado do Símbolo para o SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto é a representação da essência da autarquia e baseia-se no elemento água. Com suas formas suaves e fazendo um movimento contínuo reforça que o SAMAE renova a água formando um ciclo que vai da coleta, passando pelo tratamento e distribuição."

Parágrafo único. Ficam revogadas as alíneas "a" e "b" do inciso IV do §3º do art. 1º da Lei 2.349, de 14 de junho de 2007.

Art. 3º Os anexos I e III da Lei nº 2.349, de 14 de junho de 2007, ficam substituídos pelos anexos desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, 19 de maio de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.

Timbó, SC, 19 de maio de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO

Assessor Executivo de Gabinete

#### Aviso de Revogação Carta Convite 37-2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SAMAE TIMBÓ

EDITAL DE CONVITE Nº. 0037/2011

AVISO DE REVOGAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Convite nº. 00037/2011, tendo como objeto: "contratação de empresa especializada na execução de serviços de assessoria técnica/administrativa para captação de recursos junto ao governo federal" foi revogado tendo como base legal o Parecer Jurídico B-79/2011. A íntegra do Parecer encontra-se disponível no depto de licitações da Prefeitura de Timbó.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó

## Três Barras

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Ata 01 Pregão 37/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2.011.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 61/2.011.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 37/2.011.

Interessado: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aos treze dias do mês de maio do ano de 2.011, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa EUGENIO STEIDEL, CNPJ nº 83.193.433/0001-38, com sede na Estrada Dona Francisca, nº 585, Bairro Alto das Palmeiras, Cidade de

Canoinhas - SC, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s).

#### EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
005	300,00000	PACO	3,2400	972,00	FEIJÃO PRETO TIPO 1 - NOVO - embalagem plástica - pcts 1 kg - data de validade mínima de 4 meses
Marca: 0001 NUTRIPAR					
007	50,00000	PACO	3,5600	178,00	FARINHA DE MILHO TIPO BIJU, BRANCA, EMBALAGEM PLASTICA DE 01 KG. VALIDADE MINIMA DE 06(SEIS) MESES
Marca: 0001 ARCEMIL					
014	150,00000	UNID	2,1800	327,00	PUDIM (PACOTE 40 GRS) SABORES VARIADOS
Marca: 0001 BRETZKE					
017	20,00000	UNID	11,8000	236,00	FERMENTO BIOLOGICO SECO INSTANTANEO (PARA PAO) EM-BALAGEM DE APROX. 500 GRAMAS.
Marca: 0001 FERMAIS					
020	70,00000	PACO	2,5800	180,60	MILHO PARA CANJICA BRANCO (PCT. 500 GR)
Marca: 0001 JUREIA					
021	30,00000	PACO	2,9900	89,70	SAGU (PCT. 500 GR)
Marca: 0001 NEVE					
022	30,00000	PACO	2,2500	67,50	FUBA DE MILHO (FINO)
Marca: 0001 ARCEMIL					
025	20,00000	PACO	19,9100	398,20	OREGANO (PACOTE APROX. 100 GR)
Marca: 0001 BRETZKE					
026	10,00000	UNID	2,7900	27,90	CANELA EM PO (POTE 25 GR.)
Marca: 0001 BRETZKE					
027	150,00000	PACO	8,4000	1.260,00	CAFÉ EM PÓ - pacote de 500 gr
Marca: 0001 GALO					
031	400,00000	QUIL	9,5800	3.832,00	CARNE DE PORCO
Marca: 0001 FRIGOZINK					
050	900,00000	QUIL	1,2900	1.161,00	BANANA
Marca: 0001 IN NATURA					
Total EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO 8.729,90 Julgamento: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as

clausulas estipuladas pelo Edital nº. 37/2.011 - Procedimento Administrativo nº. 61/2.011, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 13 de maio de 2.011.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

EUGENIO STEIDEL

CNPJ nº 83.193.433/0001-38

Contratada

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

Nilton Avanir Hurmus

2 \_\_\_\_\_

Jacy de Fátima Abuda

#### Ata 02 Pregão 37/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2.011.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 61/2.011.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 37/2.011.

Interessado: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aos treze dias do mês de maio do ano de 2.011, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA ME, CNPJ nº 03.409.551/0001-00, com sede Avenida Abraão Mussi, nº 2600, Distrito de São Cristóvão, Cidade de Três Barras - SC, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s).

#### FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
002	800,00000	PACO	12,7300	10.184,00	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, EMBALAGEM DE PAPEL COM 05 KG, DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS.
Marca: 0001 PAN FACIL					
006	80,00000	PACO	2,5500	204,00	QUIRERINHA (PCT DE 500G)
Marca: 0001 SINHA					
009	50,00000	PACO	1,9500	97,50	SAL REFINADO IO-DADO
Marca: 0001 MARLIM					
011	60,00000	LATA	6,0400	362,40	EXTRATO DE TOMATE LATA COM APROX. 870 GRAMAS
Marca: 0001 PETITOSA					



012	100,00000	UNID	2,3400	234,00	MARGARINA (POTE 500 GR)
Marca: 0001 SOYA					
013	15,00000	QUIL	3,8500	57,75	CHÁ MATE PARA INFUSÃO, EM BALAGEM DE 500 GR. DATA FABRICAÇÃO MÁXIMA DE 30 DIAS. COTAR O PRODUTO EM KG
Marca: 0001 MATINE					
015	150,00000	PACO	4,2400	636,00	SUCO (PCT DE 500gr) DIVERSOS SABORES
Marca: 0001 APTI					
016	80,00000	UNID	6,9500	556,00	AMIDO DE MILHO, EMBALAGEM DE PAPELAO DE 01Kg. DATA DE FABRICAÇÃO MÁXIMA DE 30 DIAS.(COTAR O PRODUTO EM Kg).
Marca: 0001 CASSAVA					
019	100,00000	POTE	5,9900	599,00	DOCE DE LEITE EM PASTA POTE DE 400 GR.
Marca: 0001 LAR					
024	200,00000	UNID	7,6800	1.536,00	ACHOCOLATADO EM PO (EMBALAGEM DE 01 KG)
Marca: 0001 DA CASA					
028	120,00000	CAIX	5,1500	618,00	CALDO DE GALINHA (CX. C/4 UNIDADES)
Marca: 0001 APTI					
029	6,00000	QUIL	18,9000	113,40	ALHO DE BOA QUALIDADE
Marca: 0001 IN NATURA					
033	1.200,00000	QUIL	12,3900	14.868,00	CARNE BOVINA DE 2a. FRESCA, TIPO MOIDA. (POUCA GORDURA).
Marca: 0001 VALEMAR					
034	1.000,00000	QUIL	18,7900	18.790,00	CARNE DE GADO PARA PICADINHO DE 1a. (SEM OSSO)
Marca: 0001 VALEMAR					
054	160,00000	QUIL	9,8000	1.568,00	PAO PARA CACHORRO QUENTE
Marca: 0001 FUTURAMA					
Total FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA 50.424,05 Julgamento: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 37/2.011 - Procedimento Administrativo nº. 61/2.011, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 13 de maio de 2.011.

ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

FUTURAMA SUPERMERCADO  
LTDA ME  
CNPJ nº 03.409.551/0001-00  
Contratada

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_  
Nilton Avanir Hurmus  
2 \_\_\_\_\_  
Jacy de Fátima Abuda

### Ata 03 - Pregão 37/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2.011.  
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 61/2.011.  
EDITAL DE PREGÃO Nº. 37/2.011.  
Interessado: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aos treze dias do mês de maio do ano de 2.011, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA, CNPJ nº 81.003.097/0001-98, com sede Rua Roberto Elke, nº 316, Centro, Cidade de Canoinhas - SC, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s).

#### SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	400,00000	PACO	15,3800	6.152,00	AÇUCAR REFINADO - embalagem plástica - data de fabricação máxima de 30 dias - (entregar em embalagem de 5 kg)
Marca: 0001 ALTO ALEGRE					
003	70,00000	LATA	2,5800	180,60	FERMENTO PARA DOCES (LATA DE 100 GRS)
Marca: 0001 ROYAL					
004	800,00000	PACO	9,8500	7.880,00	ARROZ PARBOILIZADO TIPO I (PACOTE 05 KG)
Marca: 0001 BELCHIOR					
008	400,00000	UNID	3,6200	1.448,00	OLEO DE SOJA REFINADO 100% NATURAL (LATA 900 ML) SEM COLESTEROL
Marca: 0001 SOYA					
010	80,00000	PACO	5,5600	444,80	MACARRAO COM OVOS (PACOTE 01 KG)
Marca: 0001 PARATI					
018	50,00000	LITR	1,7800	89,00	VINAGRE
Marca: 0001 DA ILHA					
023	150,00000	PACO	4,2800	642,00	BISCOITO DOCE SORTIDO (PACT COM NO MINIMO 400 GR).
Marca: 0001 PARATI					

030	2.500,00000	CAIX	2,9500	7.375,00	LEITE PASTEURIZADO TIPO "C" COM 3% GORDURA
Marca: 0001 TIROL					
032	2.000,00000	QUIL	4,3600	8.720,00	FRANGO CONGELADO
Marca: 0001 DANIELLE					
035	500,00000	QUIL	3,8600	1.930,00	BATATA
Marca: 0001 IN NATURA					
036	150,00000	QUIL	2,9000	435,00	CENOURA TIPO AA, IN NATURA, DE 100 A 200 MM. DE DIAMETRO (BOA QUALIDADE)
Marca: 0001 IN NATURA					
037	150,00000	QUIL	4,1200	618,00	TOMATE (SEMI-MADURO)
Marca: 0001 IN NATURA					
038	100,00000	QUIL	2,9700	297,00	CEBOLA MEDIA DE BOA QUALIDADE
Marca: 0001 IN NATURA					
039	80,00000	UNID	2,5800	206,40	CABECA REPOLHO (CABECA APROX. 1.800 KG)
Marca: 0001 IN NATURA					
040	50,00000	QUIL	2,5800	129,00	ABOBRINHA
Marca: 0001 IN NATURA					
041	80,00000	MACO	3,4000	272,00	BROCOLIS
Marca: 0001 IN NATURA					
042	50,00000	QUIL	6,0800	304,00	PIMENTAO VERDE IN NATURA
Marca: 0001 IN NATURA					
043	120,00000	UNID	5,1800	621,60	COUVE FLOR
Marca: 0001 IN NATURA					
044	150,00000	UNID	1,8800	282,00	ALFACE: Grupo crespa, extra. Folhas de coloração verde, fresca, tenra, limpa, apresentando grau de evolução completo de tamanho. Isenta de parasitose larvas. Não será admitido folhas murchas, danificadas ou amareladas.
Marca: 0001 IN NATURA					
045	100,00000	QUIL	3,2000	320,00	PEPINO IN NATURA
Marca: 0001 IN NATURA					
046	100,00000	QUIL	3,9000	390,00	BETERRABA (COM FOLHAS FRESCAS)
Marca: 0001 IN NATURA					
047	160,00000	DUZI	3,8600	617,60	OVOS DE GALINHA
Marca: 0001 KASULKE					
048	200,00000	QUIL	6,9700	1.394,00	SALSINHA
Marca: 0001 FRICASA					
049	80,00000	QUIL	11,7600	940,80	FIGADO DE GADO
Marca: 0001 VALLE					
051	700,00000	QUIL	3,0800	2.156,00	MACA TIPO GALA, DE 65 A 80 MM. DE DIAMETRO TRANSVERSAL, IN NATURA (BOA QUALIDADE)
Marca: 0001 IN NATURA					
052	700,00000	QUIL	3,1600	2.212,00	LARANJA TIPO PERA, DE 60 A 80 MM. DE DIAMETRO TRANSVERSAL, IN NATURA (BOA QUALIDADE)

Marca: 0001 IN NATURA

053	200,00000	QUIL	3,7600	752,00	MAMAO TIPO FORMOSA, IN NATURA, SEMI MADURO (BOA QUALIDADE)
-----	-----------	------	--------	--------	--

Marca: 0001 IN NATURA

055	100,00000	QUIL	4,6000	460,00	AIPIM, lavado, descascado e embalado em embalagens plásticas.
-----	-----------	------	--------	--------	---

Marca: 0001 IN NATURA

Total SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA 47.268,80 Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 37/2.011 - Procedimento Administrativo nº. 61/2.011, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 13 de maio de 2.011.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

SUPERMERCADO BOM DIA

UM LTDA

CNPJ nº 81.003.097/0001-98

Contratada

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

Nilton Avanir Hurmus

2 \_\_\_\_\_

Jacy de Fátima Abuda

# Tunápolis

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Nº 01035/2011 de 19 de maio de 2011.

Lei nº 01035/2011 de 19 de maio de 2011.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE TUNÁPOLIS, SEDIADA NESTE MUNICÍPIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, em todo o território do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE TUNÁPOLIS, detentora do CNPJ nº. 05.660.116/0001-70, sediada no município

de Tunápolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Ficam igualmente, garantidos todos os direitos, benefícios e prerrogativas previstas na legislação municipal vigente, atinentes às atividades estatutárias da declarada, constante do artigo anterior deste ato.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 19 de Maio de 2011.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

### decreto 1382/2011

Decreto 1.382/2011

Homologa o Resultado Final das provas do Concurso Público de Tunápolis/SC, referente ao Edital 001/2011, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado para o conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital do Concurso Público nº 001/2011 o resultado final destinado ao provimento das funções conforme segue:

#### AGENTE OPERACIONAL

Identific.	Nome	C. Esp	Port.	Mat.	Total	Classif.	
8	RUBIO ADRIANO FRIZON	4,80	1,00	1,40	7,20	1º	
7	MICHEL SILVESTRE	4,00	1,20	1,80	7,00	2º	
3	JOEL FLACH	3,60	1,60	1,80	7,00	3º	
2	PEDRO CANISIO STULP	3,60	0,80	1,80	6,20	4º	
9	LEANDRO BORTOLINI	3,20	0,60	2,00	5,80	5º	
12	ODENIR DIETER	2,80	1,00	1,60	5,40	6º	
13	JUNIOR CESAR BOURSCHEID	3,20	0,80	0,80	4,80	Desc.	
10	MARCIANO WUITSCHICK	2,80	0,60	1,40	4,80	Desc.	
6	MÁRIO ZOZ	2,40	0,60	1,60	4,60	Desc.	

5	ÉRICO VERÍSSIMO	2,80	0,40	1,20	4,40	Desc.	
4	JORGE JOSÉ GRIEBELER	2,00	0,40	1,60	4,00	Desc.	
1	FRANCISCO NICOLAU DILL	0,80	0,40	1,00	2,20	Desc.	
11	MARIANE INÊS BRAUN KAEFER	-	-	0,20	0,20	Desc.	

#### AUXILIAR MANUTENÇÃO HIDRÁULICA

Identific.	Nome	C. Esp	Port.	Mat.	Total	Classif.	
22	FRANCIELI CHRISTINE WELTER	4,40	1,40	1,80	7,60	1º	
15	JOCEMAR DOS SANTOS	4,40	1,00	1,60	7,00	2º	
20	SERGION KLEIN	3,60	0,60	1,80	6,00	3º	
21	EVERSON DA COSTA MACIEL	2,80	1,40	1,80	6,00	4º	
16	DANIEL EPPING	4,00	0,80	1,00	5,80	5º	
18	ADRIANO MEES	3,60	0,80	1,40	5,80	6º	
17	VALMIR ROSSA	3,20	0,80	1,60	5,60	7º	
19	DANIEL JOSÉ FLACH	2,40	0,80	1,20	4,40	Desc.	
14	MILTO SOARES FRAGOSO	2,00	0,60	1,00	3,60	Desc.	

#### FISCAL DE TRIBUTOS

Identific.	Nome	C. Esp	Port.	Mat.	Total	Classif.	
40	NADIA FRANCISCON	4,80	1,80	1,80	8,40	1º	
26	LUCIANA SCHEREN	4,40	1,60	2,00	8,00	2º	
41	MARCOS VINICIUS REDEL	4,40	1,60	1,60	7,60	3º	
55	ALAIN ERSON FRANTZ	4,40	1,60	1,60	7,60	4º	
56	CRISTIANE GROTH	4,80	1,40	1,00	7,20	5º	
39	MARILEI HOCHSCHEIDT	4,00	1,80	1,40	7,20	6º	
67	GESSICA LIS BONATO	4,00	1,80	0,80	6,60	7º	
59	MARILEI CHRIST LEHNHOFF	4,00	1,20	1,40	6,60	8º	

52	CASIANE CARBONARA	3,60	1,60	1,40	6,60	9º	
66	KRISIA WEBER	4,00	1,20	1,20	6,40	10º	
44	ALINE KRAEMER	3,60	1,60	1,20	6,40	11º	
54	DEIZE GONÇALVES DA SILVA	3,60	1,60	1,20	6,40	12º	
36	LEILA CARLA RAUCH	3,20	1,40	1,40	6,00	13º	
42	ELAINE MELZ	3,60	1,40	0,80	5,80	14º	
34	SANDRA MARA WELTER SPIES	4,00	0,80	0,80	5,60	15º	
33	MARA CRISTINA SCHNEIDER	3,60	1,20	0,80	5,60	16º	
24	DANIELA RHODEN	3,20	1,40	1,00	5,60	17º	
27	MARLISE ZOZ	2,80	1,20	1,60	5,60	18º	
47	ANGÉLICA DE SOUZA	3,60	1,40	0,40	5,40	19º	
37	KARINE EPPING	3,20	1,40	0,80	5,40	20º	
49	GENERINO WENDLING	2,80	1,40	1,20	5,40	21º	
45	BENILDE MUELLER	3,20	1,40	0,60	5,20	22º	
51	ALINE DALLA PICOLA	2,80	1,40	1,00	5,20	23º	
61	ANDRÉIA MARISA GEMMER	3,20	1,40	0,40	5,00	24º	
65	CATIA STEIN	3,20	1,00	0,80	5,00	25º	
38	TAILINE WINKELMANN	2,80	1,20	1,00	5,00	26º	
28	LEONARDO FURTADO	2,40	1,40	1,80	5,60	Desc.	
32	DANIMAR GOMES DE OLIVEIRA	2,40	1,60	1,40	5,40	Desc.	
58	JUNIOR GABRIEL BOHNEN	2,40	1,80	1,00	5,20	Desc.	
43	CLÉRIA THOMAS	3,20	1,00	0,60	4,80	Desc.	
31	FABIANE BAUMANN BEUMER	3,20	0,60	1,00	4,80	Desc.	
53	LUCIANE WOLFART	2,80	1,00	1,00	4,80	Desc.	
46	MARCILE HAMMES	2,00	1,40	1,20	4,60	Desc.	

50	MAURICIO RENAN KICH	2,40	1,00	1,00	4,40	Desc.	
23	MARCOS JOSÉ ACCORDI	2,40	1,00	0,80	4,20	Desc.	
57	EDIANE PREIS	2,00	1,40	0,80	4,20	Desc.	
48	CHRISTIAN NEISS	2,00	1,00	1,20	4,20	Desc.	
68	JAIRO LUIZ ANSCHAU	2,00	1,20	0,80	4,00	Desc.	
30	INCO LUCIO NYLAND	1,60	1,20	1,20	4,00	Desc.	
29	KELLY CRISTINA SCARANTI	1,60	0,80	0,80	3,20	Desc.	
25	ROQUE FRANCISCO RIBEIRO	1,60	0,60	1,00	3,20	Desc.	
60	BEATRIZ BABICK	0,80	0,80	0,60	2,20	Desc.	
MECÂNICO							
Identific.	Nome	C. Esp	Port.	Mat.	P. Prática	Total	Classif.
71	IVO BOGORNÝ	2,40	0,50	1,00	4,50	8,40	1º
74	DIEGO HENRIQUE MIOTTO	2,40	0,40	0,90	3,50	7,20	2º
76	LUIS CARLOS HENNICKA	2,20	0,50	0,90	3,00	6,60	3º
70	PAULO GROTH	1,80	0,40	0,90	3,20	6,30	4º
77	VALDERI CORREIA	2,00	0,40	0,80	2,90	6,10	5º
78	DOMINGO CASANOVA	2,00	0,30	0,80	3,00	6,10	6º
73	RAFAEL M. TAMANKIEVIES	2,40	0,60	1,00	2,30	6,30	Desc.
72	ROBERTO CARLOS HEBERLE	2,60	0,60	0,90	2,20	6,30	Desc.
79	ODINEI R. ALVES RODRIGUES	2,00	0,60	0,80	2,30	5,70	Desc.
MOTORISTA DE PASSAGEIROS							
Identific.	Nome	C. Esp	Port.	Mat.	P. Prática	Total	Classif.
89	VILMAR LUIS HAMMES	2,60	0,50	0,80	3,80	7,70	1º
86	SÉRGIO LUIS CHRIST	1,60	0,40	1,00	4,30	7,30	2º
88	JOACIR CASANOVA	2,00	0,20	1,00	4,00	7,20	3º

85	VILSON GEREMIA	2,00	0,30	0,80	4,00	7,10	4º
82	ELIANDRO SCHWAB	2,20	0,60	1,00	3,20	7,00	5º
87	CALIXTO HABACUS WOLFART	2,40	0,80	0,80	2,90	6,90	6º
84	LAURO TOILLIER	1,60	0,30	0,60	4,30	6,80	7º
91	VALDIR PAULATA	2,00	0,20	0,50	3,90	6,60	8º
83	MAYCO ANDRÉ LEHMEN	1,60	0,40	0,50	3,00	5,50	9º
90	ALBERTO MEURER	1,40	0,20	0,70	3,90	6,20	10º

## MÉDICO - 10

Identific.	Nome	C. Esp	Port.	Mat.	Total	Classif.	
81	JOÃO EDUARDO SCHACKER	3,20	2,00	1,80	7,00	1º	

## MÉDICO - 40H

Identific.	Nome	C. Esp	Port.	Mat.	Total	Classif.	
80	ELISANA CRISTINA SORDI	3,60	0,80	1,40	5,80	1º	

## TESOUREIRO

Identific.	Nome	C. Esp	Port.	Mat.	Total	Classif.	
152	DALVANA LEILA GÖTZ	4,80	1,20	1,80	7,80		
153	RODRIGO FERREIRA	4,80	1,20	1,80	7,80		
103	SCHEILA SCHMITZ	4,00	1,60	2,00	7,60	3º	
92	KATIA M. BECKER DILKIN	4,40	2,00	1,00	7,40	4º	
107	BRUNO ALUIS CHIODO	4,80	1,20	1,20	7,20	5º	
100	RONEI LUIZ BRACHT	4,80	0,80	1,40	7,00	6º	
122	MICHEL DRESSE-NO	3,20	2,00	1,80	7,00	7º	
108	MÁRCIO PICOLLO	4,40	1,40	1,00	6,80	8º	
144	FÁBIO ROBERTO PREUSS	4,00	0,80	2,00	6,80	9º	
119	MICHELI RIPPLINGER	3,60	1,40	1,80	6,80	10º	
109	ADRIANA RODRIGUES DA SILVA	3,20	1,60	2,00	6,80	11º	
139	EVANDRO GEWEHR VARGAS	4,00	1,20	1,40	6,60	12º	

135	NATIELE CRISTINE SCHAURICH	4,40	1,20	0,80	6,40		
134	SIMONE FRARE BIEGELMEIER	4,40	1,20	0,80	6,40		
113	ALLAN DIEGO SPIES	3,60	1,20	1,60	6,40	15º	
154	MARISE ETGES	4,00	1,20	1,00	6,20	16º	
155	IVAN ROBERTO PAULI	3,60	1,20	1,40	6,20	17º	
140	LEO-NARDO RINALDI	3,20	1,20	1,80	6,20	18º	
105	ANA CRISTINA HECK	3,60	1,20	1,20	6,00	19º	
98	RUDINEI HEERDT	3,60	0,60	1,80	6,00	20º	
102	ÉDINA SPANIOL	3,20	1,40	1,40	6,00		
112	MERLIN ANELISE TERNUS	3,20	1,40	1,40	6,00		
93	MÔNICA SPIESS	3,20	1,20	1,60	6,00	23º	
124	GENÉSIO MIGUEL KAPPES	3,60	1,20	1,00	5,80	24º	
118	ELAINE JULLIANE CHIELLE	3,20	1,60	1,00	5,80	25º	
128	ANDRÉIA HEISSLER	3,20	1,20	1,40	5,80	26º	
136	ANGELO RAFAEL GIORDAN	4,00	1,00	0,60	5,60	27º	
145	DALILA BUSNELLO	3,60	1,20	0,80	5,60	28º	
114	DAIANE SEHNEM	3,20	1,20	1,20	5,60		
116	FABIANA FORMAGINI	3,20	1,20	1,20	5,60		
110	EDINEI BAÚ	4,40	0,60	0,40	5,40	31º	
117	FABIANE KROETZ	3,20	1,40	0,80	5,40	32º	
106	ODETE KROETZ	3,20	1,20	1,00	5,40	33º	
138	AIRTON LUIZ REICHERT	2,80	1,40	1,20	5,40	34º	
143	MÁRCIO RODRIGO ACIOLI	3,20	0,80	1,40	5,40	35º	
125	JULIANE DILÉIA SEHN	3,60	1,00	0,60	5,20	36º	



126	MARCELI WEN- DLING KLEIN	3,20	1,00	1,00	5,20	37º	
123	MÁRCIA NEUMANN	2,80	1,60	0,80	5,20	38º	
104	ELAINE MARIA AMES	2,80	1,40	0,80	5,00	39º	
158	LUCIANO DELA LIBERA	3,60	1,00	0,40	5,00	40º	
121	JANETE MARIA CANSI	3,20	1,20	0,60	5,00	41º	
115	ELISAN- DRA W. BIENERT	2,40	1,60	1,40	5,40	Desc.	
120	IVANICE CLADES BACK	2,40	1,00	1,60	5,00	Desc.	
141	JORGE REMPEL	2,80	0,80	1,20	4,80	Desc.	
156	CARLISE SEHN	2,00	1,20	1,60	4,80	Desc.	
111	DANIEL ANTO- NIOLI	2,80	0,80	1,00	4,60	Desc.	
127	ISMAEL ADRIANO BRESSLER	2,40	1,20	1,00	4,60	Desc.	
96	ROSILET- TE I.O. K. DE CASTRO	2,80	1,00	0,60	4,40	Desc.	
142	MARCIANE ROHDEN	2,80	0,80	0,80	4,40	Desc.	
147	ANDRES- SA OTT	2,40	1,20	0,80	4,40	Desc.	
133	ESTELA MALDA- NER	2,80	1,00	0,40	4,20	Desc.	
95	KATIANE FÁTIMA SUZIN	2,40	1,20	0,60	4,20	Desc.	
137	JULIANE JUCHEM	2,40	0,80	0,80	4,00	Desc.	
146	VILMAR SANTA- NA DOS SANTOS	2,00	1,00	1,00	4,00	Desc.	
97	ALAN FELIPE ENGLER	2,00	0,40	1,60	4,00	Desc.	
159	JULIANA RIBEIRO	2,00	0,80	1,00	3,80	Desc.	
94	FER- NANDA TAVARES DA SILVA	1,60	1,20	0,60	3,40	Desc.	
151	ANGELA TERESI- NHA FRIE- DRICH	1,60	1,00	0,80	3,40	Desc.	
157	IVONEI TIAGO BRACHT	1,20	1,20	1,00	3,40	Desc.	

99	LOUR- DES ANA BIEGER	1,20	1,00	1,00	3,20	Desc.	
101	SOELI KAPPAUN	1,20	0,80	0,20	2,20	Desc.	
TÉCNICO TRIBUTÁRIO							
Identific.	Nome	C. Esp	Port.	Mat.	Total	Classif.	
168	SIMONI APARE- CIDA ANTUNES	4,80	1,60	1,60	8,00	1º	
169	LUCIANI HAAS	4,80	1,40	1,60	7,80	2º	
167	FÁBIO NATALINO DA ROSA	4,40	1,60	1,80	7,80	3º	
209	ALENCAR BARIBIERI	4,40	1,60	1,60	7,60	4º	
236	TIAGO MARTINS DE MELO	4,80	1,00	1,60	7,40	5º	
185	IVANILDE MUELLER	4,40	1,40	1,60	7,40	6º	
229	PAULO ROBERTO PIETCZAK	4,40	1,20	1,80	7,40		
244	LAÉRCIO MARTINI	4,40	1,20	1,80	7,40		
188	ADRIANE GIOM- BELLI	4,00	1,80	1,60	7,40	9º	
187	MARILEI GROTH	4,80	1,40	1,00	7,20	10º	
198	ASTOR JOSÉ MÜLLER	4,40	1,00	1,80	7,20	11º	
237	LAÉRCIO ANTÔNIO BALDO	4,00	1,60	1,60	7,20	12º	
232	LILIAN MARIA RITTER EIDT	4,40	1,60	1,00	7,00	13º	
243	THAIS RENATA WELTER	4,40	1,00	1,40	6,80	14º	
208	DAIANE PAGNO	4,80	1,00	1,00	6,80	15º	
223	DARLENE LUIZA SCHNEI- DER	4,40	1,20	1,20	6,80	16º	
206	REGINA DE CAS- TRO	4,40	1,00	1,40	6,80	17º	
227	EDUARDO MANN- RICH DORNEL	4,00	1,20	1,60	6,80	18º	
184	CARLA WOLTER	3,60	1,40	1,80	6,80		
233	FÁBIO HILLE- SHEIM	3,60	1,40	1,80	6,80		
212	AMADEU TELOEKEN	4,00	0,80	1,80	6,60	21º	

200	JULIANA SCHEREN	4,00	1,20	1,40	6,60	22°	
218	LUCIANE M. DA CONCEIÇÃO	4,40	1,20	1,00	6,60	23°	
240	RICARDO JOSÉ TORRES	4,40	1,00	1,20	6,60	24°	
194	ALEXANDRE RAMOS	3,60	1,20	1,80	6,60		
202	NILSON ELIAS WERLANG	3,60	1,20	1,80	6,60		
235	CLAUDIA CÂNDIDA LAZAROTTO	3,60	1,80	1,00	6,40	27°	
193	FELIPE MENDES	3,20	1,40	1,80	6,40	28°	
210	IVAN CARLOS RAUCH	3,20	1,60	1,60	6,40	29°	
199	FERNANDA KREUZBERG	3,60	1,20	1,40	6,20	30°	
177	JOSÉ M. CROSSA DE CASTRO	3,20	1,60	1,40	6,20	31°	
164	JUCIANE CARTELI	3,20	1,20	1,60	6,00	32°	
171	ASTOR ILOR PAULITSCH	4,00	0,80	1,20	6,00	33°	
196	JANETE JUCHEM TREVISAN	3,60	1,40	1,00	6,00	34°	
225	MAIRA ELISA SCHMITT	3,60	1,00	1,40	6,00	35°	
222	JACKSON LEANDRO SANTORE	3,60	0,80	1,60	6,00	36°	
221	GICELE CARLESSO	3,20	1,20	1,40	5,80		
224	TANIA MARIA MULLER	3,20	1,20	1,40	5,80		
238	FERNANDA THOMAS	4,00	0,60	1,20	5,80	39°	
241	CARINE PAULA SCHNEIDER DIETZ	3,60	1,00	1,20	5,80	40°	
175	TATIANE INÊS PETZOLD	3,60	0,80	1,40	5,80	41°	
191	SILVANA PITOL	3,20	1,20	1,40	5,80	42°	
215	CLAUDIR ROHDEN	3,20	1,00	1,60	5,80	43°	
173	CAROLINE EIDT	3,20	1,20	1,00	5,40	44°	

160	EZEQUIEL LUIS THEISEN	3,20	1,20	1,00	5,40	45°	
220	GRACIELE LUCIA BAGNARA	3,20	1,20	1,00	5,40	46°	
216	FABIANE BRUSTOLIN	3,60	0,80	0,80	5,20	47°	
162	GRAZIELI CARLA FRIGERI	3,20	1,00	1,00	5,20	48°	
239	DANILO JORGE BRAND	3,60	1,00	0,40	5,00	49°	
195	MARILEI S. SCHMIDT	3,20	1,00	0,80	5,00	50°	
207	JAIR RODRIGUES DA SILVA	3,20	0,60	1,20	5,00	51°	
219	MARLENE MARIA MACHRY	2,80	1,40	1,60	5,80	52°	
231	IVO MUELLER	2,80	1,40	1,40	5,60	53°	
242	LUCIA JACINTA REVERS PHILIPSEN	2,80	1,40	1,40	5,60	54°	
181	GILBERTO FERNANDES	2,80	1,00	1,60	5,40	55°	
234	SIMONE DILL REMPEL	2,80	1,20	1,00	5,00	56°	
211	JONI ERHART	2,80	1,40	0,80	5,00	57°	
189	LEILA BOTH	2,40	1,20	1,80	5,40	Desc.	
214	EDINÉIA DE LIMA	2,40	1,40	1,40	5,20	Desc.	
203	MARCOS EDUARDO PRETTO	2,00	1,20	2,00	5,20	Desc.	
161	SIDNEI RODRIGUES	2,40	1,20	1,60	5,20	Desc.	
176	ANDRESSA MEOTTI	2,00	1,40	1,60	5,00	Desc.	
228	LARI BUCHE	3,20	0,60	1,00	4,80	Desc.	
179	RENE WELTER	2,80	1,00	1,00	4,80	Desc.	
213	NARA HEBERLE	2,40	1,40	1,00	4,80	Desc.	
230	NAKITA PAULA ROGERI	2,80	1,00	1,00	4,80	Desc.	
190	ENOIR MAYER	2,40	0,80	1,40	4,60	Desc.	
163	DOUGLAS TELOEKEN	2,00	1,40	1,20	4,60	Desc.	

204	LISETE ANA RASCH DALMAGRO	2,40	1,00	1,20	4,60	Desc.
166	LIDIANE ALTENHO-FEN	2,40	0,80	1,40	4,60	Desc.
182	JULIANA TOSINI	2,40	0,80	1,20	4,40	Desc.
178	ULISSES NYLAND	1,60	1,40	1,40	4,40	Desc.
201	MÁRCIA ROTHER HECK	1,60	1,20	1,60	4,40	Desc.
172	JAQUELINE MACHADO	1,60	1,20	1,40	4,20	Desc.
205	DANIELA DA SILVA	2,40	1,00	0,80	4,20	Desc.
192	MARINA CARLA DE CARLI	1,60	1,20	1,20	4,00	Desc.
170	LEILA C. PINHEIRO ZANDONA	2,40	0,60	1,00	4,00	Desc.
183	ADEMIR HECK	2,00	0,60	1,40	4,00	Desc.
226	FABIANE THEOBALD	1,60	1,20	1,20	4,00	Desc.
186	MARLENE TEREZINHA THEISEN	1,60	1,20	1,00	3,80	Desc.
217	ELISE BEATRIZ RABUSKE	2,00	0,60	1,20	3,80	Desc.
174	FRANCIELE CRISTINA BRACHT	2,00	0,80	0,60	3,40	Desc.
180	VALDICIR ANSCHAU	1,20	1,00	0,80	3,00	Desc.
197	CRISTIANE KLEMENT	0,80	0,80	1,20	2,80	Desc.

Art. 2º - Ficam os candidatos que tiveram suas notas iguais em conhecimentos específicos, português e matemática, convocados em conformidades com o item 6 do edital, à comparecer na Prefeitura Municipal de Tunápolis, Setor de Pessoal, no dia 19 de maio de 2011 às 14h para o sorteio público.

Tunápolis (SC), 17 de maio de 2011.  
**ENOI SCHERER**  
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

**CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF**  
 Técnico em Controladoria Interna

## Contrato Nº 50/2011

### CONTRATO Nº 50/2011

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

**CONTRATADO:** A empresa Azivel Comercio de Veículos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Fernando Machado, 1556-D, Centro, no Município de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 12.194.152/0001-51, neste ato representado pelo Sr. Clairton Cenci, representante legal, inscrito no CPF: 022.374.279-17, considerado doravante CONTRATADA.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 50/2011 e Pregão Presencial nº 38/2011.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na aquisição de 01 (uma) VAN 0KM, NOVA, 01 (uma) PICAPE 0KM, NOVA para atender as necessidades das Secretarias desta Municipalidade, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Especificação	Marca	Qtde	Un	Valor Unit.
1	VAN 0KM, NOVA ANO 2010 E MODELO 2011, COM NO MÍNIMO 07 LUGARES, COM MOTOR DE POTÊNCIA MÍNIMA DE 45 CV, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE NO MÍNIMO DE 1900MM, AR QUENTE, AR CONDICIONADO	Hefai/ Effa	01	un	25.800,00
2	PICAPE 0KM, NOVA, ANO 2010 E MODELO 2011 MOTOR DE POTÊNCIA MÍNIMA DE 45 CV, COM CAÇAMBA COM MEDIDAS MÍNIMAS INTERNAS DE 1900MM DE COMPRIMENTO E 1400MM DE LARGURA E 300MM DE ALTURA. COM DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE NO MÍNIMO DE 1800MM	Hefai/ Effa	01	un	23.500,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 o Contratante pagará a Contratada o valor total de R\$ 49.300,00 (quarenta e nove mil e trezentos reais), declarados em ata.

2.2 O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Tunápolis, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos veículos, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.3 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.4 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.5 A critério da contratante, poderão ser utilizados créditos da contratada para cobrir dívidas de responsabilidades para com ela, relativos a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

2.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado

nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE.**

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

**CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.**

4.1 Os veículos objeto deste contrato deverão ser entregues na Prefeitura Municipal, sito a Rua João Castilho, nº 111, centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da requisição devidamente assinada.

4.2 A Contratada, ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, os veículos que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

4.3 Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos veículos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

4.4 A Contratada, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega do Bem prestando esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive na entrega anexar a Nota Fiscal, para o recebimento do mesmo.

4.5 Os veículos objeto deste contrato terão garantia mínima de 24 meses, ou 50 mil Km.

4.6 Sempre que a garantia estabelecida pelo fabricante for superior ao prazo mencionado no item anterior, esta prevalecerá.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.**

5.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer os veículos adquiridos com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 50/2011 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os veículos no prazo estabelecido no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os veículos objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos neste Edital.

5.6 Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas decorrentes do deslocamento do seu pessoal para efetuar a entrega; bem como as despesas com frete,

seguro, impostos, e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto ora licitado.

5.7 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita dos veículos durante o período de garantia.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.**

6.1 O Município obriga-se adquirir os veículos acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS**

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unidade Orçamentária Descrição

Órgão 04 - Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes  
Projeto/Atividade 1.006, (29)

Órgão 06- Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo.  
Projeto/Atividade 1.021 (138)

Recursos próprios 4.4.90.00.00.00.00.00.0105.0 - Aquisição de

Veículos, Materiais Permanentes e Obras p/ Administração  
4.4.90.00.00.00.00.00.0301 - Aquisição de Máquinas, Veículos Equipamentos para Obras e Urbanismo

**CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO.**

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2011, iniciando na data de sua assinatura.

**CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL.**

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES.**

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE.**

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis - SC, 04 de maio de 2011

ENOI SHERER

Prefeito Municipal

AZIVEL COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA

Contratada

ELISANDRO BET STOCCO

Sócio Administrador

CPF: 017.301.889-07

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

**Contrato Nº 51/2011**

CONTRATO Nº 51/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua da Consolação, 317, Ed. Bossini, Bairro Matinho, no Município de Xanxerê/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.753.029/0001-93, neste ato representado pelo Sr. Leonardo Rodrigo Cassol, Procurador, inscrito no CPF: 892.226.289-34, considerado doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e Lei

9.648/98, e Processo de Licitação Nº 49/2011, Tomada de Preço 02/201 e seus anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

O objeto da presente contrato é a contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários, compreendendo os seguintes sistemas e serviços:

##### 1. SISTEMAS PARA PREFEITURA MUNICIPAL

Item	Qtde.	Un.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	08	mês	Sistema de Patrimônio	150,00	1.200,00
2	08	mês	Sistema de Controle Interno	200,00	1.600,00
Valor Total R\$					

##### 2. SERVIÇOS TÉCNICOS

Item	Qtde.	Unidade	Descrição	Valor unitário	Valor Total
01	01	serviço	Conversão, implantação e treinamento	1.500,00	1.500,00

VALOR TOTAL GLOBAL R\$ {1 +2} 4.300,00

##### 1.2 - Serviços:

- Manutenção legal e corretiva, necessária ao aprimoramento dos mesmos, durante o período contratual.
- Conversão, customização, instalação, implantação e treinamento dos usuários, se necessário.
- Suporte técnico operacional nos sistemas contratados, após a implantação quando solicitado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração até 31/12/2011, contados a partir da data de sua assinatura, poderá ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, mantidos os direitos,

obrigações e responsabilidades, sendo instrumentalizado por Termo Aditivo, como faculta a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 em seu artigo 57, inciso II.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor total deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 4.300,000 (Quatro mil e trezentos reais), sendo:

- R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por mês para locação dos sistemas, conforme proposta de preços;
- R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) para serviços de conversão, implantação e treinamento.
- O pagamento da locação dos sistemas será efetuado mensalmente até o 5º dia útil de cada mês subsequente, mediante apresentação da nota fiscal de serviços.
- O pagamento relativo aos serviços de converção, implantação, treinamento e suporte técnico será efetuado pela Prefeitura Municipal de Tunápolis, em 30 (trinta) dias após a execução dos mesmos, mediante apresentação da nota fiscal que será liquidada 10 dias contados da entrega da mesma.
- O valor da locação dos sistemas e valores referente aos serviços de suporte técnico serão automaticamente reajustados após o primeiro ano contratual, com base no índice IGP-M (FGV) acumulado no período, ou na falta desses, pelo índice legalmente permitido à época.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da locação do Sistema objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

2.009 3.3.90.00.00.00.00.0104 Manutenção da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

#### CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

- O aplicativo é de propriedade da CONTRATADA, que concede a CONTRATANTE o direito de uso de uma licença dos sistemas, objeto deste contrato, instalada no servidor com acesso simultâneo de usuários conectados em rede, conforme limitação informada no Anexo I do Edital TP nº 02/2011.
- É vedada a cópia dos sistemas e do gerenciador do Banco de Dados, exceto para fazer backup. Os sistemas estão protegidos pela legislação de direitos autorais. A lei nº. 9.609/98 prevê pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, e indenização.
- É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) software(s) contratado a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a descompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).
- Responsabilidade por danos indiretos: Em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar os referidos Sistemas, ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

- Efetuar o pagamento pela locação dos Sistemas e suporte técnico, objeto do presente Contrato, na forma e no prazo conveniados.
- Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções, fornecendo, inclusive, condições para que a CONTRATADA realize acessos em sua rede objetivando a prestação de suporte remoto.
- Manter pessoal habilitado para operacionalização dos sistemas.
- Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização dos sistemas licenciados, incluindo:
  - assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas;
  - manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina;
  - dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.
- Digitação das informações necessárias para atingir os resultados esperados dos sistemas.
- Conferir os resultados obtidos na utilização dos sistemas licitados. Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro nos programas.
- Caberá a CONTRATANTE solicitar formalmente à CONTRATADA a instalação dos sistemas do seu interesse e o suporte técnico, quando necessário.
- Usar os sistemas locados exclusivamente nas unidades gestoras licitadas, vedada a sua cessão a terceiros a qualquer título.
- Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- Instalar e treinar os sistemas de sua propriedade autorizados formalmente pela no prazo máximo de doze dias úteis, a contar do recebimento da autorização emitida pelo CONTRATANTE.



- b) Prestar suporte somente na operacionalização dos sistemas, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento.
- c) Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
- d) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos sistemas locados, causadas por problemas originados dos fontes dos seus programas, de acordo com as melhores técnicas e com pessoal capacitado.
- e) Tratar como confidenciais, informações e dados contidos nos Sistemas da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.
- f) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato.
- g) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- h) Executar satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais o serviço ajustado nos termos da Cláusula Primeira.
- i) Utilizar na execução do serviço contratado pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas.
- j) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas, todas as condições e prazos firmados na proposta comercial.
- l) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato.

Parágrafo primeiro - O trabalho operacional de levantamento dos dados cadastrais que for necessário à implantação efetiva dos sistemas é de responsabilidade da CONTRATANTE sob orientação e suporte da CONTRATADA. A conversão e o aproveitamento dos dados cadastrais informatizados, porventura já existentes na unidade gestora, são de responsabilidade da CONTRATADA, desde que disponibilizados pelo MUNICÍPIO.

Parágrafo segundo - Qualquer alteração nos prazos de entrega dependerá de prévia aprovação por escrito do MUNICÍPIO.

#### CLAÚSULA OITAVA - DO TREINAMENTO

O treinamento de utilização do software ao usuário deverá obedecer aos seguintes critérios:

- a) A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados em relação aos novos sistemas, sendo não mais do que dois usuários por sistema locado.
- b) A CONTRATANTE indicará dois usuários aos quais o treinamento será realizado com características de possibilidade de suporte ao usuário posteriormente.
- c) Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA realizará o treinamento, em uma única etapa, sem obrigação de repetir.
- d) O treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de toda a documentação em nível de usuário.
- e) O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta, referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.
- f) A emissão do termo de aceite de implantação presume a cabal outorga do treinamento.

#### CLAÚSULA NONA - DA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS

- a) As modificações de cunho legal impostas pelos órgãos federais e estaduais, serão introduzidas nos sistemas, durante a vigência do contrato, sem ônus para a CONTRATANTE e em prazos compatíveis com a legislação.
- b) Caso não haja tempo hábil para implementar as modificações legais entre a divulgação e o início da vigência das mesmas, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender

as determinações legais, até a atualização dos sistemas.

c) As melhorias e novas funções introduzidas nos sistemas originalmente licenciados são distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir. Cabe a CONTRATANTE adotar a última versão no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento. Após este prazo a CONTRATADA não mais estará obrigada a fornecer suporte à versão antiga.

d) As atualizações dos SISTEMAS deverão ser disponibilizadas no site da CONTRATADA ou enviadas, pelo correio, desde que solicitada, para o endereço pactuado da CONTRATANTE.

e) As implementações específicas da CONTRATANTE serão objetos de negociação.

#### CLAÚSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

O suporte técnico, após-implantação dos sistemas, deverá ser efetuado por técnico habilitado com o objetivo de:

- a) Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;
- b) Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança,
- c) Treinar pessoal da Prefeitura na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.,
- d) Este atendimento poderá ser realizado por telefone, fac-símile, internet através de serviços de suporte remoto, ou no ambiente da CONTRATADA, sempre que as alternativas anteriores não resultarem em solução satisfatória.
- e) O suporte por telefone ou remoto só serão atendidos quando feito por funcionários que possuam habilitação para a operação do sistema, do equipamento, do sistema operacional e utilitários.

#### CLAÚSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

#### CLAÚSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DAS PENALIDADES

- a) A CONTRATADA ficará responsável por todos os ônus e obrigações concernentes a Legislação Fiscal, Social, Tributária, Civil e Comercial, respeitadas todas as Leis vigentes, e ainda, por todos os danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar à CONTRATANTE, ou a Terceiros em virtude da inexecução do Contrato, respondendo por si e seus sucessores.
- b) A multa que alude os subitens a seguir não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato, e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.
- c) Pela não execução total ou parcial do objeto licitado, a Administração poderá aplicar à adjudicada as seguintes sanções:
  - (1) Advertência;
  - (2) Multa equivalente a 10% (dez por cento) do Valor global deste Contrato;
  - (3) Suspensão do direito de licitar e contratar junto ao Município de Tunápolis de acordo com a Lei nº 8.666/93;
  - (4) Declaração de inidoneidade, de acordo com a mesma Lei.
- d) As sanções previstas nos itens acima mencionados, admitem o contraditório e a ampla defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5(cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa, no prazo de 10(dez) dias da abertura da vista.

#### CLAÚSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA RESCISÃO

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei

nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

#### CLAÚSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Itapiranga para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 2(duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Tunápolis, SC 05 de Maio de 2011.

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal  
Contratante

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA  
Contratada  
DIEGO JOSÉ SOCCOL  
CPF: 045.880.549-10  
Diretor

Testemunhas:  
Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34  
Sheila Inês Bieger Eidt  
CPF: 020.226.259.60

#### **Contrato Nº 52/2011** CONTRATO Nº 52/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Inovar Prestadora de Serviços de Máquinas Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Presidente Costa e Silva, 37, Centro, no Município de Riqueza/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 10.516.395/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Airton Pedro Zen, Procurador, inscrito no CPF 581.961.539-53, denominado simplesmente CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/0, no Processo Licitatório nº 48/2011, Pregão 37/2011 e Decreto Municipal nº 1370/2011 de 11 de Março de 2011 Subprograma de Incentivo Agrícola para o Produtor Rural.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na Contratação de serviços de máquina Escavadeira Hidráulica com potência de motor de no mínimo de 110 HP, peso operacional mínimo de 13.900 kg, capacidade de caçamba de no mínimo 0,90 m³, para as atividades do programa da Secretaria Municipal da Agricultura, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da

Licitação acima referida.

Item	Quantidade	Unid.	Preço unit	Preço Total	Especificação
1	50	horas	139,50	6.975,00	Horas de serviço de Contratação de serviços de máquina Escavadeira Hidráulica com potência de motor de no mínimo de 110 HP, peso operacional mínimo de 13.900 kg, capacidade de caçamba de no mínimo 0,90 m³, para limpeza de reservatórios de água, abertura de valas e outros serviços constantes no cronograma de trabalho da secretaria municipal da agricultura.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 139,50 (Cento e trinta e nove reais e cinquenta centavos) por hora trabalhada, perfazendo um total de R\$

6.975,00 (Seis mil novecentos e setenta e cinco reais) cotados na proposta declarada vencedora do certame.

2.2 O pagamento dos serviços executados pela CONTRATADA, (quanto à parte pertinente ao Município), será feito ATÉ O DIA 05 DO MÊS SUBSEQÜENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS. A diferença do valor, a CONTRATADA deverá cobrar diretamente do beneficiário dos serviços, sendo por sua conta e risco. O pagamento será efetuado mediante recebimento da Nota Fiscal, acompanhado de Relatório dos serviços prestados; e da apresentação pela contratada das Notas Fiscais (3ª via) correspondentes aos serviços executados em nome do produtor (tomador do serviço).

2.3 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO

4.1 Os serviços a serem executados para os munícipes deverão ser prestados nos locais determinados pelos responsáveis da Secretaria da Agricultura, os quais serão controlados e coordenados por esta Secretaria. Os contratados deverão apresentar notas fiscais do valor das horas executadas, bem como relatório das horas laboradas com identificação e assinatura do beneficiado pelo programa. O valor total mensal deverá ser desmembrado em duas notas, sendo uma no nome do Produtor e outra no nome da Prefeitura até o limite de 1,5 hora/produtor.

4.2 As inscrições dos beneficiados deverão ser feitos junto a Secretaria da Agricultura, a qual será responsável pela coordenação e execução do cronograma. A relação dos serviços a serem executados serão encaminhados semanalmente pela Secretaria da Agricultura aos CONTRATADOS. Os CONTRATADOS deverão executar rigorosamente os serviços conforme autorizações repassadas pela Secretaria da Agricultura.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

5.1 A CONTRATADA, por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, sob pena de rescisão do contrato, nas

condições estipuladas, a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

5.2 A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento das máquinas, pessoal para operar, combustível e manutenção dos mesmos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

5.3 A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

5.4 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.5 A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

5.6 A CONTRATADA é responsável, às suas expensas, em efetuar o deslocamento do equipamento Escavadeira Hidráulica até o local da prestação dos serviços, não cabendo qualquer obrigação à contratante. Será também de responsabilidade da CONTRATADA a estadia e alimentação do operador da máquina.

5.7 A CONTRATADA fará com que seus empregados trabalhem devidamente protegidos por EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), conforme dispõe o LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho apresentado pela empresa, necessários ao trabalho e ao risco existente, obedecendo as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme legislação em vigor.

5.8 A CONTRATADA não poderá subempreitar os serviços a ela adjudicados.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

6.2 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

6.3 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital;

6.4 Encaminhar semanalmente à CONTRATADA, a relação dos serviços a serem executados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade      DESCRIÇÃO

Órgão 05, Unid 01, Proj/Ativ 2.050 dot (109)

3.3.90.00.00.00.00.0104. Programa de Subsídios Agrícolas

#### CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2011 iniciando na data de sua assinatura, ou até esgotar o limite de horas contradas, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, em 09 de Maio de 2011.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

INOVAR PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS LTDA ME

Contratado

CLOVIS JACOB BERNARDES

CPF 297.259.259-04

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

# Vargeão

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Audiência Pública

#### CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece no § 4º do artigo 9º que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Em Cumprimento a tal disposição legal, a Administração Municipal de Vargeão, Estado De Santa Catarina através do presente convida Vossa Senhoria e a população em geral do Município para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativo ao PRIMEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2011, a qual será realizada no próximo dia 30 de maio de 2011, às 10:00 horas, tendo como local o Auditório do Centro Educacional.

Um dos pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência da gestão fiscal mediante a participação popular. Assim, sua presença na audiência pública acima mencionada é de extrema importância pela oportunidade do efetivo exercício da cidadania e colaboração com o Poder Público.

Vargeão(SC), 17 de maio de 2011

AMARILDO PAGLIA

Prefeito de Vargeão

# Videira

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Resolução Nº 003/2011

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - VIDEIRA - SC  
FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

CNPJ: 03.333.619/0001-06

RESOLUÇÃO Nº 003/2011

Estabelece a Representação das Comissões Permanentes de Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente e de Normas e Regulamentação.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob ata nº 151 de 09 de Maio de 2011, a representação das Comissões e seus representantes, ficando assim composta:

a) Comissão Permanente de Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente:

1. Alvaír Lírío Barzotto (Representante da Secretaria Municipal de Finanças);

2. Juciara Ramos Cordeiro (Representante do Departamento de Ação Social);

3. Marlene do Prado Zonta (Representante da Secretaria Municipal de Saúde);

4. Rochana Mendes (Representante da Associação Sorria Criança);  
5. Rogério Antonio Kunze (Representante da Associação de Amparo ao Pequeno Trabalhador - AAPT);

6. Janice A. B. Rosera (Representante da Escola de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE).

b) Comissão Permanente de Normas e Regulamentação:

1. Karolina Borsatti (Representante da Secretaria de Administração);

2. Mario Pedro Fontanela (Representante da Assessoria Jurídica);

3. Vilmair Riboli (Representante da Secretaria Municipal de Educação);

4. Marco André Serighelli (Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC);

5. Ana Lucia Wust Panceri (Representante da Escola de Pais do Brasil);

6. Emília Antônia Sopran (Representante da Pastoral da Criança).

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUCIARA RAMOS CORDEIRO

Presidente do CMDCA

### Resolução Nº 004/2011

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - VIDEIRA - SC  
FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

CNPJ: 03.333.619/0001-06

RESOLUÇÃO Nº 004/2011

Dispõe sobre alteração do Regimento Interno do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente nos Art. 6º Parágrafo Único e Art.17º.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Alterar conforme ata nº 151 de 09 de maio de 2011, os Artigos de seu regimento interno que passam a vigorar com a seguinte redação:

a) Art. 6. Parágrafo único - O Secretário, cargo executivo do CMDCA será indicado dentre o quadro de servidores do Órgão Gestor, não sendo exigido que faça parte do Conselho. O Vice-Presidente será eleito entre os membros titulares, em reunião subsequente à posse dos conselheiros, com o quorum mínimo de dois terços do CMDCA.

b) Art. 17. O Vice-Presidente da Mesa Diretora, será eleito entre os membros titulares, na primeira reunião do CMDCA, após a posse dos conselheiros pelo Prefeito Municipal, necessitando de quorum mínimo de dois terços do Conselho.

2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JUCIARA RAMOS CORDEIRO

Presidente do CMDCA

### Resolução Nº 005/2011

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - VIDEIRA - SC  
FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

CNPJ: 03.333.619/0001-06

RESOLUÇÃO Nº 005/2011

Dispõe sobre a realização das Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:



Art. 1º. Determinar, sob ata nº 151 de 09 de Maio de 2011, que suas reuniões ordinárias do CMDCA, aconteçam nas dependências do Departamento de Ação Social, sito à Rua Lauro Müller 288, com início às 13h30min, nos seguintes dias:

- a) 07 de Junho de dois mil e onze;
- b) 02 de Agosto de dois mil e onze;
- c) 04 de Outubro de dois mil e onze;
- d) 06 de Dezembro de dois mil e onze.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUCIARA RAMOS CORDEIRO  
Presidente do CMDCA

### **Resolução Nº 006/2011**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - VIDEIRA - SC  
FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
CNPJ: 03.333.619/0001-06  
RESOLUÇÃO Nº 006/2011

Dispõe sobre a troca de horários entre os conselheiros tutelares

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, sob ata nº 151, de 09 de Maio de 2011, que ocorrendo necessidade de troca de horários entre os conselheiros tutelares, seja previamente informada através de Comunicação Interna ao Presidente do CMDCA.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUCIARA RAMOS CORDEIRO  
Presidente do CMDCA

### **PR 87/2011 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 87/2011. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA, NOVA, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 0331121-51/2010/MAPA/CAIXA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 07 de Junho de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 17 de Maio de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### **Extrato Contrato N. 192/2011**

Contrato nº: 192/2011  
Data de Assinatura: 12/05/2011  
Fornecedor : MRA CARTÕES E MEDALHAS LTDA  
Valor : R\$ 3.156,64 (três mil cento e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)  
Licitação : Pregão Presencial nº 74/2011

Objeto : Aquisição de medalhas e troféus para premiação dos alunos que participarão da mostra do conhecimento e dos jogos intercolegiais que acontecerão no decorrer do ano de 2011.

### **Extrato Contrato N. 193/2011**

Contrato nº: 193/2011  
Data de Assinatura: 12/05/2011  
Fornecedor : JACINTA JANUÁRIO ANTUNES EPP  
Valor : R\$ 2.408,10 (dois mil quatrocentos e oito reais e dez centavos)  
Licitação : Pregão Presencial nº 74/2011  
Objeto : Aquisição de medalhas e troféus para premiação dos alunos que participarão da mostra do conhecimento e dos jogos intercolegiais que acontecerão no decorrer do ano de 2011.

### **Extrato Contrato N. 194/2011**

Contrato nº: 194/2011  
Data de Assinatura: 12/05/2011  
Fornecedor : SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA  
Valor : R\$ 256,50 (duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos)  
Licitação : Pregão Presencial nº 73/2011  
Objeto : Aquisição de grama, calcário, adubo para fazer o jardim do CAPS.

### **Extrato Contrato N. 195/2011**

Contrato nº: 195/2011  
Data de Assinatura: 12/05/2011  
Fornecedor : MIL PLANTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA  
Valor : R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais)  
Licitação : Pregão Presencial nº 73/2011  
Objeto : Aquisição de grama, calcário, adubo para fazer o jardim do CAPS.

### **Extrato Contrato N. 196/2011 - FMS**

Contrato nº: 196/2011  
Data de Assinatura: 12/05/2011  
Fornecedor : ROBERTO TESSARO E CIA LTDA  
Valor : R\$ 1.120,00 (um mil cento e vinte reais)  
Licitação : Pregão Presencial nº 31/2011 - FMS  
Objeto : Aquisição de materiais (impressora, bobina e longarinas) para serem instalados e utilizados na Farmácia Básica Municipal e no Setor de TFD da Secretaria de Saúde.

### **Extrato Contrato N. 197/2011 - FMS**

Contrato nº: 197/2011  
Data de Assinatura: 12/05/2011  
Fornecedor : COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA  
Valor : R\$ 5.640,00 (cinco mil seiscentos e quarenta reais)  
Licitação : Pregão Presencial nº 31/2011 - FMS  
Objeto : Aquisição de materiais (impressora, bobina e longarinas) para serem instalados e utilizados na Farmácia Básica Municipal e no Setor de TFD da Secretaria de Saúde.

### **Extrato Contrato N. 198/2011 - FMS**

Contrato nº: 198/2011  
Data de Assinatura: 12/05/2011  
Fornecedor : RAIMOND GUSTAVO DA SILVEIRA MEI  
Valor : R\$ 1.978,00 (um mil novecentos e setenta e oito reais)  
Licitação : Pregão Presencial nº 31/2011 - FMS  
Objeto : Aquisição de materiais (impressora, bobina e longarinas) para serem instalados e utilizados na Farmácia Básica Municipal e



no Setor de TFD da Secretaria de Saúde.

**Extrato Contrato N. 199/2011**

Contrato nº: 199/2011

Data de Assinatura: 17/05/2011

Fornecedor : MENDES E SUCKOW ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Valor : R\$ 65.723,25 (sessenta e cinco mil setecentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos)

Licitação : Tomada de preço nº 05/2011

Objeto : Contratação de empresa para elaboração de projetos técnicos e ambientais para os Loteamentos Bom Jardim e Linha Bonita 1 e serviços técnicos e documentações ambientais para o Loteamento Linha Bonita 2, conforme memorial descritivo.

**Extrato ata Registro N. 71/2011**

Ata de Registro de Preços nº: 71/2011

Data de Assinatura: 13/05/2011

Fornecedor : VIDEFERRO IND. DE FURGÕES E COM. DE FERRO LTDA

Valor : R\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 76/2011

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de tubos de ferro para serem utilizados na manutenção das quadras de areia, corrimões e lixeiras pelas Secretarias de Educação e Infraestrutura.

**Extrato ata Registro N. 72/2011**

Ata de Registro de Preços nº: 72/2011

Data de Assinatura: 13/05/2011

Fornecedor : SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA

Valor : R\$ 1.180,00 (um mil cento e oitenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 77/2011

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de grama, pedra brita branca e pedra seixo olho de sapo para serem utilizados pelas diversas Secretarias do Município.

**Extrato ata Registro N. 73/2011**

Ata de Registro de Preços nº: 73/2011

Data de Assinatura: 13/05/2011

Fornecedor : MIL PLANTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Valor : R\$ 21.200,00 (vinte e um mil e duzentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 77/2011

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de grama, pedra brita branca e pedra seixo olho de sapo para serem utilizados pelas diversas Secretarias do Município.

**Extrato ata Registro N. 74/2011 - FMe**

Ata de Registro de Preços nº: 74/2011

Data de Assinatura: 13/05/2011

Fornecedor : GAZZI E CIA LTDA

Valor : R\$ 111,20 (cento e onze reais e vinte centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 09/2011 - FME

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de materiais elétricos para ser utilizado pela FME.

**Extrato ata Registro N. 75/2011 - FMe**

Ata de Registro de Preços nº: 75/2011

Data de Assinatura: 13/05/2011

Fornecedor : LINK TELE INFORMÁTICA LTDA

Valor : R\$ 2.775,00 (dois mil setecentos e setenta e cinco reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 09/2011 - FME

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de materiais

elétricos para ser utilizado pela FME.

**Extrato ata Registro N. 76/2011 - FMe**

Ata de Registro de Preços nº: 76/2011

Data de Assinatura: 13/05/2011

Fornecedor : RIO VERDE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor : R\$ 8.638,49 (oito mil seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e nove centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 09/2011 - FME

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de materiais elétricos para ser utilizado pela FME.

**Extrato ata Registro N. 77/2011 - FMS**

Ata de Registro de Preços nº: 77/2011

Data de Assinatura: 13/05/2011

Fornecedor : COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor : R\$ 4.347,50 (quatro mil trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 30/2011 - FMS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de leite em pó para Programa de combate a desnutrição infantil da Secretaria Municipal de Saúde.

**Extrato ata Registro N. 78/2011 - FMS**

Ata de Registro de Preços nº: 78/2011

Data de Assinatura: 13/05/2011

Fornecedor : NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA

Valor : R\$ 31.910,00 (trinta e um mil novecentos e dez reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 30/2011 - FMS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de leite em pó para Programa de combate a desnutrição infantil da Secretaria Municipal de Saúde.

**Extrato ata Registro N. 79/2011 - FMS**

Ata de Registro de Preços nº: 79/2011

Data de Assinatura: 13/05/2011

Fornecedor : MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor : R\$ 12.643,00 (doze mil seiscentos e quarenta e três reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 30/2011 - FMS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de leite em pó para Programa de combate a desnutrição infantil da Secretaria Municipal de Saúde.

**Extrato ata Registro N. 80/2011 - FMS**

Ata de Registro de Preços nº: 80/2011

Data de Assinatura: 13/05/2011

Fornecedor : CIRURGICA MAFRA LTDA

Valor : R\$ 10.130,00 (dez mil cento e trinta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 30/2011 - FMS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de leite em pó para Programa de combate a desnutrição infantil da Secretaria Municipal de Saúde.

**Extrato ata Registro N. 81/2011 - FMS**

Ata de Registro de Preços nº: 81/2011

Data de Assinatura: 13/05/2011

Fornecedor : BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Valor : R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 30/2011 - FMS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de leite em pó para Programa de combate a desnutrição infantil da Secretaria

Municipal de Saúde.

## Consórcios

### AGIR

#### Abertura de Procedimento administrativo

RESOLUÇÃO nº 012/2011

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, representando a Diretoria Executiva e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, através dos artigos 6.º, II, 7.º, III, VII e VIII c/c artigo 29, VIII e artigos 107 e seguintes

#### RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar procedimento preliminar de investigação administrativa em face das reclamações tornadas públicas face aos trabalhos (obras) de implantação e gerenciamento do Serviço Público de Esgotamento Sanitário executado pela CONCESSIONÁRIA FOZ DE BLUMENAU S.A. em razão do contrato de concessão outorgado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE do Município de Blumenau.

Art. 2º - Conceder prazo de quinze (15) dias a partir da publicação oficial no Diário Oficial dos Municípios (<http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>) à Concessionária Foz do Brasil S.A. e ao SAMAE/BLUMENAU para apresentar as suas justificativas, providências e relatórios individualizados de todas as reclamações apresentadas.

Art. 3º - Indicar, nos termos do convênio firmado, os senhores Richard Buchinski, Fabiane de Carvalho Rosa e Luiz Claudio Kades para em dez (10) dias após o recebimento dos documentos solicitados, apresentar relatório das informações e sugerindo providências ou não para ser adotadas pela AGIR.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor após a data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do § 15 do artigo 23 do Estatuto.

Blumenau, SC, 16 de maio de 2011.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

#### Comunicada Ouvidoria AGIR

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR -

Rua Alberto Stein, n.º 466, CEP 89036-200, Bairro Velha, Blumenau, Santa Catarina.

Comunicado 003/2011

A Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR - COMUNICA os usuários e prestadores de serviços regulados nos treze (13) municípios que a integram, que dentre as funções institucionais da Agência encontra-se o serviço de OUVIDORIA que está assim disciplinada no art. 74 do Estatuto Social:

Art. 74. À ouvidoria compete:

I - atuar junto aos usuários, aos prestadores de serviços e aos órgãos públicos com o propósito de dirimir dúvidas e intermediar soluções nas divergências entre os mesmos;

II - registrar reclamações e sugestões da população sobre os serviços públicos regulados pela AGIR após não atendimento pela prestadora dos serviços regulados, e, depois de esgotados os procedimentos diretamente devidos pelos prestadores de serviços;

III - encaminhar as reclamações dos usuários dos serviços regulados aos respectivos prestadores de serviços, acompanhando e cobrando a solução do problema; e

IV - executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

Assim, como expresso no texto legal, para que a Agência possa efetivamente atuar em sua missão institucional e estatutária é necessário que tanto os usuários como os prestadores de serviços, antes de buscar a solução em última instância administrativa, esgotem todos os meios e obrigações legais diretamente entre as partes envolvidas.

Não resolvidos os conflitos ou não atendidas às reclamações, os interessados munidos dos protocolos e eventuais documentos que o acompanham, só então devem dirigir-se a Agência, em seu endereço, para a entrega dos documentos, mediante protocolo.

Blumenau, 16 de maio de 2011.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente da Diretoria Executiva

#### Ata AGIR n.010/2011-03.05.11

ATA Nº 010/2011, DE 03 DE MAIO DE 2011 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Aos três dias do mês de maio de dois mil e onze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição n.º724, página 137, de 25.04.2011, no site da AMMVI e no mural da AGIR, este em 18 de abril de 2011, em sua sede, às catorze horas e trinta minutos em primeira convocação. Sem número legal para a primeira convocação a mesma foi aberta em segunda convocação depois de constada a presença dos consorciados em número legal, no Auditório Lino Grützmacher, no endereço declinado no edital, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina sob a presidência do senhor doutor Sérgio Almir dos Santos, prefeito do município de Indaial, que com a concordância de todos nomeou o Senhor Heinrich Luiz Pasold para secretariar os trabalhos. A assembleia contou ainda com a presença do senhor Laércio Demerval Schuster Júnior, prefeito de Timbó e vice presidente da AGIR, senhor Hartwig Persuhn, prefeito de Doutor Pedrinho e tesoureiro da AGIR, senhor Carlos Alberto Pegoretti, prefeito do município de Rodeio, senhor Moacir Polidoro, prefeito do município de Ascurra, senhor Zenor Francisco Sgrott, prefeito do município de Botuverá, que reassumiu o cargo e o senhor João Paulo K. Kleinubing, prefeito do município de Blumenau, além de várias outras presenças como consta da lista de presença devidamente assinada e arquivada. Os trabalhos da assembleia geral ordinária da AGIR foram iniciados após a verificação de número legal de consorciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: 1 - Leitura e aprovação da ata anterior. 2 - Aprovação dos nomes indicados para a composição do Comitê de Regulação; 3 - Ratificação da Resolução nº 10/2011 que trata do reajuste dos valores do contrato existente entre o município de Blumenau/SAMAE e a concessionária Foz de Blumenau; 4 - Apresentação do Código de Ética da AGIR; 5 - Assuntos Gerais. Iniciados os trabalhos o senhor Presidente agradeceu a presença de todos. Ato seguinte foi determinado ao secretário que fosse efetuada a leitura do edital de convocação e solicitou fossem relatadas as principais correspondências expedidas e recebidas e ficou destacado o seguinte: Convite da ARIS para a assembleia do dia 29.04.2011, na cidade de São Jose (SC) e convite da AMAVI, Rio do Sul para que

a AGIR fosse fazer uma apresentação, uma vez que os municípios do alto vale têm interesse de aderir ao nosso consórcio. Que nesta reunião se fará presente o Senhor José Rafael Correa e a bióloga Fabiane de Carvalho Rosa, tudo nos termos do convênio firmado entre a AMMVI e a AGIR. Dentre as várias correspondências enviadas via e-mail, o ofício 001/11 foi encaminhado para a CIASC no sentido de solicitar o Registro do Domínio merece ser apontado para registro. Apresentada a ata da assembleia anterior em não havendo observação e ou alterações, foi a mesma foi aprovada por unanimidade de votos. Iniciados os debates sobre o segundo item da pauta, ou seja, a aprovação dos nomes indicados para a composição do Co-mitê de Regulação; O secretário "ad hoc" informou que junto com o material entregue acha-se uma relação dos nomes e passou a apresentá-los. A AGIR apresentou os nomes dos senhores Anísio Fantini, engenheiro civil, Célio Francisco Simão, economista, Maria de Fátima Martins, advogada e pedagoga e Valdete Korc, contabilista. Por parte dos usuários restaram apresentados os nomes de Julio Roussenq Neto, biólogo e professor (Indaial), Heverson Thurn, engenheiro florestal (Benedito Novo), Sandro Lourival Cardoso, Engenheiro florestal, (Pomerode), Sheila Mafra Ghoddsi, Bióloga e professora (Blumenau), Karine Erzinger Ávila de Assis, Arquiteta e urbanista e o senhor Ricardo Hübner, consultor ambiental e professor (Gaspar). Já os prestadores de serviços indicaram a senhora Vanessa Fernanda Schmitt, servidora pública (SAMA-E-GASPAR), senhor Jonas Luiz de Lima (SE-SAN-CASAN - INDAI-AL), senhor Gustavo Dunchat Zettermann, engenheiro civil (SAMA-E-TIMBÓ), senhora Cin-tia Hinsching, servidora pública, pela Prefeitura de Guabiruba e Douglas Frankenger, engenheiro florestal, pela Prefeitura de Rodeio. O Presidente solicitou que fosse observado que na relação entregue onde consta - Acurra - ver nome - na verdade refere-se ao nome de Douglas Frankenger, do município de Rodeio. Foi esclarecido aos presentes que esta no-minata pode ainda sofrer acréscimos de outros nomes, uma vez que em razão da alteração do estatuto outros requisitos passaram a ser observados quanto à indicação. Foi informado ainda que em razão da alteração do estatuto, o novo texto deverá ser remetido para todos os consorciados para que estas sejam encaminhadas para a Câmara de Vereadores para votação. Encerrados os esclarecimentos os nomes foram colocados em votação e aprovados por unanimidade. Em seguida foi esclarecido aos presentes que tão logo outros nomes sejam apresentados, ante a nova convocação, serão apresentados, os mesmos serão votados pela Assembleia para integrar o Comitê de Regulação. Ficou acertado quem em havendo prazo legal esta votação se dará na próxima assembleia, sendo que os três mais votados para cada setor serão os titulares e os demais como suplentes, tudo de acordo com o previsto no Estatuto. Sob terceiro item, - Ratificação da Resolução nº 10/2011 que trata do reajuste dos valores do contrato existente entre o município de Blumenau/SAMA-E e a concessionária Foz de Blumenau. Foi esclarecido que o Presidente já havia baixada a resolução n.º 010/2011, de 31.03.2011 e que está seria colocada em votação nesta assembleia para a sua ratificação. O ato foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, de 15 de abril de 2011, edição n.º 729, p. 73 e no quadro de editais junto à recepção. Também foi publicado no Jornal de Santa Catarina, p. 20, da edição n.º 12.196, de 20 de abril de 2011 o Comunicado 02/2011 que trata do mesmo assunto, para conhecimento geral. O reajuste concedido foi de 8,04%, resultado do IPCA acumulado de dezembro de 2009 até o mês de fevereiro de 2011. A empresa estava solicitando um percentual maior, que não foi acatado e, portanto ratificado o percentual acima, nos termos das cláusulas contratuais firmadas. Passando ao 4º item da pauta - Apresentação do Código de Ética da AGIR - o secretário designado apresentou um exemplar do código de ética que será revisado e organizado para ser após ser disponibilizados aos interessados. Foi também informado que o texto já fora aprovado em assembleia passada, não sendo necessária qualquer outra medida. Em assuntos gerais o secretário informou que a assessoria de comunicação da AMMVI trouxe ao conhecimento da AGIR

de que no dia 27 de abril do corrente ano foi convocada uma Audiência Pública para tratar sobre os serviços públicos de saneamento básico (Jornal de Santa Catarina, edição 12201, p. 3, de 26/04/2011). O advogado da AMMVI, Dr. Heinrich Luiz Pasold, em face de outros serviços naquele local, no dia se fez presente para ouvir o que ali seria discutido. Ressalte-se que em nenhum momento a AGIR foi convidada, notificada, e ou convocada pela Câmara de Vereadores. Sequer informalmente. Foi constatado que a audiência não abordou o assunto geral (saneamento básico), mas somente focou os debates em torno da má prestação de serviços da empresa Foz de Blumenau que está executando as obras de saneamento (esgoto sanitário). Diante dos fatos, a Assembleia Geral deliberou que será encaminhada, com urgência, correspondência ao Presidente da Câmara de Vereadores que remetesse cópia de toda documentação ali recebida para que as providências legais fossem tomadas. Da mesma forma foi determinado que fosse expedida correspondência para a Foz de Blumenau para que venha se manifestar sobre o assunto inclusive apresentado os relatórios dos trabalhos em andamento e os já realizados, com todos os detalhamentos técnicos. Ambos as recomendações foram aprovadas por unanimidade. Nada mais havendo para ser tratado, o senhor pre-sidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos desta assembleia ge-ral extraordinária e de

terminou que eu \_\_\_\_\_, secretário "ad hoc" lavrasse a presente ata que, após aprovada pelo presidente será assinada e publicada nos termos estatutários.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente da Diretoria Executiva  
(original assinada)

## ARIS

### deliberação n. 003/2011

DELIBERAÇÃO N. 003/2011

Dispõe sobre a autorização e homologação do reajuste das tarifas dos serviços de distribuição de água potável prestado no Município de Corupá (SC).

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007; considerando o Ofício n. 157/2011/GAB, datado de 25 de abril de 2011, no qual o Município por intermédio do Chefe do seu Poder Executivo solicita a homologação do Decreto Municipal n. 318/2011 que institui a tabela tarifária; e considerando as justificativas apresentadas em Anexo, vem

#### DELIBERAR

1. Fica autorizado o Município de Corupá (SC) a adotar o tarifário constante do Decreto Municipal n. 318, de 14 de março de 2011, com efeitos retroativos a partir de março de 2010.

2. Fica homologada a Tabela Tarifária abaixo, com vigência a partir de março de 2010:

<sup>1</sup> Publicado na página 597 da Edição n. 424, do Diário Oficial dos Municípios, veiculado em 8 de fevereiro de 2010. Disponível em: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) ou [www.aris.sc.gov.br](http://www.aris.sc.gov.br).

<sup>2</sup> Art. 40. Compete à Direção Geral:

II - definir a revisão e o reajuste dos valores das tarifas e demais preços públicos decorrentes da efetiva prestação dos serviços de



saneamento básico, com base nos estudos encaminhados pelas entidades reguladas e parecer elaborado pela Diretoria de Regulação da ARIS;

CATEGORIA	Faixa	m <sup>3</sup>	Água R\$
RESIDENCIAL SOCIAL	1	Até 10	4,58/mês
	2	11 a 25	1,2849/m <sup>3</sup>
	3	26 a 50	6,1771/m <sup>3</sup>
	4	maior que 50	7,5392/m <sup>3</sup>
RESIDENCIAL NORMAL	1	até 10	24,47/mês
	2	11 a 25	4,4844/m <sup>3</sup>
	3	26 a 50	6,2915/m <sup>3</sup>
	4	maior que 50	7,5392/m <sup>3</sup>
	5	Tarifa Sazonal	9,4240/m <sup>3</sup>
COMERCIAL	1	Até 10	36,12/mês
	2	11 a 50	5,9935/m <sup>3</sup>
	3	maior que 50	7,5392/m <sup>3</sup>
MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE	1	até 10	25,52/mês
	2	Maior que 10	5,9935/m <sup>3</sup>
INDUSTRIAL	1	Até 10	36,12/mês
	2	Maior que 10	5,9935/m <sup>3</sup>
ESPECIAL	>5.000 = Contrato Especial		
PÚBLICA	1	Até 10	36,12/mês
	2	Maior que 10	5,9935/m <sup>3</sup>

3. A referida tabela tarifária aplicar-se-á em todo o território do Município de Corupá (SC), que por lei municipal delegou a atribuição de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento à ARIS.

Florianópolis, 17 de maio de 2011.

MARCOS FEY PROBST  
Diretor-geral da ARIS

#### JUSTIFICATIVA

Pedido de homologação tarifária do Município de Corupá (SC) no tocante à distribuição de água potável..

O Município de Corupá (SC) encaminhou o Ofício n. 157/2011/GAB, datado de 25 de abril de 2011, no qual solicita homologação do Decreto Municipal n. 318/2011, que institui com efeitos retroativos a março de 2010 a tabela tarifária para o fornecimento de água potável na extensão territorial do Município.

O Requerente subsidia seu pedido em documentação, informando que a partir de março de 2010 ocorreu a municipalização dos serviços de abastecimento de água, oportunidade em que foi mantido o padrão tarifário utilizado pela até então concessionária do serviço de abastecimento de água, a CASAN. Somente em 2011 houve a expedição de ato administrativo tornando pública e cogente o padrão tarifário estabelecido no Município, que segue o valor das tarifas cobradas pela CASAN.

Pois bem, sabe-se que a Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007 delega às entidades de regulação o poder de definir as tarifas cobradas pelos prestadores de serviços perante seus usuários, nos

termos do artigo 22 da mencionada lei.

Art. 22. São objetivos da regulação:

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade. Assim, a regra é que todo o reajuste ou a revisão tarifária seja previamente autorizada pela agência reguladora, detentora desta atribuição administrativa.

No caso do Município de Corupá, existem elementos que merecem ser ponderados, a fim de se buscar a melhor solução para a situação fática e jurídica.

Inicialmente, cabe frisar que as regras e diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico são novas e ainda desconhecidas de muitos gestores públicos. Deveras, o novo marco regulatório do saneamento deve ser compreendido dentro de um cenário de transição, onde as mudanças são imprescindíveis, mas paulatinas, dentro da razoabilidade necessária. Dá-se como exemplo a aplicação do artigo 11 da Lei n. 11.445/2007, que condiciona a validade dos contratos na área do saneamento à prévia existência de plano municipal de saneamento, entidade reguladora, normas de regulação, entre outros elementos. Ora, estas exigências não podem ser alcançadas da noite para o dia, num simples estalar de dedos. Há um processo de construção e maturação, que demanda certo período de tempo. Aliás, est é uma das principais críticas ao legislador, que não teve a sensibilidade de impor prazos de transição para o setor do saneamento, ensejando maior estabilidade jurídica ao aplicador da norma.

É o caso do Município de Corupá, que somente definiu a entidade de regulação em 30 de janeiro de 2010, com a Lei municipal n. 2001/2010, que autorizou o ingresso de Corupá na agência ARIS. Até então, as atribuições inerentes à regulação e fiscalização dos serviços de saneamento estava centrada na Administração Direta, em desacordo com a Lei n. 11.445/2007, fato este ainda presenciado na imensa maioria dos municípios no Estado de Santa Catarina.

Com o processo de municipalização no Município, ocorrido em março de 2010, houve a encampação do serviço público pela municipalidade, afastando a antiga prestadora de serviços (CASAN). A fim de manter o status quo das tarifas cobradas dos usuários, o Poder Público utilizou-se dos valores então existentes, até adequado estudo a respeito da justa tarifa a ser cobrada do usuário, em consonância com as metas e os investimentos apontados pelo Plano Municipal de Saneamento e com os estudos de viabilidade econômico-financeira. Enfim, o real valor da tarifa a ser cobrada requer estudo detalhado dos investimentos e do custo de operação do sistema, o que demanda certo lapso temporal.

Assim, parece-nos adequado a instituição do padrão tarifário da CASAN enquanto não concluídos os estudos e as metas a serem estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento, necessários para a definição do valor tarifário no Município de Corupá. Caso as metas e os investimentos fixados no Plano Municipal de Saneamento foram ousadas, ou seja, importando na aplicação imediata de grandes recursos financeiros, há que se ter um padrão tarifário que faça frente a tamanhos investimentos, sob pena de inviabilidade financeira do sistema de abastecimento de água.

Ademais, a ARIS será ouvida na definição do novo patamar tarifário, pois é de sua competência e interesse o acompanhamento e fiscalização do assunto, para que não seja fixada tarifa aquém do necessário, que inviabilizará os investimentos previstos pela municipalidade; nem além do devido, em respeito à modicidade tarifária.

Diante do exposto e pelo mais do que na documentação consta, entende esta Agência Reguladora ser plenamente possível e recomendável a homologação neste momento da base tarifária instituída pela Administração Pública do Município de Corupá, porquanto nenhum prejuízo verifica-se tanto do ponto de vista do Poder Público quanto dos usuários.

Em tempo, cumpre esclarecer que a ARIS já trabalha na elaboração

de norma reguladora definidora do regime, da estrutura e dos níveis tarifários, bem como dos procedimentos e prazos para sua fixação, seu reajuste e sua revisão, nos termos do artigo 23, IV da Lei federal n. 11.445/2007. A proposta, que será objeto de consulta pública, será de sempre atrelar o reajuste e a revisão tarifária ao cumprimento de metas previamente estabelecidas, dentro da concepção da regulação por incentivo (price cap e yardstick regulation).

São estes os fundamentos que embasam a Deliberação n. 003/2011, da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS).

Florianópolis, 17 de maio de 2011.

MARCOS FEY PROBST

Diretor-geral da ARIS

---

## CINCO

---

### **Extrato de Termo Aditivo n.0003/2011**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO POR PRAZO DE-TERMINADO N. 0003/2011

CONTRATANTE: Consórcio Integrado do Contestado - CINCO

CONTRATADO: Diego Pires da Silva

CONTRATO: 0003/2011

OBJETO: Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, função pública de Operador de Máquina - Escavadeira Hidráulica, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais e remuneração previsto no edital, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA: Prorrogação de vigência do contrato em epígrafe até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado até o limite previsto no artigo 46, do Protocolo de Intenções.

PREVISÃO LEGAL: Inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 46, do Protocolo de Intenções; artigo 46, do Contrato de Consórcio Público e artigos 50 a 52, do Estatuto do Consórcio Público.